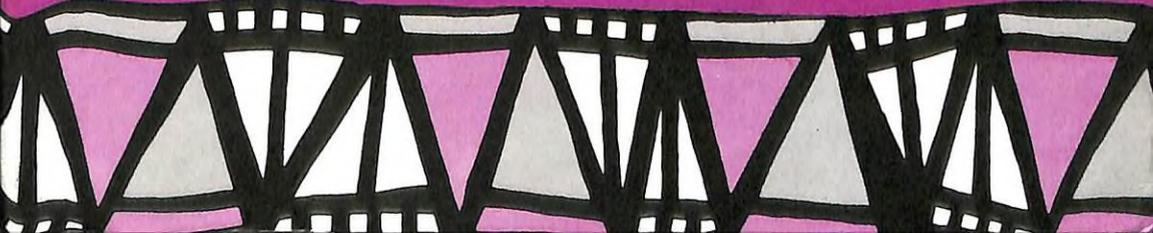


E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

32

■ Angola central e sul por volta de 1840 ■ As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos ■ 'Fazendas' em troca de escravos: circuitos de crédito nos sertões de Angola, 1830-1860 ■ Tráfico e mudança do poder tradicional no Reino Ngoyo ■ Os quilombos de Angola no século XIX ■ Em busca de Kábàsà: estrutura político-administrativa do "Reino de Ndòngò" ■ Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930) ■ Sociedade política e formação social angolana (1975-1985) ■ A criação do MPLA ■ Breve resenha do crescimento de Luanda ■ Estudo da África de língua portuguesa: retrospectiva e perspectiva ■

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES



ISSN 0101-546x

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS
32

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Diretor

Candido Mendes

Vice-Diretor Executivo

Beluce Bellucci

Vice-Diretor Técnico-Científico

Livio Sansone

E S T U D O S AFRO-ASIÁTICOS 32

Dezembro de 1997 — Publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos — CEEA
Universidade Candido Mendes

Diretor

Candido Mendes

Editor

Carlos A. Hasenbalg

José Maria Nunes Pereira

Coordenação Editorial

Marcia Lima

Conselho Editorial

Antônio Sergio Guimarães, Beluce Bellucci, Caetana Maria Damasceno, Candido Mendes, Carlos A. Hasenbalg, Charles Pessanha, Edson Borges, Fernando Rosa Ribeiro, Giralda Seyferth, Jocélio Telles, José Maria Nunes Pereira, Kabengele Munanga, Livio Sansone, Marcia Lima, Marcelo Bittencourt, Nelson do Valle Silva, Olivia Maria Gomes da Cunha, Peter H. Fry, Reginaldo Prandi, Ronaldo Vainfas, Roquinaldo Amaral Ferreira e Yvonne Maggie

Conselho Consultivo

Beariz Góes Dantas, Carlos Moreira Henrique Serrano, Climério Joaquim Ferreira, Clóvis Moura, Colin Darch, Eduardo J. Barros, Ernani Teixeira Torres Filho, Fernando A. Albuquerque Mourão, João Baptista Borges Pereira, João José Reis, Joel Rufino dos Santos, Juana Elbein dos Santos, Júlio Braga, Luísa Lobo, Manuela Carneiro da Cunha, Marisa Corrêa, Milton Santos, Octávio Ianni, Roberto Motta, Roberto W. Stenes, Severino Bezerra Cabral Filho e Tereza Cristina Nascimento Araújo

Supervisão Gráfica

Carlos Augusto de Oliveira Lima

Secretaria de Redação

Hamilton Magalhães Neto

Serviços de Tradução

Dalva Bonei, Emerson Xavier da Silva, Margaret Buescu, Paulo Pinheiro e Sieni Maria Campos

Produção Gráfica

*Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Luiz Carlos Palhares e André Pinheiro (revisão);
Textos & Formas Ltda. (021) 224-1288 (diagramação e editoração eletrônica)*

Capa e Projeto Gráfico

Alba D'Almeida

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

We ask for exchange

Price: Single Copies: (in Brazil) R\$ 10,00; (overseas) R\$ 15,00

Annual Subscription (two issues): (in Brazil) R\$ 20,00; (overseas) R\$ 30,00

Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to)

Sociedade Brasileira de Instrução — Centro de Estudos Afro-Asiáticos

Rua da Assembléia, 10, Conj. 501, Centro

20119-900 — Rio de Janeiro — Brasil

Tel. (021) 531-2000, R. 259, e 531-2636; Fax (021) 531-2155; Homepage: www.candidomendes.br/ceaa; E-mail:

ceaa@candidomendes.br

Apoio da **Fundação Ford** e do

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT

CNPq

FINEP

SUMÁRIO

Angola central e sul por volta de 1840 7

Joseph C. Miller

Examina os anos iniciais da história dos primeiros estabelecimentos populacionais nos altiplanos centrais de Angola e a definição das comunidades étnicas de acordo com as oportunidades ambientais, além da emergência de sistemas políticos e do desenvolvimento da escravidão.

As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas 55

John Thornton

Procura revisar as estimativas demográficas do impacto do tráfico de escravos no Congo do século XVIII e desenvolve uma simulação mostrando como o tráfico atuou numa perspectiva geográfica e demográfica, tendo como base as bem documentadas décadas de 1780 e 1790.

"Fazendas" em troca de escravos: circuitos de crédito nos sertões de Angola, 1830-1860 75

Roquinaldo Amaral Ferreira

Discute os mecanismos de crédito no comércio pelos sertões de Angola, desde quando eram operados pelos negociantes luandenses até o advento do comércio de longo curso através das caravanas, organizadas pelas chefias do interior.

Tráfico e mudança do poder tradicional no Reino Ngoyo (Cabinda no século XIX) 97

Carlos Serrano

Avalia os efeitos do tráfico de escravos sobre a constituição do poder político entre os ngoyos e afirma que tal processo antecedeu e conduziu à ocupação colonial.

Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão 109

Aida Freudenthal

Identifica e analisa três quilombos em Angola no século XIX — Icolo, Sanga e Caholo — e mostra que a fuga de escravos era um movimento generalizado nessa época.

Em busca de Kábàsà: uma tentativa de explicação da estrutura político-administrativa do "Reino de Ndòngò" 135

Virgílio Coelho

Discute a formação do "Reino do Ndòngò" a partir de relatos de cronistas e da história oral, desde fins do século XIII e início do século XIV, quando

unidades políticas dispersas se uniram num processo pacífico que teve como marco a emergência do primeiro Ngólà à Músùdi.

Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930) 163

Adelino Torres

Esboço de síntese de algumas características da colonização portuguesa no século XX, a partir de uma tentativa de golpe de Estado que ocorreu em Angola em 1930.

A criação do MPLA 185

Marcelo Bittencourt

Investiga a questão recentemente surgida na historiografia angolana acerca da transferência da data de criação do MPLA de 1956 para 1960, com base em depoimentos de alguns militantes históricos da luta de libertação angolana.

Sociedade política e formação social angolana (1975-1985) 209

Daniel dos Santos

Partindo da idéia de que a associação entre independência política e o desenvolvimento da formação social angolana necessita de um projeto nacional e popular com a participação das sociedades periféricas, aborda que implicações teria nisso a heterogeneidade da pequena burguesia angolana.

Estudo da África de língua portuguesa: retrospectiva e perspectiva

221

Edward A. Alpers

Análise historiográfica da produção dos últimos 30 anos sobre a história da África lusófona, no qual é questionado o emprego dessa categoria ou qualquer outra que como tal se proponha homogeneizar as distintas realidades dos países que foram submetidos à colonização portuguesa.

Breve resenha do crescimento de Luanda 237

Pepetela

Demonstra que os problemas urbanos com que se depara Luanda hoje decorrem não apenas do deslocamento de populações provocado pela guerra civil, mas também remetem a fatores históricos e geográficos ligados à própria criação da cidade.

APRESENTAÇÃO

Esta edição de **Estudos Afro-Asiáticos** é especialmente dedicada à temática angolana e está relacionada ao objetivo de chamar a atenção para um país que há séculos mantém estreitos laços com o Brasil e que neste momento continua a vivenciar um lento e, por vezes, controverso processo de normalização da vida política.

Os textos ora apresentados não se destinam a explicar diretamente os problemas atuais de Angola. Nossa preocupação é propiciar ao leitor brasileiro o conhecimento do processo histórico angolano, através da produção de alguns dos principais especialistas no tema.

Além disso, esta edição é importante devido à carência de estudos sobre a África — em particular, sobre Angola — nas publicações acadêmicas brasileiras, apesar da crescente demanda dos cursos de graduação, principalmente, de história e ciências sociais. É, portanto, uma oportunidade para atualizarmos nossos conhecimentos acerca de um país africano que desde o tráfico de escravos nunca deixou de ter no Brasil uma referência viva e constantemente renovada.

Os Editores

Aos Colaboradores

- **Estudos Afro-Asiáticos** aceita trabalhos inéditos relacionados ao estudo das relações raciais no Brasil e na diáspora e às realidades nacionais e das relações internacionais dos países da África e Ásia.

- A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres de membros dos Conselhos Editorial e Consultivo, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da revista.

- Serão aceitos originais com cerca de 30 laudas, datilografadas em espaço duplo e em 1ª via. Os originais, acompanhados de disquete com informação sobre o respectivo editor de texto, deverão conter um resumo de aproximadamente uma lauda e a qualificação acadêmica e a profissional do autor.

- Tabelas e gráficos deverão ser apresentados com as respectivas legendas e indicação de sua localização no texto, além das unidades em que se expressam os valores e das fontes correspondentes.

- As notas devem ser numeradas seqüencialmente e apostas ao final do texto. Deve ser evitada a abertura de notas tão-somente para referenciar uma citação. Em seu lugar, pôr nome do autor, ano da publicação e página, como no exemplo: "...Araújo, 1940, p. 210, afirma...".

- A bibliografia deverá ser apresentada observando-se a seguinte norma:

PARA LIVRO

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título da obra (sublinhado); d) número da

edição, se não for a primeira; e) local de publicação; f) nome da editora; g) número de páginas.

Ex.: FERNANDES, Florestan (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difel. 000p.

PARA ARTIGO OU CAPÍTULO

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título do artigo entre aspas; d) nome do periódico (sublinhado); e) volume, número do periódico e número de páginas; f) local da publicação.

Ex.: IANNI, Octávio (1988). "Literatura e consciência". *Estudos Afro-Asiáticos*, 10(15):208-17. Rio de Janeiro.

a) nome do autor; b) data da publicação; c) título do artigo ou capítulo entre aspas; d) nome do editor ou organizador; e) nome da obra (sublinhado); f) número da edição, se não for a primeira; g) local de publicação; h) nome da editora; i) número de páginas.

Ex.: BECKER, Bertha K. (1992). "Amazonia: geopolitics and techno-ecological issues". In: KOSINSKI, Leszek (ed.). *Ecological disorder in Amazonia*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Educam, p. 77-99.

- Com a publicação do artigo, o autor receberá cinco exemplares da revista.

- Os trabalhos devem ser enviados para:

Editoria de Estudos Afro-Asiáticos
Centro de Estudos Afro-Asiáticos
Rua da Assembléia, 10, Conj. 501, Centro
20119-900 — Rio de Janeiro — Brasil

Angola central e sul por volta de 1840*

Joseph C. Miller**

*Recebido para publicação em setembro de 1996.

**Professor da Universidade da Virgínia.

Este artigo constitui um exame dos poucos conhecidos anos iniciais da história dos primeiros estabelecimentos populacionais nos densamente povoados altiplanos centrais de Angola. Examina-se também a definição das comunidades étnicas de acordo com as oportunidades ambientais, além da emergência de sistemas políticos e do desenvolvimento da escravidão, desde muitos anos atrás até o advento da exportação de escravos em meados do século XIX. Evidências a partir da documentação publicada sobre essa região sugerem a historicidade da etnicidade numa área que adquire seu moderno caráter "ovimbundo" somente no curso da escravidão do século XVIII. As campanhas militares e a colonização dos altiplanos tiveram conseqüências relativamente pequenas em relação aos padrões de mudanças históricas que emergiam largamente das prioridades e iniciativas africanas.

Palavra-chave: Angola central e sul; comunidades étnicas; etnicidade; escravidão.

A fertilidade e a densidade demográfica dos planaltos central e sul de Angola impressionaram quase todos os europeus que viram o grande e elevado chapadão, conhecido como Nano ou "interior", antes e durante o século XIX.¹ Os africanos também o achavam hospitaleiro. As montanhas de mais de mil metros de altitude eram a região mais densamente habitada de Angola desde o primeiro registro estatístico de população, em meados do século XVIII.² Com sua densidade demográfica, o Nano apresentava um contraste marcante com as regiões mais baixas, mais secas, mais arenosas e, geralmente, menos habitadas a leste, sul e oeste. Como lá havia uma concentração populacional, ele se tornou não só um centro adiantado de comércio e de consolidação política, como também, mais tarde, um fornecedor de cativos para o tráfico de escravos do Atlântico. Esses papéis proeminentes anteciparam a fama subsequente da cera, do marfim e da borracha no século XIX, das fazendas européias e da exportação de mão-de-obra sob a dominação colonial, além da importância política na era moderna.

Os planaltos centrais talvez tenham se constituído num centro habitacional denso desde os primeiros séculos do presente milênio. Muito da história política e econômica da Angola central e sul mostrou uma tendência latente provável, embora não documentada, de crescimento da população.³ Reflexos de curta duração resultantes de chuvas irregulares, tendo como consequência fome, desordem e doenças, manteriam os níveis gerais estáticos por longo tempo desde, pelo menos, antes de 1400 d.C. As repetidas expansões e contrações resultantes marcaram o ritmo da história no altiplano e em volta dele. Em tempos de fartura, o povo do Nano interagiu com outros povos, ocupando bolsões de território arável e melhor irrigado a oeste e a sul através da venda dos produtos de sua

agricultura. Em tempos de necessidade, inundavam seus planaltos, espalhando a guerra, a consolidação política defensiva e os emigrantes pelas regiões circunvizinhas. Por mais de 300 anos depois de cerca de 1600, o tráfico de escravos continuou esse fluxo externo de pessoas de uma nova forma. As pressões da população esconderam o crescimento artificial e o declínio da política de expulsão migratória colocou reis e líderes guerreiros uns contra os outros na busca de espaço de vida para seus adeptos e contribuiu para o derrame de escravos nos principais portos ao sul do Rio Bengo.

O povo dos planaltos cultivava um solo vasto, acidentado e barrento no altiplano. A terra deslizava suavemente de um rim a oeste composto de montanhas graníticas para leste das nascentes de todos os sistemas do principal rio de Angola, o Cuanza (que marca as fronteiras nordeste e leste da região), do Cunene (que corre ao longo de seus limites sul e leste) e dos três maiores sistemas fluviais do leste de Angola (o Cuango-Cassai, os tributários oeste do Alto Zambeze e o Cubango-Cuando). Até o século passado, podiam-se ver centenas de quilômetros de bosque de savana de cima do planalto. Férteis quando limpas, particularmente ao longo das margens dos rios,⁴ essas terras criavam oportunidades para a agricultura, destacando-se nos padrões modestos do sudoeste da África. Eram impressionantes: quebradas apenas ocasionalmente por montes rochosos, tornavam-se gradualmente mais abertas e com bosques menos férteis, nos solos mais arenosos que iam além do Cuanza e do Cunene, onde o "país faminto", ao qual o povo do planalto deu o nome conciliador de Ngangelá, deslizava em outros milhares de quilômetros a leste dos pântanos do Okavango e do Alto Zambeze.⁵ Ao norte, o planalto caía abruptamente sobre as terras conhecidas co-

mo Libolo até o fluxo oeste das extensões médias do Cuanza.

No oeste, os espinhaços da montanha cresciam até altitudes de quase três mil metros e constituíam uma freqüente barreira aguda entre o altiplano relativamente bem irrigado (1.200 a 2.000 mm/ano) e as estepes de 60 a 100 ou mais quilômetros de distância que desembocavam no Atlântico. As partes mais elevadas dessas estepes eram adequadas para pastorear gado e a área abaixo, para fazê-lo com carneiros. Elas se tornavam mais áridas perto da costa, especialmente no sul. As altas margens planas e menos inférteis dos tributários do Coporolo proporcionavam um alívio parcial da seca que prevalecia a oeste da escarpa. As pessoas que viviam ao longo do litoral concentravam seus campos e rebanhos nos vales ocasionalmente bem irrigados dos rios perenes, exceto para alguma criação de carneiro na escova espinhosa que cobria as colinas mais baixas. Em direção ao sul, o deserto seco da costa se alargava em mais de cem quilômetros e se tornava uma terra de desperdício virtualmente sem água, habitada somente por populações esparsas de caçadores e pastores.⁶

A parte mais importante do planalto contava com grandes altitudes, maior quantidade de chuva e densidade populacional por 200 ou mais quilômetros a sudoeste da chapada de Humpata. Planícies mais secas e mais arenosas, boas para manter o gado e para uma agricultura limitada, desciam a leste desses pedicelos aráveis para o curso médio do Rio Cunene e para a planície ampla e lamacenta chamada Humbe. Ao sul e sudoeste do Humpata, a superfície do altiplano se desintegrava num terreno seco e quebradiço, adequado principalmente para pastorear rebanhos de agropecuária. Em nenhum lugar do sul, exceto talvez nas planícies do Rio Cunene, em Humbe, e no pequeno chapadão de Humpata, a terra oferecia

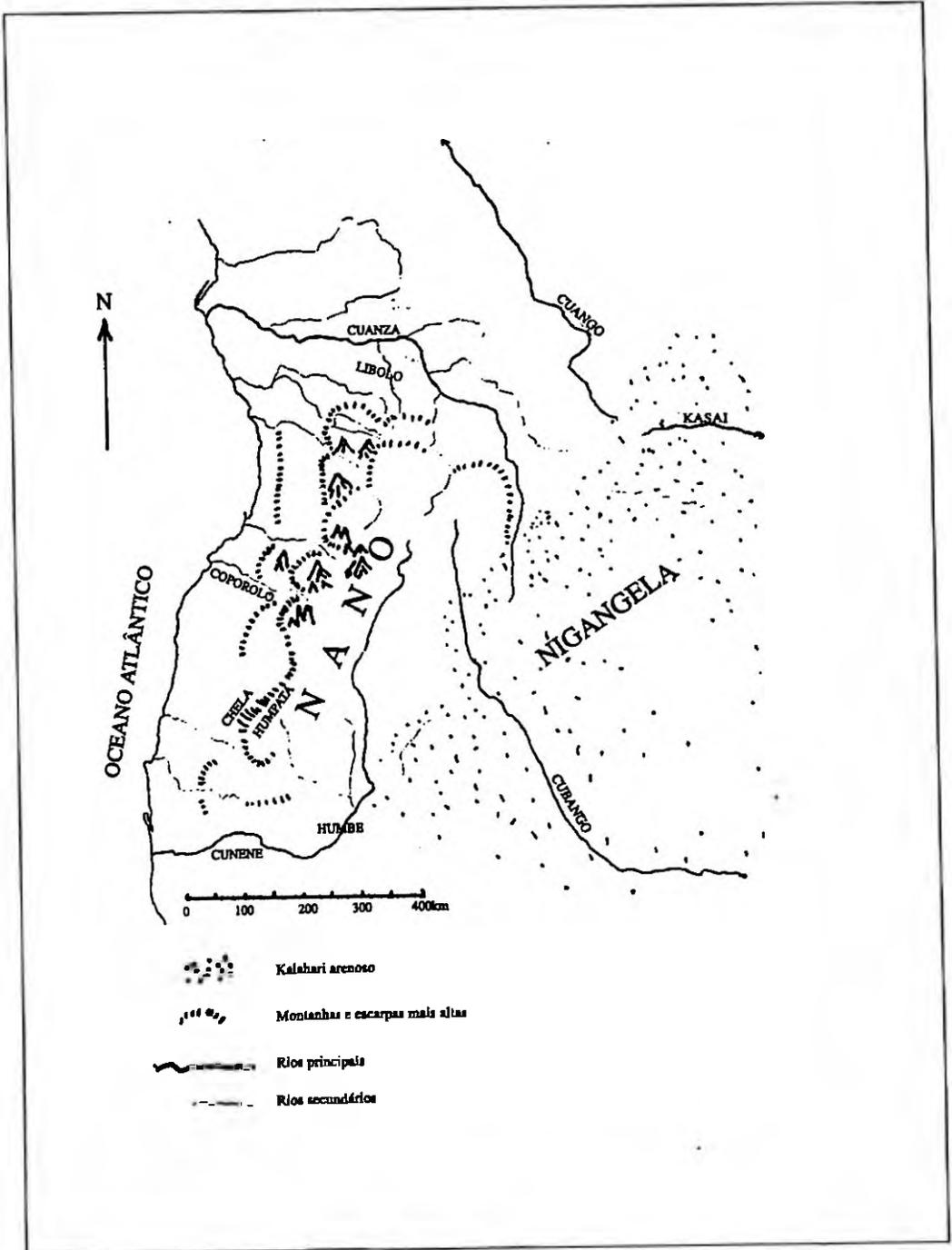
oportunidades para assentar e aumentar a prole de uma forma comparável com aquelas que o povo do Nano desfrutava. Mas as montanhas ao longo do rim oeste do pedicelo criavam muitos redutos onde o povo tanto de cima quanto de baixo da escarpa buscava refúgio em tempos problemáticos.

Povoamento inicial

O crescimento das populações dedicadas à agropecuária na Angola central e sul, ainda que perdido na névoa existente em torno de tempos anteriores às tradições orais modernas, ocorre nos termos amplos da ecologia geral da região, da distribuição das línguas modernas e das conseqüências advindas de seus acontecimentos iniciais documentados no século XVII. Pastores de língua banta teriam ocupado seletivamente as terras mais cobizáveis. Naquelas regiões teriam buscado os territórios mais bem irrigados, ao converter para formas mais sedentárias alguns dos caçadores e pastores que encontraram e ao direcionar bandos de recalcitrantes para as montanhas e os desertos mais arenosos. A quantidade de pessoas teria crescido ao longo dos rios e no chapadão central, forçando gradualmente algumas delas a utilizar as regiões cada vez mais marginais em termos de tecnologias agrícolas e pastorais à sua disposição.

Os estudos preliminares das línguas modernas da Angola central e sul sugerem uma hipótese plausível ligando tais padrões demográficos à diferenciação lingüística. As línguas dos planaltos de maneira geral se parecem umas com as outras e diferem como um grupo daquelas faladas a leste do Cunene e do Cuanza e ao norte dos planaltos. Uma vez que possuem um vínculo possível com a planície alagada do Alto Zambeze e com os pântanos do Okavango, os ancestrais de todos os habitantes modernos da região (exceto

Mapa 1
Angola sul e central: geografia



alguns caçadores e pastores sobreviventes) poderiam ter direcionado o gado ao longo de uma linha sul de desvio de transumância da região do Zambeze-Okavango até o Baixo Cunene, talvez no início do primeiro milênio depois de Cristo.⁷

A diferenciação continuou enquanto núcleos populacionais cresceram em relativo isolamento. As pessoas teriam desenvolvido em cada um deles variações distintas em sua única linha ancestral, o que refletia a intensidade de suas interações e as invenções e descobertas separadas que fizeram para utilizar os recursos de suas terras. A língua umbunda, do altiplano central, que se diferenciava num segundo plano das línguas nyaneka e herera, do sul, refletiria primeiramente a adaptação, ao longo do tempo, à cultura agrícola do povo sulista, que se mudou para lá para se aproveitar de planícies mais bem irrigadas e mais férteis e, secundariamente, de séculos de contato com a população de língua quimbunda da bacia do Rio Cuanza. Os movimentos subsequentes dos agricultores de milhete da região do Alto Zambeze para as planícies mais arenosas e menos cobijadas de Ngangela teriam completado o povoamento inicial da Angola sul e central.

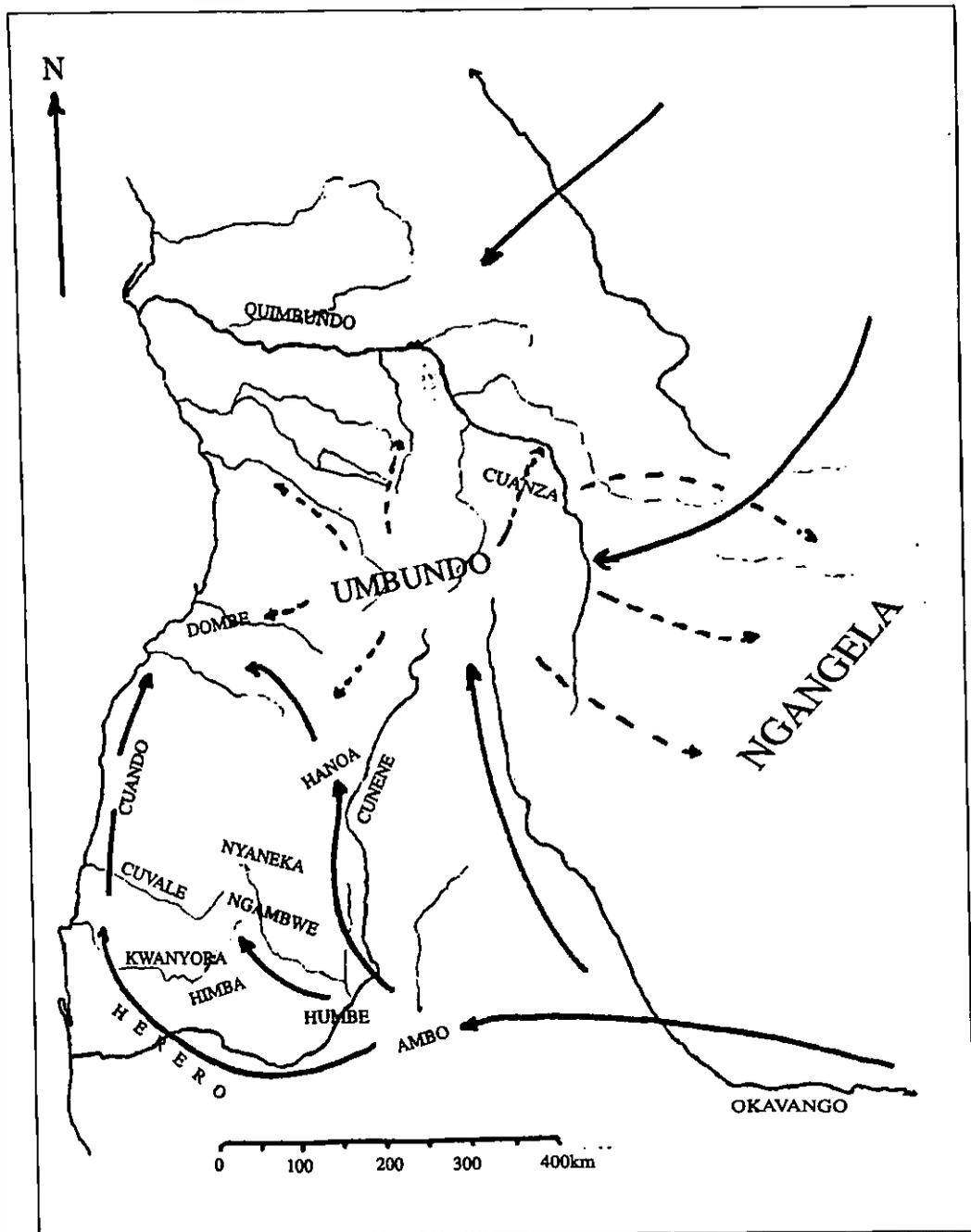
As distinções de terceira ordem da região refletem concentrações de crescimento populacional de menor escala e o movimento ao redor dos sistemas secundários ao rio principal. Essas diferenças formaram a base das chamadas identidades étnicas dos séculos XVIII e XIX. Os himbas descendiam do povo que levou seu gado para o Baixo Cunene, espalhando-se por ambas as margens e se dirigindo ao norte para as terras pastorais abaixo da grande escarpa de Chela (descendo do chapadão de Humpata) e acima do deserto da costa, onde ficaram conhecidos como cuvale, em função do principal rio local. Aqueles que se mudavam para outras

correntes, descendo das montanhas em direção ao oceano, também tendiam a adquirir identidades distintas tão logo se assentavam nos seus cursos de água respectivos, cuanio-ca, ao longo do Baixo Cubal e Curoca; cuando, ao longo dos rios do norte; e nidombe, nas fozes do Coporolo e Catumbela (Cunha Mattos, 1963, p. 325; Pilarte da Silva, em Felner, 1940, vol. 1, p. 177 em diante).

Aqueles que permaneceram na planície alagada do grande rio passaram a ser conhecidos como nicumbi. Alguns se mudaram para rio acima, em direção aos planaltos centrais. Outros, que permaneceram no delta interior do Cuvelai, bem no leste, viraram ambo. Emigrantes que se mudaram das populações ribeirinhas do Nkhumbi Central para os tributários das margens oeste do Cunene adquiriram novas identidades, de acordo com a hidrografia das áreas que ocuparam. Seus descendentes ficaram conhecidos em princípio como nyaneka, mas se dividiram em gambos, no Caculuvar, e handas, ao longo dos tributários do norte, como o Sendi e o Kwe. O desvio de transumância eventualmente trouxe alguns deles para o chapadão de Humpata. Os seus pioneiros mais ocidentais cruzaram o espinhaço dos planaltos do oeste perto das cabeceiras dos Rios Coporolo e Catumbela, ao longo do que se tornou um verdadeiro corredor de migrações subsequentes, de altitudes mais altas para mais baixas, e começaram a descer os rios em direção ao Atlântico.⁸ Aqueles que desceram o Catumbela e o Coporolo ao longo de seus cursos até o oceano⁹ se fundiram com as populações nidombes nos baixos vales desses rios (Estermann, 1976 e 1979; Urquhart, 1963).

Os nidombes centraram seus sistemas de pastoreio nos vales mais amplos e mais bem irrigados perto da costa e também desenvolveram o potencial agrícola de suas terras, além de explorar salinas perto das fozes dos

Mapa 2
Padrões linguísticos básicos (modernos) e
movimentos hipotéticos dos primeiros fazendeiros e pastores (cerca de 100-1200)



rios. Mantiveram contato freqüente com o povo dos planaltos acima pelo menos de duas formas: através do comércio pacífico de sal e peixe em troca de cobre, madeiras aromáticas e produtos de animais selvagens — pêlos de girafa e de elefante (Cadornega, 1940-42, vol. 3, p. 171-3) — e pelo conflito com os pastores invasores levados pela seca das altitudes mais altas em direção às águas perenes dos rios mais baixos, tão freqüentemente, então, quanto o fizeram no século XVIII (Cadornega, 1940-42, vol. 3, p. 171-2).

No início do século XVII e, talvez, durante os 500 anos anteriores, o povo dos nódulos populacionais principais viveu sob o arbítrio de chefes de grande reputação. Um deles, primeiramente invocado pelo título de governante e chamado Muzumbo a Kalunga, ocupou a margem leste do curso médio do Cunene, enquanto o chefe Luseke governou as planícies ribeirinhas para onde o Kalunga e o Kwe fluíam do oeste em direção ao rio principal. No oeste, o altiplano úmido tinha também um governante, Hufla, enquanto outros chefes governavam as terras de pastoreio abaixo do espinhaço da chapada (Delgado, 1945, p. 120-2 e 125-6; Cadornega, 1940-42, vol 1, p. 168-78). "Gemge", que tinha a reputação de ser o maior dentre esses chefes do oeste, dominava os redutos defensivos, os vales relativamente férteis e as margens do Alto Hania, afluentes do Coporolo, região mais tarde conhecida como Quilenges.¹⁰ A autoridade política em geral era irradiada para fora dos centros mais bem irrigados e mais aráveis.

Embora nenhuma estatística tenha esclarecido as fontes de poder desses governantes iniciais, a geografia política sugere que elas emergiram das necessidades de regular a interação entre os povos que superlotavam os oásis da região e se atropelavam por espaço. Os valores que seus descendentes atribuíram

à pecuária sugerem que os primeiros reis das zonas de gado nos declives sul do altiplano detiveram riqueza importante naquela forma. Se foi assim, não é de espantar que tenham construído redes políticas através de vínculos patrão-cliente. Animais emprestados teriam dado substância material à estrutura política e títulos de nobreza concedidos de uma forma especial nos primórdios da história das regiões bem ao sul do Cuanza¹¹ teriam proporcionado expressão formal de seu poder sobre os funcionários subordinados dos seus Estados. Redes de pastoreio de transumância indubitavelmente se centraram em cada um dos rios. Uma certa quantidade de assaltos a gado e gente pontuou as relações entre os grupos de pessoas que, de outra forma, estariam separados, particularmente quando a seca (freqüentemente de impacto local altamente variável) levou os donos de gado de uma região a tentar restaurar seus rebanhos assaltando os animais dos outros. Os súditos desses Estados iniciais cultivavam sorgos e milhetes ao longo das margens do rio e trocavam itens de luxo através de redes de comércio que iam dos depósitos de cobre de Tsumeb, para lá do Baixo Cuvelai, até as salinas da costa.

O povo do altiplano central, a grosso modo situados a leste do espinhaço da montanha e ao norte de uma linha que corria das cabeceiras do Catumbela e cruzava o Luseke até o Alto Cubango e as nascentes do Cuanza, não podia criar gado com tanto sucesso na mata cerrada de suas elevações mais úmidas e mais altas.¹² Também não precisavam fazer isso, uma vez que a agricultura, em sua maior parte provavelmente de sorgos, capacitou-os a crescer demograficamente durante períodos prolongados de boas chuvas, tornando-os os habitantes mais móveis e dispersos das regiões mais secas e mais baixas do sul.

Desde o início parecem ter obedecido a chefes cujos domínios estavam centrados nas

principais regiões agrícolas do altiplano. Um centro inicial foi estabelecido em Ngalangi, a extensão de zona agrícola mais a sudeste entre o Alto Cunene e o Cubango, onde os chefes talvez tenham surgido no processo de defesa da terra arável contra os pastores assaltantes, quando da falta de chuvas no sul (Childs, 1970, p. 241, e 1949, p. 174-6). Um outro centro inicial de desenvolvimento político — que estava situado em algum lugar nas cabeceiras do Cuvo ou Alto Ngango e talvez ligasse as nascentes ricas em ferro do Zamba, localizadas perto dali — tinha um nome parecido com Elembe ou Kulembe.¹³ As instituições políticas derivaram desse espraiamento do Kulembe para o leste em direção ao Cuanza e para o sul em direção ao corredor fértil dos quilengues e hanias, entre o Catumbela e o Coporolo, onde passou a chamar-se Bembe.¹⁴ Chefes do povo vivendo ao longo do Baixo Ngango e da margem sul do Cuanza, ali chamado Libolo, e outros bem ao norte, atingindo o Mbondo nos altos desfiladeiros acima do vale do Médio Cuanza, mais tarde reivindicaram antecedentes no Kulembe (Miller, 1976, p. 90-106).

O espraiamento dos chefes e nobres relacionados com o sistema antigo do Kulembe, rumo ao norte e em direção ao sudoeste, parece coerente com a tendência hipotética de crescentes populações desviando-se do altiplano central para os vales do baixo rio ao norte e oeste, particularmente em tempos de seca.¹⁵ Esse tipo de movimento, feito por gente em busca de alimentos, criou, evidentemente, o corredor de invasão que descia o Ngango, deixando uma *superposição* Kulembe na política do Libolo, mesmo antes do século XVI. Ele também deu à margem sul do Cuanza, entre os Rios Ngango e Cutato, a designação de "Baixo Bembe", em meados do século XVII. Mais tarde, no século XVIII, trouxe grupos de assaltantes dos chefes Mbailundo para a mesma região do Cuanza

e para além dela.¹⁶ Pressões semelhantes da população e a fome teriam conduzido, nos séculos XVII e XVIII,¹⁷ os chefes guerreiros conhecidos como "bembe" pelo corredor de invasão acima do Catumbela e do Coporolo.

Uma revolução política importante no altiplano central tomou conta do Kulembe durante a última metade do século XVI. Ela criou o pano de fundo da desordem civil contra a qual o conjunto de governos que se sucederam no Planalto Central se levantaria no século XVIII, como os afamados "Reinos de Ovimbundo". O que deve ter sido uma seca extraordinariamente severa e prolongada, combinada com a guerra começando a emanar das primeiras fases de caça de escravos ao longo do Baixo Cuanza e com tensões geracionais inerentes a uma sociedade agrícola pressionando seus limites demográficos,¹⁸ produziu bandos de jovens saqueadores chamados imbangalas. Eles viviam de assaltos e guerra e desprezavam a agricultura e a vida sedentária, que os caprichos climáticos haviam inviabilizado temporariamente. Levados pela fome, assaltavam os vales do rio, a oeste, sul e norte. Lá roubavam gado, cortavam as palmeiras dos vales¹⁹ e aparentemente, em parte, viviam da carne de pessoas que capturavam e matavam. Outros bandos imbangalas também tomaram os reinos do Médio e Baixo Cunene, particularmente o de Muzumbo a Kalunga. Outros bandos ainda eram comuns ao longo dos rios que margeavam o norte do Catumbela e por todo o Libolo, desde o final do século XVI até o fim do XVII (Miller, 1976, p. 155-61). As origens dessas respostas militaristas à escassez devem ter sido centradas nas nascentes do Alto Cutato, no país seco adjacente ao altiplano pelo leste.²⁰

A ênfase imbangala no militarismo, particularmente no treinamento e disciplina militares, deu aos chefes que comandavam esses bandos uma vantagem inicial avas-

saladora sobre aqueles treinados com técnicas mais antigas de fazer chover e outras habilidades-chave para a agricultura, mas não para a guerra. Embora ladrões semelhantes gerados pelas secas iniciais tivessem desaparecido com o retorno das chuvas, a guerra persistente, que ultrapassou os limites do altiplano, com o crescimento subsequente da escravidão no século XVII, confirmou a utilidade dessa nova classe de chefes guerreiros do século XVIII. E a intensificação da escravidão permitiu a seus sucessores construir reinos duradouros nessas origens imbangalas.

Os escravistas portugueses talvez tenham começado a comprar cativos dos chefes de Ngola a Kiluanje ao norte do Cuanza, bem no início dos anos da década de 1520. Pelos anos 1560, os chefes nigolas assaltavam em busca de escravos nas regiões que iam do Baixo Libolo para o sul (Antônio Mendes, 9-5-1563, em Brásio, 1952-71, vol. 2, p. 509). O espraiamento da violência relacionada à escravidão produziu uma escapada generalizada que reagrupou as pessoas sob os novos chefes guerreiros de duas formas, ambas favorecendo seu estilo militarista de governar. Em primeiro lugar, os ex-súditos de Ngola a Kiluanje, ao longo do Baixo Lucala, fugiram para o sul. Um desses chefes de origem ngola, Kiteke Kya Bangela, retirou-se primeiro para o Baixo Longa, assentando-se lá e estabelecendo-se como um abrigo para fugitivos da escravidão. Quissama, a região rica em sal, mas seca e inóspita, ao sul do Baixo Cuanza, assumiu seu papel de centro para refugiados sob um novo chefe que escapara ao mesmo tempo, Kafushi ca Mbari (Cadomega, 1940-42, vol. 3, p. 248). Ele permaneceu como um santuário por quase três séculos (Heintze, 1970 e 1972). Outros, em busca de segurança nos baixos cursos dos afluentes da margem sul do Cuanza, incluíram Ngama a Ngola, Kabeso e Mbumba

Kavenge na área do Baixo Ngango, que se tornou conhecida como Hako.²¹

A pressão intensificada da escravização ao longo do Cuanza converteu esses chefes e outros mais ao estilo militarista dos imbangalas durante o final do século XVI. Essa segunda fase de reação à escravidão seguiu-se à escalada de assaltos, quando os exércitos portugueses se juntaram aos assaltantes imbangalas depois de 1610 para levar os emigrantes dos baixos rios para os altos vales mais remotos, para os primeiros afloramentos rochosos e para os redutos defensivos básicos cercando os planaltos. Os chefes Kiteke Kya Bangela, presentes no Baixo Longa, exatamente a leste de Kafushi ca Mbari, em Quissama, em 1546,²² recuaram para o curso médio do Cuvo por cerca de 1610,²³ onde se assentaram cavalgando pelo que parece ter sido uma rota antiga de acesso da costa para os declives do norte do altiplano central.²⁴ Outros refugiados ainda se mudaram para o Cuvo a fim de invadir e instalar chefes guerreiros ao longo de suas nascentes, dando, portanto, forma ao reino que mais tarde se tornou conhecido como Huambo.²⁵ A influência dos chefes fugitivos carregando títulos nigolas se estendeu para o sul, nas regiões férteis do "Gemge", nas estepes do oeste, bem abaixo da escarpa. Chefes conhecidos como "Gola Angimbo" se tornaram os mais poderosos na região nos anos 1629 e 1630. O centro aparente de seus domínios se colocava no país do sorgo e gado, mais tarde conhecido como Quilenges.²⁶

Pela metade do século XVII, a base do poder político em Libolo tinha se desviado do controle das bacias férteis dos baixos rios para a posse dos redutos mais defensivos dos planaltos acima, onde a população poderia buscar refúgio quando os imbangalas ou os exércitos comandados pelos portugueses ameaçavam devastar suas terras. Nesses esconderijos, aquele conhecido como o "Rei

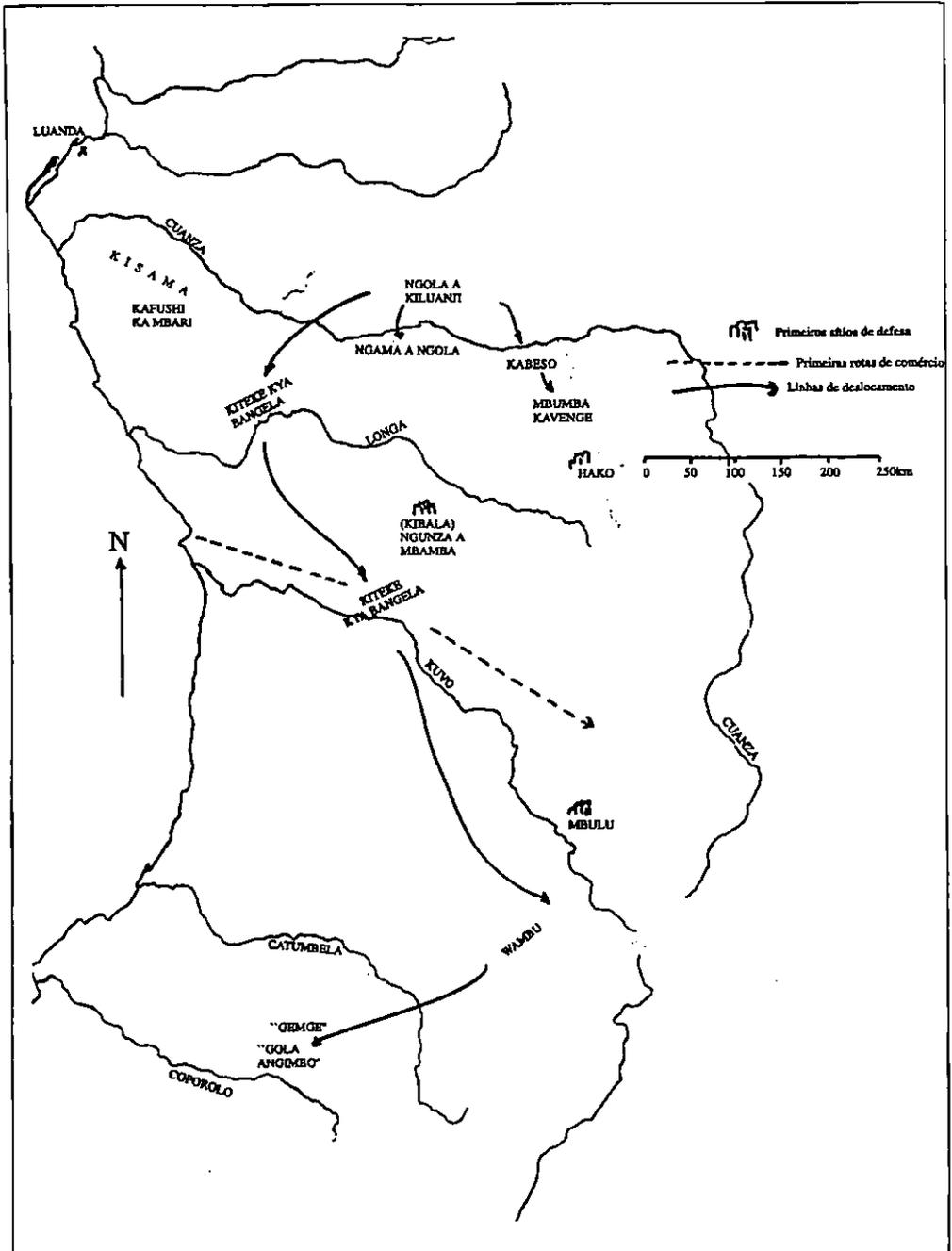
das Pedras" forneceu o núcleo para um chefe poderoso em Hako.²⁷ A grande rocha em Quibala, para lá do Rio Longa,²⁸ havia se tornado o trono de um dos mais renomados chefes de guarda da região inteira, Ngunza a Mbamba. Mas, mesmo as posições fortemente defensivas desses chefes não os capacitaram a parar a expansão das guerras por escravos. O controle do reduto de Quibala mudou de mãos na década de 1670, quando os portugueses derrotaram Ngunza a Mbamba e instalaram um sucessor mais inclinado a fornecer-lhes escravos (Feo Cardoso, "Catálogo", 1825, p. 214). Relações subseqüentes com esse chefe, aparentemente Kiteke kya Bangela, se deterioraram e levaram à sua derrota bem no final do século (Delgado, 1945, p. 253n.). Ele permaneceu na posse definitiva de Quibala, que sempre se manteve como um centro importante da região.²⁹ A influência política de seus chefes se estendeu não só para baixo, em direção ao Cuanza, como também para os declives do norte dos planaltos centrais, em direção a outros locais de boa defesa. Um deles, Mbulo, mais tarde se tornou o local para o grande reino de Mbailundo (Childs, 1949, p. 188).

No final do século XVII, instituições políticas antigas derivadas do Kulembe tinham caído nas mãos dos chefes guerreiros que freqüentemente usavam a tradição dos guerreiros imbangalas para treinar e manter um corpo disciplinado de lutadores. O povo de Huambo mais tarde lembrou que seu rei-fundador, Ngola, incorporou a tradição imbangala (Childs, 1964, p. 370-2) e os chefes dominantes da fase posterior, no século XVIII, se gabavam dessas suas associações. Nessa época, "ser imbangala" significava, principalmente, que eles governavam através de guerreiros treinados de acordo com métodos daqueles e utilizavam magia de guerra derivada deles no século XVI.³⁰

Muito embora existam poucos indícios contemporâneos que revelem as relações desses chefes guerreiros com o povo que eles governavam, descrições de figuras militares semelhantes no século XIX e o bom senso sugerem que eles encheram suas cidadelas com fugitivos, a quem aceitavam como clientes e escravos. Com esses bandos de desesperados, recolheriam impostos sobre a produção agrícola de agricultores que viviam perto de seus esconderijos rochosos. Em contrapartida, ofereceriam refúgio para esses aldeões em tempos de ataque por parte de outros chefes igualmente militaristas. Também atuaram com a política de parentesco, casando com mulheres das linhagens mais importantes de seus domínios e mandando os filhos dessas esposas para as aldeias de suas mães para atuar como representantes da autoridade central.³¹ O mais poderoso de tais chefes certamente procurou dominar os centros agrícolas e também lucrou com o comércio, mas sua força básica derivava de sua habilidade em proteger o povo em tempos de desordem. A eficácia militar dos primeiros reis se voltou para sua habilidade em organizar grandes contingentes de guerreiros e para a autoridade com a qual manipulavam a magia e a ideologia.³² A violência das fases iniciais de escravidão nos planaltos centrais deu, portanto, aos chefes desse tipo papéis políticos fundamentais nos séculos XVII e XVIII. Eles se desenvolveram particularmente nos redutos montanhosos da área e se tornaram avassaladoramente poderosos com a chegada de quantidades significativas de armas de fogo no início do século XVIII.

A bravura militar desenvolvida pelos chefes do século XVII na defesa de refugiados da escravidão se tornou, portanto, uma arma ofensiva que seus sucessores do século XVIII poderiam usar na busca de escravos para eles mesmos e para venda na costa do Atlântico. Com o aumento da exportação de

Mapa 4
Deslocamentos do tráfico de escravos
(fins dos séculos XVI e XVII)



cativos, a tendência da população dos planaltos de se lançar sobre as elevações mais baixas das cercanias se desviou da primeira corrente de agricultores e de extensão da influência política — os culembes ou os imbangalas — para uma nova forma. O povo dos planaltos, não mais capacitado a derrotar os portugueses detentores daquelas terras baixas, que se tornaram lugares que as pessoas evitavam a qualquer custo, enviava somente pessoas escravas, que eles vendiam a compradores europeus lá mesmo. O chapadão do planalto passou a ser a fonte principal de cativos para o tráfico de escravos do Atlântico, enquanto continuava a ser a parte mais densamente habitada de Angola.

As origens e o crescimento da escravidão

Os portugueses, condutos originais do comércio de exportação de escravos, estavam concentrados em Luanda no século XVI, mas tendiam a se espalhar ao longo da costa e a penetrar no interior, seguindo as trilhas estabelecidas por seus antecessores africanos durante os séculos XVII e XVIII. Inicialmente, procuraram por cobre na costa do Atlântico, ao sul do Cuanza, mas logo passaram a explorar o sal e o gado existentes, além dos comércios luxuosos e exóticos da região.³³ Na segunda década do século XVII, mudaram o percurso dos escravos. A exportação de cativos cresceu de forma estável daí por diante por toda a costa, da foz do Longa ao Cabo Negro (hoje Porto Alexandre), até o final do século XVIII.

As crescentes exportações incentivaram o espraiamento da guerra pelo interior, na medida em que os chefes assaltavam seus respectivos domínios em busca de cativos para vender. Essa escravidão entrincheirava os chefes guerreiros, que viviam da luta. As

pessoas tendiam a apinhar-se em torno dos redutos em busca de proteção e, portanto, negligenciavam o potencial agrícola da terra, intensificando os efeitos da seca e da fome (ver especialmente Garcia, 1844, p. 252-3). Grande parte da população de todos os planaltos, portanto, se reagrupou, no século XVIII, em torno dos chefes autoritários que habitavam fortalezas sofisticadas construídas nos principais lugares de defesa. No final, a utilização reduzida das terras agrícolas e a indução dos residentes locais para o tráfico de escravos gradualmente converteram o povo dos planaltos de caçadores de escravos no seio deles mesmos em operadores das caravanas de comércio, que, no final do século XVIII, aprisionavam o povo que vivia tão a leste quanto as nascentes do Rio Zambeze.

Junto com a violência e as desordens veio uma mudança que os levou a usar a tecnologia militar européia (armas de fogo), a adotar estilos de vestir baseados em tecidos importados, a adquirir dependência química do rum brasileiro barato (jeribita) e a usar contas importadas, além de metais, como sinais de poder e riqueza. O número de pessoas que trocou de chefes localmente, como resultado de caçadas de escravos, provavelmente excedeu amplamente o total daqueles que foram vendidos. A perda demográfica decorrente de mortes resultantes da caça e da exportação de escravos é pouco provável que tenha excedido ou o número de pessoas que de qualquer maneira teriam morrido de fome e doenças epidêmicas ou a capacidade das mulheres que sobram de reproduzir a população como um todo (Thornton, 1980).

Os totais de exportação de escravos do altiplano eram altos, talvez os maiores da África Centro-Oeste. Os números cresceram inicialmente, em grande parte, em virtude das densidades populacionais altas dos planaltos e, mais tarde, através do acesso que

seus comerciantes ganharam aos recursos naturais da área de Ngangela que ia além do Cuanza. Os primeiros escravos a deixar a África ao sul desse rio começaram a vir do Baixo Libolo, em meados do século XVI. No século XVII, os cativos se originavam das bacias dos Rios Ngango e Cutato, bem perto de suas nascentes.³⁴ Esses declives do norte dos planaltos forneceram um número substancial de escravos, enviados através do porto português em Luanda durante os séculos XVIII e XIX, talvez de um quinto a um quarto do número total situado, por décadas, em torno de 10 mil pessoas por ano. Outros cativos da mesma região desceram o Cuvo e o Catumbela, alguns deles eventualmente sendo canalizados para a rede litorânea portuguesa que alimentava Luanda. Muitos destes, porém, particularmente antes de 1769, caíram nas mãos de navios de costado franceses e ingleses que ancoravam nas baías ao longo de toda costa ao sul de Luanda, enquanto desmantelavam o Zaire, e para lá da costa de Loango.³⁵

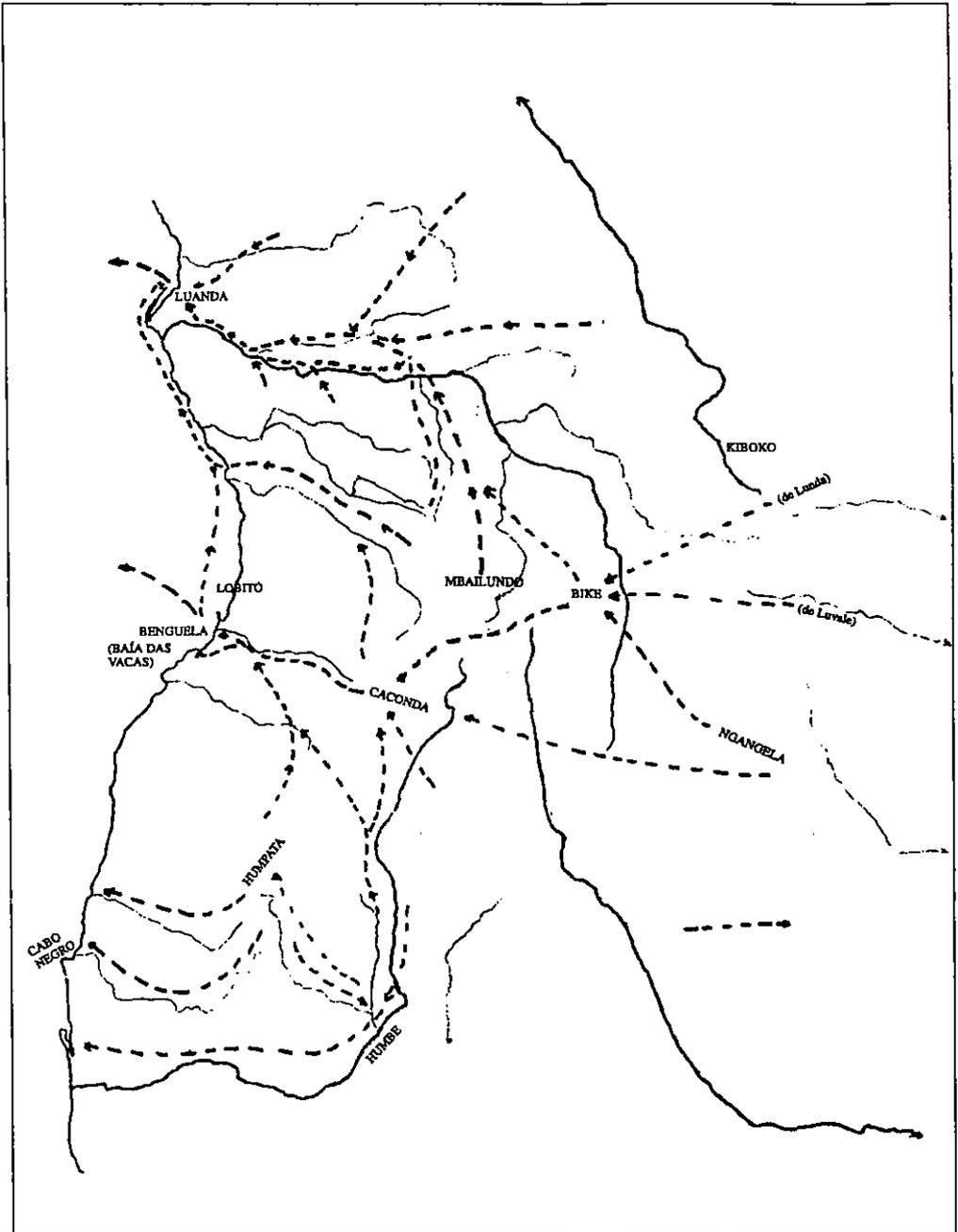
Um sistema independente de rota de comércio convergia para o porto português de Benguela. Uma trilha principal levava para o Catumbela, onde a maior parte dos escravos, antes de cerca de 1790, embarcava em navios franceses, embora um percentual deles, mais ou menos um terço, fosse levado em direção ao sul, para a cidade lusitana. A maior parte dos escravos de Benguela — cujos totais devem ter alcançado de dois mil a três mil por ano, bem no início da segunda metade do século XVII, e que então cresceram para seis mil e oito mil na década de 1780 — veio de um outro conjunto de caminhos, que ia das terras da fronteira entre os planaltos cultiváveis até a área de agropecuária ao sul. As rotas de comércio da região do chapadão de Humpata corriam ao norte e, então, desciam para a costa. Um número pequeno, mas significativo, de escravos

humpatas descia diretamente para o oeste em direção às baías ao sul de Benguela, onde os compradores franceses esperavam, quase sempre na foz do Rio Cubal. Outras trilhas da região de Humbe se irradiavam até o Cunene, o Caculuar e desciam do Cunene até o Cubal.

Se os totais de exportação de escravos da costa entre Luanda e o Cabo Negro cresceram de uma faixa de 12 mil a 15 mil na primeira metade do século XVII para um pico de 25 mil a 30 mil nos anos de 1770 a 1790, declinando daí em diante, pelo menos a metade das pessoas embarcadas se originava ou havia passado pelo chapadão de Humpata na rota para Mbailundo (Delgado, 1945, p. 20-1). Levando em conta exportações anuais de populações de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas, seis mil a 12 mil delas teriam representado uma perda demográfica da ordem de quatro para oito (na maior parte homens) para cada mil habitantes por ano. Mesmo que as mortes associadas à escravidão adiciassem duas vezes o número de pessoas exportadas ao total de ocorrências, tais números estavam suficientemente abaixo da capacidade da população de se reproduzir³⁶ para permitir um crescimento populacional de longo prazo, particularmente quando apoiado na fertilidade de escravas chegadas do leste e retidas nos planaltos.

Os postos militares portugueses — e, mais tarde, longínquos pontos de comércio — seguiam o espraio da escravidão desde acima no litoral, através dos planaltos até as nascentes do Cuanza e indo além delas. No século XVI, sua atividade comercial ao sul desse rio havia se focalizado primeiro perto da foz do Rio Longa, em Benguela — o porto que havia adquirido seu nome de Kiteke Kya Bangela, então chefe dos mais baixos alcances do rio. Bem na década de 1540, o comércio lá incluía anéis e braceletes de cobre trabalhado da produção de minérios

Mapa 5
Angola central e sul: principais trilhas do tráfico de escravos
(século XV ao século XIX)



locais, gado e alimentos, todos produtos da agricultura e indústrias locais. Ele incluía também marfim e escravos (Delgado, 1945, p. 20-1). As exportações dessa região cessaram depois de 1578, quando habitantes da área derrotaram uma expedição militar lusa enviada para estender a conquista recente em Luanda ao sul do Longa (Delgado, 1945, p. 22-3 e 330-1n). A aparição de braceletes de cobre nas salinas perto do Catumbela e do Coporolo estendia em direção ao sul seus sonhos ilusórios de ricos depósitos de minério. Essas fantasias intensificavam esperanças totalmente infundadas de ouro e prata, que haviam levado os portugueses à baía larga e aberta conhecida como Baía da Torre, ou para fora da baía do principal produto local disponível, a Baía das Vacas.

A ocupação africana das fozes dos Rios Catumbela e Coporolo, adjacentes à Baía das Vacas, aparentemente impediu os frágeis empreendimentos lusitanos, enviados à área em 1602 e 1603 e novamente em 1617, de se assentarem em locais mais desejáveis ao longo dos rios. A Baía das Vacas fornecia a única área desocupada da costa que também dava abrigo parcial aos navios que iam para o oceano. O segundo melhor lugar escolhido, embora sem defesa no início, mostrou quase imediatamente ter falta de água potável, ser difícil para suprir e ser notoriamente insalubre para os europeus, provavelmente devido aos mosquitos da malária, que se expandiam no terreno pantanoso ao redor do pequeno assentamento português. A cidade em luta gradualmente adquiriu o nome do porto abandonado, Benguela (daí Benguela Velha), perto do Longa.

O grupo europeu, pequeno, mas vigoroso, rapidamente assegurou sua cabeça-de-ponte. Em um ano os portugueses haviam derrotado o notável local, uma figura menor chamada Peringe, haviam espantado o chefe do Baixo Catumbela ("Jaga Cangombe") e pilhado os

rebanhos de Kilumata do Médio Coporolo. Eles também atacaram o povo nidombe da foz do rio, assumindo o controle das salinas que comerciavam. A foz do Coporolo se tornou a famosa "Dombe Grande da Quinzamba", área da qual os portugueses em Benguela doravante passaram a tirar comida e força de trabalho para a cidade e sal para vender em Luanda e no interior (Delgado, 1945, p. 22-3 e 330-1n).

Estratégias lusitanas mais amplas permaneceram fixadas por cerca de uma década no cobre, gado e sal. As expedições durante aqueles anos buscavam as fontes de cobre nas terras de um chefe chamado Hebo a Kalunda, que evidentemente comandava um sistema de distribuição de extensão considerável, uma vez que títulos que aparentemente se derivavam dele apareceram mais tarde entre os chefes da região de Quilenges. Quilenges também parece ter sido diretamente acessível à área de Hebo, ao longo do Baixo Cuvo, sem dúvida ao longo das rotas de comércio que carregavam cobre das explorações da costa até as estepes mais altas (Delgado, 1945, p. 78, 214-9; Feo Cardoso, "Catálogo", 1825, p. 241-2). Um chefe Sumbe a Mbwela aparentemente comandava a foz do rio e seu nome permaneceu mais tarde para designar os habitantes da região conhecidos como sumbes. Os portugueses consolidaram mais seu controle sobre as lucrativas salinas de "Quinzamba", que se tornaram a salvaguarda exclusiva dos primeiros governadores de Benguela.³⁷

Mas outros saqueadores lusitanos, no final da década de 1620, começaram uma devassa para o leste, ao longo das trilhas que levavam aos planaltos. Assim, começou a mudança da expropriação e exploração de recursos minerais da costa esparsamente habitada para a aquisição de escravos do interior populoso. Um toque isolado carregava o exército português até o Alto Cunene em

1627 ou 1628, onde os líderes das expedições estavam muito impressionados com os domínios de Muzumbo a Kalunga para lá do grande rio. Um outro assalto foi feito novamente a Kilumata para roubar gado (Delgado, 1945, p. 253-4 e 257n).

As linhas de penetração portuguesa geralmente seguiam as rotas de comércio africanas até o Cuvo, provavelmente através de "Bembe" até o Nigalangi e até o Coporolo, através de Quilenges até Hufla por um lado e até o Médio Cunene, através de Ipungo, no Rio Sendi (Cadomega, 1940-42, vol. 3, p. 249-50). As devassas iniciais dos anos 1620 tiveram pouco efeito imediato nos planaltos, mas, durante a década de 1630, exércitos lusitanos em aliança com chefes de estilo imbangala das altas estepes logo começaram a se enfurecer ao longo do corredor Catumbela-Coporolo, que levava a Quilenges. Um imbangala em particular, "Jaga Caconda", da área de Hania, mostrou-se um aliado constante e confiável (Delgado, 1945, p. 120-2 e 125-6n). Ngola a Njimbo, de Quilenges, impediu os lusos ou os imbangalas de penetrarem nas áreas relativamente populosas que ele governava ou de alcançarem as terras acima do espinhaço do altiplano (Delgado, 1945, p. 132-3).

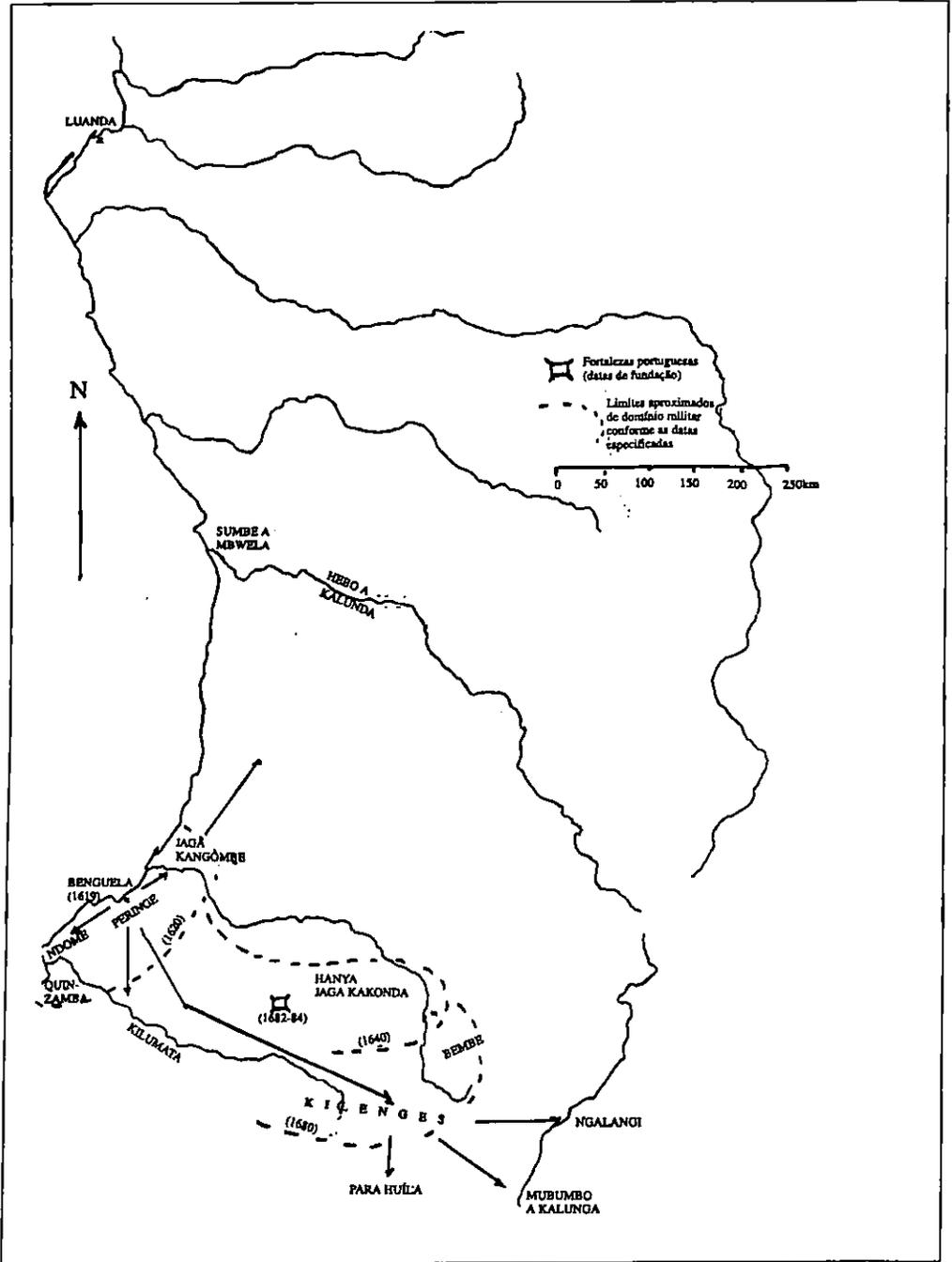
Os portugueses de Benguela devem ter voltado sua preocupação para a escravização, enquanto esses assaltos se espalhavam nos anos 1630. A influência lusitana cresceu em Caconda em 1641-1642, quando a população inteira da cidade-porto se foi para os planaltos durante a ocupação holandesa da costa na década de 1640. O controle holandês das salinas em Dombe Grande forçou os portugueses no interior a intensificar a escravização para sobreviver. A restauração de sua autoridade em Benguela, nos anos 1650, trouxe uma nova determinação, a de desenvolver as fontes de escravos estabelecidas até então nas altas estepes. As expedições mili-

tares de Benguela novamente penetraram os planaltos de Bembe, onde se tornaram uma força muito dominante para o gosto de Caconda. O aliado de outrora, "Jaga", resistiu à crescente presença lusa e, assim, provocou renovados esforços militares portugueses, que culminaram com a decisão, em 1680, de lá estabelecer uma guarnição permanente apoiada pelo governo, nas terras do chefe Bango. Este se opôs à construção do forte, que ocorreu em 1682, destruindo-o em 1684. Caconda buscou refúgio nos vales profundos que cortavam em direção à escarpa despendendo acima do "Gemge", com o apoio de Ngola a Njimbo. Novos ataques portugueses derrotaram este último e forçaram-no a recuar para o cume defensivo de uma montanha em Bembe, logo depois dos limites dos planaltos (Delgado, 1945, p. 214-27; Feo Cardoso, "Catálogo", 1825, p. 211-3).

As vitórias lusas deixaram uma comunidade de imigrantes dedicada ao tráfico de escravos firmemente estabelecida em seu principal mercado nas estepes (chamado Quitandas da Hanha), que eles passaram a chamar de Caconda depois que os chefes imbangalas apoiaram seus antecessores por uma geração, entre 1630 e os anos 1670. Dali em diante, a estocada da escravização portuguesa se mudou das estepes de Hania-Caconda-Quilenges para os planaltos acima delas.

Pelo meio século seguinte, de 1680 a 1730, a política africana nos planaltos girou em torno da estratégia de cerco estabelecida por Ngola a Njimbo ao ponto defensivo mais importante adjacente ao Caconda. Novos chefes guerreiros se estabeleceram por todo o espinhaço montanhoso e ocuparam os locais mais infiltráveis para o leste. Alguns deles, evidentemente usando estratégias imbangala tomadas emprestadas principalmente de Huambo, caçaram escravos e, assim, tornaram-se parceiros de comércio procurados pelos mascates portugueses e seus

Mapa 6
Expansão portuguesa a partir de Benguela, de 1617 até os anos 1680



agentes, que se mudaram para ali vindos das bases em Caconda e Quilenges.

A escravização avançou num ritmo irregular, coincidindo com períodos recorrentes de seca, enquanto a caçada convencional — que cruzava a fronteira entre as zonas de cultivo e de rebanho em resposta às falhas na colheita — se expandia por meio da pilhagem e do roubo de gado, incluindo a captura de pessoas para vender. Yamba ia Kitata (ou Yamba ia Caconda), na vizinhança imediata da fortificação portuguesa, rebelou-se no final dos anos 1690, provavelmente em tempo de seca. Kitata e “Nana Ambundo”,³⁸ que foi talvez um dos primeiros chefes da área que mais tarde se tornou Huambo, eram chefes guerreiros que estavam consolidando seu domínio sobre as regiões mais altas e se lançaram ao ataque numa resposta clássica à fome na região.³⁹ Os portugueses responderam com uma expedição militar que trouxe mais destruição aos planaltos. A seca seguinte (cerca de 1715-1720) viu a violência ressurgir ao longo das trilhas até os planaltos, liderada dessa vez pelo chefe Gando, de Kitata (mais tarde Ivagando). Quando Gando fugiu para o leste, diante da caçada montada por mercadores de escravos de Caconda nos padrões de então, os portugueses perseguiram-no até o final, chegando ao Alto Cunene. A fome recorrente no início dos anos 1720 e a conseqüente desordem provocaram os ataques lusos contra seu sucessor, Kyambela, que atingiram o clímax num tumulto com um outro exército proveniente de Caconda, que alcançou o Cunene em 1720-1721 e assaltou Bembe em 1722-1725 (Delgado, 1945, p. 253-60). A seca e a fome que se seguiram e as condições epidêmicas dos anos de 1715 a 1725 iniciaram, assim, a escravização rumo ao extremo leste e armaram o palco para a consolidação da influência lusa na região, bem como a escravização sistemática por todo o altiplano.

Os europeus e africanos que carregaram o fluxo da escravização para o interior eram de tipo variado. Alguns eram portugueses e brasileiros metropolitanos, judicialmente condenados ao exílio (degradados) no povoado remoto de Benguela. Muitos deles preferiam enfrentar as guerras do interior a arriscar um meio ambiente de doenças mortíferas na costa. Outros vinham de uma comunidade de mestiços afro-portugueses que haviam começado a assumir o controle da cidade de Benguela no início dos anos 1630. A crescente comunidade de comércio em Caconda era quase certamente dominada por famílias afro-portuguesas desse tipo e por pessoas naturais de Benguela,⁴⁰ num tempo em que os nomeados pelo governo de Lisboa e Luanda os conduziam para o interior, ao arrancar o controle dos recursos da costa para os expatriados.⁴¹ Os escravos fugitivos das regiões controladas pelos portugueses retornaram às suas casas no planalto e colocaram parentes e aliados em contato com a comunidade mercantil de Benguela. Os mais bem-sucedidos dos novos comerciantes se estabeleceram como pequenos chefes guerreiros nos planaltos.⁴² Coletivamente, eram chamados de “sertanejos”, de “sertões”, ou “terras do fundo”, onde viviam.

Nos anos 1720, uma quantidade suficiente de renegados havia se assentado a leste do espinhaço montanhoso para exercer uma influência desassentadora ao longo de toda a terra de fronteira de cultivo e rebanho. Os da área de Huambo receberam reconhecimento oficial do governo lusitano, com a nomeação em 1725 de um deles como capitão-mor dos moradores da região (Delgado, 1945, p. 270n). A julgar pelo número de expedições militares desse período, que regularmente se estenderam até o Cunene, na vizinhança de Luseke e Ngalangi (Delgado, 1945, p. 265-70), a escravização havia englobado todas as partes dos declives sul do alto chapadão nos

anos 1720 e na década de 1730 (Delgado, 1945, p. 270-2).⁴³

A consolidação final da presença militar portuguesa nos planaltos se deu logo depois da destruição provocada por uma outra seca séria, no início dos anos 1750. Falta de chuvas causou também uma migração para o sul dos chefes do Nano, chamados "Cabundas", nessa ocasião liderados por Huambo, certamente o mais poderoso chefe africano vivendo da escravização na época.⁴⁴ Esses assaltos puseram em risco os comerciantes locais, principalmente os afro-portugueses que haviam se dispersado pelas porções leste das terras de Kitata, no território de um subchefe Kahala. As desordens, que continuaram no início dos anos 1760, fizeram com que o estabelecimento de um posto oficial do governo na área fosse somente uma questão de tempo. As políticas ativistas centralizadoras importadas de Lisboa pelo governador Sousa Coutinho (1764-1772) foram importante nesse sentido. Como parte do esforço geral de Sousa Coutinho em trazer o comércio do interior de Angola, que estava espalhado e dominado pelos afro-portugueses sob a proteção de interesses metropolitanos, o governo de Luanda, em 1769, "transferiu" a velha guarnição em Hania para o leste, em Kahala, no altiplano, levando também o velho nome do posto para o novo local, Caconda Nova. A transferência, na verdade, criou uma estrutura inteiramente nova no centro emergente de comércio e assentamento lusitano nos anos de 1760.

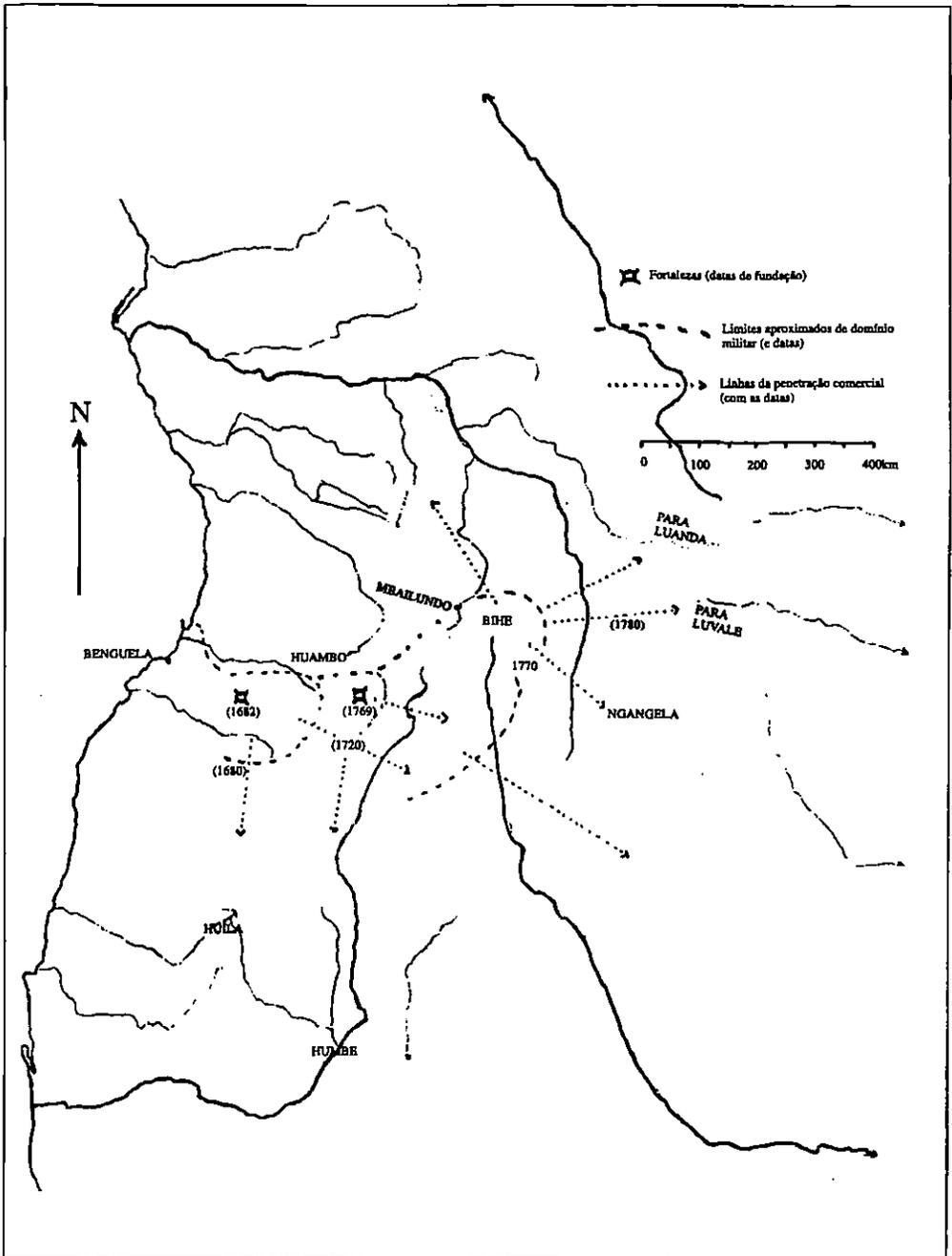
A presença oficial do governo em Caconda Nova, perto do Rio Katape, um afluente da margem direita do Cunene, não muito longe de suas linhas divisórias com o Catumbela, nunca cumpriu sua missão de controlar a expansão rápida de comerciantes em direção ao Alto Cunene e Cubango e mesmo além das nascentes do Cuanza. O governo de Luanda tentou brevemente concentrar esses

colonos em protótipos de "choupanas estratégicas modernas" ao longo da principal rota de comércio,⁴⁵ que ia de Hania a Qui-lenges para o nordeste até a linha divisória central. Ele vislumbrava outras concentrações do mesmo tipo em trilhas que corriam a sudoeste, em direção à chapada de Humpata, ao norte da cidade de Benguela, ao longo da costa no Cuvo, na antiga Benguela e na rota alternativa para os planaltos que seguiam o Catumbela.⁴⁶

Nos anos 1760, os portugueses do altiplano adquiriam escravos da região do Huambo e, crescentemente, da então recém-aberta região Bihe, ao nordeste. Eles haviam começado a usar também os recursos da região de Ngangela, para lá do Alto Cubango, e se assentado entre o Alto Cunene e o Cubango, em Ngalangi, e estavam trabalhando fontes de escravos que desciam até o Cunene e bem longe até o sudeste. O comércio dessas regiões orientais incluía quantidades significativas de cera. Os comerciantes lusos haviam se fixado no sul, ao longo do Baixo Kwe, e estavam em contato com as regiões do Humbe no Baixo Cunene, através de Qui-pungo. De lá compravam escravos e, especialmente, marfim, mas eles mesmos não podiam ter acesso ao local. No sudeste, residiam também na região de Humpata.

A penetração dos portugueses na região de Bihe cresceu rapidamente durante os anos 1770 e 1780. Em 1790, essa região havia se tornado o centro real de compra de escravos no altiplano para os portugueses, em contato não só com Benguela através de Caconda, ao sudoeste, mas também com as trilhas abaixo de Luanda, seguindo os Rios Cutato e Ngango para o Cuanza e o povoado de Pungo Andongo, distante de lá. Comerciantes de Bihe, principalmente africanos locais, mas ocasionalmente eles mesmos sertanejos, trabalhavam cruzando o "país faminto" a leste até as cabeceiras populosas, portanto,

Mapa 7
Principais direções da expansão portuguesa nos
Planaltos Centrais no século XVIII



ricas em escravos, do Zambeze em Luvale.⁴⁷ O rápido espraiamento de mascates estrangeiros pelos planaltos produziu o volume emergente de exportações oficiais de cativos em Benguela, de 1760 até 1795, quando os totais anuais cresceram de uma faixa entre 1.500 e 2.500 a seis mil ou mais. Eles também contribuíram para a intensificação simultânea da compra de escravos pelos franceses e portugueses em qualquer outro lugar ao longo da costa.

Os comerciantes típicos da mata nesse período viviam muito da maneira que qualquer chefe de aldeia sujeito aos chefes africanos no interior vivia. Fortificavam seus pontos de comércio, na verdade aldeias habitadas principalmente por escravos empregados como vendedores ambulantes (*quimbares*), carregadores, concubinas e força de trabalho de campo, além de cativos esperando ser despachados para os portos do oceano. Construía suas habitações de lama e trançados de vara, colocavam o telhado de palha e cercavam as construções e jardins com barreiras de espinho e, em áreas sujeitas a assaltos frequentes, com paliçadas construídas com estacas pontiagudas. Distribuía-se espaçadamente pelo altiplano, raramente residindo dentro de uma faixa de 15 ou 20 quilômetros entre um e outro. Essa dispersão colocou cada comerciante em contato estreito com um círculo limitado de clientes para os produtos têxteis, rum, contas e produtos de ferro, sal e outras importações, que trocavam por escravos, marfim e cera.

As estratégias dos mascates propagaram a expansão que dotou o altiplano de postos de comércio pequenos e isolados nos anos 1760. Normalmente, estabeleciam-se ao tomar uma quantidade de bens a crédito dos mercadores de Benguela, adequados para assentá-los como comerciantes acreditados em alguma parte do interior. Gostavam de começar suficientemente perto do alcance da

artilharia portuguesa, de modo a garantir algum grau de segurança, mas longe o bastante para explorar oportunidades de mercado em áreas não ainda tão densas, colonizadas por mascates competidores da mata, a ponto de a quantidade de negócios disponível cair abaixo do mínimo necessário para sustentá-los e às suas pequenas aldeias de escravos e clientes. As chegadas mais tardias, todas procurando nichos também desocupados, expulsavam constantemente as primeiras em busca de novas fontes de cera, marfim e escravos. Para isso, ou despachavam seus próprios *quimbares* ou emprestavam bens aos parceiros de comércio africanos que iriam levá-los para o leste ou para o sul, em direção às áreas onde os portugueses não se aventuravam pessoalmente. Alguns mascates mudaram seus próprios estabelecimentos para as novas fronteiras. Mais ou menos 200 pessoas desse tipo viviam nos planaltos no final do século XVIII.

Comerciantes bem-sucedidos construía aldeias grandes, cheias de detentores de escravos e mulheres recebidas de chefes africanos desejosos de assegurar relações comerciais com eles. Os mercadores, assim como os sábios chefes de aldeia, cultivavam suas relações com os poderosos chefes africanos que viviam perto dali, ao tomar suas parentes femininas como esposas. Os mais bem-sucedidos se tornaram pequenos chefes, com exércitos mercenários e portadores de dúzias de escravos e trabalhadores em inúmeros séquitos. Esse mascate se casava não só no seio de sua própria gente, bem como com a nobreza africana. Frequentemente conseguiam controlar o escritório do capitão-mor, através do qual Luanda e Benguela inutilmente tentavam exercer o controle governamental. Os casamentos de machos europeus e imigrantes brasileiros com mulheres africanas locais, nobres e escravas, e a renovação dessas relações aparentadas e co-

merciais em gerações de filhos e netos tornaram a comunidade *portuguesa* local, de qualquer região, bem africana em aparência física por uma ou duas gerações depois da colonização. Esses *portugueses* do mato professavam um certo grau de cristandade, falavam um português limitado e se vestiam no estilo europeu, mas impressionavam até mesmo os afro-portugueses das cidades da costa como campônios dos mais rudes. A onda de colonização nos anos 1760 e 1790 produziu a comunidade afro-portuguesa conhecida como Ovimbali⁴⁸ (*de quimbare*) nas décadas de 1830 e 1840, vivendo em torno da guarnição de Caconda e sendo ponta-de-lança do comércio de marfim, que se mudou para o leste nesse período.

O afro-português do planalto era uma ameaça de perdas financeiras sérias para seus credores (as casas de comércio situadas nas cidades da costa). Os comerciantes da mata normalmente deixavam a costa devendo os bens de comércio que levavam a crédito para começar. Acumulavam lucros na forma de escravos, a quem detinham para povoar suas aldeias, e em conexões locais políticas e de parentesco, mas tendiam a não enviar os cativos para os seus pares distantes em Benguela, Luanda ou no Rio de Janeiro, a fim de pagar débitos lá devidos. Em parte, simplesmente se recusavam a pagar, mas também contrabandeavam escravos para os britânicos ou para os franceses ou clandestinamente negociavam melhores preços com qualquer outro mascate de Benguela, um rival de seu credor negligenciado. Guerras africanas constantes e assaltos que atingiam as residências dos sertanejos também repetidamente dispersavam e destruíam suas fortunas. Quando os mercadores ricos do interior morriam, suas propriedades passavam, através de vínculos matrilineos locais, para outras famílias mascates da vizinhança. Os esforços do governo colonial em concentrá-los

em aldeias administradas, durante os anos 1760 e 1770, almejavam, em grande parte, subjugar-los às leis portuguesas de sucessão e herança e a regulamentos comerciais que permitiriam aos credores da costa recuperar os estoques que haviam emprestado para sua realocação. A vontade tênue de proteção do governo português não poderia ultrapassar a força bruta que emanava do endividamento não pago à costa.⁴⁹

Os planaltos na era dos chefes guerreiros

Como a escravização se espalhou sobre o altiplano e além dele, os chefes africanos da guerra se afirmaram como poderes políticos da região. A maioria das "propriedades ovimbundo" dos séculos XVIII e XIX adquiriu sua identidade e geografia política definitivas como causa e consequência da luta que afetou todas as partes do altiplano, particularmente nos anos entre cerca de 1720 e 1770. O mais bem-sucedido desses reinos do planalto se expandiu ao norte e ao sul, para lá dos limites das planícies altas, assumindo o controle do terreno espinhoso e dos lugares mais defensivos em torno dos limites da chapada. Embora alguns Estados tenham surgido de origens bem anteriores, a maior parte surgiu entre as décadas de 1720 e 1750 (Childs, 1970). A consolidação expansiva e militarista do poder desses chefes guerreiros ocorreu nos anos 1760 e 1770, quando o volume de escravização ultrapassou a habilidade de muitos deles em atender à demanda por recursos demográficos locais e dirigiu os conflitos persistentes daquelas décadas.

A escravização local entrou em colapso nas décadas de 1780 e 1790, com o retorno de tempos mais pacíficos. Embora a guerra de tipo mais defensivo ainda pontuasse esses anos e reis guerreiros se agarrassem a as-

saltos ocasionais, os sertanejos, então em grande quantidade no altiplano, levavam a um crescente desvio do comércio para o leste e para o sul. Os grandes chefes, com a sua herança imbangala e suas legiões de guerreiros escravos, adentrando o século XIX, permaneciam em seus esconderijos rochosos como uma torre acima das planícies. Enquanto isso, os gentios originalmente subordinados enriqueciam através dos agentes que saíam em busca de marfim e cera, bem como de escravos. Esses homens, inclinados para o comércio, tendiam a indicar quem seria entronado como rei no período 1780-1830 e, provavelmente, foram os antepassados das grandes famílias mascates do final do século XIX.

O eixo econômico e político dos planaltos estava no espinhaço elevado, do qual fluíam todos os rios mais importantes. Os primeiros chefes do século XVIII a comandar a região foram os de Huambo, que pairavam acima das colinas rochosas acima das nascentes do Cuvo. Na primeira metade do século XVIII, os reis de Huambo estenderam sua influência em direção a oeste e sudoeste, ao assumir o controle dos redutos montanhosos, que comandavam as trilhas de escravos que levavam para as estepes abaixo. Eles também tomaram conta da parte mais ao norte das faixas de terra do Nyaneka, ao sudeste. Assim, desalojaram os primeiros poderes da região, que os portugueses haviam conhecido como Bembe, particularmente os de Kitata e seu subordinado ocidental do final do século XVII, Gando. O deslocamento de Huambo para o sul e para o oeste provavelmente atingiu seu clímax durante os anos 1720, ao mesmo tempo que os comerciantes lusos se assentaram no núcleo do antigo reino para comprar escravos aprisionados nas guerras expansionistas.

O Huambo central exerceu hegemonia variada sobre as regiões adjacentes. Os pon-

tos políticos principais do reino eram os redutos defensivos acima do Cuvo e do Catumbela, mas sua economia estava ancorada na trilha da escravização que ia dos minérios de ferro de Zamba até as cabeceiras do Cunene, através de Caconda a oeste e ao sul, no seu acesso aos rebanhos de gado das baixas elevações.⁵⁰ Os forasteiros ocidentais do Huambo tendiam a partir do Estado matriz, no último terço do século XVIII. Kiyaka e Eketete se tornaram assaltantes famosos ou comerciantes nos anos 1760, assim como Caluquembe, no sudeste, finalmente nos anos 1790.⁵¹ Eles obviamente exploravam as trilhas de escravos que corriam por suas terras. Em tempos de auge de poder, Huambo reclamava a fidelidade dos montanhosos Korone e Kipeyo, ao sudeste, mas em períodos de fragilidade em Huambo estes caíam sob a influência do vizinho do norte, Mbailundo. Para o leste, Huambo tentou preservar seu acesso à área produtora de ferro do Zamba.

Os chefes de Mbailundo ganharam poder durante o século XVIII, com a penetração da escravização nos afluentes das margens ao sul do Cuanza. Dominaram todos os declives ao norte dos planaltos, mandando grupos de caça para o Ngango e Cutato, e, de tempos em tempos, até mesmo se aventuraram a cruzar o Cuanza. Essas regiões enviavam um número significativo de escravos para os portugueses em Luanda, mas o grosso das exportações de Mbailundo ia para o oeste, através de um reino de uma antiga fortaleza chamada Kisangi, e abaixo do Catumbela para Benguela. Quantidades crescentes de cativos mibailundos também marcharam em direção ao noroeste até o Cuvo para Kikombo-Benguela Velha na costa, onde capitães franceses e ingleses os compravam depois de 1750. Mbailundo, fortalecido por um ritmo crescente dessas vendas aos franceses e ingleses, atraiu a hostilidade dos portugueses nos anos 1760. Os esforços do governador

Sousa Coutinho para assumir um controle maior do interior implicaram a redução do contrabando de cativos para compradores que não fossem portugueses na foz do Cuvo e levaram os chefes de Mbailundo a chegar ao ponto de hostilidades abertas, na "Guerra de Bailundo", entre 1773 e 1775 (Correa, 1937, vol. 2, p. 48-67; Feo Cardoso, "Catálogo", 1825, p. 267-70; Sandoval, 1858). Essa guerra se seguiu às tentativas de Luanda de reinar sobre os comerciantes lusos e sobre os forasteiros ocidentais de Mbailundo (Kipeyo, Ivagando e Baixo Cuvo) e cresceu a partir de uma escaramuça violenta perto da foz do rio.

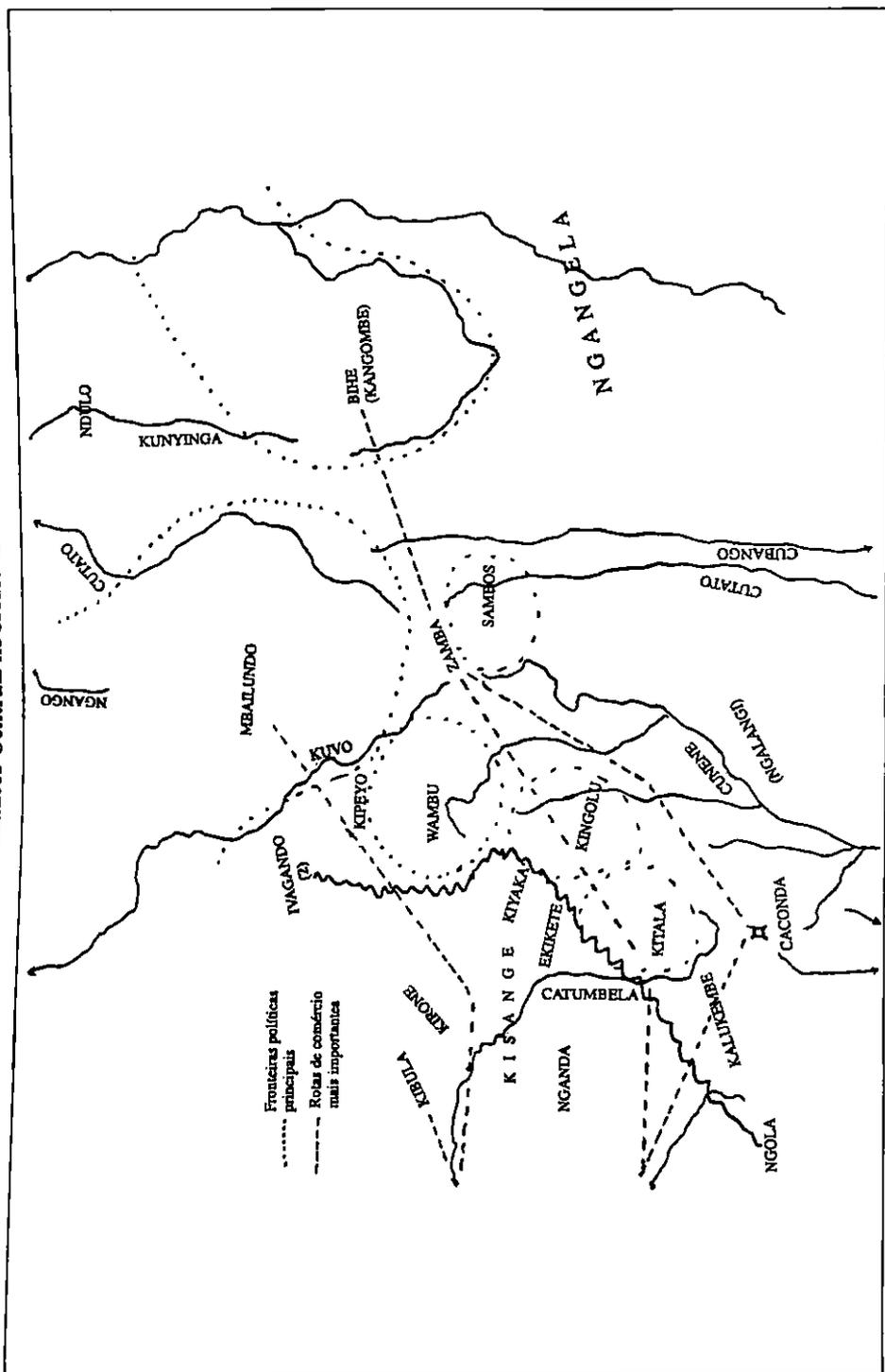
Mbailundo traçou suas alianças com os principais chefes do altiplano para confrontar as forças invasoras portuguesas e o conflito rapidamente se tornaria um dos maiores confrontos militares do século XVIII. Dois exércitos portugueses penetraram no coração dos planaltos, um avançando para o sul, saindo do bolsão leste de Luanda, enquanto o outro subia de Benguela. Essas forças depuseram os governantes do Huambo e do Mbailundo e a terceira força do altiplano, Bihe, depois de vencer uma certa resistência desses três, assim como da maior parte de seus chefes tributários. O clímax do cerco ocorreu no reduto sofisticadamente fortificado do chefe de Kingolo. A derrota final veio depois que as forças africanas combinadas haviam recuado para o oeste, no sentido das linhas de última defesa, na área montanhosa a oeste de Kiyaka.

A guerra de Bailundo marcou uma virada importante na política interna e externa dos reinos dos planaltos. Depois dessa derrota, o respeito dos chefes guerreiros pelos portugueses cresceu acentuadamente. Seus grupos de assalto continuaram descendo para as estepes mais baixas em tempos de seca, mas os chefes mesmos professavam um respeito crescente pelas autoridades governamentais

lusitanas em Caconda, Benguela e Luanda. Aceitaram mascates estrangeiros mais ou menos como residentes permanentes de seus domínios e deixaram os portugueses do interior agirem como intermediários entre eles e os navios franceses e ingleses, que ainda compravam escravos em outras partes da costa. O volume de cativos aumentou com a mais freqüente, embora dificilmente duradoura, paz nas estradas. Um posto distante do governo português na foz do Cuvo, que passou a se chamar Novo Redondo, assumiu o comando da saída direta de Mbailundo para o mar. Nos anos 1790, os chefes do Huambo, de Mbailundo e Bihe aceitaram o batismo cristão como símbolo de vassalagem nominal às autoridades lusitanas em Luanda.⁵²

O equilíbrio político interno entre os nobres subordinados das terras de cultivo e os grandes reis guerreiros também favoreceu crescentemente o povo das planícies, ao invés dos chefes das rochas. Sem dúvida alguma, a fraqueza interna dos chefes guerreiros os encorajava a buscar alianças cristãs com os portugueses militaristas. Conselheiros da corte e alguns escravos reais ousaram depor os chefes por vontade própria. A perda de poder dos chefes guerreiros dentro de seus reinos correspondeu também à realocação da maior parte da escravização para o leste do Cunene e do Cuanza. Os assaltos diretos dos exércitos de escravos deles se tornaram uma fonte menos importante de cativos do que as caravanas de comércio montadas pelo gentio mercantil de seus domínios. Esses notáveis freqüentemente trabalhavam em conjunto com parceiros de comércio portugueses, que conseqüentemente passaram a ser equivalentemente influentes. Nos anos 1820 e 1830, o controle mercantil das propriedades militares antigas havia crescido tanto que os sucessores do até mesmo mais poderoso dos velhos chefes, Mbailundo, governaram so-

Mapa 8
Planaltos Centrais no século XVIII



mente pela vontade de seus conselheiros (Sandoval, 1858).

Os chefes do Bihe, no quadrante nordeste do altiplano, o ponto inicial para o comércio de escravos e cera depois do Cuanza, por volta dos anos 1760 em diante, cresceram forte internamente mas externamente dependentes, num padrão que resumia as tendências contraditórias em direção tanto ao crescimento quanto à fraqueza presentes em algum outro lugar nos planaltos naquele período. Os chefes do Bihe parecem ter emergido durante as primeiras fases da escravização na região, no final do século XVII. Os primeiros reis protegeram as partes norte do Estado, alcançadas pelos comerciantes de Luanda em uma geração antes que os portugueses em Benguela penetrassem no leste dos planaltos. Um chefe cahoco, provavelmente um subordinado do norte do chefe Muzumbo a Kalunga, do Médio Cunene, construiu uma política na tradição imbangala (ou "Jaga"), que se fazia ainda presente no reino amadurecido do século XIX.⁵³

O centro de Bihe se mudou para o sul nos anos 1730, quando um outro chefe, Cangombe, emergiu como um novo poder sobre a escravização que, então, se irradiava para o leste pelos portugueses baseados em Benguela e Caconda.⁵⁴ Os chefes cangombes evidentemente encontraram a derrota contra uma expedição portuguesa em cerca de 1760 e concordaram em dar as boas-vindas aos comerciantes estrangeiros já nos anos 1760. Na década de 1770, estes haviam feito de Bihe o trampolim para o crescente comércio de escravos para bem dentro do interior, provavelmente com base na famosa abundância agrícola da região, que sustentava não só as caravanas que se dirigiam para o "país faminto" a leste, como também os cativos que chegavam com elas. O crescimento dos cangombes em Bihe marcou o advento do pri-

meiro príncipe mercador a ganhar ascendência sobre seus antecessores guerreiros.

Um número pequeno de chefes tinha o controle efêmero nas regiões chamadas de Ngangela, a leste do Cunene e do Cutato. Um deles, chamado Banze, havia se tornado o mais poderoso perto das minas de ferro de Cassinga, nos anos 1770 ou na década posterior, em 1780, mas Katoko o sucedeu mais tarde. Os comerciantes portugueses raramente se estabeleciam nessas regiões arenosas mais baixas, as quais eles consideravam insalubres e de potencial agrícola muito inferior aos planaltos. Seus *quimbares* haviam penetrado na região como comerciantes na década de 1760⁵⁵ e nos anos 1780 vinha de lá a maior parte da cera recebida pelos mascates em Benguela. Traçaram uma distinção entre o Mbwela, ao longo do alto Lungwembungo, e um outro povo mbundo que vivia a sudeste. As rotas de comércio nessas planícies secas do sudeste seguiam os rios e talvez tenham se estendido por toda a trilha até os pântanos de Okavango ou do Zambeze, onde comerciantes colhiam informações sobre o sistema de comércio do Oceano Índico, mais abaixo desse rio.⁵⁶

A ascensão e a queda dos chefes guerreiros dos Estados ovimbundos, no século XVIII, seguiam uma trajetória comum na África Centro-Oeste na era do tráfico de escravos (Miller, 1983). A sua ascensão, entre 1690 e 1720, coincidiu com a crescente disponibilidade de armas nos planaltos e os chefes autoritários que construíram esses regimes usavam armas de fogo para derrubar esferas de mando improvisadas. Depois de cerca de 1760, quantidades crescentes de crédito vindas da costa financiaram o florescimento de uma elite mercantil mais tardia que desafiou os chefes guerreiros no final do século. As primeiras guerras despovoaram a região temporariamente e conduziram a maior parte dos habitantes para refúgios

inacessíveis de onde os escravizadores não poderiam desalojá-los. Como os chefes guerreiros ficaram sem vítimas, os mascates organizaram redes comerciais que os colocaram em contato com novas fontes de escravos, a leste do Cuanza e no sul. Lá tiveram que lidar com uma geração de chefes guerreiros mais tardia e mais remota que se levantou primeiro para proteger seus dependentes da escravização, mas que mais tarde passou a explorar o povo de seus vizinhos e rivais no comércio. Os mascates dos planaltos repovoaram seus domínios com dependentes escravizados e coexistiram com dificuldade com os descendentes reais de seus antecessores guerreiros por duas outras gerações.

Comércio e política no sul

A população de língua nianheca, dedicada à agricultura e à pecuária, ao sul da trilha principal do século XVIII, de Hania para Caconda até Bihe, tinha, de fato, aberto as redes de escravos e marfim dos portugueses no século XVII, talvez tão cedo quanto as explorações dos anos 1620 e 1630. Na década de 1680, a principal rota de cativos de Benguela passava por Quilenges e então se voltava para o sudeste em direção a Quipungo, provavelmente seguindo em sentido contrário às rotas de comércio incrementadas por movimentos anteriores de boiadeiros até os tributários do Médio Cunene. Esse movimento havia estabelecido os chefes nianheca em Quilenges (Estermann, 1979, p. 8; Cadornega, 1940-42, vol. 3, p. 168) e produzido a consolidação política em Quipungo, no Baixo Sendi (Estermann, 1979, p. 9; Cadornega, 1940-42, vol. 3, p. 250). O chamado "Humbi" (Nyaneka ou Handa) de Quipungo continuou a operar a diáspora do comércio, importando manadas de Quilenges para o Baixo Cunene durante o século XIX.⁵⁷

Os senhores mais poderosos do sudoeste, bem na metade do século XVII, ocuparam os excelentes locais defensivos em Huila, na chapada de Humpata. Esses chefes, chamados nigolas, venderam a maior parte do marfim para compradores europeus nos anos de 1670 (Cadornega, 1940-42, vol. 3, p. 172-3) e passaram para a venda de escravos somente mais tarde, quando as exportações destes cresceram ao longo das costas sul de Benguela na década de 1760. Huila permaneceu relativamente além da faixa de assentamento de uns poucos comerciantes perto de seus arrabaldes. Os chefes de Njau, originalmente subordinados de Huila, estacionaram na face oeste da chapada de Humpata e tiraram proveito do seu comando sobre as rotas de comércio que desciam escarpa abaixo até o Rio Cubal, para se tornarem independentes de seus suseranos nominais durante a década de 1770.⁵⁸

Os escravos vindos através de Quipungo e Huila eram frequentemente originários das planícies alagadas do Baixo Caculuvar e Cunene, onde os chefes do Humbe governavam o maior núcleo populacional da região sul. O Humbe também supria a maior parte do marfim que abastecia Benguela na década de 1780, quando havia adquirido uma reputação entre os comerciantes europeus como um reino rico, populoso e poderoso. No entanto, nenhum português se aventurou a ir para lá, uma vez que os reis humbes não deixavam entrar todos aqueles que usassem sapatos e operassem suas próprias redes de comércio em direção ao oeste. Colônias de mercadores humbes se espalharam para baixo do Cunene, a fim de entrar em contato direto com navios franceses e ingleses ancorados perto do Cabo Negro e na foz do Cubal. Grupos de caça do baixo rio ocasionalmente penetravam tão a oeste quanto a região de Quilenges em tempos de seca severa, como fizeram sob um chefe quip em 1806-7.⁵⁹ O

expansionismo dos humbes do século XVIII indicava que naquela região o estabelecimento comercial estava financiando suas próprias operações, contrastando com o crescente endividamento do Nano, onde os europeus se fixavam em número cada vez maior.

O cotidiano na era do tráfico de escravos

Na guerra e no destino dos chefes guerreiros, por detrás das dramáticas mudanças políticas introduzidas pelo tráfico de escravos em expansão no século XVIII estavam mudanças mais vagarosas e mais sutis, embora não menos profundas, na agricultura, na tecnologia, no comércio regional e na demografia. Os agricultores do planalto no século XVI tinham certamente enfatizado o cultivo do sorgo, com milhetes de rápida maturação integrados à rotação da colheita em campos silvestres quase exauridos, como uma forma de seguro contra a seca.⁶⁰ Para o sul, onde solos mais arenosos e chuvas mais curtas prevaleciam, os agropecuaristas nyanekas humbes plantavam milhete, mas se fiavam em produtos do gado para ajudá-los a superar as dificuldades em tempos de seca. Os nianhecas dos rios mais altos também compensavam a fome com assaltos que cruzavam o espinhaço do altiplano na direção das estepes abaixo e, ocasionalmente, por toda a rota de descida até as fozes dos rios, quando necessário. Os agricultores de língua umbundo, no bolsão do sorgo, também pilhavam os vales do baixo rio por todos os lados em torno da chapada, procurando as palmeiras e os campos aluviais do Libolo e do Baixo Cuvo, o gado dos nianhecas e os rebanhos e milhetes do Baixo Cunene. Já que o povo do planalto possuía muito pouco gado e não podia criá-lo na maior parte do altiplano, conseguiam bois de raça assaltando a faixa de terras que ia do

sul para o sudoeste.⁶¹ Em tempos de chuvas abundantes, compravam sal e peixe seco das fozes do Coporolo e Catumbela e também do Cuvo. Em troca, o Nano, melhor irrigado, mandava alimentos para as áreas vizinhas mais secas ao sul e a oeste. O ferro da província de Zamba se espalhava por toda a região e o cobre e produtos de luxo também circulavam amplamente.

As bases agrícolas dos planaltos mudaram para enfatizar o cultivo de milho e mandioca, ambas importações das Américas, provavelmente no decorrer dos séculos XVII e XVIII. O milho oferecia melhores rendimentos caloríficos em áreas úmidas, enquanto a mandioca, uma raiz conhecida original e reveladoramente como *farinha de guerra*, sobreviveu à devastação de assaltantes e, portanto, preencheu as crescentes necessidades de alimentos, enquanto a escravidão espalhava a violência por todos os lados. A região de Huila e os agropecuaristas nianhecas e humbes que migraram para cima em direção ao Sendi e ao Caculuvar adotaram o milho, como fizeram partes da chapada do Huambo e do Bihe.⁶² Variedades mais amargas de mandioca foram levadas de Luanda⁶³ para o interior e se espalharam pelo sudeste até as regiões mais arenosas que ultrapassavam o altiplano principal. Tipos diferentes, provavelmente de Benguela, alcançaram o Bihe e se tornaram a base da agricultura em Ngangela,⁶⁴ mas não puderam penetrar o sudeste seco, onde o milhete continuava dominante.⁶⁵ Somente nas planícies férteis de Quilenges o milho e a mandioca importados não conseguiram substituir o sorgo, porque as chuvas eram muito escassas e irregulares para se confiar no primeiro.⁶⁶ Segundo os relatos da época, os brotos (de variedades desconhecidas) também eram importantes.

As vantagens demográficas e econômicas de incorporar mandioca e milho no ciclo de

cultivo devem estar ligadas ao fato de serem considerados produtos agrícolas cultiváveis nos anos de boas chuvas e de ter reduzido a mortalidade da guerra e das fomes quando os tempos se tornavam ruins. O povo do Ngangela plantava duas ou três vezes mais a quantidade de mandioca do que esperavam consumir nos anos de chuva comum, com a intenção evidente de deixar os tubérculos não cultivados de um bom ano no chão para um possível uso, se se seguisse um ano de seca (Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 489; "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 22). A integração de novas colheitas, cultivadas em campos por mulheres detidas pela caça e pelo comércio de escravos, deve ter sustentado níveis populacionais adequados para amparar o comércio de escravos sem uma perda demográfica de longo prazo.⁶⁷

A maior mudança tecnológica do século XVIII está ligada à adoção da importação de armas de fogo. Os chefes guerreiros dos planaltos deviam seu poder a corporações de guerreiros escravos, que eram treinados e quase todos habilitados para o uso de armas de fogo importadas nos anos 1780 (e certamente em algumas décadas anteriores). Alguns deles recrutavam escravos dos portugueses, particularmente os que eram treinados no uso de armas européias, e usavam-nos como guardas pretorianos do Estado.⁶⁸ Os chefes também dependiam de importações de produtos têxteis, com os quais vestiam suas mulheres e premiavam seus adeptos leais. Ostentavam sua riqueza pessoal usando chapéus europeus de abas largas, carregando bengalas, consumindo grandes quantidades de conhaque de cana brasileiro (jeribita) e oferecendo-o aos seus convidados. Tais importações haviam se espalhado muito menos no leste e no sul, uma vez que as armas de fogo só passaram a ser usadas nessas regiões muito mais tarde, no início do século XIX. A concentração de importações no al-

tiplano, junto com as pessoas lá detidas como escravos, representava o capital acumulado de um século ou mais de escravização nos anos 1700. A restrição deles aos planaltos populosos provavelmente refletia não só as origens da maior parte dos escravos embarcados durante as décadas iniciais do comércio, como também as altas margens de lucro dos intermediários e operadores de caravanas nos anos posteriores. Uma proporção muito menor do valor, no litoral, de cada cativo em bens de comércio alcançava as regiões distantes de produção de escravos a leste.⁶⁹

A geografia política dos planaltos no final do século XVIII acentuou o contraste entre as fortalezas centrais petrificadas dos chefes e as populações agrícolas da vizinhança. Cada um dependia do outro. Os agricultores buscavam proteção dos chefes contra os assaltantes africanos e europeus e estes, por sua vez, demandavam deles tributos e trabalho para construir e suprir suas cidadelas. Nas fortalezas, eles estocavam suprimentos e água para agüentar cercos prolongados. A água era tão importante nas zonas mais secas que os exércitos mutilavam seus inimigos ao quebrar seus reservatórios.

As cidades reais — normalmente localizadas perto dos campos fora dos muros das fortalezas, mas perto delas o suficiente para oferecer refúgio na eventualidade de um ataque de surpresa — eram habitadas por mulheres tomadas como esposas pelos chefes de linhagens maternas de suas terras, pelos guerreiros imbangalas e por escravos e clientes de todo tipo. Os chefes governavam seus domínios distantes através de conselhos de nobres, que representavam a população agrícola que vivia no local. As pessoas que comumente viviam dispersas em aldeias localizadas perto dos campos em tempos de paz se juntavam dentro dos muros em tempos de guerra. Os reis concediam campos e al-

deias para apoio a membros nomeados da corte. A maioria dos nobres das aldeias localizava seus antecedentes nos tempos anteriores aos reis de estilo imbangala, provavelmente conectados com Ngalangi, com a terra antiga e espíritos de serpentes, com as ramificações do sistema do ngola que havia vindo do norte para o altiplano e com o Kulembe.⁷⁰

As relações entre os chefes guerreiros eram complexas e com freqüência íntimas, passando continuamente da paz à guerra, apesar de vínculos duradouros de afinidade e aliança. Uma constelação de famílias aparentemente governou Huambo, Kiyata, Kalukembe, Ekekete, e uma Kitata renascida. Elas habitualmente coordenavam grupos de assalto enviados às estepes durante o início do século XIX (Delgado, 1940, por exemplo, nas p. 49, 70-1, 120 e 290). Quando da guerra de Bailundo, em 1773-1775, os chefes de Mbailundo, Huambo e outros reinos arregimentaram forças para a defesa em Kíngolo, o grande reduto deles todos. Lá tentaram agüentar o cerco montado pelos portugueses, fracassaram e, nessa ocasião, como muitos outros, recuaram para uma série de posições em fortalezas progressivamente menos acessíveis. Saíram, de montanha em montanha, fugindo das forças que os cercavam, escapando por cavernas naturais secretas e, finalmente, atingindo a gruta mais profunda e mais confortável das montanhas do oeste, onde estocaram alimentos e água em abundância. Quando atacados, os criadores de gado das regiões do sul entregavam seus rebanhos aos cuidados de seus clientes e aliados até que o perigo passasse. Trocas de casamento eram freqüentes e, provavelmente, ligavam todas as famílias nobres do altiplano numa rede extensa de afinidade e influência exercidas sobre os filhos e sobrinhos que os chefes talvez apoiassem como pretendentes aos reinos bovinos vizinhos (Delgado, 1940, p. 484; "Derrota", em Fel-

ner, 1940, vol. 2, p. 15; Feo Cardoso, "Catálogo", 1825, p. 269-70; Edwards, 1962, p. 18; Childs, 1949).

O fim da escravização

Enquanto o comércio de escravos durou como atividade principal nos planaltos, particularmente dos cativos que os próprios chefes capturavam nas terras vizinhas ou os que reivindicavam como tributo, custas judiciais e multas sob a mira das armas de seus próprios súditos, os redutos rochosos permaneceram os focos para a distribuição de importações obtidas pelos portugueses. Mas, como o comércio gradualmente se mudou para o leste no final do século XVIII, as exportações de cera e marfim começaram a complementar as de escravos e o número de comerciantes estrangeiros residentes em suas terras cresceu, os chefes guerreiros passaram a reivindicar o acesso aos bens importados para os seus nobres subordinados e mesmo para homens de história humilde mas suficientemente espertos que multiplicassem um pequeno empréstimo de bens de comércio em fortunas e séquitos de escravos.

O movimento de escravização a leste e ultrapassando o Ngangela iniciou uma transformação gradual no equilíbrio do comércio e do poder político entre guerreiros e mascates nos anos 1790. E prepararam a região para uma transição relativamente pacífica para a era do comércio da cera e do marfim que se estabeleceu depois de 1840. O volume de escravizações na costa de Benguela diminuiu na década de 1790, primeiramente porque os franceses se afastaram durante a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas e, novamente, nas décadas de 1810 e 1820, quando a corte real portuguesa se mudou para o Rio de Janeiro e abriu o Brasil ao comércio inglês. O fluxo de mercadorias britânicas que se seguiu através de mascates

metropolitanos efetivamente tirava os escravizadores brasileiros do mercado, embora tivessem sido os principais comerciantes ativos em Benguela até então. O grosso da escravização passou para o norte, em Luanda, para a foz do Rio Zaire e para a costa do Loango (Miller, 1988).

O declínio correspondente em importações disponíveis no altiplano talvez tenha produzido um período de depressão que teria sido parcialmente responsável por tempos de violência pontilhados de assaltos do complexo de Estados do Huambo, entre cerca de 1811 e 1823. Chefes guerreiros em decadência tentaram compensar o comércio reduzido e o poder desgastado num último grito militarista, assaltando as estepes em busca de gado, na direção da chapada de Humpata e descendo para o Dombe Grande, perto de Benguela.

Os comerciantes de escravos portugueses temiam que a formalização do final da escravização, anunciada em 1827, para vingar em 1830, provocasse massacres dos mascates residentes no altiplano e ataques a postos do governo, mas isso nunca se materializou. As décadas de declínio anteriores haviam evidentemente esgotado de tal modo os suprimentos de armas dos chefes guerreiros que os impediu de executar os assaltos ameaçados. Pelo contrário, os governantes de antigos Estados guerreiros como Huambo e Mbailundo se aproximaram dos funcionários lusos e pediram armas de fogo e apoio diplomático para substituir as armas e as importações de luxo, que não mais podiam adquirir através da escravização.⁷¹

O tráfico de escravos se arrastou em níveis relativamente baixos até os anos de 1840, mas nessa época enriquecia primeiramente os comerciantes que traficavam cativos bem longe, a leste do Cuanza. Claramente, o tráfico não sustentava mais os bandos de guerreiros, a grandiosidade do estilo

de vida e os redutos sofisticados do século anterior. Os grandes chefes guerreiros do altiplano ainda retinham muito da influência que haviam conquistado nas gerações anteriores, mas tinham que ouvir seus conselheiros e as famílias nobres de suas terras com mais respeito a essa altura, bem como os portugueses. O futuro não mais lhes pertencia.

Foi, portanto, o primeiro declínio da escravização nas costas de Benguela, que preparou o povo do altiplano para o papel destacado que assumiria nos *booms* de cera e do marfim no século XIX. Todos os elementos nos quais as gerações posteriores de novos mascates iriam se pautar estavam no lugar: os contatos se estendiam bem longe, a leste, até as terras ricas em abelhas; uma rede bem dispersa de comerciantes portugueses estava a postos para emprestar utensílios importados para parceiros comerciais locais; o povo do altiplano havia cultivado gostos por tecidos asiáticos e europeus, armas de fogo, rum e outras importações e, depois de mais ou menos 1810, um novo grupo emergente de homens jovens, não mais levados pelas exportações de escravos, tornou-se disponível para ser empregado como carregadores e guardas na revolução comercial que se seguiria. Outras rotas de comércio levavam ao sul, onde o gado supriria de carne de boi, cascos e peles futuros mercados de exportações.

O período das décadas de 1820 e 1830 foi um tempo de depressão comercial no que concerne a importações e exportações, mas foi também um tempo em que as novas forças consolidaram os recursos que iriam prepará-los para responder com entusiasmo e eficiência quando aumentassem os preços de mercado da cera de abelha, peles e marfim, que poderiam suprir. Já em 1836, os comerciantes de Luanda propuseram eliminar um monopólio real, que preservava artificial-

mente os preços baixos para o marfim desde o século XVII. Os mercadores dos planaltos centrais ficaram a postos para a revolução comercial que se seguiria.

NOTAS

• Esta dissertação foi escrita em 1980, mas nunca foi publicada. As referências expressam as fontes e a literatura disponível na época. Desde então, novos estudos significativos fizeram avançar nosso conhecimento da história de Angola "ao sul do Cuanza", particularmente no século XIX, depois do período coberto aqui. Ver especialmente a coletânea de diários de Antônio Francisco da Silva Porto em Maria Emília Madeira Santos, *Viagens e apontamentos de um portuense em África* (Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1986); a etnografia de Mesquita Lima, *Os Kyaka de Angola* (Lisboa, Edições Távola Redonda, 3 vols. 1988-92); e os estudos realizados por Maria Emília Madeira Santos, "Borracha, crédito e autonomia do comércio africano na ligação à economia internacional", *Studia* (51):17-27 (1992), e "Tecnologias em presença: manufacturas europeias e artefactos africanos (c. 1850-1880)", em Santos (ed.), *1 reunião de história da África — Relação Europa-África no 3º quartel do séc. XIX* (Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989), p. 207-40, bem como John K. Thornton e Linda Heywood, "African fiscal systems as demographic sources: the case of the central highlands of Angola, 1770-1900", *Journal of African History*, 29(2):213-28 (1988). Além desse reconhecimento geral, o texto aparece aqui como foi preparado originalmente.

1. Por exemplo, Verney Lovett Cameron em Childs, 1949, p. 6, mas também toda a correspondência do governador Sousa Coutinho (1766-1772) e Vasconcelos, 1844.
2. Sousa Coutinho, 18-10-1768 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa — doravante AHU — Angola, Cx. 32); Vasconcelos, 1844; Magyar, 1859, p. 125, 239, 361 etc.; Childs, 1949, p. 24. Kuder, 1971, tem estatísticas modernas sobre população.
3. Maiores reflexos nos modelos gerais demográficos em Miller, 1981.
4. Ver "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 15, 19, 21.
5. *Idem*, p. 23.
6. Sobre a etnografia geral, ver Estermann, 1976; sobre a história, ver Felner, 1940, vol. 1, p. 119-27, e Delgado, 1944.
7. Minhas inferências são baseadas em Papstein, 1978, p. 68-73; Hoover, 1978, p. 49-67; e estudos lingüísticos citados dali em diante. Veja também Felner, 1940, vol. 1, p. 120. Essa hipótese experimental ainda aguarda confirmação lingüística.
8. Conhecido como "Handa" (Estermann, 1979), "Mohumbis" (documentos do século XVIII), "Hanya" (Hauenstein, 1967b), "Ganda" (Childs, 1949) etc.
9. E rios ao norte, de acordo com Battell, em Ravenstein, 1901. Delgado, 1945, p. 29.
10. Kingi? Cf. o *Tyingi* em Estermann, 1979, p. 10; Cadornega, 1940-42, vol. 3, p. 168, coloca o nome do país como "Genge" em cerca dos anos 1670. Veja também o relato da influência dos ngolas na região de Humpata (Felner, 1940, vol. 1, p. 120).
11. Para esses títulos (*vunga* em quimbundo), ver Miller, 1976, p. 89-110.

12. Ver Delgado, 1944, vol. 1, p. 597 (doc. nº 65, carta do regente de 15-2-1798).
13. Ver Battell em Ravenstein, 1901, p. 84-5; Miller, 1976, p. 89-90; Delgado, 1945, p. 191 e 215; e também Childs, 1949, p. 242-3 (mapa), para Kalembe ka Njanja, no período moderno.
14. Aparentemente, a fonte para a designação Bembe é Cavazzi, 1965, vol. 1, p. 24 e 29. A forma do nome variava consideravelmente (Bambe, Bimbas, Bembes, Bembem etc.) e foi primeiramente mencionado por Lopo Soares Lasso em 1627 (Delgado, 1945, p. 122). Subseqüentemente, Delgado, 1945, p. 182n, 191, 265-6, e Feo Cardoso, "Catálogo", 1825, p. 257, para todo o altiplano. O sentido do termo foi reduzido nos anos 1780 para denotar apenas a safda para as elevações mais altas, como, por exemplo, o mapa de Pinheiro Furtado em Cadornega, 1940-42, vol. 3, inserção.
15. Ver Cavazzi, 1965, vol. 2, p. 256, para uma seca nos planaltos em cerca de 1657-59.
16. Para "Bembe Baixa", ver Cavazzi, 1965, vol. 1, p. 28, e vol. 2, p. 240.
17. Ver Cavazzi, 1965, vol. 1, p. 24, para os efeitos da seca da década de 1650.
18. Ver Miller, 1981; Miller, s/d; e Miller, 1976, p. 144, para uma referência clara às tradições orais posteriores à fome.
19. Uma resposta comum à fome (Urquhart, 1963, p. 123).
20. Ver Miller, 1976, p. 141-75. Cf. invasões narradas como vindas das mesmas regiões nos idos de 1720, também um tempo de grave seca.
21. Ver Brandão, 1904, para as tradições orais dos acontecimentos do século XIX; títulos e localizações confirmados para os anos 1650 por Cavazzi, 1965, vol. 1, p. 25 (Ngola Kabanje), p. 26 (Kabeso), p. 28 (Ngama a Ngola); Heintze, 1970 e 1972 para Kafushi ka Mbari.
22. De quem os portugueses tiraram o nome para a costa sul do Cabo Ledo (Delgado, 1945, p. 20-1). Ver também Brandão, 1904, p. 408.
23. Cf. em Ravenstein, 1901, p. 19 em diante, o relatório de Battell sobre as invasões ameaçadoras dos imbangalas de Kiteke e Kya Bangela no Baixo Longa, em 1601. Ver também Delgado, 1945, p. 60.
24. Presentes lá na década de 1650, de acordo com Cavazzi, 1965, vol. 1, p. 25. Relatos posteriores podem ser encontrados em Delgado, 1945, p. 183 e 214-5; Cadornega, 1940-42, vol. 3, p. 249. Cf. a reconstrução em Heintze, 1974.
25. Ainda evidente no Médio Cuvo nos anos 1680 (Cadornega 1940-42, vol. 3, p. 250, e Childs, 1949, p. 242); para a influência inicial dos ngolas na região, ver Childs, 1964, p. 370-2.
26. Ver Delgado, 1945, p. 132-3 e 181-2, mas cf. Delgado, 1944, vol. 1, p. 113 e 230.
27. Ver Delgado, 1945, p. 207-12, para os anos 1670.
28. Então conhecido como Kibala Kya Ndongo, aparentemente depois das origens ngolas de seu chefe Ngunza a Mbamba (Cavazzi, 1965, vol. 1, p. 26, e vol. 2, p. 240; Cadornega, 1940-42, vol. 3, p. 249).

29. Documentado na área em 1804: Noronha para o chefe das terras de Quibala, Kiteke Kya Bangela, 29-8-1804 (Arquivo Histórico de Angola — doravante AHA — Cód. 240, fls. 29v-30v), e também Vasconcelos, 1844, p. 157; Brandão, 1904, p. 408-10.
30. Ver Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 488; evidência etnográfica posterior sobre esses “escravos do Estado” pode ser encontrada em Childs, 1949, p. 21, 187n.
31. Ver Cavazzi, 1965, vol. 2, p. 242 e 246, para Hako na década de 1650.
32. Por exemplo, os imbangalas (Miller, 1976, especialmente os Capítulos 6 e 8).
33. Madeiras aromáticas, plumas de pássaros, peles, chifres de rinoceronte, pêlos de girafa.
34. Ver referências a essa região-fonte, conhecida como “Tamba”, em Cavazzi, 1965, vol. 1, p. 25-6.
35. Ver a única narrativa conhecida de um escravo levado de Angola para o Brasil, em Brant Pontes, citado em Felner, 1940, vol. 1, p. 250; interpretado em Miller, 1988, p. 1 em diante.
36. Grosseiramente estimada em 25 por 1.000 ao ano.
37. Delgado, 1945, p. 98, dá um volume, em cerca de 1622, na ordem de 35 mil galões norte-americanos (ver também p. 98, 102 e 117). Conchas de zimbo também eram importantes.
38. Conseqüentemente, a origem aparente do termo “Nano”, ao sul do Ovimbundo, originalmente aqueles dominados pelos huambos e chefes relacionados, mas mais tarde generalizado para se referir a todos os povos agrícolas do norte, como empregado pelos agropastorais do sul e popularizado por Delgado, 1944, vol. 1, p. 229; por Estermann, 1979, p. 1; e Felner, 1940, vol. 1, p. 123. Mas cf. Redinha, 1961, que trazia o sentido original.
39. Ver as circunstâncias descritas em Delgado, 1945, p. 231-33; reversão ao nomadismo, roubando comida e gado etc.
40. Por exemplo, a carreira da figura dominante em Caconda, 1680-1710, Antônio (de) Faria, em Delgado, 1945, p. 228 e 230.
41. Por exemplo, a recusa do Conselho Ultramarino de Lisboa em aceitar um homem local, Antônio Rodrigues Machado, como capitão-mor (Delgado, 1945, p. 182 e 214-15).
42. Por exemplo, a carreira de Kahumba, em cerca dos anos 1720 (Delgado, 1945, p. 256-66); cf. tradições orais posteriores em Caconda (Childs, 1949, p. 179).
43. Ver também da Cunha, 22-1-1756, em AHU, Angola, Cx. 27 e Maço 18, D.O. e 18-6-1756, em AHU, Angola, Maço 18, D.O.
44. A primeira menção de “Cabundas” na carta de Quibinga, sova de Luseke, escrita por Capenda, sova de Lubando, 3-8-1744 (AHU, Angola, Cx. 23). Ver também Domissiano Marcos, 25-9-1744, em AHU, Angola, Cx. 23.
45. Bandos de 26-10-1769 e 2-6-1769, em AHU, Angola, Cx. 32.
46. Sousa Coutinho, 18-10-1769, em AHU, Angola, Cx. 32 (publicado nos *Arquivos de Angola*, vol. 1, nº 1 [1933], e Felner, 1940, vol. 1, p. 165-69), e bando de 23-9-1768, em AHU, Angola, Cx. 31 (publicado nos *Arquivos de Angola*, vol. 1, nº 6 [1936]).

47. Descrições gerais dos planaltos nesse período são relativamente abundantes: o mapa de Pinheiro Furtado, reproduzido em Cadomega, 1940-42, vol. 3, que incorpora dados do mapa de Sandoval, 1858; Vasconcelos, 1844; "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 3-27; Pilarte da Silva em Felner, 1940, vol. 1, p. 177-86; cartas de Mesquita de 20-7-1781 e 8-12-1781, em AHU, Angola, Cx. 38. Ver também a discussão das relações entre algumas dessas fontes em Bontinck, 1977.

48. Isso quer dizer uma forma plural do umbundo do velho termo para um representante do comércio, *quimbare* ou *Kakondista*.

49. Em adendo às fontes citadas na nota 44, ver Delgado, 1944, vol. 1, p. 237-50, 572-75, e 1945, p. 294-306; cf. Childs, 1949, p. 197.

50. A região do Mbongo, onde os portugueses mais tarde fundaram Caconda Nova, era, provavelmente, a do "Huambo", mencionada como tendo colonos em 1725.

51. Para tradições orais modernas, ver Childs, 1964; 1949, p. 176-7 e 178-80; e 1970, p. 242 e tabela. Para descrições contemporâneas, ver Vasconcelos, 1844, p. 154; Delgado 1944, vol. 1, p. 597-98 (doc. nº 65, carta do regente do Huambo, de 15 de fevereiro de 1798); *idem*, vol. 1, p. 600-2 (doc. nº 66, carta de João Luciano dos Santos Moura, capitão-mor de Huambo, 16 de abril de 1801); Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 590; "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 14 e 18-9; Delgado, 1940, p. 42.

52. Sobre Mbailundo, Noronha para o sova Bailundo, 17-9-1803, em AHA, Cód. 240, fls. 19v-21; *idem*, 27-8-1804, em AHA, fls. 30-31v; *idem*, 9-9-1805, em AHA, fl. 38; Antônio Gomes Cortazão, 14-2-1806 em AHU, Angola, Cx. 56; Barboza, 24-10-1811, em AHU, Angola, Cx. 60; Delgado, 1940, p. 60-1n e 64; Leiria, 19-10-1814, em AHU, Angola, Cx. 62. Em Huambo, a correlação de forças parece ter mudado apenas na década de 1820 (Delgado, 1940, p. 86 e 103; Delgado, 1944, vol. 1, p. 315 e 602-3). Em geral: Lacerda, 1844, p. 210; Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 488; Delgado, 1940, p. 42, 44 e 45.

53. Ver Childs, 1949, p. 173; Termo da Proposta, 7-11-1736, em AHU, Angola, Cx. 21, e lista de províncias conquistadas, em AHU, Angola, Cx. 31, para "Cacoco"; cf. "Huqua Quicoria, Gram Feque (ou "Grande Senhor")", vol. 3, p. 250 de Cadomega, de outra forma não identificado. Para a tradição de Kahuku, ver Magyar, 1859, p. 266 em diante; Childs, 1949, p. 188, indica a confirmação dessa tradição tão antiga quanto 1898.

54. Childs, 1949, p. 173, para a tradição oral moderna; Termo da Proposta, 7-11-1736, em AHU, Angola, Cx. 21; carta de Quibinga, sova de Luceque, 3-8-1744, em AHU, Angola, Cx. 23. Cf. Cunha Mattos, 1963, p. 324, para uma história fazendo a conexão "Jaga" alguns anos antes de Magyar e lembrando a virada para o comércio com os portugueses.

55. Ver Delgado, 1945, p. 288-9; Antônio de Vasconcelos, 10-1-1761, em AHU, Angola, Cx. 28; Pilarte da Silva, em Felner, 1940, vol. 1, p. 177-86; Childs, 1949, p. 198; Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 489-90; Vasconcelos, 1844, p. 158-9; Delgado, 1940, p. 64-5; "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 22-5.

56. Ver "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 22 e 25; Vasconcelos, 1844, p. 153 e 156; João Álvares de Mello, 7-12-1798, em AHU, Angola, Cx. 46; Pilarte da Silva, em Felner, 1940, vol. 1, p. 185 (docs. nº 14 e 15, Quevedo Magalhães, 24-2-1785 e 4-5-1785); Felner, 1940, vol. 1, p. 214 e 219.

57. Ver Lacerda, 1844, p. 193; Delgado, 1940, p. 72-3; dos Santos, em AHU, Angola, Maço 5; de Mello, 12-7-1798, em AHU, Angola, Cx. 45.

58. Pilarte da Silva, em Felner, 1940, vol. 1, p. 177; lista de províncias de Benguela, em AHU, Angola, Cx. 31; bando de 23-9-1768, em AHU, Angola, Cx. 31; Felner, 1940, vol. 1, p. 122; Delgado, 1940, p. 102-3 e 482-5; Garcia, 1844, p. 246; Delgado, 1945, p. 317; Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 487.
59. Consulta sobre Moçâmedes, em AHU, Angola, Maço 6; *Arquivos de Angola*, vol. 1, nº 6 (março de 1936), carta de Mello, 30-4-1798; requerimento de Boaventura José de Mello, em AHU, Angola, Maço 6; Mesquita, 30-7-1781, em AHU, Angola, Cx. 38; Vasconcelos, 1844, p. 151; Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 487-8; Felner, 1940, vol. 1, p. 214 e 219-20 (docs. nº 14 e 15, Quevedo Magalhães, 24-2-1785 e 4-5-1785); Estermann, 1979, vol. 2, p. 12; Delgado, 1944, vol. 1, p. 284-5.
60. Por exemplo Cavazzi, 1965, vol. 2, p. 256, para os anos 1670, em "Bembe Alta".
61. Cavazzi, 1965, vol. 1, p. 190, para a referência ao prestígio da pele de boi nessa região, no século XVI; Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 490-1, para o final do século XVIII; Delgado, 1944, vol. 1, p. 597; Delgado, 1940, p. 484.
62. Primeiro indício de Huambo em 1798, em Delgado, 1944, vol. 1, p. 597; Bihe em cerca da década de 1780, em "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 22; Huila em 1825, em Delgado, 1944, vol. 2, p. 483-4.
63. Região de Haco em 1657. Cavazzi, 1965, vol. 2, p. 242.
64. Ver Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 489; "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 22, para os anos 1780; Huambo em 1798, em Delgado, 1944, vol. 1, p. 597, e também em Luvale nos anos 1790, mas o milhete é ainda relatado como dominante na região, na época, em "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 24; Kiboko ainda estava cultivando mandioca e sorgo ("Derrota", em Felner, 1940, vol. 1, p. 25); mas Silva Teixeira, em Felner, 1940, vol. 1, p. 236-7, diz que a mandioca era abundante, assim como com os milhetes.
65. José Álvares de Mello, 7-12-1798, em AHU, Angola, Cx. 46, para o relatório dos anos 1790.
66. "Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 16-7. Cf. a distribuição das colheitas descritas por Urquhart, 1963, para a era moderna, idêntica à documentada para a década de 1790 e, provavelmente, para um século antes.
67. A estatística populacional para o final do século XVIII e cerca de 1845, embora admitidamente grosseira, está bem perto dos níveis populacionais modernos; fontes citadas na nota 2.
68. Delgado, 1940, p. 484, para Huila na década de 1820, mas o "problema do escravo fugitivo" data do século XVII como uma das causas da guerra portuguesa contra os chefes africanos. Ver também Lacerda, 1844, p. 191.
69. Pilarte da Silva, em Felner, 1940, vol. 1, p. 177-86; Mesquita, 8-12-1781, em AHU, Angola, Cx. 31, para uma clara afirmação da dependência criada pelo comércio; Lacerda, 1844, p. 201; Pinheiro de Lacerda, 1845, p. 488 e 491; embora a jeribita não tenha substituído o álcool africano de mel de abelha, milhete e outros grãos; Delgado, 1940, p. 483-6; a produção de ferro foi estimulada para armas, correntes e outros condutores de escravos ("Derrota", em Felner, 1940, vol. 2, p. 15-6; Lacerda, 1844, p. 192; "Extinção das Pedras", Anexo 6, em AHU, Angola, Cx. 37; Delgado, 1944, vol. 1, p. 597-8, carta do regente do Huambo, 15-2-1798).
70. A etnografia de Angola central e sul é muito incompleta e imprecisa. Uma grande parte dos vestígios indica que as populações agrícolas dos planaltos eram então, e permaneceram, matrilineares, embora esse princípio tenha sido consideravelmente reduzido em significância por gerações

de escravização e pelo fato de o idioma patrilinear pertencer ao domínio político (não obstante as famílias reais terem sido matrilineares nos séculos XVII e XVIII). Ver Childs, 1949; Edwards, 1962; McCulloch, 1952; Lacerda, 1844, p. 291; Vasconcelos, 1844; Pinheiro de Lacerda, 1845 etc.

71. Por exemplo, os apelos de Mbailundo por armas em 1811. Delgado, 1940, p. 60-81n e 64.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes elementares

A reconstrução da história de Angola central e sul oferecida aqui sofre muito com a falta de um estudo completo, que poderia ser feito através das fontes publicadas, sem falar numa pesquisa de campo conduzida de acordo com premissas e metodologias modernas e/ou uma exploração sistemática de material de arquivo disponíveis.

As fontes elementares do período antes de 1840 estão relativamente bem cobertas e listadas a seguir. O trabalho etnográfico mais recente foi só parcialmente explorado. As fontes essenciais da metade e do final do século XIX ficaram quase intocáveis. As riquezas do Arquivo Nacional de Angola, em Luanda, não foram consultadas e uma quantidade significativa de material do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, e de outros arquivos portugueses permaneceu sem uso. O resultado é um esboço histórico que faz mais perguntas do que as responde. Talvez os leitores estejam suficientemente estimulados por suas qualidades especulativas para empreender a pesquisa necessária no sentido de alcançar graus maiores de certeza sobre a história inicial de Angola "ao sul do Cuanza".

Desde que este ensaio foi escrito (1980), o Arquivo Nacional de Angola e o Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) passaram por reorganizações meticolosas. Todas as referências aos documentos dessas coleções citam lugares como do início dos anos setenta. Alguma idéia da estrutura dos arquivos nacionais em Luanda nessa época (quando ainda era o Arquivo Histórico de Angola, sob o domínio colonial português) talvez seja possível através da consulta da listagem excelente de seus acervos, dirigidos pelo padre Antônio da Silva Rego. Para a reorganização da coleção angolana no Arquivo Histórico Ultramarino, sugiro a consulta ao manual de José C. Curto.

As fontes elementares de antes de 1840 são as seguintes:

COIMBRA, Carlos Dias (1959-65). *Livros de "Ofícios para o Reino" do Arquivo de Angola, 1726-1810*. Luanda, Museu de Angola, 2 vols. (ver também Milheiros [1971]).

CURTO, José C. (1987). "A coleção de escritos angolanos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa: para um guia de trabalho". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (6-7):275-306 (traduzido como "The Angolan manuscript collection of the Arquivo Histórico Ultramarino, Lisbon: toward a working guide". *History in Africa* (15):163-89, 1988).

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE ANGOLA (1966). *Roteiro topográfico dos códices*. Luanda, Arquivo Histórico de Angola.

————— (1969-71). *Roteiro topográfico dos avulsos*. Luanda, Arquivo Histórico de Angola.

MILHEIROS, Mário (1971). *Ofícios para o reino*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, vol. 3 (ver também Coimbra [1959-65]).

REGO, Antônio da Silva (1965). *A propósito do Arquivo Histórico de Angola*. Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola.

Bibliografia básica

- ALVES, Pe. Albino (1951). *Dicionário etimológico bundo-português*. Lisboa, 2 vols.
- ANNAES DO CONSELHO ULTRAMARINO (1854-67). Parte não-oficial. Lisboa
- ANNAES MARÍTIMOS E COLONIAES (1840-46). Publicação mensal redigida sob a direção da Associação Marítima e Colonial. Lisboa.
- ARCHIVO DAS COLÔNIAS (1917-22). Lisboa.
- ARQUIVOS DE ANGOLA (1933-39). Primeira série. Publicação oficial editada pelo Museu de Angola.
- (1943). Segunda série. *Idem*.
- BONTINCK, F. (1974). "Brèves remarques relatives au 'Catálogo dos Governadores de Angola'". *Studia* (39):69-78.
- (1977). "Derrota de Benguela para o sertão: critique d'authenticité". *Bulletin de l'Academie Royale des Sciences d'Outre-Mer*. Bruxelas (3):279-300.
- BRANDÃO, A. dos Santos (1949). "Usos e costumes dos indígenas 'vauambos': eleger um soma". *Mensário Administrativo* (24/25):43-6.
- (1950). "Usos e costumes dos indígenas 'vauambos': um soma quando doente e na morte". *Mensário Administrativo* (35-36):39-42.
- BRANDÃO, Paes (1904). "Diário da marcha do chefe do Conselho do Libollo, tenente Paes Brandão, à região da Quibala". *Portugal em África*, 11, p. 22-5, 76, 79, 137-40, 223-37, 288-91, 349-55, 406-12, 481-5.
- BRASIO, Pe. Antônio (1952-71). *Monumenta missionária africana — África Ocidental* (Série 1). Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 11 vols.
- (1973). *História e missiologia: inéditos e esparsos*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola (inclui: "Catálogo dos governadores de Angola: quem o escreveu?", p. 573-81).
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira de (1940-42). *História geral das guerras angolanas (1680)*. Lisboa, Agência Central do Ultramar, 3 vols.
- CAMERON, Verney Lovett (1877). *Across Africa*. New Iorque (2ª edição: London, 1885, contendo "matéria nova e original"), 2 vols.
- CATÁLOGO DOS GOVERNADORES DO REINO DE ANGOLA (1826). In: *Notícias para a história e geographia das nações ultramarinas*. Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, vol. 3. Reimpresso nos *Arquivos de Angola*, série 1, vol. 1, nº 1 (1937). Ver também Cadornega, vol. 2; Feo Cardoso, vol. 2; Brásio, 1973, p. 573-81; e Bontinck, 1974.
- CAVAZZI DE MONTECUCCOLO, Pe. João Antônio (1965). *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 2 vols. (edição original: 1687).
- CHILDS, Gladwyn M. (1949). *Umbundu kinship and character*. London, Oxford University Press (para o International African Institute).

- _____ (1960). "The peoples of Angola in the seventeenth century according to Cadomega". *Journal of African History*, 1(2):71-9.
- _____ (1964). "The Kingdom of Wambu (Huambo): a tentative chronology". *Journal of African History*, 5(3):367-79.
- _____ (1970). "The chronology of the Ovimbundu kingdoms". *Journal of African History*, 11(2):241-8.
- CLARENCE SMITH, W. G. (1978). "Capitalist penetration among the Nyaneka of Southern Angola, 1760s to 1920s". *African Studies*, 37(2):163-76.
- _____ (1979). *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola, 1840-1926*. New York, Cambridge University Press.
- CORREA, Elias Alexandre da Silva (1937). *História de Angola*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 3 vols.
- COUCEIRO, Henrique de Paiva (1892). *Relatório de viagens entre Bailundu e Mucusso*. Lisboa.
- COUPEZ, A.; EVRARD, E.; et VANSINA, J. (1975). "Classification d'une échantillon de langues bantoues d'après la lexicostatistique". *Africana Linguística* (6):131-58.
- CRUZ DE CARVALHO, Eduardo (1974). "'Traditional' and 'modern' patterns of cattle raising in Southwestern Angola: a critical evaluation of change from pastoralismo to ranching". *Journal of Developing Areas*, 8(2):199-226.
- CUNHA MATTOS, R. J. da (1963). *Compêndio histórico das possessões portuguesas na África*. Rio de Janeiro.
- DALBY, David (1975). "The prehistorical implications of Guthrie's comparative bantu: Part I — Problems of internal relationship". *Journal of African History*, 16(4):481-501.
- _____ (1976). "The prehistorical implications of Guthrie's comparative bantu: Part II — Interpretation of cultural vocabulary". *Journal of African History*, 17(1):1-27.
- DELGADO, Ralph (1940). *A famosa e histórica Benguela: catálogo dos governadores (1779-1940)*. Lisboa.
- _____ (1944). *Ao sul do Cuanza (ocupação e aproveitamento do antigo Reino de Benguela)*. Lisboa, 2 vols.
- _____ (1945). *O Reino de Benguela (do descobrimento à criação do governo subalterno)*. Lisboa, Imprensa Beleza.
- DERROTA DE BENGUELLA PARA O SERTÃO (1940). In: FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral sul de Angola*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, vol. 2, p. 13-27. Cf. Bontinck, 1977.
- DIAS, Gastão Sousa (1937). *Pioneiros de Angola, explorações portuguesas no sul de Angola (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa.
- EDWARDS, Adrian C. (1962). *The Ovimbundu under two sovereignties*. London, Oxford University Press.

- ESTERMANN, Pe. Carlos (1960-61). *Etnografia do sudoeste de Angola*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 3 vols.
- (1976). *The ethnography of Southwestern Angola*. New York, Africana, vol. 1.
- (1979). *The ethnography of Southwestern Angola*. New York, Africana, vol. 2.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque (1940). *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*. Lisboa, Agência Geral das Colônias, 3 vols.
- FEO CARDOSO de Castello Branco e Torres, João Carlos (1825). *Memórias contendo a biographia do vice-almirante Luís da Motta Feo e Torres, a história dos governadores e capitães generaes de Angola desde 1575 até 1825, e descrição geographica e política dos reinos de Angola e de Benguella*. Paris, 3 vols.
- FODOR, István (1977). "The use of L. Magyar's records (1859) for the history of umbundu". *Studies in African Linguistics*, suplemento 7, p. 63-71.
- GARCIA, J. (1844). "Explorações no sertão de Benguella". *Annaes Marítimos e Coloniaes*, 4(6):240-54.
- GIBSON, Gordon D. (1977). "Himba Epochs". *History in Africa* (4):67-122.
- GRAÇA, Joaquim Rodrigues (1854-58). "Viagem feita de Luanda com destino às cabeceiras do Rio Sena, ou aonde for mais conveniente pelo interior do continente, de que as tribos são senhores, principiada em 24 de abril de 1845". *Annaes do Conselho Ultramarino* (1):101-14, 117-29, 133-46. Republicado como "Expedição ao Muatayanvua", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 9(8-9):365-468. Encartado no *Boletim Oficial de Angola* (1855) e nos *Arquivos de Angola*, s, r. 2, 2(9-10):225-39.
- HAMBLY, W. D. (1934). *The ovimbundu of Angola*. Chicago, Field Museum of Natural History (Anthropological Series, vol. 21, nº 2).
- HASTINGS, D. A. (1933). "Ovimbundu beliefs and practices". Dissertação de doutorado, Hartford Seminary.
- HAUENSTEIN, Alfred (1960). "Le serpent dans les croyances de certain tribus de l'est et du sud de l'Angola". *Estudos Etnográficos* (1):217-34.
- (1963). "L'Ombala de Caluquembe". *Anthropos* (58):47-120.
- (1964). "Les voyages en caravane des Tijaka". *Anthropos* (59):926-32.
- (1966-67). "Considerations sur le motif décoratif croix ainsi que différentes coutumes accompagnées de gestes et rites cruciformes chez quelques tribus d'Angola". *Bulletin der Schweizerische Gesellschaft für Anthropologie und Ethnologie* (43):16-38.
- (1967a). "Considerations sur le vase sacré, ombia yohasa de la résidence royale de Civonga de la tribu des Hanya", *Anthropos* (62):907-36.
- (1967b). *Les Hanya*. Wiesbaden.
- (1967c). "Rites et coutumes liés au culte de la pluie parmi différentes tribus du Sud-Ouest de l'Angola". *Boletim do Instituto de Angola* (27):5-32 e (29):5-28.
- (1970). "Le roi Pomba Kalukembe et le problème de l'ohasa". *Anthropos* (65):154-65.

- HEINTZE, Beatrix (1970). "Beiträge zur geschichte und kultur der Kisama (Angola)". *Paideuma* (16):159-86.
- (1972). "Historical notes on the Kisama of Angola". *Journal of African History* 13(3):407-18.
- (1972-73). "Kwanyama and ndonga chronology: some notes". *Journal of Southwest Africa Scientific Society* (27):49-56.
- (1974). "Wer war der 'König von Banguela'". In: *In Memoriam Jorge Dias*. Lisboa, p. 185-202.
- HOOVER, J. Jeffrey (1978). "The seduction of Ruwej: reconstructing Ruund history (the nuclear Lunda: Zaire, Angola, Zambia)". Tese de doutorado, Universidade de Yale.
- KARTE ZUR ÜBERSICHT DER REISE JOAQUIM RODRIGUES GRAÇA'S (1856). *Petermanns Geographische Mitteilungen*, 2(17).
- KUDER, Manfred (1971). *Angola, eine geographische, soziale und wirtschaftliche*. Landeskunde, Darmstadt.
- LACERDA, José Maria de (1844). "Observações feitas sobre a viagem da costa d'Angola à costa de Moçambique". *Annaes Marítimos e Coloniaes* (5):188-214.
- LEITE DE MAGALHÃES, António (1924). *Distrito de Cuanza-Sul: geographia histórica, física, política e econômica do distrito: relatório do governador (Cuanza-Sul)*. Lisboa.
- MCCULLOCH, Merran (1952). *The Ovimbundu of Angola*. London, International African Institute (Ethnographic Survey of Africa, West Central Africa, n^o 21).
- MAGYAR, Ladislau (1859). *Reisen in Süd-Afrika in den Jahren 1849 bis 1857*. Pest und Leipzig.
- MAIA, Antônio da Silva (s/d). *Dicionário rudimentar português-kimbundo*. Cucujães.
- MENDES, Gregório José (1887). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (7).
- MILLER, Joseph C. (1976). *Kings and Kinsmen: early Mbundu states in Angola*. Oxford, Clarendon Press (ver Miller, 1995).
- (1981). "Lineages, ideology and the history of slavery in Western Central Africa". In: LOVEJOY, Paul E. (ed.). *Slavery and ideology in Africa*. Beverly Hills, CA, Sage Publications.
- (1982). "The significance of drought, disease, and famine in the agriculturally marginal zones of West-Central Africa". *Journal of African History*, 23(1):17-61.
- (1983). "The Atlantic Zone from ca. 1400 to 1870: the paradoxes of impoverishment". In: BIRMINGHAM, David B. and MARTIN, Phyllis (eds.). *History of Central Africa*. London, Longman, vol. 1, p. 175-201.
- (1988). *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press.
- (1995). *Poder e parentesco: os mais antigos estados mbundu em Angola*. Luanda, Arquivo Nacional de Angola.

- (s/d). "The formation and transformation of the Mbundu states from the sixteenth to the eighteenth centuries". In: HEIMER, Franz-Wilhelm (ed.). *The formation of Angolan society*. No prelo.
- MONTEIRO, Joaquim John (1875). *Angola and the river Congo*. London, 2 vols.
- MORAIS, J. A. David de (s/d). "Transformações ocorridas na sociedade umbundu desde o colapso do comércio da borracha até o fim da era colonial". Não publicado.
- PAPSTEIN, Robert J. (1978). "The upper Zambesi: a history of the Luvale people, 1000-1900". Dissertação de doutorado, Universidade da Califórnia, Los Angeles.
- PINHEIRO DE LACERDA, M. (1845). "Notícia da cidade de Benguella e dos costumes dos gentios habitantes daquelle sertão". *Annaes Marítimos e Coloniaes* (5):486-91.
- PORTO, A. F. da Silva (1945). *Viagens e apontamentos de um portuense em África*. Lisboa, eds. J. Miranda e A. Brochado.
- RAVENSTEIN, E. (1901). *The strange adventures of Andrew Battell of leigh in Angola and adjoining regions*. London, Hakluyt Society (edição original: 1613, 1625).
- REDINHA, José (1961). *Distribuição étnica da província de Angola*. Luanda, IICA.
- RODRIGUES, A. V. (1968). "Construções bantas de pedra em Angola". *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, 5(2):169-89.
- SANDOVAL, Candido de Almeida (1858). "Notícia do sertão do Balundo". *Annaes do Conselho Ultramarino* (parte não-oficial), 1, p. 519-21.
- SILVA, J. V. da e MORAIS, J. A. de (1974). "Ecological conditions of social change in the central highlands of Angola". *Environment in Africa*, 1(1):51-69.
- SILVA, Mário Henriques da (1949). "Povos da Quibala (excerto de um relatório)". *Mensário Administrativo* (24/25):23-32.
- SOREMEKUN, Fola (1977). "Trade and dependency in Central Angola: the Ovimbundu in the nineteenth century". In: PALMER, Robin e PARSONS, Neil (eds.). *The roots of rural poverty in Central and Southern Africa*. London, Heinemann, p. 82-95.
- TEIXEIRA, Alexandre da Silva e COSTA, José da Silva (1935). "Relação da viagem que fiz desta cidade de Benguella para as terras de Lovar no anno de mil setecentos noventa e quatro". *Arquivos de Angola*, 1(4), doc. X. Republicado em Felner, 1940, vol. 1, p. 236-7.
- THORNTON, John K. (1980). "The slave trade in eighteenth century Angola: effects on demographic structures". *Canadian Journal of African Studies*, 14(3):417-27.
- TRAVASSOS VALDEZ, Francisco (1861). *Six years of a traveller's life in Western Africa*. London, 2 vols.
- URQUHART, Alvin W. (1963). *Patterns of settlement and subsistence in Southwestern Angola*. Washington, D.C. (publicação 1096, National Academy of Sciences, National Research Council).
- VASCONCELOS, Alexandre José Botelho de (1844). "Descrição da capitania de Benguella, suas províncias, povos, rios mais caudalosos, minas de ferro e enxofre, e outras particularidades, que tem, mais consideráveis". *Annaes Marítimos e Coloniaes* (parte não-oficial), (4):147-61.
- VERLY, R. (1955). "Le 'roi divin' chez les Ovimbundu et Kimbundu de l'Angola". *Zaire*, 9(7):675-703.

WIEDER, A. (1896). "A região do Libollo". *Portugal em África* (3):447-56 (mais o mapa), e 1897 (4):8-16, 65-71, 113-22.

Sobre o tráfico de escravos*

CARREIRA, Antônio (1968-69). "As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro". *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* (233):5-88 e 301-454; (24):59-188 e 285-474. Publicado separadamente no Porto, em 1969.

* Desde que este artigo foi escrito, apareceram vários estudos importantes sobre o tráfico de escravos em Angola. Eles incluem: Edval de S. Barros, "Escravidão, tráfico Atlântico e preços de cativos: o caso da província do Rio de Janeiro, 1790-1830" (Niterói, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 1987 — relatório não publicado, Centro Nacional de Pesquisas); Rui Duarte de Carvalho, "L'interdiction de la traite en Angola", *Lusitana* (Porto, Universidade Lusitana), nº 1 (1989), p. 169-219; José C. Curto, "Demografia histórica e os efeitos do tráfico de escravos em África: uma análise dos principais estudos quantitativos", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14-15 (1991), p. 243-77 (traduzido como "Historical demography and the effects of the slave trade in Africa: an analysis of the major quantitative studies" [Discussion Paper nº 77, Center for Developing Areas Studies, McGill University, 1992]); Curto, "The legal portuguese slave trade from Benguela, Angola, 1730-1828: a quantitative re-appraisal", *Africa* (Revista do Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo), 16-17, 1 (1993-94), p. 101-16; Curto, "A quantitative reassessment of the legal portuguese slave trade from Luanda, Angola, 1710-1830", *African Economic History*, 20 (1992), p. 1-25; Manolo Garcia Florentino, *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro — séculos XVII e XIX* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995); João L. R. Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, c. 1790-1830* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992); João L. R. Fragoso e Manolo Garcia Florentino, *Mercado e formas de acumulação: os comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1830* (Rio de Janeiro, PNPE/Ipea, 1990); João Pedro Marques, "Manutenção do tráfico de escravos num contexto abolicionista: a diplomacia portuguesa (1809-1819)", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 10-11 (1989), p. 7-30; Maria Emília Madeira Santos, "Abolição do tráfico de escravos e reconversão da economia de Angola: um confronto participado por 'brasileiros'", *Studia* nº 52 (1994), p. 221-44.

Ver também Joseph C. Miller, "Overcrowded and undernourished: techniques and consequences of tight-packing in the Portuguese Southern Atlantic slave trade", condensado em Serge Daget. (ed.), *De la traite à la esclavage (actes du colloque international sur la traite des noirs, Nantes, 1985)* (Paris/Nantes, Société Française d'Histoire d'Outre-Mer e Centre de Recherche sur l'Histoire du Monde Atlantique, 1988), vol. 2, p. 395-424; Miller, "The political economy of the Angolan slave trade in the eighteenth century", *Indian Historical Review*, vol. 15, nº 1-2 (1988-89), p. 152-87; Miller, "The numbers, origins and destinations of slaves in the eighteenth-century Angolan slave trade", *Social Science History*, vol. 13, nº 4 (1989), p. 381-419 (também em Joseph E. Inikori e Stanley L. Engerman [eds.], *The Atlantic slave trade: effects on economies, societies, and peoples in Africa, the Americas and Europe* [Durham, Duke University Press, 1992], p. 77-115; Miller, "A marginal institution on the margin of the Atlantic system: the portuguese Southern Atlantic slave trade in the eighteenth century", em Barbara Solow (ed.), *Slavery and the rise of the Atlantic system* (New York, Cambridge University Press, 1991), p. 120-150 (reimpresso em Patrick Manning (ed.), *Slave trades, 1500-1800: globalization of forced labor* (Brookfield VT, Variorum, 1996), p. 214-44.

- CORREA LOPES, Edmundo (1944). *A escravatura: subsídios para a sua história*. Lisboa, Agência Geral das Colônias.
- KLEIN, Herbert S. (1969). "The trade in African slaves to Rio de Janeiro, 1795-1811". *Journal of African History*, 10(4):533-49.
- (1972). "The Portuguese slave trade from Angola in the eighteenth century". *Journal of Economic History*, 32(4):894-918.
- (1973). "O tráfico de escravos africanos para o porto do Rio de Janeiro". *Anais de História* (5):85-101.
- (1978). *The middle passage: comparative studies in the Atlantic slave trade*. Princeton, Princeton University Press (inclui reedições e revisões de Klein, 1969, 1972 e 1973).
- MILLER, Joseph C. (1975). "Legal Portuguese slaving from Angola — Some preliminary indications of volume and direction, 1760-1830". *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer* (número especial), 62, 1-2 (nº 226-7):135-76 (republicado como *La traite de noirs par l'Atlantique: nouvelles approches*. Paris, Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, 1976).
- (1976). "The slave trade in Congo and Angola". In: KILSON, Martin L. and ROTBERG, Robert I. (eds.). *The African Diaspora: interpretative essays*. Cambridge, MA, Harvard University Press, p. 75-113.
- (1979). "Some aspects of the commercial organization of slaving at Luanda, Angola — 1760-1830". In: GEMERY, Henry A. and HOGENDORN, Jan S. (eds.). *The uncommon market: essays in the economic history of the Atlantic slave trade*. New York, Academic Press, p. 77-106.
- TAUNAY, Afonso de Escragolle (1941). "Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil colonial". *Anais do Museu Paulista*, 10(2):5-311.

SUMMARY

Central and Southern Angola to ca. 1840

This is a article of the little-known initial years of History of the first centers of population on the populous central highlands of Angola. A study is also presented of the definition of the ethnical communities in line with the environmental opportunities, besides the emergence of political systems and the development of slavery from far former days up to the advent of the export of slaves in the mid-XIX century. Evidence culled

from documentation published in relation to this region suggests the historicity of the ethnic pattern in an area that acquired its modern "Ovimbundo" characteristics only in the course of the slavery in the XVIII century. The military campaigns and the settlement of the highlands had relatively minor consequences in relation to the patterns of historic change that emerged largely from African priorities and initiatives.

RÉSUMÉ

Centre et Sud d'Angola autour de 1840

Il s'agit d'un examen des années initiales, si méconnues, des premiers établissements humains dans les hauts plateaux du centre de l'Angola. Il y est question de la définition des communautés ethniques selon les *opportunités environnementales*, de l'émergence des systèmes politiques et du développement de l'esclavage avec l'exportation d'esclaves au milieu du dix-neuvième siècle. La documentation publiée sur cette

région fournit des évidences qui suggèrent l'historicité d'une formation ethnique dont l'identité moderne d'"Ovimbundo" se fait dans le courant de l'esclavage du *dix-huitième* siècle. Les campagnes militaires et la colonisation des hauts plateaux ont eu des conséquences relativement peu importantes par rapport aux types de changement historique survenus largement en fonction des priorités et des initiatives africaines.

ESCRavidÃO E RELAÇÕES
RACIAIS NO BRASIL
- CADASTRO DA PRODUÇÃO
INTELLECTUAL (1970-1990)

Um importante instrumento
de pesquisa para os estudiosos.



São cerca de 2.500 referências classificadas tematicamente, com destaque para teses de mestrado e doutorado.

À VENDA
NO CEEA (US\$ 15.00)
RUA DA ASSEMBLÉIA, 10/501
TEL.: 531-2000, RAMAL 259
FAX 531-2155

As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas*

John Thornton**

*Recebido para publicação em maio de 1997.

**Professor da Universidade Millersville, da Pensilvânia.

Este trabalho procura revisar as estimativas demográficas do impacto do tráfico de escravos no Congo do século XVIII, estabelecidas pelo autor num trabalho anterior. E desenvolve uma simulação mostrando como o tráfico atuou numa perspectiva geográfica e demográfica. Isso é feito tendo como base a bem documentada década de 1780 e 1790 e ao se examinar uma variedade de episódios que deram margem à escravização na África: guerras em larga escala, guerras que atingiam pequena magnitude, banditismo e a escravização provocada por decisões judiciais. Tudo isso é usado para determinar as implicações geográficas e demográficas do modelo proposto. Nessa base, mostra-se que as guerras para controlar as capitais dos países constituíam um meio de escravização, mas que o real impacto demográfico do tráfico foi sentido nas mais pacíficas áreas dos países de onde soldados e pessoal de apoio eram retirados.

Palavra-chave: tráfico de escravos; impacto demográfico; Congo no século XVIII; poder tradicional; guerras civis.

Em 1977, publiquei um artigo sobre a demografia do Reino do Congo no qual usei as estatísticas batismais dos padres do reino cristão para estimar a distribuição, o crescimento e a estrutura da população. Entre as conclusões dessa pesquisa estava a de que a exportação de escravos do Congo não teve um efeito tão devastador na população do país como acreditavam alguns estudiosos anteriores. Sugerir até que a população poderia ter crescido um pouco durante algum tempo naquele período (Thornton, 1980).

Outros trabalhos e pesquisas meus ou de outros estudiosos sobre a demografia da África Central e o tráfico de escravos fizeram com que reconsiderasse essa questão, mas não a desconsiderasse totalmente. Fica bem claro, por exemplo, que a história da população que foi amplamente proposta antes de 1977 e que se referia à dizimação virtual de dois milhões de pessoas, comparando-a, portanto, com o impacto da conquista espanhola sobre a população americana, era exagerada. Isso não quer dizer que minha concepção de um impacto bem limitado estava correta. Potenciais falhas na minha interpretação dos dados se tornaram perceptíveis logo depois. Em meu estudo do censo angolano de 1777-1778, notei que as perdas de população causadas pelo tráfico de escravos estavam confinadas à faixa etária adulta, enquanto a pesquisa dos registros de batismos em que havia baseado minhas conclusões sobre o Congo estava pautada em extrapolações de grupos abaixo de sete anos de idade. Além disso, uma vez que as perdas eram maiores entre os homens do que entre as mulheres, frequentemente a fertilidade não era profundamente afetada, a população abaixo de sete anos podia aparentemente crescer e a poligamia permitia que um excesso de mulheres continuasse a procriar (Thornton, 1980). Como o crescimento na faixa etária abaixo de

sete anos poderia não encontrar equivalência entre os adultos, essa descoberta claramente prejudicou pelo menos a contenção do crescimento populacional.

Junto com essa pesquisa, pareceu-me óbvio que a área melhor documentada, a província costeira de Soyo,¹ não fosse afetada pelas guerras civis e o tráfico de escravos no mesmo nível que as outras províncias, especialmente na região em volta da capital, São Salvador, alvo constante dos exércitos e pretendentes ao trono que devastaram o reino. Mesmo o período melhor documentado, sobretudo em torno de 1700, cobriu somente 25% da área do país. Portanto, embora não prejudique a metodologia da pesquisa ou as conclusões sobre a taxa de natalidade, a mortalidade infantil ou a estrutura de idade abaixo dos sete anos,² torna-se óbvio que esses dados eram inadequados para evidenciar o impacto das guerras civis e as relativas exportações de escravos na densidade e na distribuição populacional do Congo, salvo pela conclusão de que as estatísticas anteriores de desastre demográfico eram exageradas.

Entretanto, mais importante ainda é que uma pesquisa recente sobre o impacto demográfico da exportação de cativos passou de uma abordagem inicial que considerava somente o número total de pessoas em uma área dada para uma que examina a relação idade-sexo, taxa de dependência ou potenciais mudanças na estrutura familiar como sendo o mais importante.³ Em vez disso, venho propondo em outros artigos (Thornton, 1981b e 1983b) — assim como Patrick Manning vem discutindo com métodos diferentes⁴ — que talvez o impacto nas proporções de sexo ou nas taxas de dependência tenha sido mais importante do que no total da população. Portanto, mesmo que a maioria dos historiadores hoje não veja mais o despovoamento absoluto como resultado do tráfico de escravos (embora admita que a

causa deva ter sido um declínio de longo prazo),⁵ eles vêm como sendo críticas as mudanças significativas na qualidade da população.

Finalmente, todas as discussões sobre o tráfico de cativos e seu impacto na África devem se focalizar em fatores não-demográficos. Vários estudiosos, incluindo especialmente Walter Rodney e Paul Lovejoy, vêm discutindo que mudanças sociais resultantes do envolvimento da África no tráfico de escravos — incluindo as de relações de exploração entre as sociedades africanas, números e tratamento de cativos retidos localmente por patrões africanos, alterações judiciais e perda da segurança física e social — devem ser levadas em conta tanto quanto o número de pessoas.⁶

Considerando tudo isso, vale a pena procurarmos reavaliar o impacto do tráfico de cativos no Congo do século XVIII, especialmente porque o foco central de meu trabalho anterior foi o período que antecedeu 1700. Uma pesquisa recente, sintetizada por David Richardson, torna claro que o século XVIII envolveu a exportação de muito mais africanos do que períodos anteriores. Durante os anos de 1700 a 1709, por exemplo, a África do Centro-Oeste exportava cerca de 109 mil cativos por todos os seus portos. Segundo Richardson, esse era um número que provavelmente excedia o total de qualquer década anterior. Por volta dos anos de 1790 a 1799, essa quantidade mais que triplicou para 340 mil (Richardson, 1989, p. 17, Tabela 7). As estatísticas de Richardson se referem à região centro-oeste africana inteira, incluindo várias áreas fora do Reino do Congo, mas pouco se duvida de que boa parte dessas exportações, especialmente aquelas vindas da costa norte da boca do Zaire, onde mercadores ingleses e franceses estabeleceram suas operações, consistia de muitos escravos provenientes do Congo. A exportação

de cativos por essas duas nações da costa de Angola cresceu de cerca de 36 mil na primeira década do século XVIII para 153 mil na última década (Richardson, 1989, p. 13-4, Tabelas 5 e 6).

Muito do que os estudiosos têm escrito sobre o tráfico de escravos em Angola e outros lugares tem como ponto de partida séries estatísticas como essas. Demógrafos, por exemplo, pegam estatísticas de exportação para construir modelos de impacto em populações-modelo e para determinar efeitos demográficos. Outros usam esses indicadores numéricos para apontar as áreas mais afetadas. Pelo mundo afora, infelizmente, a discussão sobre o tráfico de cativos e seus impactos tem sido apenas teórica ou pautada em modelos, ao invés de se ancorar em documentos. Isso acontece em larga escala porque as áreas de onde esses escravos foram retirados não são bem conhecidas, uma vez que pesquisadores têm sido obrigados a pautar seus conhecimentos em relatórios de fatores costeiros ou de mercadores que tinham pouco conhecimento direto dos acontecimentos do interior. Isso vale também para o recente estudo de Joseph C. Miller sobre o tráfico de escravos angolano, que na sua maior parte está focalizado nas atividades portuguesas e foi forçado a usar uma base documental que era apenas um pouco melhor do que a de Daomé ou da Costa do Ouro (Miller, 1988) ao descrever o processo de escravização.⁷ Tivemos sorte pois, pelos padrões dessas outras áreas, o Congo é a região melhor documentada, sendo, portanto, um excelente estudo de caso sobre o funcionamento da exportação de escravos.

É óbvio que uma parte considerável do crescimento da exportação de cativos na África Central, especialmente dos ingleses e franceses, estava ligada às guerras civis no Reino do Congo. Infelizmente, embora seja um dos países mais bem documentados da

África atlântica pré-colonial, se não o mais bem documentado, nossa documentação da maior parte do século XVIII é fraca.⁸ Não é possível, por exemplo, com base nos documentos atualmente conhecidos, determinar a seqüência cronológica exata dos reis que governaram o Congo de 1722 até 1760. Essa é a única parte da história escrita do país (de 1491 em diante) em que isso não se faz possível. Também é quase impossível falar qualquer coisa sobre o progresso das guerras civis durante esse longo hiato documental.

Portanto, podemos ser tentados a aceitar a avaliação do missionário capuchinho Cherubino da Savona, que, escrevendo sobre o Congo durante sua visita de 1760 a 1768 e sintetizando o que, sem dúvida, era uma visão de congoleses voltados para a história, afirmava que as guerras civis terminaram depois da restauração do reino por Pedro IV (durante o período de 1709-16),⁹ através de um compromisso que permitia a alternância de governo entre as duas principais facções (Kimpanzu e Kinlaza), "e que, segundo ele, desse modo vivem em paz".¹⁰ Mas esta avaliação necessita ser contrabalançada pelo conhecimento de que um outro capuchinho, Angelo Maria de Polinago, que visitou o Soyo em 1733 e se tornou uma de nossas poucas testemunhas do período, fez um relato de que na região sudoeste de Mbamba havia uma grande guerra que fechara todas as estradas, impossibilitando sua viagem mais para o sul do Soyo naquele ano.¹¹

Felizmente, o final do século XVIII é bem melhor documentado, graças ao relatório de Savona e particularmente graças ao longo e detalhado diário de Rafael de Castello de Vide, que viveu e trabalhou como padre no Congo de 1780 a 1788.¹² Essa época bem documentada parece ter coincidido com vários episódios das guerras civis e foi relacionada com flutuações na exportação de escravo

para mercadores franceses e ingleses pelos portos ao norte da costa de Loango.

De acordo com as tabulações de Richardson, os navios ingleses e franceses somados levaram 113 mil escravos da costa angolana nos anos 1760 e 94 mil nos anos 1770, mas esses números pularam para 132 mil nos anos 1780 e 153 mil nos idos de 1790 (Richardson, 1989, p. 13-4, Tabelas 5 e 6). O auge dos anos 1760 pode corresponder ao conflito pelo trono entre Pedro V e seu provável sucessor, Álvaro XI, que ocorreu quando Cherubino da Savona chegou em 1759, mas se encerrou por volta de 1764 (Savona, 1975, ff. 41-41v). Os números mais baixos da década seguinte refletiram uma situação mais pacífica no Congo, durante o reinado de Álvaro, enquanto o crescimento nos anos 1780 talvez corresponda à violência que se seguiu à sua morte e à luta entre partidários de Pedro V e seu rival José I. Embora o problema imediato houvesse sido decidido com uma batalha sangrenta em São Salvador, em 29 de setembro de 1781,¹³ um novo conflito estourou em 1785, depois da morte de Afonso V, irmão e sucessor de José I, e este aparentemente à beira de entrar em outro estágio violento quando Castello de Vide deixou o país em 1788.¹⁴

O conflito que se sucedeu pode ter sido bem intenso e, desde então, o Congo foi governado por uma série de reis efêmeros — Álvaro XII, Alexio I e Joaquim I —, que reinaram no final dos anos 1780 e começo da década de 1790. Isso talvez explique o grande e contínuo volume de exportação de escravos nessa época.¹⁵ Mesmo a escolha e a coroação de Henrique I, em 1794, não resolveram o problema. Garcia V, sucessor de Henrique, escreveu para Luanda em 1803 descrevendo os conflitos e problemas que afetaram o final do reinado de seu antecessor.¹⁶

É claro que o Congo não era a única fonte de escravos dos portos do norte e é possível que muito do acréscimo tenha se dado simplesmente devido a novas fontes de suprimentos e a uma escravização mais intensa que ocorreu em outros locais da região maior que negociava com a costa de Loango. As terras do interior próximas de Loango ou ao longo do Zaire, além da lagoa de Malebo, contribuíram para esse aumento,¹⁷ como o fizeram as áreas leste do país, onde o império em expansão Lunda estava causando um impacto ao longo do curso inteiro do Cuan-go, mesmo depois de cerca de 1750.¹⁸ Em 1794, Raimondo da Dicomano descreveu uma pequena rota de tráfico entre Kibangu e os mercadores portugueses de Mbwela, mas ele acreditava que a maioria dos cativos de Kimbangu e todos do "Lundo" (o império Lunda) e do Zaire "carregavam seus escravos para o *mubiri* e levavam-nos para serem vendidos no porto de Cabinda, para o Soyo e outras localidades...".¹⁹

No entanto, uma série de fatores aponta para o Congo, dos quais o mais importante é o papel que a língua Kikongo teve nas sociedades americanas. Alguns dos mais conhecidos encantamentos vodus de São Domingos pré-revolucionário, por exemplo, foram registrados em Kikongo.²⁰ Da mesma forma, a existência da guerra civil e suas conseqüências obviamente destruidoras destacaram essa região como a principal fonte de cativos. O fato de os escravos que os franceses levavam em seus navios pelos portos do norte (portanto, vindos provavelmente do Congo), no período pós-1780, apresentarem proporções muito altas de homens em relação a mulheres (234 homens para 100 mulheres) e uma porcentagem baixa de crianças sugere que a guerra e as atividades militares originaram uma quantidade substancial de escravos (Geggus, 1989, p. 29).

Entender o processo de escravidão no Congo durante esse período pode ajudar a entender a natureza do impacto demográfico e também nos esclarece sobre os resultados sociais e econômicos de um tipo de situação conflitiva que deu início a um tráfico em larga escala. Havia claramente no país vários modos de contribuir para a escravidão durante as guerras civis, como:

a) as guerras geralmente conduzidas entre pretendentes ao trono;

b) os conflitos em menor escala que se confundiam com o banditismo, mas que também estavam ligados a questões políticas das guerras civis;

c) as guerras entre aldeias causadas por rivalidades locais e dívidas não pagas e que não estavam relacionadas diretamente com as guerras civis, mas que talvez fossem causadas pela ruptura das reparações judiciais; e

d) o banditismo local e a escravidão judicial.

Havia, sobretudo, uma grande guerra entre os pretendentes ao trono, como a guerra entre José I e os partidários de Pedro, que fizeram uma campanha por seu regente mesmo após sua morte e que só se resolveu com uma importante batalha em 1781.²¹ Grandes confrontos semelhantes aconteceram também no final dos anos 1780, no período após a morte de Afonso V (1785) e antes da ascensão de Henrique I (1794), mencionados por Raimondo da Dicomano, que chegou em 1793, embora, ao que parece, não tenha testemunhado nenhum deles.²²

Junto com as batalhas relacionadas diretamente com as guerras civis, havia operações militares em larga escala no sul e no oeste do país conduzidas pelos portugueses de Angola para proteger ou estender a influência de seu forte em Encoge (algumas das quais se estendiam tão ao norte quanto o vale de Loze) ou para cortar o tráfico levado a cabo pelos europeus e proveniente do norte

para a costa do Atlântico. Campanhas originárias de Luanda e cercanias se estenderam pela costa na direção tanto do longínquo norte quanto do vale do Baixo Loze.²³ Essas campanhas afetaram o limite do extremo sul do reino e as regiões costeiras de Mbamba, mas não penetraram até as áreas centrais do país.

Tais ações militares em larga escala, sem dúvida, justificaram os muitos escravos capturados por soldados de exércitos opostos ou os muitos carregadores (tanto homens quanto mulheres) que acompanhavam o exército em marcha. Mas essas expedições eram relativamente raras. Apesar de as campanhas portuguesas no sul do Congo terem sido relativamente frequentes no final dos anos 1780 e no começo dos anos 1790, as guerras civis não provocavam esse tipo de atuação tão habitualmente.

Susan Broadhead tem sustentado que havia dois níveis de conflito no reino, baseando sua afirmação nas observações de Raimondo da Dicomano (Broadhead, 1979, p. 635-7). O primeiro nível compreendia as grandes guerras e o segundo muito mais as ações localizadas, que envolviam poucas tropas, ação menos dramática no campo de batalha e menor número de baixas. Partindo do pressuposto de que Dicomano provavelmente não testemunhou uma guerra importante durante sua estada no Congo, seu relatório dá mais ênfase aos conflitos de menor escala. Essas hostilidades eram muito mais comuns do que as grandes batalhas e contribuíram com um importante número de escravos para o Atlântico.

No ano em que se aproximava o confronto decisivo entre José I e os partidários de Pedro V, por exemplo, ocorreram hostilidades menores constantes na fronteira entre as duas facções. Castello de Vide, passando por lá em 1780, notou o permanente estado de alternância que os governadores da área

mantinham e o tamanho da guarda armada que os acompanhava.²⁴ Uma situação igualmente mais confusa marcou o período seguinte à morte de Afonso V, em 1785, quando rumores de que ele havia sido envenenado por inimigos se encaixaram com uma divisão entre seus antigos vassallos e uma disputa sobre a sucessão. Rivais nobres desapontados frequentemente realizavam operações militares contra seus vizinhos e roubavam as pessoas nas estradas. Retornando de Luanda para São Salvador, em 1787, Castello de Vide teve problemas com bloqueios nas estradas perpetrados por esses mesmos nobres, que alegaram que suas atividades estavam relacionadas com a evolução da conjuntura política do país, mas que eram mais ou menos bandidos por definição. O padre não se preocupava com sua própria segurança, tão grande era o respeito dos nobres pelo clero, mas temia que seus carregadores e servidores fossem vendidos como escravos.²⁵

Assim que chegou a São Salvador, as conseqüências dessa combinação de pretensões políticas e banditismo em menor escala se tornaram óbvias. Um nobre inferior conhecido pela alcunha de Mbwa Lau ("Cachorro Louco") nos dá um bom exemplo de banditismo politicamente orientado pelos nobres.²⁶ Castello de Vide denunciou a cobiça e a violência desses nobres, como a de Mbwa Lau, num exaltado discurso diante do velho rei do Congo, talvez Álvaro XII, que ocupou São Salvador após a morte de Afonso V, e de seu conselho real no dia 1º de junho de 1787. O padre havia sido encarregado pelo bispo de Angola de persuadir os congoleses a parar de vender escravos a compradores não-católicos,²⁷ mas havia tomado o que era provavelmente uma posição cínica e subserviente à administração portuguesa, que tinha a intenção de usar todos os recursos possíveis para ganhar o controle do tráfico na

“Costa Norte”²⁸ e a transformou numa campanha geral contra o tráfico de escravos.

“Deus irá punir você e sua gente”, disse ao rei e continuou contando sobre as “muitas pessoas inocentes” que foram arrebanhadas no tráfico de cativos. As elites congolenses deixaram que isso acontecesse e ainda o promoveram para obter os “baculamentos ou tarifas alfandegárias que pertencem a eles” ou para se vestir com o “pano barato que eles gastam com a preguiça, não tendo grupos de trabalho” e desse modo “pilhem milhares e os mandem para fora”, mas se permanecessem em silêncio correriam risco de “perderem suas almas”.²⁹

Como resultado, o rei emitiu um decreto reprimindo o tráfico de escravos e dando nome a alguns infratores, incluindo Mbwa Lau, o “depósito universal dos Mobires [Vili, um termo genérico para mercadores de longa distância sediados na costa]”. Logo depois, o padre foi ao acampamento de Mbwa Lau para entregar o decreto. O acampamento deste (Castello de Vide usou a palavra do português-angolano “quilombo”, que significa acampamento de guerra) estava cercado por uma paliçada e protegido por um grupo de seus soldados pessoais. Quando viu o padre chegando, pulou de mosquete na mão e acusou Castello de Vide de ser um bruxo além, pretensamente, pela morte de Afonso V (dado os rumores de este haver sido assassinado por envenenamento sobrenatural), depois atirou nele e mandou-o embora. Dos outros dois acampamentos armados que Castello de Vide visitou naquele dia, também com o decreto real, um se desculpou e o outro, como Mbwa Lau, ameaçou roubá-lo.³⁰

Finalmente, viu-se que esses acampamentos e seus soldados, que estavam presumivelmente ligados a roubos nas estradas e eram responsáveis pela captura e venda de pessoas, estavam também vinculados a um sistema complexo de alianças ditado pelas

facções da guerra civil. Portanto, quando Castello de Vide exigiu um decreto contra todos os acampamentos armados, e não só contra aqueles primeiros, o irmão do rei, eminência parda do trono, recusou peremptoriamente. Na verdade, o rei foi visitado por 40 mercadores Vili, especialistas no tráfico de escravos da Costa Norte, no dia seguinte à promulgação de seu decreto contra Mbwa Lau e seus associados. Castello de Vide estimou que 70 ou mais escravos eram vendidos por oficiais reais todo mês.³¹ Além disso, outros rivais do soberano denunciaram os decretos reais como sendo politicamente motivados e com o propósito de se livrar de seus competidores e de se consolidar no trono. O resultado foi que houve uma crise geral que impediu Castello de Vide de ficar no Congo o bastante para vê-la. Ele temia as conseqüências porque percebeu que todos iriam sofrer quando o velho rei morresse. O príncipe de Kibangu, em face do levante, ameaçou intervir ostensivamente nos problemas da capital para proteger o padre.³²

Esses bandidos nobres com seus soldados que supriam a base militar para as grandes batalhas, quando estas ocorriam, não eram diferentes dos soldados bandidos da Senegâmbia e do oeste do Sudão, cujas atividades no século XVIII foram apontadas por Jean Bazin, 1975, e Phillip Curtin, 1975, vol. 1, p. 177-87. Na Senegâmbia, governos razoavelmente fortes e centralizados poderiam ter conseguido conter esses militares bandidos, mas a disciplina era mais difícil no Congo, com seu reino fraco e fragmentado e a tradição de procurar soluções militares para a competição política.

Outro tipo de guerra menor, mesmo não estando relacionada diretamente com as guerras civis, veio do cumprimento da lei nos distritos de governo mais centralizado. Por exemplo, o principal centro para a facção Kinlaza eram as “Terras da Rainha”, com sua

capital em Mukondo no alto do vale Mbrize, e o controle dos marquesados de Wembo, Mpemba e parte de Mbamba. Essas terras eram governadas centralmente ao longo das linhas do Congo antes das guerras civis, com províncias doadas a membros da família dominante por vontade do governante. Apesar de Castello de Vide, que os abençoou em 1781, estar preocupado com as incursões de facções hostis, a área era normalmente pacífica.³³ Mesmo nessas regiões, os governantes tinham que punir ou controlar seus subordinados através de meios militares.

Tal operação ocorreu por volta de outubro ou novembro de 1782, quando Castello de Vide relatou ao rei José I que uma caravana carregando suprimentos religiosos de Luanda foi pilhada por um nobre de Mbamba cujas terras ficavam perto da fronteira com os inimigos do rei. José ordenou a seu irmão levar um grande exército de Mukondo para atacar o nobre, mas graças à intervenção do padre o ataque foi temporariamente suspenso e permitiu-se que o nobre continuasse seu ofício só depois de muito se desculpar. Embora os soldados reais não os punissem, eles pilhavam a área, presumivelmente tomando as pessoas como escravas ao longo das rotas.³⁴

Um terceiro modo de escravidão foi resultante da quebra geral da hierarquia naquelas partes do país onde o governo tinha se rendido à ineficiência como consequência das guerras civis. A ruptura geral dos sistemas judiciais deu início às guerras das aldeias, apontadas por Raimondo da Dicomano no início dos anos 1790, mas que provavelmente se espalharam em períodos anteriores também. Não parecem ter tido como motivação a participação em lutas maiores por poder político. Tais guerras eram desencadeadas por dívidas não-pagas e ataques mútuos dos residentes das aldeias em questão. Embora tenham tomado a forma de blo-

queios e raramente envolvessem a perda de muitas vidas, provavelmente se tornaram motivo de boa parte dos raptos e roubos nas estradas.³⁵

Finalmente, havia a escravidão decorrente de decisões judiciais, que não estava muito relacionada com as guerras civis, mas que resultou em alguma escravidão. Castello de Vide mencionou o papel da escravidão judicial, mostrando que qualquer morte poderia ser atribuída à bruxaria. Inquisições de bruxaria, conhecidas em Kikongo como *mucanos*,³⁶ ocorriam freqüentemente quando alguém morria e, como resultado, "famílias inteiras eram perdidas, alguns eram mortos [executados] e outros vendidos".³⁷ É claro que a acusação de bruxaria também pode se misturar com as guerras civis, como, por exemplo, a culpa da morte de Afonso V, que foi colocada na feitiçaria e resultou na demanda por um inquérito e a punição de seus inimigos. Mbwa Lau, tirando partido desses sentimentos, acusou Castello de Vide de feitiçaria e de ter assassinado o rei, enquanto outros culpavam os carregadores de Mbundu, que acompanhavam o padre.³⁸

Considerando toda essa informação, pode ser que valha a pena sugerir uma simulação que mostrasse o efeito demográfico total do tráfico de escravos no Congo, uma vez que conduzia a níveis de exportação de cativos que parecem consoantes com os patamares reais de exportação. Para fazer isso, vou me concentrar nos anos de 1780 a 1789, nos quais a presença de Castello de Vide nos permite um máximo de testemunho documental.

Talvez a primeira coisa a se estabelecer é que o impacto desse comércio foi desigual. As guerras civis não eram travadas uniformemente por todas as províncias do reino e algumas áreas desfrutavam de considerável paz e segurança, enquanto outras estavam constantemente em guerra. Já ressaltamos

que as "Terras da Rainha", em torno do Mukondo e acima do vale do Mbrize, eram relativamente seguras. Da mesma forma, as áreas montanhosas em volta de Kibangu, o reduto da facção de Garcia Água Rosada e Sardonia, estavam livres de disputa civil³⁹ e formaram a base para os governantes que se consideravam árbitros dos reis do Congo, até que Garcia Água Rosada e Sardonia se impusesse como Garcia V em 1803 e formassem a dinastia que governaria o reino até 1957.⁴⁰ Assim como o Soyo possuía um governo centralizado e pacífico durante o final do século XVIII, muito provavelmente as terras da facção que controlava Mbula também o tinham. Sabemos muito menos a respeito do ducado de Nsundi, muito embora o companheiro de Castello de Vide trabalhasse e visitasse aquele local, mas este possivelmente não era mais afetado pelas guerras civis do que as outras áreas com governo centralizado.

Muito da guerra e destruição estava, então, na parte central do país, incluindo a província de Mbamba e as terras em volta de São Salvador. Talvez não seja de surpreender que uma parcela considerável da parte oeste dessa região estivesse completamente abandonada (ou despovoada) por volta de 1788 e cruzá-la fosse como cruzar um deserto.⁴¹ Embora partindo do princípio de que os soldados que lutavam nas grandes guerras eram provavelmente recrutados nas áreas centrais de suas facções, as baixas teriam impacto em cidades e aldeias que poderiam não ter sofrido com outros tipos de destruição. Junto com isso, o exercício da autoridade central nas principais áreas de autoridade mais centralizada poderia também resultar em operações militares esporádicas.

Depois de ressaltar o impacto diferencial da guerra e da escravidão em regiões distintas, devemos agora proceder a uma tentativa de quantificar esse impacto, usando to-

dos os dados disponíveis para considerar as premissas mais realistas possíveis. Podemos convenientemente começar com o de uma guerra principal.

Castello de Vide acreditava que 30 mil soldados serviram no exército de José quando este atacou os partidários de Pedro V em 1781, um número que não está além de uma estimativa razoável e que talvez se pautasse em revistas de tropas ou outros dados fornecidos pelo rei ou pelos seus comandantes de campo. Para verificar ou modificar essa estimativa, é preciso considerar que, de acordo com o relatório da campanha portuguesa em 1793, o governante Dembo, de Nambu a Ngongo, e seus aliados trouxeram para o campo um exército estimado em seis mil recrutas para resistir às forças portuguesas (Silva Corrêa, 1937, p. 181). O comandante luso provavelmente baseou essa estimativa em dados bastante precisos, uma vez que se soube depois que os prisioneiros davam a conta exata da força de algumas divisões desse exército, que tinha 1.230 mosqueteiros. Descrições táticas são consonantes com Nambu a Ngongo, desdobrando-se em cinco ou seis tais divisões (Silva Corrêa, 1937, p. 214). Essas tropas foram recrutadas na população como um todo, provavelmente por algum tipo de milícia de recrutamento. Para julgar a capacidade dos governantes da África Central em angariar soldados em sua população, precisamos saber a proporção de recrutas em relação aos civis.

No curso de suas operações bem-sucedidas contra Nambu a Ngongo, os portugueses destruíram um total de 49 libatas, 15 banzas, duas senzalas e 122 casas separadas daquele Estado e seus aliados vizinhos. Juntando tudo e considerando uma população de 100 para cada senzala, 200 por libata, dois mil por banza e quatro por casa, chegamos a uma população total de 40.500, da qual essas tropas foram recrutadas, ou uma proporção

de um soldado para cada 6,7 civis. Partindo do princípio de que as forças lusitanas, apesar de ser sua meta, provavelmente não destruíram todas as habitações, podemos seguramente estimar que os governantes da África Central podiam formar tropas de aproximadamente um soldado para cada sete habitantes. Se José fosse igualmente capaz de formar exércitos e recrutasse sua força da área de aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados que controlava diretamente e onde, com uma população de seis pessoas por quilômetro quadrado, seria possível obter 90 mil habitantes, ele poderia ter trazido um pouco menos de 13 mil soldados para lutar. Embora nenhum exército se movesse sem carregadores e outros não-combatentes, os portugueses, que prestavam contas exatas de suas operações, precisavam de um não-combatente para cada soldado.⁴² Isso nos dá um exército de 26 mil soldados, o que está razoavelmente perto da estimativa de Castello de Vide. Para sua estimativa de 30 mil ser exata, José precisaria recrutar somente um soldado para cada seis habitantes.

Os partidários de Pedro V que enfrentaram essa força provavelmente não eram tão numerosos e certamente perderam a batalha, apesar da luta dura. Supondo que os regentes de Pedro V estavam capacitados a recrutar ajudantes numa proporção equivalente à de José, embora tivessem uma base populacional menor da qual retirá-los, eles poderiam ter conseguido trazer para o campo de batalha nove mil soldados ou um exército total de 18 mil.⁴³

Quantas pessoas poderiam ser capturadas em tal batalha e assim estarem disponíveis para exportação? Castello de Vide não nos dá uma estimativa, mas podemos supô-la com base em outras ações militares. Por exemplo, na guerra de 1793-1794, o comandante de campo português fez 600 prisioneiros em operações contra rebeldes perto do presídio

de Encoge, numa área onde ele destruiu 17 libatas ou os lares de 3.400 pessoas.⁴⁴ Tal grupo poderia ter conseguido juntar 500 soldados para se defender ou um pequeno exército de mil recrutas e carregadores, dos quais 60% acabaram sendo exportados. Entretanto, a guerra era mais um ataque contra a população civil do que uma ação militar e essa taxa de exportação deve ser considerada uma estimativa alta. Se o exército do regente de Pedro V sofresse uma captura e exportação nessa proporção, a guerra de 1781 poderia ter arrebanhado 10.800 escravos, o que provavelmente não aconteceu. Uma taxa de 40% de captura e exportação parece mais razoável, o que traria o total de exportações de uma batalha principal para cerca de 7.200.

Embora todos os soldados fossem provavelmente homens, os carregadores e outros acompanhantes do exército incluíam muitas mulheres e crianças. Raimondo da Dicomano, discutindo a guerra em menor escala, escreveu:

*Sempre que um infante vai à guerra, ele carrega consigo todas as pessoas que possam carregar um mosquete e muitas mulheres com a bagagem.*⁴⁵

Talvez essas mulheres desarmadas estivessem tão vulneráveis à captura quanto os soldados. O tráfico dos franceses tinha mais do que dois homens para cada mulher nos anos 1780, mas para uma batalha de larga escala é melhor supormos que só 1/4 das pessoas capturadas poderia ser constituída de mulheres. Isso quer dizer que nenhum dos soldados (que representavam metade da força) era do sexo feminino e metade dos carregadores era. Entretanto, as batalhas eram raras e provavelmente não houve mais do que duas nos anos 1780.

Dos grandes confrontos, podemos nos voltar agora para as pequenas ações e, especialmente, para o impacto das atividades

dos bandidos nobres. Se Castello de Vide estava certo em sua estimativa de que o rei do Congo vendia mais de 70 pessoas por mês na zona central, podemos especular o potencial de banditismo e guerra nas aldeias para exportar pessoas. Existiam pelo menos três acampamentos na área que eram acusados de praticar esse tipo de delinquência e estavam muito mais subordinados ao controle do rei e seus aliados. Seis de tais acampamentos, mesmo sem uma grande guerra, iriam exportar cerca de 350 pessoas por mês, supondo que a cota real fosse maior do que a dos outros nobres, ou seja, 4.200 pessoas por ano. Na hipótese também de que a taxa de idade e sexo das exportações francesas corria paralela à exportação de pessoas nessa situação, isso significaria cerca de dois mil homens adultos, 1.050 mulheres e 1.050 crianças de ambos os sexos. Tal desordem provavelmente não era uma constante, mas foi mantida por vários anos quando a autoridade se encontrava em declínio. Temos a impressão de que Castello de Vide, que havia viajado por todo o Congo por mais de uma década antes de se deparar com essa situação decadente, deixou implícito que isso era raro.

Na zona central, como resultado de banditismo e roubos nas estradas, realmente eram exportados 4.200 escravos por ano para a costa. Essa pequena região, sozinha, comporia cerca de 1/3 das exportações da Costa Norte nos anos 1780 (cerca de 13 mil por ano, crescendo gradualmente para 15 mil anuais nos idos de 1790). Embora a contribuição da zona central fosse provavelmente menor, uma vez que os níveis de exportação podiam ser sustentados por longos períodos, eventualmente a delinquência atuante iria tirar a população de uma área determinada, como provavelmente aconteceu na zona de Mbamba, que estava completamente despovoada nos anos 1780. Essa região era só um pequeno pedaço do Congo, com uma área de 15

mil quilômetros quadrados, e pode ter tido uma população da ordem de 60 mil pessoas em 1780, das quais 12 mil seriam homens adultos.⁴⁶ Se esse grupo suportasse uma perda de 2.100 homens por ano, obviamente que em cinco ou seis anos não haveria mais homens.⁴⁷ Em Angola, o censo de 1778 sugere que a exportação de homens teve um impacto substancial na estrutura demográfica, porque lá havia menos da metade dos homens do que haveria numa população com o equilíbrio normal, concluindo-se não ser impossível que tal taxa de exportação tenha sido mantida por um período de três anos, mas, provavelmente, não muito mais do que isso.

Essa drenagem de população por vários anos, que correspondiam a períodos moderadamente intensos de guerra civil, foi complementada por grupos muito maiores de cativos aprisionados nas batalhas. Como as baixas eram retiradas de áreas distintas dos 4.200 escravos mencionados como resultado do banditismo ligado à guerra civil, elas viriam das regiões mais favorecidas do país. Portanto, no caso da batalha de São Salvador em 1781, as perdas teriam sido sofridas pelos habitantes de Mbamba e Mbamba Lubota, onde Pedro V mantinha a sua base. Essas regiões não sofreram muito com os episódios anteriores de conflitos de menor escala, mas contribuíram consideravelmente para o tráfico de escravos como um todo porque seus totais absolutos anuais eram muito altos.

Outras perdas foram sofridas por essas regiões mais favorecidas e algumas considerações devem ser feitas sobre elas. Com que frequência, por exemplo, a escravidão decorrente de decisões judiciais ocorria fora da zona central? Qual era o custo de expedições punitivas realizadas para o cumprimento da autoridade central nas zonas mais favorecidas? E o banditismo provavelmente inevitável, mas de proporção bem menor, que ocorreu fora da zona central? Não temos meios

de fazer uma estimativa dessas taxas, mas se considerarmos que 0,5% da população era capturado por delinqüência local de menor escala ou em ações judiciais a cada ano, isso iria contribuir para a escravidão de 20 pessoas por ano na menor unidade de administração do reino, com uma *mbanza* e 15 libatas subordinadas, habitadas por quatro mil pessoas. Se a população inteira do Congo no período fosse de 600 mil pessoas, cerca de três mil teriam sido perdidas no país como um todo nos anos de paz.

Juntando toda essa informação, pode ser possível sustentar que as exportações de 4.200 pessoas por ano foram mantidas pela área central entre 1778 e 1780, seguidas por 7.200 em 1781, como resultado da guerra, mas retiradas das regiões em volta de Lubota, ao invés de da área central, onde os partidários de Pedro V se encontravam. Durante esses anos as regiões fora da zona central teriam sido supridas pelo crime e pela baixa delinqüência com outros 2.500. Depois, houve um período de perdas menores e um pouco mais de ordem política, embora campanhas de punição, como a de 1782, mencio-

nada por Castello de Vide, escravidão decorrente de decisões judiciais e talvez alguns conflitos nas aldeias pudessem ainda causar cerca de três mil perdas por todo o país. Entretanto, de 1786 até 1788, um outro período de exportações anuais de 4.200 escravos afetou o país, de novo concentrado nas áreas centrais. Se a guerra, que parecia estar nascendo quando Castello de Vide deixou o Congo, se materializasse, poderíamos supor outra batalha no final dos anos 1780 e começo dos 1790. Quando Raimondo da Dicomano chegou ao reino em 1793, entretanto, o país estava de novo afetado por lutas entre facções associadas à eventual subida de Henrique I em 1794. Podemos, então, facilmente imaginar outros 4.200 escravos exportados por ano durante o período 1791-1794, novamente retirados da área central e culminando em outro confronto. Se essas suposições estiverem perto da verdade, podemos estimar as exportações durante a década como as constantes da Tabela 1.

O total apontado na tabela para a década significava que os congolezes perfizeram um pouco menos da metade de todos os 132 mil

Tabela 1
Estimativa de exportações de escravos do Congo (1780-1789)

1780	7.700	Guerra civil/banditismo na zona central + escravidão judicial/banditismo em outros lugares
1781	9.500	Batalha na zona central (7.200) + escravidão judicial/banditismo em outros lugares (2.500)
1782	3.000	Escravidão decorrente de decisão judicial/banditismo por toda a parte
1783	3.000	Escravidão decorrente de decisão judicial/banditismo por toda a parte
1784	3.000	Escravidão decorrente de decisão judicial/banditismo por toda a parte
1785	3.000	Escravidão decorrente de decisão judicial/banditismo por toda a parte
1786	7.700	Igual a 1780
1787	7.700	Igual a 1780
1788	7.700	Igual a 1780
1789	9.500	Igual a 1781
Total	61.800	

escravos exportados para os mercadores ingleses e franceses durante a década em questão. Qual seria o impacto demográfico desse nível de exportação na população de todo país, particularmente no coração da região central? Para simular esse impacto, fiz as seguintes suposições sobre a população do Congo:

1) Ela era, como um todo, de cerca de 600 mil habitantes em 1780 e a região mais afetada, a zona central, possuía 60 mil habitantes, dos quais metade era constituída de adultos, sendo que 45% da população eram homens. Essa é uma estimativa conservadora que permite um despovoamento prévio adequado aos episódios anteriores às guerras civis.

2) A taxa de natalidade na zona central era de aproximadamente 47 por mil e as crianças substituíam adultos todo ano na proporção de 700 (350 homens e 350 mulheres), assim equilibrando algumas perdas.

3) A zona central fornecia 4.200 escravos para as exportações (2.100 homens, 1.050 mulheres e 1.050 crianças), como resultado da insegurança da guerra civil iminente, mas essas perdas eram só de 300 (150 homens, 75 mulheres e 75 crianças) em 1781, porque a guerra estava sendo conduzida por forças de fora da região e os distúrbios locais foram eliminados em sua escalada. A paz resultante significaria que a taxa de exportação de 1781 ocorreu entre 1781 e 1785, quando a morte de Afonso V detonou uma outra onda de insegurança. Entre 1785 e 1788, a exportação de escravos ficou resumida à taxa de 4.200 pessoas por ano, paralela à taxa do início da década, mas em 1789 ocorreu uma grande batalha, da mesma forma que em 1781. Como anteriormente, as perdas vieram de fora da região e houve queda na taxa de exportação.

4) As perdas em outras áreas, fora da zona central, foram as seguintes: em todas nas partes de fora para cima do vale do Mbrize

(centro da facção Kinlaza) e na região em volta de Kibangu (centro da facção de Água Rosada), os dois administraram pacificamente o período e as exportações foram fixadas em 0,5% para a maior parte dele. Em 1781, a região de Mbrize sofreu 500 baixas como resultado da guerra e Mbamba Lubota sofreu mil mortes (todos homens) e 7.200 pessoas (cinco mil homens e 2.200 mulheres e nenhuma criança) foram capturadas e exportadas em seu esforço vão. Se houve uma batalha no final dos anos 1780, provavelmente ela se igualou à da região do vale Mbrize contra Kibangu e, embora não possamos designar baixas por área, por não sabermos o resultado, esse foi certamente o padrão de conflito na guerra entre Henrique I e Garcia Água Rosada e Sardonia (mais tarde Garcia V) logo antes de 1803. Um relatório contemporâneo diz que Garcia só passou a ter controle simbólico sobre aquela área depois de sua ascensão.⁴⁸

O impacto mais severo da guerra teria ocorrido na zona central e pode ser visto na simulação constante da Tabela 2, que nos dá

Tabela 2
Evolução populacional da zona central
(1779-1789)

<i>Ano</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Notas</i>
1779	13.500	16.500	Linha de base da população
1780	11.800	15.800	
1781	11.650	15.725	
1782	11.500	15.650	
1783	11.350	15.575	
1784	11.200	15.500	
1785	11.050	15.425	
1786	9.300	14.775	
1787	7.550	14.075	
1788	5.800	13.375	
1789	5.650	13.300	

taxas de população e sexo como resultado das premissas das quais partimos.

No começo desse período, a proporção de sexo era de 90:100, mas no final caiu para 42,4:100, uma situação extremamente desequilibrada, mas não incompatível com a de Angola nos anos 1770. Por quanto mais a zona central acomodou tal despovoamento é difícil de dizer, mas novos reis trouxeram influxos de população quando assumiram o poder e depois as novas populações com proporções de sexo mais equilibradas deram partida às terríveis perdas subordinadas a esse modelo. Essa parece ter sido a política de Henrique I, que colonizou São Salvador e os arredores de sua (sem nome) província natal, após assumir o poder em 1794. Seu programa estava apenas começando naquele momento, pois quando Raimondo da Dicomano a viu a cidade de Henrique estava quase toda em ruínas e só tinha 22 casas, enquanto sua casa-base estava claramente melhor assentada.⁴⁹ Entretanto, o sucessivo despovoamento e a recolonização da região de São Salvador parecem ter seguido um longo padrão demográfico da era das guerras civis no Congo, fato comprovado na restauração de Pedro IV, em 1702-1709, por exemplo (Thorntorn, 1983a, p. 104-6).

Outras regiões não teriam sofrido nada parecido com esse tipo de perda e, portanto, teriam sido hábeis em sustentar colonos prestes a entrar novamente na zona central. Por exemplo, as perdas de 449 pessoas (225 homens adultos, 112 mulheres adultas e 112 crianças) sofridas pelas 90 mil que habitavam as "Terras da Rainha", em Mukondo e seus arredores, como resultado da escravidão decorrente de decisão judicial e do banditismo de baixo nível, não teriam detonado a taxa de remanejamento anual de 1.080 adultos e a população da área teria crescido firmemente, pendendo gradualmente até para proporções de sexo mais equilibradas.

Entretanto, as perdas de uma batalha importante poderiam afetar seriamente a população. Se o confronto de São Salvador em 1781 custou ao regente Pedro V e às 50 mil pessoas de Mbamba e Mbamba Lubota seis mil homens mortos ou capturados, isso representava pouco mais da metade de 11.250 homens adultos da população como um todo. Vários anos de crescimento seriam necessários para restituir as perdas da população masculina, através do crescimento normal. Isso pode explicar bem por que os líderes das regiões costeiras nos arredores de Mbamba Lubota perderam o interesse (ou, talvez, a capacidade de participar dos) pelos assuntos do reino depois da derrota em São Salvador no ano de 1781 e por que Kibangu entrou na luta em que não havia estado muito envolvido depois de 1785.

Portanto, os perdedores militares e demográficos nas batalhas iriam amainar seus esforços para controlar toda a região importante da capital, enquanto os vencedores, com sua força demográfica irredutível nas sucessivas guerras, estariam em posição de recolonizá-la. Esses colonizadores poderiam ser, então, aqueles a sofrer as novas perdas quando as guerras civis recomeçassem.

Parece claro, assim, que o Congo deve ter ficado com cicatrizes demográficas profundas como consequência das guerras civis e da exportação de escravos no final do século XVIII. Essas feridas estavam quase todas concentradas na zona central e todo vencedor da luta pelo poder estava apto a usar uma base demográfica numa das províncias para restituir as perdas. Desse modo, pode-se quase pensar em São Salvador como uma espécie de catalisador para as pessoas das regiões circunvizinhas, enquanto seus governantes eram atraídos pelo prestígio do título de rei. Esse catalisador tinha o efeito inevitável de minar a força de quem tentasse ocupá-la, seja ao perder as batalhas ocasionais, com

um grande custo para a província natal, seja e à desordem que cercavam as dramáticas
ainda ao vencê-las e sucumbir ao banditismo guerras.

NOTAS

• Gostaria de agradecer à Universidade Millersville, cuja bolsa de estudos de 1990 ajudou a financiar a pesquisa nos arquivos portugueses, onde uma parte deste trabalho está pautada.

1. O nome desta e de outras províncias do Congo foi escrito numa variedade de ortografias tanto por mim como por outros estudiosos. Minha regra neste trabalho foi representar as províncias e outros nomes e termos na ortografia moderna de Kikongo, usando a pronúncia do dialeto Zombo (ou o dialeto de São Salvador) e o sistema ortográfico em uso no Zaire. Só o alterei para não marcar as vogais longas.

2. Deve ser dito que sempre considerei a descoberta de dados sobre o regime demográfico do Congo (as taxas de natalidade e mortalidade adulta e infantil encobertas), encontrados tanto em "Demography and history..." (Thornton, 1977) quanto no estudo de Manguenzo, o objetivo central do projeto, ao invés de ser um mero comentário sobre os efeitos do tráfico de escravos.

3. Devemos notar, entretanto, que a idéia de impactos negativos na razão terra/trabalho é mais importante e é ainda mantida com algum vigor por J. E. Inikori.

4. Ver Manning, 1990, incorporando mais de uma década de pesquisas e publicações.

5. O recente estudo de Joseph C. Miller, 1988, sobre o tráfico de escravos angolanos é o mais otimista sobre a capacidade da população angolana de suportar as perdas do comércio de exportação. Embora seu trabalho contenha um número questionável de suposições sobre as taxas de crescimento da população, ver a revisão de David Robinson em *Journal of African History*.

6. Para um bom sumário dessa literatura, ver Paul Lovejoy, 1989.

7. Tendo eu mesmo consultado muitos depósitos de arquivos e fontes iguais, particularmente o Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, posso confirmar a natureza desapontadora dos registros documentais para historiadores que desejam reconstruir a história de qualquer área fora da relativamente limitada região de administração direta lusitana, ou até para qualquer atividade fora dos níveis mais altos de administração.

8. Uma tomada geral do período com comentários reveladores sobre a estrutura política e social se encontra em Susan Broadhead, 1979.

9. Para a história do primeiro período das guerras civis, ver John Thornton, 1983a.

10. Savona, 1975, f. 41v, em Toso, 1975. Cito números paginados do original manuscrito para possibilitar uma fácil verificação entre a edição de Toso e a tradução francesa de Louis Jadin, 1963.

11. Archivo de Stato, Parma, Raccolta Manuscritti, busta 49, Viaggi, f. 3, Angelo Maria da Polinago para Dorothea Sofia di Neoburgo, 16 de agosto de 1733.

* NT: Para melhor identificação desses nomes, bem como dos nobres africanos, foram usadas apenas as aproximações fonéticas já consagradas com base na língua portuguesa, uma vez que tais nomes, em função da colonização, já eram usados dessa forma pela comunidade lusa.

12. Academia de Ciências de Lisboa (doravante ACL), Manuscrito Vermelho 296, "Viagem do Congo do missionário Fr. Rafael de Castello de Vide, hoje bispo de S. Thomé". Esse manuscrito, provavelmente escrito por volta de 1800, é composto de cópias de quatro cartas-relatório de Castello de Vide para seus superiores, escritas em 16 de julho de 1781, 25 de setembro de 1782, 29 de novembro de 1783 e 15 de setembro de 1788. Uma versão original da primeira dessas cartas se encontra no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Angola, Caixa 64, Documento 56 (doravante AHU, Cx. 64, Doc. 56), e foi impressa nos *Annaes do Conselho Ultramarino*, série 2 (1859-61), p. 62-80. Uma tradução italiana de todo o manuscrito foi publicada como "O Congo" em Marcellino da Civezza, 1984, vol. 7, p. 4.
13. ACL, Manuscrito Vermelho 296, de Castello de Vide, "Viagem", p. 78-80, 95-6, 100 e 118-23.
14. *Ibid.*, p. 260-1, 276, 295-6 e 302-3.
15. Descrito pelo visitante capuchinho Raimondo da Dicomano (no Congo, em 1793-1795) em seu relatório de 1798, publicado, a partir de uma tradução portuguesa do manuscrito na Biblioteca Nacional de Lisboa, por Antônio Brásio, 1972 (uma tradução francesa do mesmo manuscrito, publicada por Louis Jadin, 1957, marca as folhas originais). Uma tradução italiana desse texto em português, junto com transcrições da língua original de muitos outros documentos dos arquivos, se encontra em Carlo Toso, 1977, provando os elementos básicos da sucessão e da luta real durante esse período. O manuscrito original, em italiano, foi descoberto por Susan Broadhead no AHU.
16. Garcia V para o governador de Angola, 6 de julho de 1803, *Arquivos de Angola*, séries 2d, 19, nºs 75-8 (1962), p. 56-7.
17. Para uma discussão sobre essa região e seu envolvimento no tráfico de escravos, ver Robert Harms, 1981.
18. Ver Thornton, 1981a. Cherubino da Savona, 1975, f. 41v., notou esse impacto de Lunda quando colocou "Molua" como sendo um dos vizinhos do leste do Congo, por volta de 1760. Em 1756, alguns desses escravos estavam sendo levados de barco através do Congo para as partes do norte, quando Manuel Correia Leitão visitou Cassanje e notou o papel dos mercadores do Zombo, no leste do país, na exportação de escravos de Lunda (ver seu relatório "Relação breve summário da viagem que eu, o sargento-mor dos moradores do Dande, fiz às remotas partes do Cassanje e Olos... 15 de agosto de 1756"), em Gastão Sousa Dias, 1938, p. 19-20 e 25.
19. Ver relatório de Dicomano em Brásio, 1972, f. 111v.
20. Esses encantamentos, publicados pela primeira vez no final do século XVIII e no começo do século XIX, têm sido analisados extensivamente mais recentemente em David Geggus, 1991. O quicongo é falado hoje no norte e seu interior e a leste até o Cuango, mas não nas áreas depois da lagoa de Malebo, ou as fontes tradicionais dos cativos de Lunda.
21. ACL, Manuscrito Vermelho 296, de Castello de Vide, "Viagem", p. 81-4 e 118-20.
22. Ver relatório de Dicomano em Brásio, 1972, f. 107v; ver também a carta de Manuel de Almeida e Vasconcelos para Martinho de Melo e Castro, 3 de março de 1794, sumariando informações de cartas de Dicomano, em Toso, 1977, p. 89-90.
23. Essas campanhas estão descritas em registros oficiais de Angola no Arquivo Histórico Ultramarino. Por exemplo, a tomada nos AHU, Cx. 76, Doc. 73, Relatório de Manuel de Almeida e Vasconcelos, 7 de agosto de 1791; Doc. 34, Serviço de Registro de Felix Xavier Pinheiro de Lacerda,

ligação, consideração de campanha de 1790-91 em Mossolo por Pedro Martins Pinheiro de Lacerda; "Notícia da campanha e país do Mosul, que conquistou o sargento-mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, 1790-91", *Annaes Marítimos e Coloniais*, 6(4):127-33 (1846); ver Silva Corrêa, 1937(2): 176-233 (diário de Pinheiro de Lacerda, 1793-1794).

24. ACL, Manuscrito Vermelho 296, de Castello de Vide, "Viagem", p. 88-9, 91-3 e 95-7.

25. *Ibid.*, p. 276-7, 279-80 e 282.

26. Castello de Vide dá o nome de "Bua Lau", que ele traduziu como "Caxorro Diodo", literalmente "Filhote Louco", mas a frase em quicongo não contém um diminutivo ou um modificador indicando imaturidade (ACL, Manuscrito Vermelho 296, "Viagem", p. 292).

27. ACL, Manuscrito Vermelho 296, Castello de Vide, "Viagem", p. 238-9.

28. Para os conhecimentos oficiais, ver Arquivo Histórico Ultramarino, Cx. 68, Doc. 37, instruções para o barão de Moçâmedes, governador de Angola, 6 de março de 1784; Doc. 49, carta do bispo de Angola, 21 de março de 1784; Cx. 70, Doc. 28, relatório do bispo de Angola num plano geral; Doc. 28, relatório do bispo de Angola, 26 de junho de 1785, criando embaixadas para as autoridades costeiras de Mossulo e Soyo, visando reprimir os compradores franceses (que eram, é claro, católicos); e Cx. 37, cartas para o rei do Congo, 24 de julho de 1785.

29. ACL, Manuscrito Vermelho 296, Castello de Vide, "Viagem", p. 289.

30. *Ibid.*, p. 292-3.

31. *Ibid.*, p. 291.

32. *Ibid.*, p. 294-5.

33. *Ibid.*, p. 73-86.

34. *Ibid.*, p. 169-70.

35. Ver relatório de Dicomano, em Brásio, 1972, f. 112 e nota IX, ff. 115-15v.

36. A palavra é atestada em 1550, significando um inquérito judicial de qualquer tipo. Em português-angolano, o termo tinha o significado de "Corte Canguru", onde o acusado era regularmente considerado culpado e era usado um mecanismo para confisco de riqueza; para maior compreensão do século XVIII, ver Dicomano, f. 106, e nota VII, f. 115, em Toso, 1975.

37. ACL, Manuscrito Vermelho 296, Castello de Vide, "Viagem", p. 262.

38. *Ibid.*, p. 262-3 e 292-5.

39. *Ibid.*, p. 206-09.

40. Garcia V, o primeiro rei Água Rosada desde Pedro IV (d. 1718); ver sua carta para o governador de Angola.

41. ACL, Manuscrito Vermelho 296, Castello de Vide, "Viagem", p. 277-9.

42. Eles deixaram Luanda com 2.529 soldados, ajudados por 2.525 carregadores (Silva Corrêa, 1937, p. 179).
43. Considerando que Pedro recrutou suas forças em uma área de igual tamanho, mas com densidades muito mais baixas: 15 mil quilômetros quadrados com quatro pessoas por quilômetro das regiões costeiras muito menos densas, perfazendo um total populacional de 60 mil ou um pouco abaixo de nove mil soldados.
44. Ver Silva Corrêa, 1937, p. 193-6. A lista de libatas destruídas está na p. 231.
45. Ver relatório de Dicomano, em Brásio, 1972, nota IX, f. 115.
46. Se supusermos uma densidade populacional de cerca de quatro pessoas por quilômetro quadrado, densidade essa que havia sido atingida na região por volta de 1700, mas que provavelmente se estagnou como resultado de episódios anteriores à guerra civil. O número de adultos homens tem uma proporção de 90 homens para 100 mulheres, novamente como resultado de uma distorção da estrutura de idade introduzida por episódios anteriores à guerra civil.
47. Considerando que existe uma taxa de reposição de cerca de 350 homens por ano, levaria mais do que só seis anos, mas esses fatos dificilmente alteram a impressão geral de que tais perdas não poderiam ser sustentadas por muito tempo.
48. Fernando Antônio de Noronha para o visconde de Anadia, 10 de agosto de 1803, em Toso, 1977, p. 98.
49. Ver relatório de Dicomano, em Brásio, 1972, f. 108.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAZIN, Jean (1975). "War and slavery in Segu". *Economy and Society*.
- BRÁSIO, Antônio (1972). "Informação do Reino do Congo de frei Raimondo da Dicomano". *Studia* (34):19-42.
- BROADHEAD, Susan (1979). "Beyond decline: the Kingdom of Kongo in the eighteenth and nineteenth centuries". *International Journal of African Historical Studies* (12):615-50.
- CIVEZZA, Marcellino da (1984). "O Congo". *Storia universale delle missioni francescane*.
- CURTIN, Phillip (1975). *Economic change in pre-colonial Africa: Senegambia in the era of the slave trade*. 2 vols. Madison.
- DIAS, Gastão Sousa (1938). "Uma viagem a Cassanje nos meados do século XVIII". *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (56).
- GEGGUS, David (1989). "Sex ratio, age and ethnicity in the Atlantic slave trade: data from French shipping and plantation records". *Journal of African History* (30).
- (1991). "Haitian Voodoo in the eighteenth century: language, culture, resistance". *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas* (28):21-51.
- HARMS, Robert (1981). *River of wealth, river of sorrow: the Central Zaire Basin in the era of the slave and ivory trade, 1500-1891*. New Haven e London.

- JADIN, Louis (1957). "Relation sur le Congo du P. Raimondo da Dicomano, missionnaire de 1791 à 1795". *Bulletin de l'Académie Royale des Sciences Coloniales* (3):307-37.
- (1963). "Aperçu de la situation du Congo en 1760 et rite d'élection des rois en 1775, d'après le P. Cherubino da Savona, missionnaire au Congo de 1759 à 1775". *Bulletin, Institute Historique Belge de Rome* (35):343-419.
- LEITÃO, Manuel Correia (1938). "Relação. Breve summário da viagem que eu, o sargento-mor dos moradores do Dande, fiz às remotas partes do Cassanje e Olos... 15 de agosto de 1756". In: DIAS, Gastão Sousa (1938).
- LOVEJOY, Paul (1989). "The impact of the Atlantic slave trade on Africa: a review of the literature". *Journal of African History* (30):365-94.
- MANNING, Patrick (1990). *Slavery and African life*. Cambridge.
- MILLER, Joseph C. (1988). *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1725-1825*. Madison.
- RICHARDSON, David (1989). "Slave exports from West and West Central Africa, 1700-1810: new estimates of volume and distribution". *Journal of African History* (30).
- SAVONA, Cherubino da (1975). "Congo, 1775. Breve ragguaglio del Regno di Congo, e sue missione scritto dal padre Cherubino da Savona, missionario apostolico capuccino", f. 41v, in Toso, 1975.
- SILVA CORRÊA, Elias Alexandre da (1937). *História de Angola*. Lisboa, vol. 2, p. 176-233.
- THORNTON, John (1977). "Demography and history in the Kingdom of Kongo, 1550-1750". *Journal of African History* (18):507-30.
- (1980). "The slave trade in eighteenth century Angola: effects on demographic structures". *Canadian Journal of African Studies* (14):417-27.
- (1981a). "Lunda expansion to the West, 1680-1852". *Zambia Journal of History* (1):1-25.
- (1981b). "The demographic effect of the slave trade on Western Africa, 1500-1850". In: FYFE, Christopher and McMASTER, David (eds.). *African historical demography*. Edinburgh, vol. 11, p. 691-720;
- (1983a) *The Kingdom of Kongo: civil war and transition, 1641-1718*. Madison.
- (1983b). "Sexual demography: the impact of the slave trade on family structure". In: ROBERTSON, Claire and KLEIN, Martin (eds.). *Women and slavery in Africa*. Madison, p. 39-48.
- TOSO, Carlo (ed.) (1975). "Relazioni inediti di P. Cherubino Cassinis da Savona sul 'Congo e sue missioni'". *L'Italia Francescana* (45):136-214.
- (1977). *L'informazione sul Regno del Congo di Raimondo da Dicomano*. Roma.

SUMMARY

The Kongo Civil Wars and the slave trade: demography and history revisited, 1718-1844

This study is intended to review the demographic estimates of the impact of the slave trade in the Congo in the XVIII century, as presented by the author in a previous work. He also develops a simulation bearing out how the trade acted along geographic and demographic lines.

This is done based on the well-documented decade from 1780 to 1790, and by studying a variety of episodes that gave grounds for enslavement in Africa: large-scale wars, wars that

attained only minor magnitude, banditry, and slavery provoked for juridical reasons. This entire account is used to determine the geographic and demographic implications of the proposed model. On this basis it is demonstrated that wars for control of the capitals of the various countries were a site of enslavement, but that the real demographic impact of the traffic was felt in more peaceful areas of the countries from which soldiers and supporting personnel was withdrawn.

RÉSUMÉ

Les guerres civiles au Congo et la traite, l'histoire et la démographie de 1718 à 1844 révisitées

Ce travail cherche à faire une révision des estimations démographiques du trafic d'esclaves dans le Congo du XVIII^e siècle établies par l'auteur lui-même dans un travail antérieur. Il développe aussi une simulation afin de montrer les incidences du trafic dans une perspective géographique et démographique.

La décennie 1780-1790, dont la documentation est spécialement riche, sert de base à cette analyse où sont examinés aussi de nombreux épisodes qui ont donné des marges au dévelop-

pement de l'esclavage en Afrique: les guerres à grande échelle, mais aussi les guerres plus localisées, le banditisme, et l'esclavage dû à des motivations juridiques. Tout cela est utilisé pour déterminer les implications géographiques et démographiques du modèle proposé. Sur cette base, ce travail montre que les guerres pour contrôler les "capitales" des pays n'étaient qu'un *site* d'esclavage, mais que le véritable impact démographique a été ressenti plutôt dans les zones de paix d'où venaient les soldats et le personnel d'appui.

"Fazendas" em troca de escravos: circuitos de crédito nos sertões de Angola, 1830-1860*

Roquinaldo Amaral Ferreira**

**Recebida para publicação em setembro de 1996.*

***Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA).
Doutorando em história pela Universidade da Califórnia, Los Angeles.*

O texto discute os mecanismos comerciais de crédito através dos sertões de Angola. Apesar das fortes transformações da época, a partir da ilegalidade e da repressão ao tráfico atlântico de escravos, os padrões de comércio nos sertões mantinham boa parte das características adquiridas ainda no século XVIII. Tal comércio era feito basicamente com o adiantamento-endividamento de mercadorias, chamadas genericamente de "fazendas", através de Luanda. No interior, nas "feiras", agentes comerciais dos negociantes luandenses garantiam a aquisição das mercadorias fundamentais para o funcionamento do comércio em Angola. Somente com o advento do comércio de longo curso, através das caravanas, organizadas pelas chefias do interior, alterou-se esse antigo padrão.

Palavra-chave: Angola; sertões; tráfico atlântico de escravos; economia angolana no séc. XIX; feiras.

Dos sertões chegava a maior parte dos produtos exportados por Angola entre 1830 e 1865: escravos, marfim, goma copal, couros e cera. Embora se coletasse urzela em regiões costeiras ao sul de Benguela e tenham sido mencionadas por John Monteiro (1875) culturas de algodão e café na costa, o grosso das mercadorias exportadas por Luanda era adquirido nos sertões de Angola. Na verdade, esse era um padrão de comércio bastante antigo na economia angolana. De um lado, os sertões, de onde chegavam as caravanas com mercadorias, e de outro, Luanda, onde ficava o porto, as casas comerciais e os créditos para o financiamento do comércio nos sertões. Tal dualidade não foi interrompida nem mesmo com o advento do comércio lícito, a partir de 1830.

A permanência desse padrão de comércio torna tudo que vai ser relatado aqui válido tanto para o comércio lícito como para o tráfico ilegal. A principal diferença entre os dois estava na questão do transporte. O comércio lícito tornava os comerciantes que iam aos sertões dependentes dos "carregadores", a quem cabia a tarefa de transportar as mercadorias que transitavam entre a costa e o interior e sem os quais — em número suficiente para a empreitada — não se organizava uma caravana. Assim, tanto eles levavam "fazendas" (bebidas, panos e mantimentos) para os sertões, onde eram trocadas com os africanos por cera, goma, marfim e outras mercadorias, como transportavam as mercadorias obtidas nos sertões de volta para a costa.

Transporte, uma questão aflitiva

O transporte de mercadorias no eixo Luanda-sertões foi uma questão das mais aflitivas para os negociantes de Luanda na década de 1850. Esse era um problema que

obviamente não havia no tráfico de escravos no interior, pois os cativos não dependiam de ninguém para carregá-los e com uma vantagem: ainda podiam carregar outras mercadorias para a costa. A partir do advento do comércio lícito em larga escala, porém, o transporte de carga se tornou um fator crucial para os negociantes luandenses. Não havia a alternativa de uso de animais de carga, porque nenhum animal conseguia suplantar o desempenho humano nesse tipo de transporte. Por exemplo, nem mesmo diante de condições de clima ou de rota desfavoráveis os carregadores, que podiam transportar até 35 quilos de carga, deixavam de atravessar os sertões:

A indústria comercial, que é indubitavelmente de grande importância nestes reinos, cujo tráfego está inteiramente dependente do comércio interno, e este de boas vias de comunicação, e do estabelecimento de feiras em lugares fixos e dias determinados, sem cujo concurso a riqueza produtiva do interior se torna nula para o desenvolvimento da indústria comercial. Já se vê, pois, que falamos da falta de estradas e de animais próprios conduzirem por elas os gêneros de exportação, e os de consumo do país, aos mercados de Luanda e Benguela.

Quase todos os caminhos por onde têm que transitar os habitantes desta vasta região (falamos dos pretos carregadores) são escabrosos, serros, despenhadeiros, e às vezes matas impenetráveis, cujos pretos suprem aqui a falta de animais de carga, sistema inumano que deve merecer a solicitude do nosso governo, substituindo-os por caravanas de camelos e de bois e cavalos (Almanak Statístico... 1851, p. 52).

Tudo era bem diferente quando se usavam animais de carga, pois era preciso esco-

lher rotas próximas de rios, lagos e lugares onde houvesse grama, se fosse o caso do uso de bois. Além disso, esses animais eram mais suscetíveis aos acidentes naturais. As chuvas podiam destruir pontes e estradas e impedir a passagem das mercadorias que estivessem sendo levadas por bois. O mesmo não acontecia com os carregadores, que contornavam os obstáculos com mais facilidade. Linda Heywood mostra que, enquanto as carroças puxadas por bois percorriam 550 quilômetros em dois meses, avançando cinco horas por dia, os carregadores viajavam 19 quilômetros por dia, percorrendo a mesma distância em apenas 25 dias:¹

O comércio de permuta efectuado com gado bovino está associado a muito mais incómodos e efectua-se só nos países situados mais a sul, na outra margem do Kubango, onde o gado cornífero é numeroso e, portanto, barato. Mas o gado bovino daquelas terras está habituado a pastagens quentes, secas e arenosas, por isso não agüenta uma viagem prolongada nas planícies úmidas, pantanosas e frias situadas a nordeste. Também seria difícil passar com as manadas de bois pelos grandes e intransponíveis pântanos ali existentes.² Por isso, o gado bovino adquirido por troca nos países da outra margem do Kubango é levado dali apenas para sul, para os diversos povos de pastores e caçadores; tais povos são: os Mukobál, Hinga, Badombodolla, Ukoámbi, Kongár, Muimba, Mucimbá, os quais não aceitam os escravos masculinos importados e, em troca das suas mercadorias, ou seja, do marfim e dos cornos de rinoceronte, exigem ou bois ou escravos jovens.

Tirando a questão dos carregadores, houve uma justaposição entre os circuitos mercantis do tráfico e do comércio lícito. O

processo foi sumariado pelo vice-cônsul inglês Brand, em 1846. Segundo ele, os comerciantes de Luanda realizavam o comércio com o interior da mesma forma que durante o tráfico legal. Havia uma única e importante mudança: por conta da repressão cada vez maior em Luanda, a partir do início dos anos 1840 os escravos não eram mais levados do interior para a cidade. E, apesar de Tarns ter presenciado a chegada em Luanda de uma caravana com escravos em 1841, o mais comum passou a ser a chegada de mercadorias do comércio lícito:

A relação comercial com o interior é conduzida de maneira muito semelhante à como havia transcorrido por muitos anos, exceto que seu principal objetivo, pelo menos no que diz respeito a essa cidade, ultimamente tem mudado muito.

Antes, é fato bem sabido que, quase sempre, tratava-se de escravos comprados pelos agentes e enviados ao interior com esse fim, e que levavam consigo as unidades apropriadas de mercadorias para fazer a troca. (Brands, 1846.)

De resto, os mecanismos do comércio entre Luanda e os sertões se mantinham intactos, com os correspondentes sendo enviados para os sertões pelas grandes casas comerciais de Luanda. Tais redes de comércio foram objeto de análise de Joseph Miller para o período do tráfico legal. Na época, eram os luso-africanos de Luanda que dominavam o comércio pelos sertões, valendo-se para tanto das habilidades culturais e biológicas, que lhes conferiam uma cultura altamente miscigenada. Por exemplo, só os luso-africanos dominavam as línguas africanas, fundamentais para o comércio nos sertões, e possuíam, além disso, uma resistência biológica bem maior aos males e crueldades do interior da África. Ademais, tal domínio era reforçado com a distribuição, no interior, das “fazem-

das" adiantadas pelos grandes negociantes de Luanda.

A ordenação do comércio pelas feiras

Eram dois os mecanismos para concretizar o comércio entre a costa e os sertões: ou através das feiras e presídios ou através das caravanas. As feiras se localizavam no interior de Angola, onde os portugueses se fixavam, e sofriam uma fiscalização mais próxima do governo provincial. Lopes Lima as menciona como benéficas porque combatiam a sonegação de impostos. Surgidas, segundo ele, em 1620, vigoraram durante dois séculos e caíram em desuso pelos altos preços cobrados pelos escravos lá vendidos. Segundo Miller, além de evitar o *reviro* de escravos, as feiras tinham uma outra e mais importante função no século XVIII, que era garantir o retorno dos pagamentos à costa pelas mercadorias enviadas para o interior:

*Havia naquelas feiras mercado permanente, armazenando-se regularmente as "fazendas" dos aviados em armazéns da fazenda nacional entregues à administração de um almoxarife com seu escrivão, o qual abria conta a cada um em livro mui bem escriturado, mediante um pequeno direito de armazenagem que as mercadorias ali pagavam, ficando neles seguras para seus donos ainda no caso de falecimento dos aviados. Estes almoxarife e escrivão eram sujeitos ao diretor da feira, espécie de magistrado, que mantinha a polícia e a boa-fé nas transações, e decidia sumariamente quaisquer dúvidas.*³

Miller (1988) diz que a expansão das feiras no interior foi uma estratégia dos portugueses no esforço reordenador da era pombalina. Uma das metas de Portugal foi acabar com o domínio que os luso-africanos tinham

no comércio dos sertões de Angola e tanto é assim que um alvará proclamou, em 1758, o acesso franco aos sertões de qualquer pessoa que quisesse fazer o comércio. Essa medida, diga-se, se voltava não apenas contra os luso-africanos. Através dela, Portugal pretendia também atingir os investidores portugueses que arrematavam o contrato de arrecadação de impostos na exportação de escravos, os chamados "contratadores", que acabavam por controlar todo o sistema de financiamento do tráfico de escravos em Angola.⁴

Para controlar as feiras, foi criada a Junta de Comércio. Composta por representantes dos negociantes de Luanda, a Junta escolhia os escrivães responsáveis pelas formalidades do comércio no âmbito das feiras. Quando nelas chegavam, os correspondentes dos negociantes de Luanda tinham que primeiramente se apresentar ao escrivão, mostrando as listas das mercadorias expedidas pelos negociantes e que estavam sendo levadas para a feira. Os escrivães, então, verificavam se as mercadorias levadas pelos correspondentes respeitavam as listas expedidas em Luanda. Além disso, eles tinham também a prerrogativa legal de seqüestrar os bens dos correspondentes que morriam, resguardando os interesses dos negociantes (Miller, 1988, p. 586-7).

Contudo, essa estratégia de expandir as feiras pelo interior de Angola malogrou, da mesma forma que todos os experimentos administrativos de Portugal na era pombalina. A partir de 1810, o tráfico de escravos se voltou para o norte, passando a ser feito pelo Rio Zaire, por Cabinda e por Ambriz, de maneira direta, com os escravos sendo comprados em troca de dinheiro na costa. O principal nele eram as caravanas, que chegavam do interior com os escravos. Ainda assim, existiam feiras funcionando em Angola nos anos quarenta do século XIX. Não tantas

quanto era apregoado como o ideal por Lopes Lima, em 1846, mas certamente ainda de acordo com o mesmo esquema de comércio *caótico* dominado pelos luso-africanos e que Portugal tentou ordenar em 1758.

Mais uma vez, a partir de 1839, tentou-se remodelar as feiras. E partiu-se então de um modelo com forte intervenção do governo provincial, com o objetivo de reviver as feiras do Dondo, Beja e Lucamba, tendo como ideal as do período de Sousa Coutinho, no século XVIII, ou seja, feiras controladas e submetidas aos interesses dos negociantes de Luanda:

*Sua majestade, convencida igualmente da grande utilidade das feiras do Dondo, Beja e Lucamba, muito recomendando ao dito Governador-Geral que o quanto as faça reviver, e ponha no seu devido pé, como estiveram depois de 1772, a fim de que os negros gentios ali possam ir vender a cera, marfim, e outros gêneros, e comprar "fazendas", aguardente e mais objetos de comércio, que os aviados dos negociantes de Luanda levavam às suas terras.*⁵

O espólio de Dias Torres e as redes de comércio

Através da luta pelo espólio do sertanejo Gaudêncio José Dias Torres, falecido nos sertões na década de 1840, pode-se entender as redes de comércio nas feiras no século XIX. Na época, a Junta de Fazenda dos Órfãos e Ausentes — órgão que regulava a repartição dos espólios dos correspondentes que iam para o interior — estava sob a influência dos negociantes de Luanda. Por deliberação da Junta, numa decisão que claramente favorecia os negociantes de Luanda, os bens de Gaudêncio José Dias Torres foram empregados para quitar dívidas com os gran-

des financiadores do comércio nos sertões. Essa decisão, porém, foi contestada pelos parentes de Dias Torres em Lisboa.

Seguiu-se, então, um conflito de interpretação entre autoridades metropolitanas e a Junta de Fazenda dos Órfãos e Ausentes. Enquanto esta defendia os interesses dos negociantes de Luanda, as autoridades metropolitanas estavam ao lado dos parentes de Dias Torres. Considerado indevido, o procedimento da Junta de Fazenda de Angola foi revogado e, de Lisboa, foi dada uma ordem de restituição integral dos bens do falecido a seus parentes. Contudo, como já haviam sido feitos os pagamentos aos credores luan-denses de Dias Torres, tomou-se uma decisão extrema: os próprios bens dos membros da Junta de Fazenda deveriam ser usados para cumprir a deliberação da metrópole.⁶

Tinha-se aqui, na verdade, um episódio delicado que ameaçava diretamente os interesses dos negociantes de Luanda. A partir dele, abria-se a hipótese de criação de jurisprudência para casos semelhantes no futuro, algo que iria jogar para o alto o já elevado grau de risco no comércio nos sertões. Por essa razão, a Junta de Fazenda se manifestou com força contra a deliberação de Lisboa, alegando, em primeiro lugar, que os responsáveis pela decisão que favoreceu os negociantes de Luanda já estavam mortos. Não se sabe se era um subterfúgio, mas esse argumento foi adequado: serviu para livrá-los de qualquer punição no caso Dias Torres. Isso quer dizer que não havia mais como ressarcir os parentes de Dias Torres em Lisboa.

A junta, pois, em execução do que lhe é determinado, tem a honra de levar à presença de v. exa. que lhe não é possível o poder dar cumprimento à citada portaria, porquanto nenhum dos membros de que se compunha a junta quando ordenou o pagamento aos credores de Gaudêncio

José Dias Torres faz parte hoje desta junta, nem existe nesta província (...) não obstante, porém, não competir aos atuais membros da junta a responsabilidade que pela citada portaria se impõe aos que ordenaram aquele pagamento, contudo, nós julgamos que faltaríamos ao nosso dever se não procurássemos elucidar esta questão o mais que nos for possível, defendendo assim os nossos antecessores (...).⁷

Passou-se, então, a um histórico das condições que cercaram a chegada de Gaudêncio Dias Torres a Angola. O que foi dito é que Gaudêncio Dias Torres chegou a Angola sem recursos e foi empregado como caixeiro na casa comercial de Ana Joaquina dos Santos Silva, uma das maiores negociantes de Luanda. Pouco tempo depois, Gaudêncio recebeu "fazendas" de Ana Joaquina dos Santos e Silva para "pôr um estabelecimento" no interior. Isso significa que se tinha um padrão que era bastante parecido com o que Joseph Miller identifica para o século XVIII: que os grupos que se dirigiam para o interior para comercializar eram integrados por degredados (políticos e criminosos) enviados para Angola. Não era esse o caso de Gaudêncio José Dias Torres, mas o negociante pode ser enquadrado em duas outras categorias citadas por Miller: ou Dias Torres era um aventureiro ou então um investidor falido que foi a Angola para se recuperar financeiramente. De fato, Dias Torres contraiu débitos com vários negociantes de Luanda, não apenas com Ana Joaquina dos Santos Silva, dona da "casa de grosso trato mais antiga" da província:

Gaudêncio José Dias Torres, tendo aqui chegado desprovido de fortuna, ajustou-se por caixeiro da dita Ana Joaquina dos Santos Silva, em cuja casa se conservou por algum tempo, até que aquela senhora julgou devê-lo beneficiar,

confiando-lhe "fazendas" próprias para pôr um estabelecimento; o que teve lugar ano e meio antes do falecimento; neste estabelecimento, consumiu ele, pelas suas extravagâncias, não só os lucros, se os teve, como parte das "fazendas" que a sua benfeitora lhe confiara, assim como outras pessoas.⁸

A pulverização dos créditos

Observa-se nesse caso uma característica dos circuitos de comércio entre Luanda e os sertões: a pulverização extrema de créditos. Não havia correspondente que se ligasse a apenas uma casa comercial de Luanda. Eram sempre débitos com muitos negociantes — um padrão, aliás, bem diferente do que acontecia nas operações comerciais dentro de Luanda. Os maiores créditos de Gaudêncio Dias Torres foram adquiridos com Ana Joaquina dos Santos Silva, mas, em menor escala, vários outros negociantes e "lojistas" de Luanda também adiantaram gêneros a crédito para Dias Torres:

D. Ana Joaquina dos Santos Silva era um dos credores por quantia superior a três contos de réis (...) Os demais credores são negociantes e lojistas desta cidade; além disso, vê-se, pela qualidade dos seus créditos, e que constam dos livros do falecido, que eles provêm de gêneros próprios para o comércio.⁹

Na verdade, Dias Torres era um "comissionado", ou seja, um comerciante que se aventurava pelo interior de Angola a partir de "fazendas" adquiridas a crédito em Luanda. Nos sertões, tais "fazendas" eram trocadas com os negros do interior. Lopes Lima atribui um outro nome aos comissionados: "aviados". Segundo Lopes Lima, eram considerados aviados os brancos, pardos e "pretos calçados". Era a partir da sobrevaloriza-

ção dos gêneros recebidos dos “comitentes” — os grandes negociantes de Luanda que lhes adiantavam “fazendas” a crédito — que os comissionados extraíam seus próprios lucros nas transações com os povos do interior.¹⁰

Além das dificuldades para recuperar os bens adiantados a crédito, os negociantes de Luanda ainda tinham uma complicação adicional no comércio com os sertões: a legislação privilegiava os pequenos credores, que, na partilha dos bens dos comissionados, eram os primeiros a receber. Isso gerava uma grande insatisfação entre os grandes negociantes de Luanda, segundo a Junta de Fazenda:

*Ora, muitas vezes acontece falecer um indivíduo que os seus bens não produziram mais do que 800\$ réis, ao mesmo tempo que as dívidas passivas montam a 1.600\$ réis: entre os seus devedores, porém, há quatro que têm créditos justificados até 100\$, e dois os que têm igualmente por escritura, porém os restantes credores são unicamente dois, dos quais um justificou ser credor por 240\$ e outro por 560\$. A junta, segundo a lei, manda pagar aos seis primeiros, que absorvem a importância total do casal, e os outros, porque seus créditos excedem a 200\$, nada podem receber!*¹¹

Como a legislação não os favorecia, quando um comissionado falecia no interior, os comitentes muitas vezes se recusavam a prestar qualquer tipo de auxílio na localização das “fazendas” nos sertões, o que mostra o quanto era limitado o poder provincial nas operações comerciais realizadas no interior. Na verdade, as feiras foram inteiramente dominadas pelos luso-africanos durante o século XIX. Toda a estrutura montada em meados do século XVIII, com os escrivães que submetiam os comissionados ao controle dos

negociantes portugueses de Luanda, caíra em desuso, razão pela qual Lopes Lima não considerou as feiras do século XIX exemplo de estrutura comercial. Ao largo das autoridades, os próprios comitentes iam aos sertões e tratavam diretamente com os negros para receber seus créditos:¹²

*É igualmente sabido que o comércio com o sertão é feito por homens que para ali conduzem as “fazendas” que lhe confiam, que as vão vendendo aos negros a troco de gênero, para estes lhe pagarem em certo tempo; estes homens pela maior parte demoram-se pelo sertão tempo bastante, de que lhe resultam as febres, e por conseguinte muitas vezes a morte; e daí ficam essas “fazendas” perdidas, porque a autoridade não pode, digo, não sabe das transações que houveram: não acontece assim, porém, ao comitente, que pela participação do seu comissionado, e também pelo conhecimento que tem do sertão, sabe onde estão as suas “fazendas”; porém, como também sabe que embora concorra com a autoridade competente para a arrecadação da importância dessas “fazendas”, esta lhe não manda pagar o seu crédito, posto que, legalizado se ache, segue-se daqui passar ele só a tratar com o negro sobre o pagamento, e lá dividem entre si o que era muitas vezes não só dele como também do morto e de outros credores.*¹³

Os comissionados distribuíam as “fazendas” adquiridas a crédito em Luanda por vários “pretos calçados” do interior, os chamados “pumbeiros”. Ou seja: as redes de financiamento entre Luanda e os sertões se mantinham sempre no sentido da pulverização dos créditos: negociantes de Luanda, os comitentes adiantavam “fazendas” a crédito a seus agentes no interior, os comissionados, enquanto estes, já nos sertões, distribuíam

tais créditos aos pumbeiros. Assim, os créditos expedidos de Luanda se disseminavam por Angola e cabia aos pumbeiros entrar em contato com os povos do interior e levar a termo as operações de troca (pela cera, pela goma copal, pelos couros e outras mercadorias).

Pulverizar os créditos por vários comissionados enviados aos sertões não era um movimento aleatório dos negociantes de Luanda. Pelo contrário, era com essa estratégia que os negociantes de Luanda faziam frente à morosidade intrínseca do comércio nos sertões,¹⁴ em que um resgate de escravos, por exemplo, poderia durar até dois anos. Há um episódio que ilustra com perfeição tal processo: quando Portugal oficializou a abolição do tráfico de escravos em 1836, os negociantes de Luanda reivindicaram algum tipo de indenização diante dos "grossos cabedais" investidos no interior. Dizia-se, então, que os resgates de escravos chegavam a durar dois anos e se espriavam por regiões próximas de Moçambique:

*Que enquanto a importação por terra de escravos dos vários sertões do gentio independente não era conforme com os princípios de justiça proibi-la imediatamente, sem oferecer aos negociantes desta praça e sertanejos a indenização dos grossos cabedais que muitos fazem elevar a mais de 400 contos, que tem metido no sertão para resgate de escravos, cujas especulações muitas vezes levam a realizar-se ano e meio e dois anos, chegando muitos até a proximidade da costa de Moçambique (...).*¹⁵

Os comissionados recebiam as "fazendas" em Luanda e tinham que transportá-las para os sertões. Ao chegarem às feiras, tinham ainda que distribuir as "fazendas" pelos negros e depois eram obrigados a esperar até que estes conseguissem as mercadorias

que seriam levadas para a costa. Enquanto um comissionado estava negociando com os negros do interior, outro já estava enviando mercadorias para Luanda. Era, pois, a partir das várias "contas correntes" entre comitentes e comissionados que se movimentava o comércio entre Luanda e os sertões. Os próprios comissionados tiravam vantagens desse sistema de "contas correntes" múltiplas — sem se prenderem a um único comitente, eles obtinham suprimentos variados e talvez contínuos de "fazendas". Mas, ainda assim, era com dificuldade que eram enfrentados os problemas de transporte entre os sertões e a costa, pois tudo concorria para que o investimento feito num determinado comissionado demorasse bastante para dar retorno ao comitente. Eis por que não era recomendável que os investimentos feitos a partir de Luanda fossem concentrados num só comissionado. Assim, dividir as "fazendas" por vários comissionados pelo menos atenuava os efeitos da lentidão do comércio com os sertões.¹⁶

Ana Joaquina dos Santos Silva tinha 3.255\$970 réis em "fazendas" adiantadas a crédito a Gaudêncio José Dias Torres. Apesar disso, após a divisão do espólio de Dias Torres, Ana Joaquina recebeu de volta apenas 1.771\$480 réis. Todos os negociantes de Luanda que tinham adiantado "fazendas" a Dias Torres receberam de volta algo em torno de 50% dos créditos originais na divisão, o que mostra que o comissionado tinha pulverizado pelos sertões cerca de 50% dos créditos em "fazendas" recebidos em Luanda (tabela 1). É possível que algumas das "fazendas" distribuídas por Dias Torres pelos sertões tenham sido recuperadas, hipótese em que não se deve acreditar muito, pois, em geral, eram créditos de difícil recuperação espalhados entre os "pretos calçados" e os negros dos sertões.

Tabela 1
Pagamento dos créditos oferecidos ao falecido Gaudêncio José Dias Torres por vários negociantes

	Créditos	Recebeu
Ana Joaquina dos Santos Silva	3.255\$970	1.771\$480
Maria da Fonseca	54\$000	29\$714
Joaquim A. Natividade	390\$000	210\$990
Luiz Antonio Rodrigues	135\$000	71\$201
Ricardo da S. Rego	109\$950	59\$760
José Narciso Correa	97\$500	52\$747
José Bento Alves	116\$000	62\$756
José Vieira de Mattos	127\$000	69\$767

Fonte: Pasta 9-B, 1845, AHU.

Pelas contas da investidora luandense Ana Joaquina dos Santos Silva, seus créditos junto a Dias Torres eram muito maiores: 6.219\$137. Por outras palavras, Ana Joaquina simplesmente apresentou números que quase dobravam o que foi reconhecido como seus créditos na conta de Dias Torres. Pode ser que Ana Joaquina tenha sabido da morte de Dias Torres antes dos outros negociantes de Luanda e feito disso uma oportunidade para se aproveitar e apresentar números irreais para abocanhar todo o espólio. Seria o mesmo que Miller identifica para o século XVIII. Ou então, sem conseguir justificar os créditos que dizia ter junto a Dias Torres, a investidora teve suas contas recusadas pela Junta de Fazenda — hipótese mais verosímil, diante das dificuldades de manter “assentos” nas operações realizadas entre Luanda e o interior:

Diz D. Ana Joaquina dos Santos Silva desta cidade que pela conta corrente adjunta mostra ser a credora do falecido Gaudêncio José Dias Torres, cujo espólio

se acha entregue na seção da fazenda dos defuntos e ausentes, da quantia de réis 6.219\$137 que o falecido girava unicamente com as “fazendas” e gêneros que a suplicante lhe confiou fiadas, como é notório nesta cidade (...).¹⁷

Os cálculos de Ana Joaquina dos Santos Silva são altamente sugestivos. Mostram, por exemplo, que quase 30% dos créditos dela com Dias Torres eram formados por uma variedade de mercadorias bastante apreciadas pelos povos do interior: bebidas alcoólicas, destacando-se a aguardente. Em geral fabricada no Brasil, a aguardente foi fundamental no comércio dos sertões, sendo revelador disso que mais de 50% dos créditos de Dias Torres em bebidas alcoólicas fossem decorrentes da aguardente (ver Tabela 2).

Tabela 2
Bebidas alcoólicas adquiridas a crédito de Ana Joaquina dos Santos Silva por Gaudêncio José Dias Torres

Bebidas	Crédito
16 pipas de aguardente	1.220\$000
2 pipas de vinho	160\$000
3.567 botijas de genebra	746\$337
1 barril de vinho	22\$500
Total de créditos	2.148\$837

Fonte: Requerimento de Ana Joaquina dos Santos Silva, em 23 de julho de 1845 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 9-B, 1845, AHU).

Mas a “conta corrente” de Dias Torres com Ana Joaquina tem outras informações reveladoras. A cifra defendida pela investidora como o que lhe cabia no espólio de Dias Torres, 6.219\$137 réis, foi fruto da seguinte operação contábil: diminuiu-se o total de débitos do total de créditos de Dias Torres na conta corrente. Assim, Ana Joaquina dos Santos Silva chegou ao total que Dias Torres

lhe devia. Isso quer dizer que Dias Torres também tinha créditos na ordem de 4.237\$347 réis na conta corrente com Ana Joaquina, sugerindo que o comissionado acumulara recursos com a sobrevalorização da aguardente, dos vinhos e dos panos trocados nos sertões com os africanos. A partir daí, Dias Torres podia enviar para Luanda mercadorias excedentes que o deixavam com créditos junto aos comitentes (Tabela 3).

Tabela 3

Conta corrente de Gaudêncio José Dias Torres com Ana Joaquina dos Santos Silva entre 16 de agosto de 1842 e 19 de abril de 1844

<i>Deve</i>	<i>Haver</i>	<i>Saldo a favor de Ana Joaquina dos Santos Silva</i>
10.458\$484	4.237\$347	6.219\$137

Fonte: *Requerimento de Ana Joaquina dos Santos Silva, em 23 de julho de 1845 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 9-B, 1845, AHU).*

Vimos o que aconteceu com cerca de 50% dos créditos de Dias Torres: foram pulverizados pelos sertões e entregues a vários pumbeiros, uma exigência do comércio nos sertões. Com a morte de Dias Torres, é possível que boa parte das "fazendas" tenha sido irrecuperavelmente perdida, diante das dificuldades que se tinha nos territórios dominados pelos gentios. Isto é o que sugere o caso de Custódio d'Araújo Bello, um outro comissionado, falecido no presídio de Novo Redondo, na década de 1840. Bello adotava a regra geral entre os comerciantes que iam aos sertões de adquirir "fazendas" a crédito com os negociantes de Luanda e trocá-las com os negros dos sertões, tal qual fazia Gaudêncio José Dias Torres:

Custódio d'Araújo Bello, quando faleceu no presídio de Novo Redondo, tinha ali um estabelecimento para negócio com o gentio daquele sertão, e as "fazendas"

que ali "promotava" eram-lhe fornecidas a maior parte por negociantes de Luanda (...).

Os presídios como entrepostos comerciais

Havia uma única diferença entre Bello e Dias Torres. Ao contrário deste, Bello não operava numa feira, mas sim num presídio. Ao lado dos distritos, só criados no século XIX, e das feiras, os presídios constituíram o sistema de ocupação português em Angola, cujos objetivos, segundo Isabel de Castro Henriques, 1995, p. 103-4, em princípio, eram a ocupação militar, a propagação da fé cristã e a proteção dos comerciantes. Em 1848, havia sete presídios em Angola: Muxima (criado em 1599), Massangano (em torno de 1585), Cambambe (fins do século XVI), Pedras de Pungo Andongo (em 1671), Duque de Bragança (1838), Pedras de Encoge (1759) e Novo Redondo (1769).

Ao que parece, das três funções destinadas ao presídio, era o comércio o que mais importava e, a partir deles, eram adquiridos suprimentos a preços favoráveis, sustentando o comércio nas cidades costeiras. Pode-se até imaginar que os presídios eram uma garantia de maior segurança para o comércio, pois neles estava estabelecida, afinal, uma pequena guarnição portuguesa e uma fortificação para impor respeito aos gentios. Além do mais, tratados de aliança garantiam que chefes africanos amistosos governassem os chefados, que reuniam povos "avassalados" que integravam os próprios presídios. Mas, apesar disso, não se tinha como garantir segurança absoluta nos presídios e o exemplo de Bello serve para ilustrar quais as vicissitudes do comércio nesses locais.

Um problema que não era incomum aconteceu a partir da morte de Custódio d'Araújo Bello. Assim como ocorria com todos os comissionados, boa parte de suas "fazendas" tinha sido distribuída entre os gentios. O cálculo que se tinha em conta era o seguinte: com as "fazendas" recuperadas, todos os negociantes que eram comitentes de Bello em Luanda receberiam os créditos de volta. E o melhor: receberiam seus créditos integralmente. Não haveria por que fazer rateio se tudo fosse retomado, porque ratar as "fazendas" representava um risco para os grandes investidores de Luanda. Quem investia menos recebia primeiro seus créditos quando havia o rateio do espólio do comissionado, prejudicando os grandes investidores. Mesmo assim, com todas as vantagens que se teria com a recuperação, optou-se por dar as "fazendas" como perdidas, quando nada porque os povos que cercavam o presídio de Novo Redondo não guardavam nenhum tipo de submissão em relação aos portugueses:

Se fosse possível cobrar as dívidas ativas dos pretos dos sertões importantes em réis um conto trezentos e noventa e seis mil quinhentos e cinqüenta, não seria preciso o proceder-se a rateio, mas sendo estas incobráveis, por não serem seus devedores sujeitos a nossas leis e autoridades (...), forçoso é proceder-se a ele, pois que, sendo os credores negociantes, estão os seus créditos compreendidos nas disposições do citado alvará de 17-06-1776.¹⁸

Foram perdidos 1.396\$050 réis com o falecimento de Bello. O comissionado tinha um total de débitos de 3.546\$278 réis com os negociantes de Luanda, o que significa que em torno de 50% dos créditos em "fazendas" de Bello estavam espalhados pelos sertões, o mesmo percentual de Dias Torres. Ou seja, isso mostra que a estratégia de pulverizar

créditos era comum no comércio entre Luanda e os sertões. O espólio de Bello somava 5.379\$021 réis e foi daí que se tirou o montante necessário para saldar os débitos do comissionado com os negociantes de Luanda:

Receita do casal de Custódio d'Araújo Bello importa em cinco contos trezentos e setenta e nove mil novecentos e vinte um réis, da qual deduzindo as despesas na importância de réis quatrocentos e oitenta e um mil quinhentos e cinqüenta e sete, e as dívidas incobráveis na de réis um conto trezentos e noventa e seis mil quinhentos e cinqüenta, existe líquido em cofre a quantia de réis trezentos e quinhentos e um mil oitocentos e catorze.¹⁹

Vê-se também que Bello mantinha contas correntes com vários negociantes de Luanda. Enquanto Dias Torres tinha débitos com oito, Bello devia a 11 negociantes de Luanda. Os débitos de Bello eram somente 20% inferiores aos débitos de Dias Torres. O primeiro devia 3.546\$278 e o último devia 4.285\$420. Graças ao espólio, foi possível aos negociantes receberem de volta na prática todos os créditos que tinham junto a Bello. Vimos que o mesmo não se deu com os credores de Dias Torres, que amargaram perdas em torno de 50%. Por outro lado, boa parte das "fazendas" de Bello foi dada como irrecuperável. Daí só restarem duas alternativas para justificar como os comitentes tiveram de volta os créditos que estavam na posse de Bello. Ou o comissionado tinha bens, patrimônio, ou então tinha crédito em alguma das suas contas correntes com os negociantes de Luanda (Tabela 4).

Só um investidor financiou tanto Dias Torres quanto Bello: Ana Joaquina dos Santos Silva. E aqui tem-se algo de bastante sugestivo. Para Bello, Ana Joaquina dos Santos financiou "fazendas" na ordem de 96\$000 réis. Um número quase 40 vezes menor que

Tabela 4
Pagamento dos créditos oferecidos ao
falecido Custódio d'Araújo Bello por
vários negociantes

	<i>Créditos</i>	<i>Recebeu</i>
Manoel José		
Constantino	1.724\$968	1.703\$339
João José Lopes	54\$700	54\$014
Manuel Fernandes		
Franco	192\$700	190\$283
José Pereira do Amaral	50\$000	49\$373
Prudêncio Franco da Silva	604\$400	596\$821
José Antonio Milhão	23\$550	23\$254
João de Souza Netto	63\$300	62\$506
José Manoel da Cruz	204\$850	201\$278
Casal de Luís Gomes Ribeiro	360\$000	355\$486
Antonio Joaquim Nunes	91\$810	90\$658
Ana Joaquina dos Santos Silva	96\$000	94\$786
Fração		\$006
	3.546\$278	3.501\$014

Fonte: Liquidação do casal de Custódio d'Araújo Bello, em 21-10-1853 (Pasta 19-1, 1853, AHU).

os 3.255\$970 réis que a mesma Ana Joaquina adiantou a crédito em "fazendas" para Dias Torres. Ana Joaquina financiava seus comissionados de uma forma que não era nem equânime nem aleatória, pois Dias Torres, afinal, iniciou-se nos sertões com "fazendas" de Ana Joaquina, razão por que detinha uma cifra tão volumosa de créditos expedidos pela investidora luandense. O caso de Bello é diferente, tendo, talvez, prevalecido razões de natureza geográfica. Vejamos como.

O maior credor de Bello se chamava Manoel José Constantino, num total de cerca de 1.700\$968 réis, que tanto podem ter sido investidos no comércio de escravos quanto no comércio lícito pelos sertões. Já vimos o quanto havia de justaposição entre os circuitos mercantis do tráfico de escravos e do

comércio lícito, mas consideremos que Bello tenha priorizado o comércio de escravos pelos sertões, ou seja, trocado por escravos as mercadorias que Constantino lhe adiantava a crédito a partir de Luanda.

Quanto a Constantino, sabemos o seguinte: era um contumaz traficante de escravos, tendo estado por várias vezes envolvido em embarques ilegais em fins da década de 1840. Ele usava como ardil para vencer a repressão "carregar" pequenas lanchas com escravos pela praias de Luanda, que depois eram enviados em consignação para casas comerciais do Rio de Janeiro e também, talvez, para Pernambuco (pelo menos, era para essa província o destino declarado de seus navios quando saíam do porto de Luanda). Tais navios, antes de partirem para o Brasil, dirigiam-se ao sul de Angola, onde, em Benguela Velha, Constantino mantinha barracões de escravos para efetuar os embarques ilegais.

Algo que justificaria por que Constantino adiantara tantos créditos em "fazendas" para Bello era que Novo Redondo tinha uma proximidade geográfica bastante conveniente com Benguela Velha, principalmente quando se leva em conta que a repressão ao tráfico ilegal se tornava cada vez maior em Angola. Era em Novo Redondo, e a partir das "fazendas" adiantadas a crédito por Constantino, que o comissionado Custódio d'Araújo Bello atuava, trocando por escravos as "fazendas" emprestadas por Constantino. De lá era bem fácil fazer com que os escravos fossem com presteza levados a Benguela Velha, onde muito provavelmente Constantino adquiria e embarcava boa parte dos escravos adquiridos ilegalmente, através de seu comissionado.

Os investimentos dos negociantes luandenses nos sertões eram de grande vulto. Em 1858, negociantes de Luanda fizeram uma representação acerca daquela que Lopes Li-

ma considerou uma das três questões cruciais na economia de Angola dos anos quarenta do século XIX: a questão dos transportes. Dizia-se então que Luanda tinha créditos totais investidos no comércio dos sertões girando em torno de 4.000.000\$000 réis:

*O comércio do interior deve a esta praça para mais de 4.000.000\$000 réis, que lhe não pode pagar por falta de transportes para os gêneros que constituem o pagamento.*²⁰

Os carregadores e a crise comercial entre Luanda e os sertões

Para conseguir os carregadores, os negociantes dependiam dos chefes africanos. A questão dos carregadores para o comércio com os sertões piorou em definitivo quando Portugal banuiu o trabalho forçado dos carregadores em 1856, sendo estes, então, conseguidos através dos chefes de distritos e presídios portugueses. A cada soba africano que mantinha relações algo que estáveis com os portugueses cabia oferecer uma cota de carregadores para o comércio entre os sertões e a costa. Segundo Jill Dias, 1994, p. 54, eram recrutados 200 ou 300 carregadores de cada vez durante o *boom* do marfim nos anos 1840-50. Apesar das dificuldades crescentes para consegui-los, o investidor de Luanda Arsenio Pompílio Pompeu de Carpo chegou a dizer que tinha contratado os serviços de mil carregadores por mês em 1860:

Esta transição do antigo estado de serviço de carroto foi e é ainda espinhosa no último ponto; os indígenas abandonaram todas as obras e todos os trabalhos rurais, que eram feitos em maior escala pelos europeus, ou pelos naturais do país já civilizados, com o auxílio de gente dada pelo governo, e ainda recebendo um

*salário superior ao seu insignificante trabalho se não sujeitam a ele.*²¹

Antes das regulações da década de 1850, o número de carregadores recrutados entre os africanos era quase indiscriminado, pois os chefes militares dos distritos obrigavam os chefes africanos "avassalados" a ceder grande número de carregadores. Na verdade, antes mesmo dessa década, Lisboa já havia tentado legislar em torno da questão dos carregadores, preocupada com uma das consequências do serviço forçado: a diminuição da população de Angola. Segundo Adelino Torres, existiam dois regimes no transporte de carregadores: o de Benguela e o de Luanda. O regime aplicado em Benguela definia alguns limites pelos quais, ao que parece, os negociantes dessa cidade não podiam dispor indiscriminadamente dos negros para o serviço de carregador, sendo que este podia ainda receber alguma pequena remuneração.²²

Já o regime de Luanda era inclemente: dava direito aos negociantes de conseguir quantos carregadores lhes aprovessem. Era certamente a ele que Brands se referia ao mencionar as dificuldades do sistema de carregadores na década de 1840, mostrando que havia descontentamento tanto dos carregadores quanto dos negociantes. Em 1839, Portugal divulgou a primeira legislação proibindo o trabalho forçado dos carregadores. Essa lei chegou a ser conhecida no interior e é exemplo disso o fato de o chefe do Golungo-Alto ter sido apedrejado pelos africanos quando tentou conseguir carregadores. Os prejuízos maiores eram de fato dos negociantes de Luanda, pois os carregadores ou fugiam antes ou depois de começada a viagem. Em outras vezes, os próprios carregadores intencionalmente se descuidavam das cargas, que eram então pilhadas pelos povos do interior:

O sistema que continua até os dias de hoje e obriga esses chefes, por ordem do comandante militar do distrito, a fornecer carregadores, frequentemente foi condenado e mostrou ser fonte de muito descontentamento para todas as partes por ele afetadas.

Em primeiro lugar, como a remuneração está longe de ser equivalente à tarefa e o serviço não é livre, mas extorquido, essas causas levam a frequentes distúrbios com os chefes nativos cujos súditos, que não gostam dessa espécie de emprego e muitas vezes têm negada a plena remuneração por seu trabalho, esforçam-se em escapar deste por todos os meios possíveis, às vezes fugindo antes de começar a viagem, outras vezes após o seu início, quando se recusam a prosseguir, abandonam os fardos ou carregam parte deles consigo e deixam o restante exposto à pilhagem dos nativos nos territórios onde podem então estar passando. (Brands, 1981, p. 291.)²³

Os negociantes que operavam a partir de Ambaca, os ambaquistas, chegavam a obter diretamente com os chefes africanos do Songo, ou entre os imbangalas, os carregadores que empregavam. Contudo, a maior parte dos chefes africanos resistia a fornecer carregadores, embora as evidências mostrem que alguns deles não deixaram de auferir vantagens a partir da vigência do regime de carregadores. Ora recebiam pagamentos que seus súditos lhes faziam em troca da promessa de não serem recrutados, ora usavam o regime de carregadores como artifício para remover outros chefes que lhes eram hostis e que eram então oferecidos para essa função. Foi por essa razão que alguns chefes africanos protestaram contra a abolição do trabalho forçado dos carregadores em 1856 (ver Tabela 5) (Dias, 1994, p. 55).²⁴

Tabela 5
Relação dos carregadores oferecidos pelos sobas do distrito de Pungo-Andongo em cada trimestre de 1855

<i>Divisão Emballa</i>	
<i>Soba</i>	<i>Nº de carregadores</i>
Muta	5
Quissaquina	5
Quibenda	5
NGombe Afuxi	4
NDala Querimba	4
Dombo	4
Dambi Aquitumbo	3
Cassula	3
Infunda	2
Palanca	2
Lucala	1
Nbangué	1
Manga	1
Total no trimestre	40
Total no ano	160
<i>Divisão Lungue</i>	
<i>Soba</i>	<i>Nº de carregadores</i>
NGombe Andua	6
Dambi Aquitullo	6
Dambi Aquioza de Cima	6
Dambo Aquioza de Baixo	3
Huime Aquime	1
Quitamba	3
Quiza Cabango	2
Ila Ambungo	3
NDala Ahungo	6
Total do trimestre	36
Total do ano	144

Fonte: Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola, nº 505, p. 3, 2 de junho de 1855.

Pela versão dos negociantes de Luanda, deu-se entre 1854 e 1858 uma grande inflação nos preços cobrados pelos carregadores para fretar as mercadorias, com aumentos de mais de 300% nas cargas transportadas no percurso de ida e volta entre Golungo-Alto e Cassanje. Aumentos similares foram também mencionados em relação ao percurso de ida e volta entre Luanda e Golungo-Alto no

mesmo período. Além dos salários “avultados”, os negociantes ainda se queixavam da indisposição dos negros para enfrentar o serviço de carregadores:

*Nos anos anteriores a 1854 pagava-se: mil réis em “fazendas” pelo transporte de uma carga de Golungo-Alto a Cassanje; trezentos réis pelo transporte da mesma do Golungo-Alto a esta cidade (Luanda). Atualmente pagam-se nove mil réis por ida e volta do Golungo-Alto a Cassanje; e três mil réis por ida e volta do Golungo-Alto a esta cidade (Luanda). Estes salários, sem dúvida avultados em relação ao peso e volume transportados, remuneram bem o serviço prestado no transporte; mas nem essa paga avultada é incentivo suficiente para demover os pretos da sua brutal ociosidade.*²⁵

As estimativas dos negociantes de Luanda dão conta de que 8.040 carregadores foram empregados no transporte de mercadorias do interior para Luanda no segundo semestre de 1858, percebendo um total de 103\$650 réis pelos serviços que prestaram.²⁶ Dizia-se, então, que esse número não era suficiente diante da demanda por carregadores, razão por que se tinha como consequência que mais de quatro mil cargas, o que correspondia a 200.000\$000 réis, estavam “empatadas” nos sertões de Angola, porque não se tinha como levá-las para Luanda:

*Só nos dois pontos de Cassanje e Malanje estão, por aquele motivo, empatadas mais de 4.000 cargas, importantes em mais de 200.000\$000 réis, e muitas outras existem em diferentes pontos do sertão.*²⁷

Números oficiais comprovam um aumento de 50% no preço do frete na rota mais importante entre Golungo-Alto e Cassanje, passando de 4.500 réis em 1857 para seis mil réis no frete que os carregadores cobravam

no percurso, enquanto os negociantes de Luanda mencionavam nove mil réis no percurso de ida e volta entre Golungo-Alto e Cassanje em 1858. Pelo visto, a situação se tornou ainda pior daí em diante. Em 1859, o frete nesse percurso subiu para 12 mil réis. No entanto, ao que parece, nada foi pior que a diminuição do número de carregadores, ocorrendo uma queda brutal. Em novembro de 1857, 14.037 carregadores passaram pelo Golungo-Alto, sendo que grande parte deles ia para Luanda. Já em julho de 1858, o número de carregadores havia caído para apenas 1.340. Em março de 1859, aconteceu um pequeno aumento. Contudo, só em junho de 1860, quase três anos depois dos números expressivos de 1857, deu-se um aumento sensível no número de carregadores.

Tabela 6
Carregadores que transitaram pelo conselho do Golungo-Alto com destinos diversos, mas especialmente na rota Luanda-Cassanje

Novembro de 1857	14.037
Julho de 1858	1.340
Agosto de 1858	1.340
Setembro de 1858	1.340
Outubro de 1858	1.340
Novembro de 1858	1.340
Dezembro de 1858	1.340
Março de 1859	2.534
Mai de 1859	1.407
Junho de 1860	5.037

Fonte: Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola (BOGGPA), nº 719, 9 de julho de 1859; “Mapa dos indígenas empregados em transportes do interior para Luanda no 2º semestre de 1858” (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 25-2, AHU); BOGGPA, nº 641, 9 de janeiro de 1858; BOGGPA, nº 710, 7 de maio de 1859.

Nota: O número de carregadores indicado para o segundo semestre de 1858 é uma média estimada a partir do total de carregadores empregados no primeiro semestre: 8.040.

Para pôr termo a essa escassez de carregadores, os negociantes de Luanda tentaram fórmulas alternativas. Em 1859, uma empresa foi formada por uma firma de Luanda, a Oliveira & Schut, para conduzir mercadorias no trajeto Luanda-Cassanje-Luanda. Mesmo assim, não se conseguiu vencer a escassez de carregadores. No próprio ano de 1859, como conseqüência dos problemas para escoar para Luanda as mercadorias do interior, duas mil cargas estavam "empata-das" nos sertões, o que prova que o aumento de carregadores em março de 1859 não melhorou em nada a situação do comércio entre Luanda e os sertões:

*A empresa de Oliveira & Schut de condução pelo Cuanza, entre Luanda e o Dondo, e daqui (Cambande) por terra para Cassanje, luta com mil dificuldades, pela insuficiência do número de carregadores para esta última parte do trajeto, apesar dos vantajosos preços que lhe oferece, e de perfeitamente garantidos os pretos de qualquer mau tratamento. Há perto de 2.000 cargas paradas.*²⁸

Toda a questão da escassez de carregadores parecia girar, pelo menos em parte, na resistência dos africanos. Uma resistência que era não só dos africanos tomados como carregadores, mas também dos próprios chefes africanos. Perder súditos, clientes e escravos ocasionava para os chefes a perda

de poder político. Além disso, cada vez mais se tornou interessante reter força de trabalho nos próprios sobados, diante do crescimento das culturas do café e do óleo de palma. Por outro lado, entre ceder carregadores para os negociantes de Luanda e formar caravanas para fazer o comércio com a costa, os chefes africanos preferiam a última alternativa. A escassez de carregadores se insere, portanto, no quadro mais amplo de transformações do comércio entre Luanda e os sertões.²⁹

Os circuitos mercantis entre Luanda e os sertões estavam assentados nas feiras e nos carregadores e funcionavam a partir do adiantamento-endividamento de mercadorias desde o século XVIII. De um lado, estavam os negociantes de Luanda, os fornecedores dos créditos ("fazendas") que alimentavam o comércio nos sertões. De outro, estavam os aviados, embrenhados nos sertões, que operavam nas feiras e presídios. Havia ainda uma terceira extremidade nessa cadeia, os pumbeiros. Contudo, a partir do advento do comércio através das caravanas montadas pelas chefias africanas do interior, os negociantes de Luanda perderam um elemento essencial para realizar o comércio com os sertões, os carregadores. Isso foi apenas um aspecto da crise maior do comércio entre Luanda e os sertões. Essa crise talvez tenha sido mais daninha para os negociantes de Luanda do que até mesmo o fim do tráfico ilegal com o Brasil, em 1850.

NOTAS

1. Os dois últimos parágrafos foram baseados em Heywood, 1988, p. 245-6. Ela mostra o quanto era mais barato o transporte com carregadores em 1890: "(...) na década de 1890, o custo do aluguel de uma carroça para uma viagem de Benguela, porto litorâneo, até Viye, grande entreposto do interior, estava em \$500,00 por uma carroça carregada com 300 libras de peso (136,4 quilos), uma taxa de frete de \$0,37 por quilo. Os carregadores, cada um dos quais transportando uma carga de 60 libras, podiam ser contratados por \$3,50 cada um, o que dava um frete de \$0,12 por quilo" (Heywood, 1988, p. 246).

2. "Na minha viagem ao reino de Moropu, levei também dois bois adestrados para serem montados, e prestaram-me ótimos serviços; mas nos planaltos do interior tinha de passar diariamente por extensos pântanos e tive grandes dificuldades com os bois. Por fim, um morreu nos pântanos do Kibokue e o outro tive de o abater, pois fazia-me perder muito tempo" (Magyar, s/d, Cap. 7, p. 19n).
3. "(...) Porém, como os escravos nestes mercados se vendessem um pouco mais caros do que no interior das terras, desde os princípios do século XVIII (ou talvez antes), começaram alguns especuladores mais poderosos, e bem relacionados, a impetrar concessões para os seus aviados irem mercadejar ao sertão além de nossas fronteiras: em pouco tempo, tomou-se geral a relaxação; e as feiras caíram em desuso, e novamente se derramaram os aviados por todo o sertão da África, e alguns, imitando o corvo da arca, nunca mais voltaram, ocasionando à praça de Luanda mui grossas perdas — para mais de cem contos de réis — em castigo de sua cobiça" (Lima, 1846, p. 64, e Miller, 1988, p. 582).
4. O alvará de 1758 teve que ser *adaptado* pelo governador geral de então, diante da tácita resistência dos negociantes de Luanda. Várias cópias do alvará foram distribuídas por Luanda, mas os negociantes das cidades sequer mencionavam o documento. Para adaptá-lo, foi criado um sistema de passe pelo qual todos os comerciantes que partiam com mercadorias para o interior tinham que ser antes registrados no governo provincial de Angola (Miller, 1988, p. 577-9).
5. Portaria de Sá da Bandeira de 31 de janeiro de 1839 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 3-C, Arquivo Histórico Ultramarino, doravante AHU).
6. Miller, 1988, p. 308 e 583, menciona episódios semelhantes no século XVIII. Além disso, ele cita outro tipo de vicissitude do comércio no interior: os comerciantes de Luanda aproveitavam a eventual morte dos correspondentes para reclamar os créditos que tinham junto a eles. Como os correspondentes tinham créditos de origens diversas, havia uma corrida. Os comerciantes bem relacionados com os capitães-mores e diretores de feiras sabiam da morte do correspondente antecipadamente e levavam vantagem, muitas vezes tomando para si bens acima dos créditos concedidos ao correspondente que morrera.
7. Ofício nº 377 da Junta de Fazenda de Angola, Seção de Fazenda dos Defuntos e Ausentes, em 30 de outubro de 1847 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 14, 1848, AHU).
8. *Idem, ibidem*.
9. *Idem, ibidem*.
10. A partir dos sertões, atuavam os chamados "pumbeiros", os "pretos descalços" que eram os agentes dos aviados (Lima, 1846, p. 63). Miller, 1988, p. 272-3, esclarece que os termos *aviados*, *comissionados*, *funantes* e *sertanejos* tinham o mesmo significado e eram atribuídos aos agentes dos negociantes de Luanda que eram enviados aos sertões. Venâncio, 1996, p. 176-7, diz que a diferença entre os negociantes de Luanda, os comitentes e os aviados ou funantes se acentuou em fins do século XVIII.
11. Ofício nº 377 da Junta de Fazenda de Angola, Seção de Fazenda dos Defuntos e Ausentes, em 30 de outubro de 1847 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 14, 1848, AHU).
12. Miller, 1988, p. 539, diz que mesmo os *escrivães* não eram capazes de garantir os interesses dos negociantes de Luanda: "Embora os residentes com responsabilidades desses tipos tivessem sido designados para postos em [feira de] Cassanje sob vários títulos — *escrivães* até cerca de 1759; depois, um período de relações diplomáticas diretas entre Cassanje e Luanda implementado através

do capitão-mor em Ambaca com um chefe militar destacado para comandar a escolta das caravanas que iam e vinham entre Ambaca e Cassanje, bem como secretários designados para a feira, junto com vários outras instituições similares criadas por uma reforma geral do comércio no interior, e um diretor designado para informar particularmente aos comerciantes da área de importação-exportação de Luanda após 1789 —, esses oficiais nunca haviam conseguido preservar os investimentos da cidade em bens comerciais na feira de Cassanje de maneira tão confiável como Luanda esperara. O fracasso repetido finalmente levava à desilusão e ao abandono completo dos esforços oficiais no intuito de controlar o comércio em Cassanje em 1808, quando o governo e comerciantes de Luanda levaram seus agentes e estoques de volta para Mucari, pequeno riacho no planalto a oeste do vale, perto de onde outra geração de comerciantes construiria a cidade de Malange.”

13. Ofício nº 377 da Junta de Fazenda de Angola, Seção de Fazenda dos Defuntos e Ausentes, em 30 de outubro de 1847 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 14, 1848, AHU).

14. Maria Emília Madeira Santos sintetiza da seguinte forma as vicissitudes do comércio pelos sertões: “Há que salientar diversos aspectos que pesam sempre nas relações comerciais: a fragilidade das ligações, sujeitas a incidentes vários como roubos, ataques, fogo, epidemias, acidentes na travessia dos rios; as grandes distâncias a percorrer a pé, com cargas de cerca de 30 quilogramas; a irregularidade dos fornecimentos, dependentes do crédito do sertanejo junto do armador no litoral, da organização cuidada de uma caravana bem municiada e alimentada, da arregimentação de carregadores de resposta sempre irregular, da autorização dos vários potentados senhores dos caminhos, a quem era necessário pagar tributo de passagem; a necessidade, por parte do sertanejo, de fazer o negócio em tempo útil, libertando-se, quanto possível, das esperas intermináveis para negociar um único dente de marfim; a capacidade por parte do suserano de angariar caçadores sob suas ordens, recolher tributos, reunir, em tempo mais ou menos controlado por ele próprio, a quantidade de marfim necessária ao sertanejo para assegurar que o seu lucro estava garantido” (Madeira, 1989, p. 208).

15. Ata da sessão do Conselho do Governo da Província de Angola, 21 de setembro de 1837 (Pasta 1B, 1837, AHU). Miller, 1988, p. 538, menciona a demora no tráfico de escravos pelo interior.

16. Isabel de Castro Henriques, 1995, p. 63, menciona a existência de pumbeiros nos sertões.

17. Requerimento de Ana Joaquina dos Santos Silva, em 11 de julho de 1845 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 9-B, 1845, AHU).

18. Liquidação do casal Custódio d’Araújo Bello, em 21-10-1853 (Pasta 19-1, 1853, AHU).

19. *Idem, ibidem*.

20. Representação dos negociantes de Luanda para a Câmara Municipal da cidade, em 30 de junho de 1858 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 25-2, 1858, AHU).

21. Correspondência do chefe do distrito do Golungo-Alto para o governador geral de Angola Antonio Joaquim de Castro, em 1 de outubro de 1857 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 23-1, AHU).

22. Adelino Torres, 1994, p. 79, relaciona o abolicionismo português como um todo, ou seja, tanto a oposição ao tráfico quanto a oposição à própria escravidão, às preocupações de Portugal quanto à demografia de Angola. Alfredo Margarido, 1978, p. 384, mostra que as primeiras medidas restritivas ao trabalho forçado dos carregadores, que foram devidamente ignoradas pelos negociantes de

Luanda, estavam ligadas à fuga de vários africanos de suas aldeias para não serem recrutados como carregadores.

23. Uma citação um tanto longa de Silva Porto (publicada no *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, nº 689, de 11 de dezembro de 1858, p. 9), que por mais de 30 anos fez o comércio nos sertões, mostra como era exatamente o recrutamento dos carregadores: "O processo é o seguinte: logo que o chefe recebe ordem para dar carregadores, passa portaria a um encarregado para os tirar deste ou daquele soba. Apenas chega [o encarregado], quer logo que o soba lhe 'passule', isto é, que lhe dê víveres para o seu sustento, ao que imediatamente se satisfaz, porque todo aquele povo está convencido de que é por obrigação; e se o soba é dos miseráveis, desampara a casa e foge para o mato, onde se conserva até que aquele dilapidador se retire, gemendo neste caso os respectivos macotes. Depois de três dias mais ou menos, passa o soba, ou macote, a ordenar aos patrões a apresentação dos carregadores, que sempre se efetua por meio de violência e amarração, e nunca sem faltas; porque, enquanto aparece quem se quer resgatar por dádivas, o número pedido não se preenche, vindo então pela maior parte *camundelles*, que se não sujeitam ao carreto, nem mesmo às leis dos sobas, e que sendo forçados a descalçar os chinelos, para serem dados como carregadores, fogem logo que podem, ou desamparando a carga, ou levando-a. (...) Este serviço de tirar carregadores é apetecido por muitos moradores de Ambaca, porque tiram dele interesses, como fica dito, e o pior é que o chefe (do distrito de Ambaca), vendo-se na necessidade de nomear alguém, as mais das vezes o deixam comprometido com as extorsões que fazem, sobre as quais, logo que chegam ao conhecimento do chefe, este procede, em harmonia com o soba, fazendo retirar o encarregado, que depois é correccionalmente castigado, e substituído por outro com quem se não melhora [a situação do recrutamento de carregadores] porque tal gente tal costume. Às vezes também se dão ou rebeldias da parte dos sobas: neste caso é chamado e castigado com dias de prisão, segundo a gravidade do crime, quando ele se apresenta; porque outros há que não o fazem por insolentes, e o chefe não tem força capaz para corrigir destas contínuas e diárias desobediências.

"O número de carregadores que se pede nunca se dá de uma só vez, e sem delongas, como fica dito, porque se julgam isentos de tal serviço os parentes dos mais abastados moradores, ainda no mais remoto grão, os dos soldados e meirinhos, os agregados às senzalas dos grandes que os protegem, os devedores de negociantes desta praça, e finalmente a parentalha de qualquer antigo empacasseiro, cujo título ou serviço julgam dever herdar, e todos estes motivos são os que dificultam o rápido cumprimento das ordens superiores, e que toma este gênero de serviço mais pesado: a não serem estes, o chefe não hesitaria em dar os carregadores que se lhe ordenasse, porque daí utiliza a gratificação que sempre os feirantes de moto-próprio dão, e sobretudo o galardão de agradar ao governo com a execução das suas ordens. O chefe muitas vezes quer levá-los pacificamente para evitar violências, que dão motivo a falsas acusações de prejuízos imaginários com que aquele povo repetidas vezes incomoda o governo. Falar deste objeto seria escrever e não acabar."

24. No início da década de 1860, todo o processo de recrutamento estava nas mãos dos chefes de distrito. Um testemunho anônimo diz que as revoltas dos "pretos" aconteciam por conta das arbitrariedades no recrutamento de carregadores: "Quanto aos carregadores, eis a maneira como [os governadores de distrito] costumam praticar. Quando o comércio ou o governo precisa de carregadores para o interior, e que em Luanda os não há em número suficiente, oficia-se ao governador do distrito para onde se quer carregar, ordenando-lhe que envie à capital a gente necessária para essa condução. Se a ordem é, por exemplo, para quatrocentos, o governador do distrito manda intimar mil, e vai dispensando do serviço todos aqueles que alegam alguma razão de convencer, até que apura os quatrocentos que lhe pediram; cuja sorte recai sempre nos mais pobres, e daí resulta o descontentamento e grande indisposição que há tempos têm lavrado entre os indígenas e os brancos" (Anônimo, 1862, p. 74-5).

25. Representação dos negociantes de Luanda de 30 de junho de 1858 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 25-2, AHU). Antes mesmo do fim do serviço gratuito dos carregadores, os negociantes de Luanda contrataram carregadores sob o regime assalariado. Ainda assim, os problemas persistiram: "Hoje, faltando este meio de barata condução [de cera e marfim pelas comitivas de escravos para exportação que os feirantes do interior mandavam para Luanda], e de em parte pagar a importação nesta alfândega, têm-se tornado muito difíceis as conduções do mato por meio de carregadores livres e pagos, e ainda muito mais pelos obrigados.

"Estes pretos têm uma aversão invencível ao serviço do carroto forçado, e em geral a toda espécie de trabalho, exacerbada esta aversão pelas injustiças, violências e extorsões que sofrem, por ocasião destes recrutamentos de carregadores, em regra geral, da parte de todos os funcionários que têm ingerência neste ramo de serviço; e depois pelos próprios feirantes, que deles se servem, e deles abusam sempre, e em muitos casos atrozmente (...).

"Resulta de se violentar este gentio a estes carros forçados, de sua aversão, ele abandonar em grande número seus lares, e ir de uma vez assentar cubata entre o gentio limítrofe de nossas conquistas e não sujeito" (Correspondência do governador geral de Angola Pedro Alexandrino da Cunha para o ministro e secretário do Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, em 14 de outubro de 1846, em Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 10, AHU).

26. O percurso percorrido abrangia comumente Ambaca, Golungo-Alto, Malanje, Cassanje, Pungo-Andongo e Duque de Bragança. Ver mapa dos indígenas empregados em transportes do interior para Luanda no segundo semestre de 1858, datado de 25 de janeiro de 1859 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 25-2, AHU).

27. Representação dos negociantes de Luanda em 30 de junho de 1858 (Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 25-2, 1858, AHU).

28. *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, nº 704, 26 de março de 1859. Documento transcrito também por Santos, 1973, p. 462.

29. Jill Dias, 1989, p. 253, discute os reflexos da cultura do café na má vontade dos chefes africanos em ceder carregadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAK STATÍSTICO da província d'Angola e suas dependências para o ano de 1852 (1851). Luanda, Imprensa do Governo.

ANÔNIMO (1862). *Quarenta e cinco dias em Angola: apontamentos de viagem*. Porto.

BRANDS, George (1846). "A general return of the trade of the Port of St. Paul de Loanda in the province of Angola for the year 1846". In: OLIVEIRA, Mário António de (1981), p. 290-9.

DIAS, Jill (1989). "Relações econômicas e de poder no interior de Luanda, ca. 1850-1875". Atas da I Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3º Quartel do Séc. XIX. Lisboa.

————— (1994). "Mudanças nos padrões de poder no 'hinterland' de Luanda". *Penélope* (14). Lisboa.

HENRIQUES, Isabel de Castro (1995). *Commerce et changement en Angola: Imbangala et Tshokwe face à la modernité*. Paris, L'Harmattan.

- HEYWOOD, Linda (1988). "Porters, trade, and power: the politics of labor in the Central Highlands of Angola, 1850-1914". In: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine and LOVEJOY, Paul (eds.). *The labor of African long distance trade*. Colorado, Westview Press.
- LIMA, Jose Joaquim Lopes de (1846). *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental; na Asia Occidental; na China e na Oceania*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- MAGYAR, Ladislau (s/d). *Viagens no interior da África Austral nos anos de 1849 a 1857*. Luanda (edição em preparação à época da elaboração deste texto).
- MARGARIDO, Alfredo (1978). "Les porteurs: forme de domination et agents de changements en Angola (XVII^e-XIX^e siècles)". *Revue Française d'Histoire d'Outre Mer*, LXV. Paris.
- MILLER, Joseph (1988). *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Wisconsin, University of Wisconsin Press.
- (1989). "The confrontation on the Kwango: Kasanje and the Portuguese, 1836-1858". Atas da I Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3^o Quartel do Séc. XIX. Lisboa
- MONTEIRO, John (1875). *Angola and the River Congo*. London, MacMillan & Co.
- OLIVEIRA, Mário Antônio de (1981). *Alguns aspectos da administração de Angola em época de reforma (1834-1851)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- SANTOS, José de Almeida (1973). *A alma de uma cidade*. Luanda, Câmara Municipal de Luanda.
- SANTOS, Maria Emília Madeira (1989). "Tecnologias em presença: manufacturas europeias e artefatos africanos". Atas da I Reunião Internacional de História de África: Relação Europa-África no 3^o Quartel do Séc. XIX. Lisboa.
- TORRES, Adelino (1994). *O império português: entre o real e o imaginário*. Lisboa, Escher.
- VENÂNCIO, José Carlos (1996). *A economia de Luanda e 'hinterland' no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa, Editorial Estampa.

SUMMARY

Slave-exchange Estates: credit circuits in the hinterland of Angola (1830-1860)

This text discusses the mechanisms of credit adopted in trade through the hinterland of Angola. Despite the sweeping transformations of that period, starting with the outlawing and repression of the Atlantic Coast trade in slaves, the patterns of trade in the hinterland maintained many of the characteristics already acquired in the XVIII century. The trade was carried on basically with merchandise advances/indebted-

ness, on "estates", via Luanda. In the interior, on the "fairs", commercial agents of the Luanda traders guaranteed the acquisition of the staples that were basic to the operation of trade in Angola. It was only with the advent of long-haul trade via caravans, organized by the headmen in the hinterland, that this long-standing pattern of trade became modified.

RÉSUMÉ

“Fonds” en échange d’esclaves: circuits de crédit dans les ‘Sertões’ de l’Angola (1830-1860)

Ce texte discute les mécanismes de crédit commercial dans les *sertões* (les campagnes profondes) de l'Angola. Malgré les grandes transformations survenues à l'époque, étudiées à partir de la mise en illégalité du trafic d'esclaves et la répression qui s'en est suivie, les modèles de transaction dans le commerce des *sertões* de l'Angola ont gardé de nombreuses caractéristiques acquises encore au XVII^e siècle. Ce commerce était fondamentalement fait avec l'avance-

ment-endettement en marchandises, les "*fonds*", à travers Luanda. À l'intérieur, dans les "foires, les agents commerciaux des marchands luandais garantissaient l'acquisition des produits fondamentaux aux transactions. Cette forme ancienne d'activité mercantile n'a connu des changements qu'avec l'avènement du commerce à long cours à travers les caravanes organisées par les chefs de l'intérieur.

Tráfico e mudança do poder tradicional no Reino Ngoyo (Cabinda no século XIX)*

Carlos Serrano**

**Texto condensado extraído de Os senhores da terra e os homens do mar, São Paulo, FFLCH/USP. Recebido para publicação em julho de 1996.*

***Vice-diretor do Centro de Estudos Africanos da USP e professor do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP.*

O texto discute os efeitos do tráfico de escravos sobre a constituição do poder político entre os ngoyos. Para o autor, o tráfico de escravos representou um importante papel na crise política entre os bawoyos durante o século XIX. Nesse quadro, as principais chefias bawoyos foram aculturadas, dentro de um processo de intensas trocas com o exterior que passava necessariamente pelo tráfico de escravos. Tal processo antecedeu e conduziu à ocupação colonial.

Palavra-chave: Angola no século XIX; Cabinda; Reino Ngoyo; bawoyos; poder tradicional; tráfico de escravos.

As transformações que emergiram no seio da sociedade bawoyo, em termos de poder político, surgiram por interveniência de elementos exógenos e identificam-se sobretudo na deslocação do poder político de linhagens detentoras tradicionais desse poder para linhagens *novas*. Estas emergem como novas forças que se impõem a partir das relações que mantêm com os elementos exógenos. Tais relações têm uma conotação estreita com a distribuição espacial das linhagens e só se podem compreender a partir não só das formas migratórias que determinaram a ocupação territorial do espaço bawoyo, como também das circunstâncias e das relações que esses territórios têm com os seus circunvizinhos numa dimensão tempo-espacial que recorta o universo político dessa sociedade. Vários autores, tanto historiadores como antropólogos, tomaram consciência do aspecto fugidivo que acompanha a desestruturação político-espacial entre as várias formações sociais do litoral da África Ocidental, mas nenhum deles fornece uma análise mais detalhada do processo em que decorrem essas transformações, análise essa necessária a uma melhor compreensão dos aspectos que conduziram essas mesmas sociedades a uma desorganização tal que possibilitaram a efetiva ocupação colonial pelas nações européias.

Um historiador da categoria de W. G. L. Randles, 1968, ao analisar a estrutura e os limites das fronteiras do reino do Congo, afirma que, enquanto as do norte, leste e sul eram na verdade vulneráveis, as do oeste, no Atlântico, pelo contrário, eram sólidas, sendo que a costa estava colocada diretamente sob a soberania congoleza. Um outro historiador, francês, Jean-Claude Nardin, 1970, p. 228-9, dá conta desse erro afirmando que, fosse o caso, teria sido fácil para o rei controlar as trocas comerciais depois da chegada dos europeus. No entanto, sabemos que uma

das primeiras regiões a se desmembrar do Reino do Congo foi o Soyo, no litoral, pela possibilidade que essa região teve ao reter em si o produto resultante dessas trocas comerciais (J.-H. Pirenne, 1959, p. 561).

Processos idênticos são analisados por antropólogos como Pierre Phillippe Rey para o Reino do Loango (Rey, 1971, p. 281-4), ou mesmo por historiadores como J. C. Miller, que apesar de analisarem regiões não-litorâneas, como o Reino de Cassanje, descrevem processo semelhante devido ao papel proeminente que esse reino teve no tráfico de escravos (Miller, 1973 e 1976).

Quando nos referimos à ação de elementos exógenos no deslocamento do poder tradicional para *novas* linhagens, estávamos pensando, sobretudo, no contato sucessivo que os chefes tradicionais do litoral entabulavam com os navegantes europeus, que procuravam estabelecer um comércio efetivo com os povos da costa ocidental africana. Sabemos, contudo, que o poder centralizador dos reinos africanos se situava não no litoral, mas no interior, com o fim de melhor controlar as rotas comerciais estabelecidas com os reinos vizinhos mais interioranos, numa complementaridade de suas economias. E, ainda, para melhor controlar uma estabilidade desejável, que poderia ser posta permanentemente em causa, devido às correntes migratórias que surgem a partir do interior. Em outras palavras, o que nos é dado perceber dos dados históricos fornecidos pelos viajantes é uma expansão crescente do modo de produção capitalista nascente, expresso pelas atividades mercantilistas a partir do tráfico de escravos e em articulações com o modo de produção de linhagens.

A estrutura político-espacial tradicional é o esteio para as relações mercantis que se estabelecem nessa nova situação. A importância dos reinos da costa no fornecimento de sal e peixe, num primeiro momento, esta-

belecia já uma hierarquia espacial em termos de poder político. Hagenbucher-Sacripanti, 1973, p. 21, explicita-nos:

Esta sobreposição do interior para a costa dos patamares de dignidade e respeitabilidade dos povos na constituição dos elos das cadeias de troca foi igualmente verificada no âmbito deste estudo, geograficamente mais estreito: "Mbembi Kumbu, mbulukolo ku Mayombe" — a gaivota (chefe dos pássaros da costa) comanda o turaco gigante (chefe dos pássaros do Mayombe, do interior)

Com a introdução do tráfico de escravos, essa dependência é reforçada porque os reinos da costa são os primeiros a se beneficiar dele em termos de bens de prestígio, reafirmando o poder dos senhores da terra que controlam o circuito dos escravos que vêm do interior.

O reino, que até aquele momento estava voltado para dentro do continente, baseado em seu comércio de troca, que tem lugar no mercado local, se transforma num porto de tráfico (*port of trade*), tal como K. Polanyi, 1966, define em sua análise sobre o Reino do Daomé. No caso específico do Reino Ngoyo, essa transformação está patente até nos elementos toponímicos definidores da principal localidade que centraliza essas funções junto à Baía de Cabinda.

O grande mercado, o Tchioua, começa a ser dominado pelos traficantes de escravos de Porto Rico. O mercado, que visava atender às necessidades imediatas locais em bens de uso cotidiano, dá lugar a um grande empório de escravos cujo monopólio pertencia ao rei, mesmo quando este, como no caso do *mangoyo*, está interdito de qualquer contato com os europeus. Os tributos reais são encaminhados à capital (Mbanza Ngoyo), onde terão diversas formas de redistribuição (grandes cerimônias de invocação à fertili-

dade do solo, à ocorrência de chuvas, de pesca etc.), mas uma grande parte será retida para manutenção do aparelho administrativo e para compra de novos contingentes de escravos no interior.

Para melhor compreensão do momento histórico que se inicia com o tráfico de escravos, achamos conveniente analisar qual o processo que conduz à condição de escravos e homens numa sociedade como a bawoyo, suas origens e seus destinos.

O processo que conduz à condição de escravo entre os bawoyos tem várias origens. Esse processo estabelece uma relação entre os homens, quer fora do espaço territorial do Reino Ngoyo, quer no seio dele próprio. Seja qual for a origem que enumeraremos a seguir, devemos ainda frisar que na sociedade bawoyo, tal como nas demais sociedades africanas das quais temos conhecimento, o escravo não se apresenta como uma *propriedade* em seu sentido ocidental, mas como um produto social que envolve relações militares, econômicas e políticas e que colocam esses grupos de homens mais numa situação de servitude do que como simples mercadoria. Isso numa situação tradicional caracterizada pelo modo de produção de linhagem, situação essa que é alterada a partir do contato com os europeus e, no caso específico da sociedade bawoyo, quando da articulação com um modo de produção capitalista em emergência.

Circunscrito num modo de produção de linhagens, o cativo proveniente de guerras ou *razzias* se torna escravo e identificado com a linhagem que o logrou a essa situação. Dessa maneira, esse tipo de escravatura poder-se-ia chamar de escravatura doméstica, pois ela serve para complementar o trabalho do grupo doméstico, isto é, o trabalho das mulheres e mais novos no grupo de homens livres, contribuindo para reforçar e reproduzir a situação de desigualdade entre os homens li-

vres e os homens nobres. Um homem nessa situação de escravatura não pode ser transferido para fora dessa sociedade; quando muito, entre as linhagens que compõem a sociedade global, e dessa maneira sua circulação estaria ainda ligada à apropriação de bens de prestígio pelos chefes das linhagens em questão. Isso porque, repetimos mais uma vez, pelas próprias palavras de Claude Meillassoux (1977, p. 146), "o escravo não é uma propriedade, mas um patrimônio, com todas as incidências que comportam uma tal situação".

João de Mattos e Silva, 1904, p. 192-3, fornece-nos pelo menos seis origens da condição de escravo entre os bawoyos, que tentaremos resumir e analisar do ponto de vista de nosso ensaio:

- Tinham origem nos cativos feitos em batalhas ou *razzias* realizadas com os povos circunvizinhos em momentos em que era quebrada a estabilidade política entre si, que era sempre precária. Pierre Van den Broeck, viajante holandês, em 1612, passando por Bansa Goi, capital do Reino Ngoyo, refere-se ao rei (*mangoyo*) e seus inimigos vizinhos da seguinte maneira:

Este rei é muito velho. É um homem cruel. Ele está continuamente em guerra contra os Insicussen (os Suka, Nizika, Jaga, Acaka, atualmente Bawende, Bawundi do norte do Rio [nota de Cuvelier]). Ele é grande inimigo do rei de Loango. (Cuvelier, 1955, p. 190.)

Da mesma maneira, tensões e conflitos intermitentes animavam as relações entre os bawoyos e os selonghes ou solongo, da outra margem do Rio Congo. Dapper, 1686, p. 340, dá-nos conta, por volta de 1631, de uma invasão do Ngoyo pelos solongos do condado de Soyo. Os escravos provenientes desses conflitos eram sobretudo constituídos de mulheres e crianças, possibilitando a repro-

dução do sistema sem o pôr em risco pela presença de homens adultos.

- Provenientes de nascimentos de mulheres escravas, caso não fossem resgatados: normalmente eram resultantes de relações com homens livres bawoyos. Às mulheres livres bawoyos era vedada qualquer relação com homens escravos, correndo o risco de quebrar o tabu (*kigila*) e sofrer castigos decorrentes do ato.

- Quando os escravos eram provenientes do comércio a longa distância: eram sobretudo trocados por sal, por bens de prestígio como os panos sambos ou *libongo*.

Num primeiro momento, esses escravos eram empregados dentro da sociedade bawoyo na ajuda das tarefas agrícolas, no desmatamento, na pesca ou na extração de sal etc. Somente após o início do tráfico de escravos, esta se tornou uma das principais fontes de que se alimentava esse comércio, e mais importante que o primeiro item apontado, que punha em perigo a estabilidade das redes estabelecidas e do fluxo da circulação de homens.

- Quando o escravo não era cativo, mas sua situação de dependência ou servitude era originada por castigo imposto após um julgamento (*funda-nkanu*) pela quebra de normas (*mitaka*) vigentes no Reino Ngoyo, como, por exemplo, um furto cometido por um indivíduo que deve ficar sob a condição de escravo do lesado, até que este se sinta compensado ou até que a família do escravo o resgate, sempre por valores estabelecidos no *funda-nkanu*. O adultério de uma mulher, mesmo sendo uma nobre (*nfumu-chiento*), teria como castigo a morte ou a conversão em escrava, que seria vendida fora do reino.

- Quando um indivíduo, um grupo doméstico ou mesmo uma linhagem tinha dívidas de tributos devidos a um *nfumu-nsi* e dessa maneira se colocava sob a dependência de

seu devedor, no caso do grupo ou da linhagem, e entregava um dos seus membros ou mesmo um de seus escravos domésticos até que a dívida ou tributos fossem resgatados, quase sempre em forma de bens de prestígio (*libongo*).

• Quando um homem bawoyo julgava em perigo sua existência pela vingança de outro dentro de seu grupo ou linhagem, ou ainda quando se julgava incapaz de auto-subsistir no seio de seu grupo ou linhagem, principalmente em épocas de fome provocadas por calamidades, falta de chuva etc., colocava-se, desse modo, na condição de escravo voluntariamente junto a uma outra linhagem que lhe pudesse fornecer meios de que fora privado circunstancialmente. Esse ato devia ser público para que todos o testemunhassem. Assim, o indivíduo naquelas condições devia pegar um objeto de cerâmica de seu futuro senhor e quebrá-lo espetacularmente na face dele e de outras testemunhas (*i bula mbaungu*), iniciando seu processo de dependência.

Os escravos caracterizados nesses três últimos itens não poderiam ser vendidos ou trocados fora do Reino Ngoyo, a não ser em casos de adultério, como o enunciado anteriormente. Isso não quer dizer que, em determinados momentos depois de iniciado o tráfico de escravos, os *nfumu-nsi* (chefes da terra) não tenham cometido arbitrariedades pela ambição de cada vez mais acumularem bens de prestígio e reforçarem seu poder ou o poder de suas linhagens. Desse modo, compreende-se que esse tipo de comércio tenha sido bem recebido pelos chefes da terra.

No auge do comércio escravagista, a aquisição de mercadorias vindas da Europa pelos *nfumu-nsi* levava-os a grande expectativa ante a chegada de novos barcos abarrotados de espécies para serem trocadas por escravos. Havia momentos de completa eu-

foria comercial, como indica documento datado de 25 de outubro de 1794 (AHA, Doc. 145), que comunica a chegada da suma Pensamiento Ligeiro. Pelo mestre se soube que em todos os portos, desde o Loge, Ambriz, até Cabinda e Mulembro, encontrou um total de 29 embarcações inglesas no negócio de escravatura. Cuvelier, 1953, p. 57, nos informa que nos diversos portos — Loango, Mulembro (Kakongo) e Cabinda (Ngoyo) — havia facilmente três ou quatro navios de diferentes nacionalidades atracados ao mesmo tempo em cada um desses portos. Todavia, a momentos como esses, de plena euforia comercial, sucediam-se, por questões várias, recessões que conduziam os senhores da terra a recorrer a portos próximos alternativos¹ ou ainda, mais uma vez, aos seus *ngangas* (sacerdotes), para estabelecer a situação desejada. Adolf Bastian dá-nos uma descrição interessante de um desses *nkissi*:

Em Tchi Niambi (perto de Loangele), existe, sob uma palmeira que se encontra entre duas extensões de floresta, o fetiche Miambi, representado por uma figura de madeira que se dirige ao seu irmão, o fetiche Bunzi (perto de Moanda) no caso de seu país precisar de algo. E, durante o tempo de ausência, a palmeira está fechada para se abrir somente quando ele regressar. Assim, consegue o Nkissi I Niambi comércio e navegação, e os comerciantes pedem para ele ou ao Nganga Niambi (Tchituli-chi-Niambi) a vinda de navios mercantes europeus quando os brancos demoram. O círculo do tempo de Niambi é um lugar passivo e sagrado onde pode dormir inocentemente o leopardo junto ao homem. (Bastian, 1874, p. 225.)

O final dessa lenda parece bem simbolizar essa efêmera aliança entre o leopardo e o homem, tal como a dos *senhores da terra* e

os *homens do mar*, os chefes bawoyos e os traficantes de escravos. Uns fornecendo escravos; outros, bens que iriam dar continuidade à situação de dominação daqueles. Como se processa essa troca entre duas economias tão diferentes?

Em relação datada de 1700, um traficante inglês de nome Barbot fornece-nos uma lista de *costumes* ou tributos que foram pagos às autoridades em Cabinda por escravo. São eles:

<i>For the Kings customs</i>	<i>47 pieces</i>
<i>That of Maufouco</i>	<i>31 1/2 pieces</i>
<i>For the Manchins</i>	<i>17 pieces</i>
<i>For Mafouco Mabouco</i>	<i>17 pieces</i>
<i>For Manabele</i>	<i>17 pieces...</i>

Fonte: Abbé Prévost, 1748, p. 574.

Essas peças se compunham de vários artigos, convertidos naquelas segundo o seu valor de troca. Os artigos mais comuns eram: pintados, tecidos da Guiné, *Annabasses* (na categoria de bens de prestígio — *libongo*) e ainda recipientes de cobre, papel, facas, mosquetes, pólvora, licores fortes, coral, louça, colheres de estanho etc. Com essa diversidade de artigos, não era fácil a conversão, que era feita pelas autoridades conforme seu valor de uso. Assim, Proyard, 1776, p. 152-3, informa-nos que toda mercadoria entra em linha de conta com os tecidos de várias combinações — *libongo*, fazenda, cortados, panos sambos, panos da Guiné, pintados etc. —, todos eles categorizados como bens de prestígio, para formar uma peça:

Assim, quando se diz que um escravo custa trinta peças, não quer dizer que ele custe trinta peças de tecidos, mas trinta vezes o valor ideal que se julga a propósito ao se chamar peça; de maneira que uma só peça de tecido é por vezes es-

timada em duas ou três peças; como é preciso algumas vezes vários objetos para formar uma só peça, esta diferença na maneira de contar não importa, pois o preço dos escravos é o mesmo em todos os reinos vizinhos do Loango. (Proyard, 1776, p. 152-3.)

Esses valores eram depois convertidos pelo valor monetário das mercadorias dos países de origem nos livros de contas dos traficantes. Documento datado de 1819 em Luanda informa que os mestres das embarcações pagavam ao governo de Cabinda por despesas de ancoragem e de porto, por navio, a quantia de 600 mil réis em fazendas, pagamento esse que tinha o nome de *costumes* (Arquivo Histórico de Luanda, Códice nº 10 de Ofícios para o Reino — 1816-19).

Voltando ainda à narrativa de Barbot, constatamos que a lista das autoridades é encabeçada pelo rei (*mangoyo*), seguida do *manfuca*, responsável pelo comércio com os estrangeiros, e três outras autoridades intermediárias, que recebem um menor tributo devido ao seu menor grau hierárquico. Não aparecem aqui relacionadas outras autoridades superiores, quais sejam, o *mambuco*, governador do litoral, bem como seu administrador geral, o *mangoyo*. No entanto, Barbot, ao chegar à Baía de Cabinda, narra-nos que, depois de saudar o rei do Ngoyo com uma salva de cinco tiros de canhão de sua embarcação, como no país, é recebido em terra pelo *mangoyo*, com quem discute os preços dos escravos a serem comprados. Assim, pode-se subentender que os tributos pagos a todas as autoridades após o rei fossem ainda redistribuídos pelas hierarquias superiores que, tal como o rei, não participavam diretamente da cobrança dos tributos.

O *manfuca*, por negociar e tributar diretamente com os traficantes, torna-se, na hierarquia administrativa do Reino Ngoyo, um dos

elementos de maior importância. Os diversos cargos e títulos eram delegados ou confirmados pelo futuro *mangoyo* numa das cerimônias de entronização, após o pagamento de tributos realizados pelos pretendentes. O *manfuca* poderia ser nomeado entre um dos elementos das linhagens nobres, de onde se elegem o *mangoyo* e o *mambuco*. No tráfico de escravos, portanto, o *manfuca* podia fazer prevalecer os interesses do rei para a continuidade de seu cargo, mas também, se saído de uma linhagem menor, poderia vir a competir, com o decorrer do tempo, com aquelas de maior importância.

Dégranpé, 1786, t. I, p. 197, já se tinha dado conta dessa situação de enriquecimento, afirmando:

(...) os manfucas ganham sempre uma fortuna imensa porque impõem os negros em seu comércio da maneira que lhes parece apropriada e, liberando desse imposto os comerciantes que a eles recorrem de maneira preferencial, vêm a tornar-se os primeiros corretores do lugar: isso faz com que se enriqueçam rapidamente em presentes e em corretagem.

É em torno dessa autoridade, desse elemento político, que parece iniciar-se o processo de articulação de dois modos de produção distintos: aquele ao qual ele pertence — o de linhagem — e aquele com quem deve negociar — o mercantil. Para Phillippe Rey, 1971, p. 273, em todas as relações internas à sociedade congoleza (ele se refere a Loango), as relações políticas entre as linhagens prevalecem sobre as econômicas, isto é, entre os intermediários (o *manfuca* e os chefes das linhagens) e os traficantes, porque entre aqueles se impõe uma solidariedade que lhes impede qualquer concorrência, com uma ressalva — “à une exception près, nous dit Dégranpé”. Ora, é exatamente essa exceção que nos interessa,

porque se refere ao Reino Ngoyo e a uma de suas linhagens nobres, de nome Nsambo, e que Dégranpé denomina Andriz Samba, em que decorrem conflitos inerentes à sucessão e ao estabelecimento de *novas* linhagens emigradas para o seio daquela. E é dessas novas linhagens que surge uma série de *manfucas* que crescem em importância. O crescimento de sua importância em torno do tráfico de escravos leva a historiadora Phyllis Martin, 1972, a afirmar:

Parece que a nova geração de manfucas foi reconhecida como tendo autoridade política, e não só na qualidade de principais agentes comerciais do rei, como ocorria anteriormente.

Mas acrescenta cuidadosamente:

Maior elaboração a esse respeito deverá, contudo, aguardar novas pesquisas sobre a história de Loango no século XIX.

Na verdade, o poder do *manfuca* é imenso, mas ele se faz sentir, sobretudo, sobre os traficantes. É ainda Dégranpé (*op. cit.*, p. 200-7) quem nos diz ser o poder do *manfuca* de Cabinda, de nome Candy, bastante grande, levando-o mesmo a castigar os capitães franceses que o desgostassem e proibindo-lhes o tráfico. E dessa maneira colocava uns contra os outros, num conflito de interesses do qual tirava proveito.

Se ao *manfuca* se devia o contato direto com os traficantes individualmente, a política estabelecida em termos de soberania do reino é discutida entre o *mambuco* e as autoridades dos países interessados. Alguns fatos dão-nos a conhecer a natureza dessas relações, bem como das primeiras desavenças entre a autoridade do litoral e o poder central do *mangoyo*.

Uma primeira expedição portuguesa que tentou a ocupação da Baía de Cabinda, em 1782, procurou primeiramente negociar com

o *mambuco* a sua ocupação pacífica e trazer a si o monopólio do tráfico de escravos. Elias Alexandre da Silva Corrêa, participante dessa campanha na qualidade de oficial, narra-nos as negociações:

O Director engenheiro em cadeira de braços se assentou à direita do Mambuco, com quem começou a falar no idioma francês: não tanto as respostas na mesma linguagem; mas os discursos a que tendiam, não deixaram de surpreender os Convidados. A política dos seus interesses não tinha analogia; nem com as suas cores; nem com o rústico trato: Ela encerrava a conservação da sua liberdade: a superioridade do seu Domínio: a generalidade do comércio de todas as nações: detestando a idéia de limitar-se ao de uma só. Esses discursos exprimidos em tom livre, e intimativo, afungentaram todos os termos de impugnação. As respostas foram paliativas, e muitas, condescendentes (...). (Corrêa, 1973, p. 81-2.)

O poder do *mambuco*, governador do litoral, se fazia sentir já nesse momento, chamando a si as negociações com os portugueses e tentando dissuadi-los dessa empresa. As dissidências entre o *mambuco* e o *mangoyo* tomam-se cada vez mais críticas com o desenvolvimento do tráfico de escravos, podendo tomar-se ponto de ruptura no poder tradicional instituído. Os traficantes, desejosos de monopolizar o tráfico na região, se dão conta já dessas contradições, a fim de fazerem uso delas. Uma outra narrativa sobre a mesma campanha, datada de novembro de 1783 e de autoria do coronel Pedro Álvares de Andrade, que toma o comando das trincheiras que tinham levantado na praia no auge da campanha militar que culminou com a construção de pequeno forte militar,² relata-nos que:

(...) [o] Manangoy, que era o Rei, e o Senhor daquela terra, o qual se queixava amargamente do Mambuco, chamando-lhe Régulo por se haver levantado nas terras do seu Domínio, em que se tinha engrandecido, não só com os interesses do Comércio, que os Estrangeiros haviam freqüentado, e com os presentes, que lhes davam; mas ainda com o poder das suas armas, chamando a si multidão de ambiciosos desleais, que se juntaram com ele a fim de entrar nas partilhas do que injustamente percebiam. (Oliveira, 1968, p. 7.)

Essa descrição não é exagerada se a confrontarmos com a constatação de Abbé Proyart, 1776, p. 133, que a antecede e que nos diz:

(...) no pequeno Reino de n'Goyo: o Príncipe que foi eleito Rei foi obrigado a defender sua eleição, de armas nas mãos, contra o Mambuco do mesmo Reino.

Bem antes desses acontecimentos, viajantes que passaram em Ngoyo fazem crer que o *mangoyo* tinha uma participação mais ativa nos destinos do reino. Em 1612, Pierre Van den Broeck, viajante holandês, passa em Bansa Goi a caminho do Soyo e é recebido pelo *mangoyo* (Cuvellier, 1955, p. 190). Também o padre Laurent de Lucques, entre 1700-1717, teria passado por Ngoyo, de onde nos relata o seguinte acontecimento:

Tendo se apresentado um nativo inglês, os franceses quiseram impedir o rei de Angoy de fazer comércio com os ingleses. O rei se indignou e, de improviso, cercou a feitoria francesa com seus homens, que subvertiam e destruíam tudo. Aos coitados dos franceses só restou fugir com seus barcos para o mar. (Cuvellier, 1953, p. 70.)

Com o desenvolvimento do tráfico, possivelmente o *mambuco* bem como o *manfuca* começaram a desempenhar um papel mais ativo. Por outro lado, também podemos constatar inúmeras disputas entre as nações que traficavam no Ngoyo, surgindo sérios conflitos entre aqueles dos quais se beneficiaram os senhores da terra (*mfumu-nsi*), que, dessa maneira, podiam conservar sua liberdade de livre comércio sem que os europeus conseguissem uma efetiva ocupação do país nas várias tentativas realizadas. Elizabeth Donnan, 1931, t. II, p. 598, reúne alguns dados citados pelo Comitê de Inquérito sobre o Tráfico de Escravos da Inglaterra que são bastante significativos para um determinado momento (1789), não só pelos números como pelas nações participantes. De um total de 74.200 escravos para toda a costa ocidental da África, desde Gâmbia até Benguela (em Angola), 13.500 saíram dos portos de Loango, Malembo (Reino do Kakongo) e Cabinda. Desse tráfico participaram a Inglaterra, com 38 mil, a França, com 20 mil, a Holanda, com 4 mil, a Dinamarca, com 2 mil, e Portugal, com 10 mil.

A enorme demanda de escravos por parte dos países traficantes foi origem não só de arbitrariedades dos chefes da terra para com os seus subordinados, como também de desavenças, conduzindo cada vez mais a um enfraquecimento maior do poder político. A tradição oral diz-nos que, quando navios negreiros ancoravam na Baía de Cabinda, nenhum homem ou mulher podia se aproximar da praia nem sair de suas casas durante a noite, podendo o incauto ser preso pela polícia noturna (*bantu-buílo*) e levado ao fundo do porão de algum navio negreiro.

Desavenças familiares na disputa de poder podiam conduzir a idênticas situações arbitrárias, mas severamente sancionadas pelos costumes. D. Domingos José Franque, 1940, p. 31-2, *mfumu-nsi*, chefe bawoyo, nar-

ra-nos que a disputa entre um tio de nome Mue Tatai com seu sobrinho Pukuta Pwabo, da linhagem nobre Mwanda, durante o reinado de Gimbi Npandi Sili, quinto rei do Ngoyo, levou seu tio a vendê-lo a um navio negreiro e, vangloriando-se desse feito, se intitulou Mbuadi Ia Mina Nbuadi Ia Ndi (príncipe que vende príncipes como ele). No entanto, uma personagem de destaque, também nobre de nome e título *mangoyo*, Velho Maítica, conseguiu resgatar Pukuta Pwabo, que, mais tarde, devido às suas qualidades, seria eleito sexto *mangoyo*. Esse é um exemplo patente das disputas e tensões existentes entre a relação de poder consubstanciada na relação entre mais velhos e cadetes, que numa sociedade do tipo matrilinear opõe tio e sobrinho de uma mesma linhagem.

Tensões outras existentes entre linhagens ou disputas que emergem da dualidade do poder existente — a autoridade do soberano ou *mangoyo* e seu *mambuco*, governador do litoral — podem ter sido a origem de um outro incidente que tomamos como exemplo dos conflitos, tensões, arbitrariedades e a emergência de uma crise política que surge e se desenvolve com o tráfico de escravos. É o caso suspeito do aprisionamento de um filho do *mambuco* de Cabinda, que se intitulava vice-rei de Cabinda (na verdade, governador do litoral, pelo seu próprio título de *mambuco*) e que no seguinte documento demanda ativas providências ao governo português em Luanda para que seu filho seja resgatado:

Exmo. Senhor. Rogo a V. Excia. queira participar para o Rio de Janeiro para que me venha um filho, que me foi roubado pelo Capitão Pacheco no Bergatim Avelade, sem que eu ao dito Capitão fosse devedor de uma pequena coisa, esta mercê será recompensa do que bem da Nação Portuguesa tenha feito, e farei,

quando por V. Excia for mandado. D. sD.
e a V. Excia.

Cabinda, 27 de abril de 1817. O seu servo Menor, e vice-Rei de Cabinda = Mambuco Manipuna = vice-Rei de Cabinda. (Arquivos de Angola, v. XVIII, Doc. 55.)

Esse caso suspeito tem uma outra versão em um de seus descendentes, José Alberto Roberto Puna (manuscrito de 1946, 2p.), que diz:

O Puna traficava largamente com o Brasil a escravatura. Em 1810, nascera-lhe um filho ao qual deu o nome de Manuel José. Logo que o filho atingiu a idade para ser educado, confiou-o para esse fim ao capitão da barca negreira, que conduziu o pequeno Manuel José para o Rio de Janeiro, onde por muitos anos recebeu educação e instrução na Rua da Quitanda.

É possível que o *mambuco* Mani Puna, tendo entregue seu filho aos cuidados de um traficante, o tenha retido demasiado tempo no Brasil, sem intenções de devolvê-lo, e desse modo seu pai o considere seqüestrado. Mais tarde, esse filho seu é resgatado devido às gestões de um outro chefe bawoyo, de nome Francisco Franque (da linhagem Kokelo), que se desloca ao Brasil para traficar escravos. — filho do Manfuca de Cabinda -.

Em 1853, também o *mambuco* Mini-luembá, de Cabinda (da linhagem Mankata), autoriza e confia um dos seus filhos a um comandante de uma fragata antiescravagista, de nome Wilmot, que toma a seu cargo a educação daquele (Phillis Martin, 1972, p. 147).

Por um lado, pode-se verificar, do ponto de vista interno da sociedade bawoyo, a confirmação da importância política do *mambuco* e do *manfuca*, o que leva A. Bastian, 1874, e Serpa Pimentel, 1995, a relacionar as famílias do *mambuco* Npuna e do *manfuca* Franque (Kokelo) como as mais importantes. Por outro lado, uma influência cada vez maior

dos elementos externos expressa uma crescente aculturação das chefias ou seus descendentes. São os sinais de uma crise política que não se compreende apenas nos fatos circunstanciais que a expressam, mas no processo global que a gerou.

O longo período de tráfico, do século XVI ao XIX, a que o Reino Ngoyo foi exposto alterou, pouco a pouco, as condições de reprodução da sociedade. A grande demanda de escravos, acima das necessidades que atendiam à produção dentro da sociedade; a substituição dos bens de prestígio produzidos no local, o *libongo*, por tecidos trazidos pelos traficantes e uma conseqüente monetarização da economia através desses bens; a crescente marginalidade do *mangoyo* ao processo decisório político pela série de tabus que o mantinham nessa situação; a retenção de uma grande parte dos tributos destinados ao *mangoyo* pelos seus funcionários no litoral, principalmente o *mambuco* e o *manfuca*; todos esses são alguns dos principais fatores que conduzem a uma profunda crise no sistema político dos bawoyos. O tipo de economia, voltado para as suas necessidades num primeiro momento, se automatiza quando os últimos traços do tráfico desaparecem e este é substituído pelo comércio de produtos tropicais. As relações políticas imbricadas difusamente nas várias esferas sociais e, em última instância, na natureza substantiva da sua economia se desagregam e dão lugar à dominação dos elementos *de fora*.

As disputas de interesses entre as diversas linhagens durante tanto tempo, provocadas pelos interesses do tráfico, assim como dentro das próprias linhagens pela disputa de sua liderança, e a crescente aculturação de seus chefes conduzem de forma pacífica à ocupação colonial.

Por todas as razões citadas, os bawoyos não conseguem fazer mais eleger o seu *mangoyo* e, por isso, dizem:

Ngoyo iéki muaia:
lesiala ko n'fumu ina itúna

(O Ngoyo está vazio:
Não ficou chefe para mandar).

NOTAS

1. Os portos mais próximos e alternativos ao de Cabinda, que distanciavam dois ou três dias de marcha, eram ao norte o de Malembo e de Landana, ou ao sul, nas margens do Rio Zaire, o de Boma.
2. Um ano após a construção do forte, duas fragatas francesas, comandadas por Bernard Marigny, teriam-no destruído, e os portos ao norte do Rio Congo continuaram livres ao tráfico de todas as nações (Oliveira, 1968: 1, num. 2).

BIBLIOGRAFIA

- BASTIAN, Adolf (1874). *Die Deutsch expedition and der Loango-Kuste*. Iena, vol. I, p. 213-223, Funfes Capitel — Angoy.
- CORREIA, Elias A. da Silva (1937). *História de Angola*. Lisboa, 2v., Col. dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E, Império Africano.
- CUVELIER, Mgr. J. (1953). *Documentos sur une mission française au Kakongo, 1766-1776*. Bruxelles.
- . (1955). "L'Ancien Congo d'après Van den Broeck (1608-1612)". *Bulletin des Séances* (1-2). Bruxelles, Academie des Sciences Coloniales.
- CUVELIER, Mgr. J. et JADIN, Abbé L. (1954). *L'Ancien Congo d'après les Archives Romaines, 1518-1640*. Bruxelles.
- DAPPER, O. (1685). *Description de l'Afrique*. Amsterdã, chez Wolfgang, Waesberge, Boon & van Someren.
- DÉGRANPÉ, L. (1786). *Voyage à la côte occidentale de l'Afrique faits dans les années 1786 et 1787*. Paris, vol. 1.
- DONNAN, Elizabeth (1931). *Documents illustrative of the slave-trade*. Vol. II.
- FRANQUE, D. Domingos José (1940). *Nós, os cabindas — História, usos e costumes dos povos n'goio*. Lisboa, Ed. Argo.
- HAGENBUCHER-SACRIPANTI, Frank (1973). *Les fondements spirituels du pouvoir au Royaume de Loango*. Paris, Office de la Recherche Scientifique et Technique Outre-Mer, Mémoires n° 67.
- MARTIN, Phyllis (1972). *The external trade of the Loango coast, 1576-1870 (the effects of changing commercial relations on the Vili Kingdom of Loango)*. Oxford, Oxford University Press.
- MEILLASOUX, Claude (1977). *Dialectiques, Revue Trimestrelle*, n° 21. Paris.
- MILLER, J. C. (1973). "Slaves, slavers and social change in nineteenth century Kasanje". In: *Social Change in Angola*. Munchen, Weltforum Verlag, p. 10-29.
- . (1976). *Kings and Kinsmen, early, Mbundu states in Angola*. Oxford, Clarendon Press.

- NARDIN, Jean-Claude (1970). "A propos d'un livre récent. Un mythe qui a la vie dure: la grandeur de l'ancien royaume du Congo". *Rev. Franç. d'Histoire d'Outre-Mer*, LVII(207):225-37.
- OLIVEIRA, Mário António F. (1971). *Angolana, 1883-1887*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, vol. 1.
- PIMENTEL, Jaime Serpa (1889). "Um ano no Congo". *Portugal em África*. Lisboa, vol. 1.
- PIRRENE, J.H. (1959). "Les éléments fondamentaux de l'ancienne structure territoriale et politique du Bas-Congo". *Bulletin des Sciences*, vol. 3. Bruxelles, Academie Royale des Sciences Coloniales.
- POLANYI, Karl (1966). *Dahomey and slave trade — an analysis of archaic economy*. Seattle and London, University of Washington Press.
- PRÉVOST, Abbé A. (1748). *Histoire générale des voyages*. La Haye, 12v, Chez Pierre de Hondt, v. VI, tomo IV.
- PROYART, Abbé (1776). *Histoire de Loango, Kakongo et autres royaumes d'Afrique*. Paris, Lyon.
- RANGLES, W. G. L. (1968). *L'Annien Royaume du Congo des origines à la fin du XIXème siècle*. Paris, La Haye. Ed. Mouton.
- REY, P. Phillippe (1971). *Colonialisme, néo-colonialisme*. Paris, Ed. Maspero.
- SILVA, João de Mattos e (1904). *Contribuição para o estudo da região de Cabinda*. Lisboa.

SUMMARY

Traffic and changes in traditional power structures in the Ngoyo Kingdom (Cabinda in the XIX century).

This text discusses the effects of the slave trade on the formation of political power amongst the Ngoyos. In the opinion of the author, the slave trade played an important role in the political crisis amongst the bawoyos in the XIX century.

In that situation, the main bawayo headmen were accultured, within a process of intensive interchange with other countries, that necessarily passed through the slave traffic. That process preceded and led up to the colonial occupation.

RÉSUMÉ

Trafic d'esclaves et changement du pouvoir traditionnel dans le Royaume Ngoyo (Cabinda au XIXè siècle)

Ce texte traite des effets du trafic d'esclaves sur la constitution du Pouvoir politique entre les Ngoyos. Pour l'auteur, le trafic d'esclaves a joué un rôle important dans la crise politique entre les Bawoyos pendant le XIXè siècle. Dans ce cadre,

les principaux chefs Bawoyos ont vécu une acculturation, dans un processus d'échanges intenses avec l'extérieur qui passait nécessairement par le trafic d'esclaves. Ce processus précède et conduit à l'occupation coloniale.

Os quilombos de Angola no século XIX: a recusa da escravidão*

Aida Freudenthal**

**Comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, de 2 a 5 de setembro de 1996. Recebido para publicação em outubro de 1996.*

***Pesquisadora do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa.*

As comunidades de escravos fugidos têm sido objeto do interesse cada vez maior dos pesquisadores sociais no continente americano, tendo-se produzido desde os anos oitenta obras fundamentais nesse campo. A descoberta de ocorrências similares na documentação referente a Angola conduziu a pesquisa sobre a escravidão na colônia, em particular ao longo da segunda metade do século XIX. Nesse período, a fuga de escravos se intensificou, originando a formação e a permanência de quilombos como fenômenos de fronteira colonial.

Este trabalho procedeu à identificação e análise de três quilombos, ao mesmo tempo que enuncia ampla problemática decorrente não apenas de sua estruturação e inserção na realidade pré-colonial, como das relações estabelecidas pelos quilombos com a sociedade colonial envolvente.

Palavras-chave: Angola no século XIX; quilombos; escravidão; resistência escrava; sobados; sociedade colonial.

O tema da escravidão na África tem atraído nos últimos anos a atenção de alguns investigadores cujos estudos demonstram a dimensão histórica e geográfica que ela assumiu no continente. Na realidade, de simples fator marginal, a escravidão se tornaria uma instituição, em algumas sociedades africanas do século XIX, em íntima relação estrutural com o tráfico de escravos. Também o processo de emancipação dos escravos tem provocado o aparecimento de estudos que provam a ocorrência de profundas transformações sociais no continente a partir de meados do século XIX.¹

Embora essa temática tenha vindo a ganhar espaço na comunidade científica, persiste um déficit historiográfico relativo à escravidão africana e colonial em Angola. Registrem-se, porém, como exceções, os contributos fundamentais de Miller, 1975 e 1977, e recente artigo de Heintze, 1995, bem como as obras de Clarence-Smith, 1979 e 1985, Lovejoy, 1983, e Miller, 1988, que abordam pontualmente essa questão. Deles colhemos algumas pistas para pesquisa, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento e à extinção da escravidão colonial.

No entanto, são numerosos os indícios registrados em fontes escritas nas quais as referências às fugas individuais e coletivas, embora esparsas, são frequentes a partir do século XVII, sucedendo o mesmo com os dados sobre comunidades de escravos sobrevivendo autonomamente e à revelia da sociedade colonial desde o período de tráfico mais intenso. Ocorrem ainda menções a expedições punitivas cujo objetivo seria eliminar ou pelo menos conter, dentro de limites toleráveis para a ordem colonial, a ameaça que esses grupos representavam.

O material arquivístico disponível oferece, pois, a possibilidade de desbravar um domínio do conhecimento histórico indispensável à compreensão de um passado re-

cente cujas marcas ainda persistem na memória coletiva angolana.

No estudo que ora apresentamos, exploramos a problemática da fuga de escravos no século XIX, através dos testemunhos coloniais sobre as iniciativas desses escravos para se libertarem da escravidão. Nesse contexto, o processo de emancipação prolongado e tortuoso que ocorreu durante a segunda metade desse século se revelaria decisivo. Propomos, portanto, como objetivo fundamental deste trabalho, evidenciar a generalização do movimento de fuga de escravos que então se verificou, procedendo a uma tentativa de identificação de fatores que o explicam.

Iniciamos com um esboço breve do relacionamento entre senhores e escravos integrados no sistema de exploração colonial, a fim de melhor se entenderem os processos de questionamento e de rejeição de sua situação e de seu estatuto. Através da fuga e da constituição de comunidades autônomas, pretendemos fundamentalmente captar as componentes de sobrevivência e de inovação social e política contidas na atuação dos escravos, enquanto produtos das relações de exploração colonial, ao mesmo tempo que eram criadas por eles estruturas alternativas ao sistema escravista, cuja extinção tardava.

Uma questão de terminologia

Dentro de um mesmo espaço lingüístico, operam-se por vezes curiosas metamorfoses em termos semânticos. Transposto para novos contextos, uma palavra pode adquirir novos sentidos, designar novos objetos e colar-se a novas representações, como sucedeu com o termo *kilombo*.

A pesquisa histórica e antropológica efetuada por J. Miller sobre sociedades pré-coloniais que habitaram o atual espaço angolano constitui hoje um estudo fundamental sobre as origens e difusão do *kilombo* entre

os séculos XVI e XVII, possibilitando sua definição como uma instituição modeladora de relações transversais e de estruturas de poder (Miller, 1976, p. 251-64). É possível, a partir desse estudo, seguir o percurso do *kilombo* desde o seu berço cultural lunda até Cassanje e as regiões situadas ao sul do Rio Cuanza. Essa instituição não-linhageira criou fortes laços de solidariedade entre companheiros de guerra unidos sob o comando de um chefe: desse modo, grupos etnicamente heterogêneos integraram uma sociedade iniciática baseada em princípios e regras comuns — *yijila* — impostos a todos os iniciados à medida que iam se incorporando no *kilombo* (Miller, 1976, p. 161-75 e 232-41; Neto, 1989, p. 7-8).

A mobilidade geográfica do *kilombo* proporcionou sua difusão em vastas áreas do atual território angolano, integrando alguns de seus elementos em entidades políticas então existentes. Em contrapartida, a sedentarização que os imbangalas operaram no século XVIII levou à conseqüente contaminação dessa instituição por outros princípios e práticas políticos, que conduziram à extinção do *kilombo* primordial, ocorrida provavelmente ao longo do século XVIII. Esse processo não impediu, no entanto, a sobrevivência do termo *kilombo* em várias acepções.²

a) “Ocilombo” (em umbundo), para significar um campo de circuncisão, um acampamento de pernoite das caravanas comerciais, de viajantes e de sertanejos no século XIX.

b) “Quilombo”, na documentação e em autores dos séculos XVII a XIX, significava, em sentido restrito, a sociedade iniciática guerreira, o recinto sagrado, a cidade-sede do poder político, a residência real, ou ainda o acampamento de guerra dos imbangalas (Neto, 1989; Miller, 1976, p. 300).

c) Significava ainda “grupo de escravos fugidos” e o local onde eles se instalavam.³

É nessa última acepção que o termo será utilizado neste trabalho.

Ao longo da pesquisa, foram encontradas outras designações para os referidos grupos e os locais que ocupavam. Consoante a região onde se constituíam os “quilombos” e segundo os autores dos relatos, eram utilizadas as seguintes designações:

• “mutolo” — local onde se refugia o escravo que pretende regressar ao sertão;⁴ e

• “couto” ou “valhacouto” — utilizado na documentação relativa ao concelho de Novo Redondo e ao distrito de Moçâmedes, onde também ocorriam raramente “coio de ladrões” e “coio de salteadores”.

Não existia, pois, unanimidade entre os habitantes da colônia para designar o mesmo fenômeno, surgido de norte a sul da colônia.

Voltando ao termo “quilombo”, constata-se sua utilização em Angola incorporando realidades muito diferenciadas. Perante essa polivalência semântica do termo, torna-se difícil a eliminação da ambigüidade nele contida. Por um lado, pela especificidade que caracterizou o *kilombo* imbangala, seria aconselhável restringir o uso dessa designação à instituição que Miller caracterizou. Na seqüência dessa opção, colocar-se-ia o problema de escolher outro termo mais adequado ao contexto angolano, que dificilmente recolheria unanimidade, pelo uso restrito que as fontes lhe conferiram. Perante o impasse, adotei neste texto duas grafias: *kilombo*, ao me referir à instituição imbangala, enquanto “quilombo” foi utilizado para significar o mesmo que mutolo ou couto, comunidade de escravos fugidos.

A escravidão em Angola no século XIX

Além de constituir um recurso que as estruturas linhageiras utilizavam para incre-

mentar a produção, a escravidão na África respondeu fundamentalmente às exigências do tráfico atlântico, até meados do século XIX (Lovejoy, 1983, p. 122-4). No entanto, ao longo do século, enquanto os governos coloniais multiplicavam as medidas para a abolição desse mesmo tráfico, a importância econômica da escravidão aumentaria extraordinariamente, à medida que se intensificava a utilização do trabalho escravo na produção e nos transportes.

Em Angola, por efeito da conjugação de iniciativas de africanos e europeus, coexistiam, a partir do século XVI, a escravidão linhageira e a escravidão orientada para o tráfico atlântico. Contudo, durante séculos, os mecanismos da oferta condicionada pelo tráfico atlântico impediriam a formação de um modo de produção escravista. E só a partir de meados do século XIX, paralelamente ao processo abolicionista, as redes de tráfico interno iriam proporcionar a acumulação de escravos nas unidades de produção, respondendo às solicitações da nova política de exploração colonial.

De fato, a aquisição de escravos era facilitada, apesar das constantes violações por parte dos negreiros, que não abdicavam dos rendimentos auferidos no negócio.⁵ É que o tráfico interno não fora proibido, pelo que persistia o escoamento de escravos “resgatados” das regiões mais populosas situadas a muitas centenas de quilômetros até o litoral, através dos usuais circuitos comerciais. Uma parte substancial desses escravos, por efeito da punição jurídica dos indivíduos, ou através de simples mecanismos de permuta, transitava das estruturas linhageiras para as estruturas coloniais de produção.

A persistência desse tráfico apresentava vantagens evidentes para os que encaminhavam esse fluxo de cativos para os mercados da colônia: os negreiros vendiam-nos em troca de fazendas, álcool e sal, entre outros

gêneros, aos negociantes — que no litoral exploravam urzela, incrementavam a pesca e a secagem do peixe e utilizavam carregadores e escravos domésticos — e aos agricultores que exploravam os arimos e as fazendas.⁶ Sem essa mão-de-obra, a economia da colônia não seria sustentável.

Desse modo, afluíam às cidades e às feitorias e explorações costeiras escravos de várias proveniências: Quissama, Libolo, Seles e Bié, além de Cassanje, Lunda e Mucusso. Os grandes centros de confluência eram o Dondo, Novo Redondo e Catumbela, onde se efetuava a maior parte das transações, favorecendo uma utilização cada vez maior do trabalho escravo.

Encontrando-se muito dispersa a documentação relativa à escravidão em Angola, é possível coligir alguns dados quantitativos que, por enquanto, apenas possibilitam uma visão fragmentada da realidade. Se é certo que subsistem dúvidas quanto à população total da colônia, ainda é mais difícil proceder ao cômputo aproximado dos escravos existentes na segunda metade do século XIX. Socorrendo-nos de fontes fiáveis, avançamos provisoriamente os seguintes totais:

Ano	Escravos	População total
1845	86.700 ^a	386.000 ^a
1858	60.000 ^b	400.000 ^b
1873	89.700 ^c	435.000 ^d

a) *Lopes de Lima, 1844, vol. 1.* b) *Marquês de Sá da Bandeira, 22-9-1858: BO 686, de 20-11-1858.* c) *Pery, 1875, p. 357; AHU Angola, CG, P48.* d) *Corvo, 1875.*

Haveria, portanto, entre 20% e 30% de escravos arrolados pelas autoridades coloniais no total da população. Não existindo até o momento estudos sobre esse grupo considerável de 60 mil a 80 mil escravos/libertos, não podemos obviamente ter uma idéia muito clara de sua heterogeneidade. Na ausência

de estudos sobre a estrutura demográfica da escravidão em Angola, as fontes sugerem que a maioria desses escravos trabalhava em arimos (quintas), fazendas e pescarias (Pires, 1874, p. 34). Tanto nas fazendas como nas casas dos senhores existiria uma percentagem maior de mulheres, reproduzindo os padrões da organização do trabalho entre a população livre.

O processo de emancipação que se desenrolou em Angola durante a segunda metade do século XIX⁷ não se revelaria linear e muito menos incompatível com a intensificação do regime de trabalho escravo. De fato, em toda a colônia a emancipação total dos escravos foi sucessivamente bloqueada pela resistência ativa dos senhores, em oposição manifesta aos propósitos de alguns governantes mais liberais (Clarence-Smith, 1979, p. 37-42). Através de *lobbies* escravistas, prevaleceu a obstrução dos meios legais destinados a fazer respeitar a legislação.

Além disso, a transição se revelou muito acidentada, em parte por compromissos assumidos pelas instituições coloniais no exercício de um papel temporizador dos privilégios estabelecidos. Uma vez que para a Junta Protetora dos Escravos e Libertos, criada em 1854, revertiam todos os escravos dos navios negreiros apresados, bem como os escravos abandonados ou confiscados aos seus donos, eles eram distribuídos a entidades públicas ou a particulares que os empregassem em trabalhos agrícolas ou de carreto.⁸

Foi ainda outro o destino dado aos libertos cedidos aos proprietários agrícolas, protelando desse modo sua emancipação definitiva. Embora os *libertos* devessem readquirir a liberdade após dez anos de serviço, a Junta revelou grande inoperância na implementação da lei de 1854 e, em certos casos, uma real convivência com os interesses dos escravocratas. Devem ter sido excepcionais

os casos de emancipação por compra ou por manumissão e deles se beneficiariam sobretudo as mucamas que tinham filhos do senhor.

A acumulação de escravos, além de um produto da expansão comercial europeia, revelar-se-ia, com efeito, no século XIX, um instrumento indispensável à instalação do colonialismo formal, através do estabelecimento de unidades de produção inseridas na economia de mercado. Por isso, iria sobreviver aos decretos que decidiam pela sua extinção, sendo a sua persistência denunciada na documentação e em testemunhos coevos até o final do século.

Resistência e fuga

Embora a escravidão em Angola esteja incipientemente analisada, pode-se, no entanto, afirmar que as condições de vida dos escravos eram comprovadamente duras, não constituindo exceção no quadro global do escravismo. Sendo o escravo um bem alienável das relações mercantis, o seu senhor podia alugá-lo, emprestá-lo, doá-lo, vendê-lo e transmiti-lo em testamento ou doação a outrem, bem como constituí-lo em objeto de penhor ou hipoteca.⁹

Uma vez publicadas as primeiras leis emancipacionistas, que remetiam o final da escravidão para daí a 25 anos, recorreram os senhores a todos os meios no sentido de retirar o máximo rendimento do trabalho de seus escravos. Essa situação agravava naturalmente as tensões já frequentes dentro de cada unidade de produção, opondo ora uma parte ora a totalidade dos escravos aos desígnios do senhor, desencadeando por vezes conflitos entre os escravos da mesma unidade de produção. Assim, as condições impostas tanto aos escravos como aos libertos se revestiam de constrangimentos ca-

pazes de produzir atos de inconformismo e revolta.

Apesar de serem mais difíceis de comprovar, os atos de resistência cotidiana não devem ser ignorados: embora menos visíveis, não seriam por isso menos freqüentes. De fato, as ocorrências desse tipo demonstram, afinal, que muitos escravos não aceitavam passivamente o domínio a que tinham sido sujeitos, o qual procuravam iludir e enfraquecer sempre que lhes parecia oportuno.

Que formas de resistência nos revelam as fontes? Desde a lentidão no trabalho (a proverbial *preguiça*), as tarefas mal executadas ou inacabadas, ao furto ou à destruição de ferramentas e armas, de produtos alimentares e gado, à queima de armazéns e de produtos, de vários meios se socorriam os escravos e libertos para afrontar a dureza de sua existência.

Não menos significativas eram as deserções temporárias, para visitar parentes¹⁰ ou procurar refúgio numa igreja, num mutolo, ou num sobado, exibindo uma atitude de conflito ou de desafio ao senhor ou à lei.¹¹ A procura de um protetor funcionaria por vezes como meio de pressão para promover a negociação de novas condições, antes do regresso. O recurso à fuga era tão freqüente que dava origem a buscas com o auxílio das autoridades administrativas ou de particulares, por meio de anúncios públicos e promessa de pagamento de recompensa aos captores.¹² Alguns escravos eram reincidentes, apesar das punições que os aguardavam no regresso. O desespero podia, em última instância, levá-los ao suicídio.¹³

Quando as condições de trabalho impostas eram particularmente duras, o que sucedia em especial nos meses de safra da cana ou na colheita do algodão, ou quando o ritmo de trabalho era mais intenso, surgiam as melhores oportunidades para apresentar reclamações. Daí à organização de movimentos

de resistência era, por vezes, um passo. A escalada dos conflitos em momentos críticos revela a adoção de estratégias amadurecidas ao longo de uma existência pontuada por lutas sucessivas.

Assim, constatamos que, uma vez defraudadas as expectativas dos escravos no processo de emancipação, foram numerosos os sinais reveladores de seus esforços no sentido de "maximizar os efeitos práticos da legislação",¹⁴ nos períodos que se seguiam à publicação de cada diploma relativo à emancipação. O conhecimento de seu conteúdo se propagava mais rapidamente do que se poderia crer entre escravos e libertos, em sua maioria analfabetos.

Entre outros casos, na seqüência do decreto de 1854, nos arimos da Camôngua, "os libertos tornaram-se tão indolentes (...) e atrevidos, quando dantes eram trabalhadores e submissos", recorrendo os feitores ao castigo mais freqüente daqueles que não queriam trabalhar e pediam "carta de liberdade".¹⁵ Tratava-se claramente de uma atitude reivindicativa dos libertos, informados das cláusulas da recente legislação, cujos efeitos não foram, no entanto, implementados em seu cotidiano imediato (Monteiro, 1875, p. 41).

Por outro lado, a persistência do tráfico ilegal de escravos para Havana, que se processava a partir de uma feitoria no Carumjamba, no ano de 1861, levou os escravos de feitorias próximas a se sublevar e a fugir "com grande espanto e alvoroço", a fim de evitar o mesmo destino.¹⁶

Após a publicação do decreto de 1869, sinais idênticos viriam a ser detectados nas violações da ordem, afirmando as autoridades que, apesar dos castigos aplicados, os libertos eram "incorrigíveis",¹⁷ persistindo na obtenção de melhoria de tratamento ou no reconhecimento da liberdade definitiva.

Num terceiro momento, após 1875, quando foram realizados os primeiros contratos de serviçais, supostamente voluntários, a situação foi muitas vezes subvertida por aqueles "serviçais" que identificavam o estado de escravidão persistente sob a ilusão desses contratos.¹⁸ Os mais conscientes não tardavam em aliciar os descontentes, a fim de promover o abandono das fazendas em grupo. Com efeito, era reconhecida a facilidade de se evadirem para as matas mais próximas, de onde podiam atingir regiões às quais não chegava o poder colonial. Perante a "impossibilidade de os coagir a cumprir as condições dos contratos que tinham feito", era-lhes fácil desmobilizar a mão-de-obra que os agricultores tentavam reter nas fazendas.¹⁹

Quem fugia dos senhores? Não sendo possível traçar o retrato falado do escravo fujão, existem referências à fuga tanto de "ladinos" como de "boçais", segundo a terminologia da época,²⁰ tanto de jovens como de homens adultos, sendo estes os "mais difíceis de domar e costumar aos trabalhos da cultura que aborrecem e [eram] mais atreitos a evadir-se".²¹ Em contrapartida, as escravas — em sua maioria ocupadas em trabalhos domésticos e muitas das quais eram mucamas de senhor de quem tinham filhos — gozavam, em certos casos, de tratamento privilegiado e dispunham de maior autoridade sobre as outras escravas. Eventualmente, o senhor lhes concedia a liberdade, o que talvez possa explicar a menor frequência de suas fugas.

Embora o decreto de 1854 tenha proibido aos senhores aplicar ou mandar aplicar castigos corporais, como acorrentar ou prender os escravos com ferros, machos, algemas, goliha, gargalheiras ou no tronco, na realidade os castigos continuaram a ser prática comum.²²

Em relação direta com a frequência das fugas, parece ter estado o tratamento que alguns senhores davam aos escravos, admirando-se alguns contemporâneos que estes não assassinassem aqueles, e apenas fugissem deles. De fato, algumas queixas apresentadas às autoridades ficavam "sepultadas, por influências poderosas", nas prateleiras dos tribunais, embora os crimes fossem do conhecimento público.²³

O processo de socialização dos escravos seria tão difícil que os atos de resistência e fuga das fazendas atingiam, em momentos críticos, níveis muito elevados: a fuga se tornara, afinal, não só um elemento de pressão para obter do senhor algumas concessões de outro modo inatingíveis, como um instrumento mais eficaz de recusa (ainda que temporária) da disciplina implacável a que eram sujeitos os escravos. Quando nada porque mais forte do que os riscos era a esperança de que a fuga antecipasse a emancipação sucessivamente adiada.

A fuga para fora

Ao analisar a tipologia da fuga de escravos, torna-se evidente a íntima relação entre as áreas de implantação da agricultura colonial, o regime de mão-de-obra e as formas de luta adotadas pelos escravos e libertos.

Com efeito, a recusa em aceitar uma escravidão prolongada impelia muitos escravos a formas de atuação que produziam impacto decisivo sobre sua existência. Os atos de maior repercussão consistiam na rebelião ou sublevação armada, seguidas de fuga coletiva, que proporcionavam maiores probabilidades de sucesso. Por isso mesmo, esses atos eram considerados uma ameaça grave à ordem escravocrata, na medida em que desencadeavam respostas mais eficazes à repressão das forças coloniais na tentativa de recapturar os fugitivos.²⁴

É provável que, nas fazendas e nas pescarias, os grupos heterogêneos de escravos — provenientes de terras longínquas, sujeitos a tarefas novas, procurando se adaptar a ritmos de trabalho desgastantes, submetidos a uma disciplina implacável e a maus-tratos etc. — tivessem alguma dificuldade em se organizar. Isso não os desmobilizava, no entanto, pois as dificuldades eram supridas pela adoção de estratégias cuidadosamente elaboradas.

As fugas coletivas se tornavam mais frequentes nas maiores concentrações de escravos das grandes fazendas, em momentos mais propícios, como o da morte do proprietário, assumindo a feição de levantes contra os feitores e capatazes.²⁵ O desfecho era, porém, imprevisível, verificando-se ora o fracasso ora o sucesso. como, por exemplo, um caso ocorrido numa região onde a agricultura colonial ensaiava os primeiros passos, ao sul do Cuanza.

A "rebelião de escravos" no Quicombo (assim designada na documentação) consistiu, na verdade, numa fuga de libertos, em 1879, da fazenda do comerciante César Augusto dos Prazeres. Revoltados contra os empregados brancos, cerca de 200 libertos pegaram em armas e se evadiram "por ter morrido o patrão", indo se refugiar na libata do soba Quicombo. Contudo, passados alguns dias, regressaram à fazenda 170 libertos, tendo os cabeças do motim sido presos e enviados para Luanda de barco, para as sentarem praça ou terem o destino que o governo determinasse.²⁶ Nesse caso, o asilo junto do soba não se revelou seguro, decerto por pressão das forças coloniais, que vitimizavam tanto os trãnsfugas como o seu protetor. Assim, a fuga foi frustrada.

Episódios dessa natureza eram muito frequentes, embora com desfechos diferentes: em 1860, cerca de 400 escravos da falecida D. Ana Joaquina fugiram da fazenda do Bengo para o mutolo, sem sofrer quaisquer re-

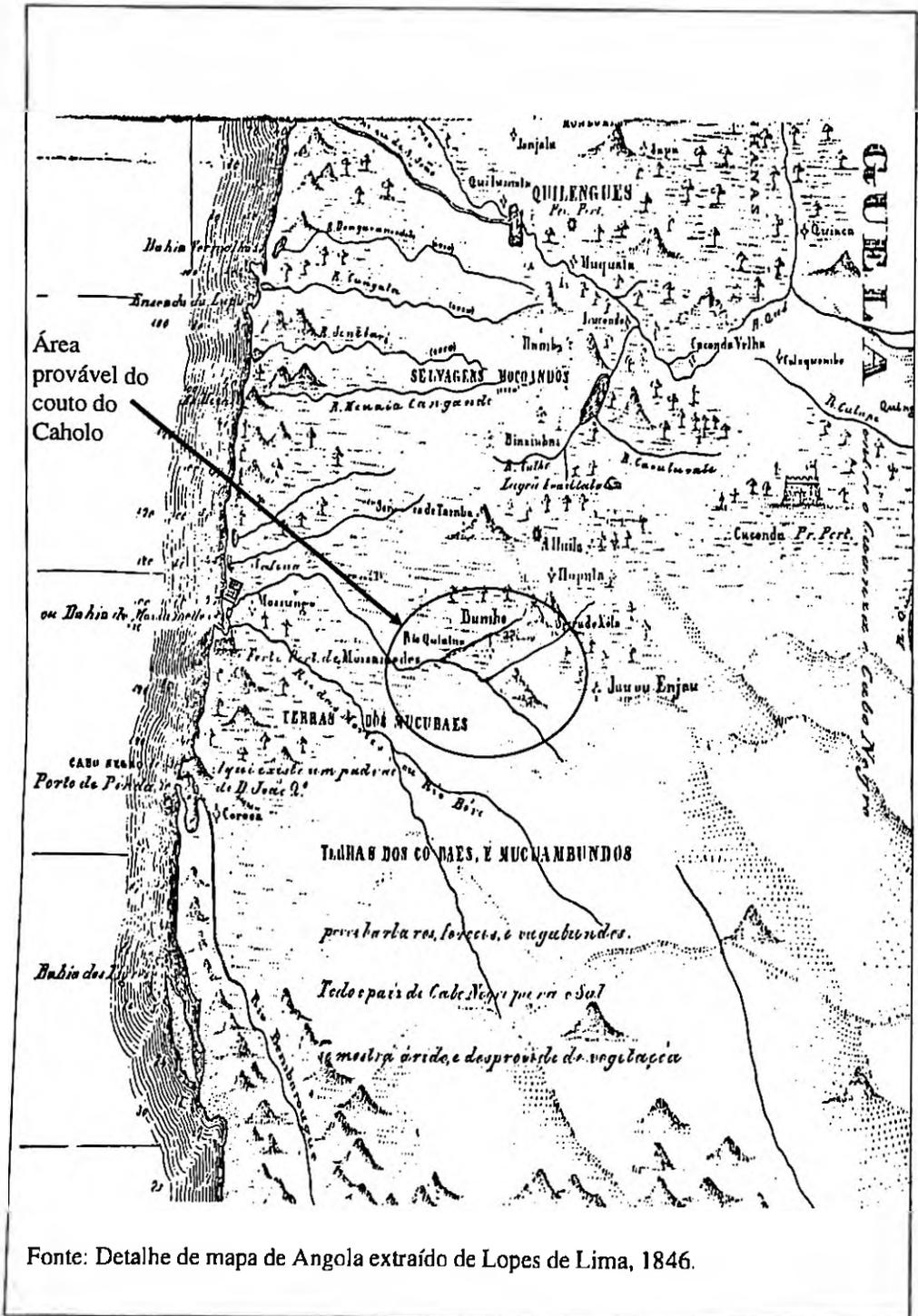
presálias imediatas,²⁷ enquanto Pungo-a-Ndongo era assolado em 1861 pelos escravos fugidos de duas grandes fazendas da região, que roubavam e assassinavam habitantes, não havendo meios de capturá-los.²⁸

Movimentos semelhantes se repetiram em toda a colônia com grande frequência entre os anos 1850 e 1880. Com ou sem armas, dezenas e por vezes centenas de fugitivos se instalavam num local protegido por acidentes naturais ou bem distantes dos centros populacionais, de modo a evitar as perseguições, constituindo assim os mutolos²⁹ ou quilombos.

A adoção de conduta subversiva da ordem colonial, enquanto alternativa à estrutura social do sistema escravista, visava em muitos casos a uma revogação unilateral do estatuto do escravo, fugindo ao controle que lhe era imposto e desafiando os direitos de propriedade dos escravocratas. Por bem fundadas razões, temiam eles "pela conservação da sua propriedade, que a muitos" constituía "a principal e única riqueza", na iminência de perderem o controle dos próprios escravos, muitas vezes aliciados pelos fugitivos.³⁰

Outros perigos advinham da constituição de quilombos: os viajantes africanos e europeus eram muitas vezes vítimas dos mutolos instalados próximo das estradas, o que só podia ser minimizado viajando em comitiva e com escolta armada. A insegurança nos caminhos afetava necessariamente as fazendas, cada vez mais isoladas entre si, assim como o comércio, provocando graves danos à economia dos colonos.³¹

Com base nos dados obtidos em fontes coevas, foi possível identificar os quilombos mais importantes referidos nos relatos coloniais do século XIX e cujo desenvolvimento é possível reconstituir minimamente. Pelo seu caráter de fenômenos de fronteira, encontramos-os associados às áreas de maior implantação colonial, com maior incidência



nos concelhos de Icolo e Bengo, de Novo Redondo e no distrito de Moçâmedes.

Mutolo do Icolo (1831-1872?)

Ao longo do corredor intensamente frequentado por caravanas de negreiros que conduziam do interior para Luanda milhares de escravos por ano, surgem-nos as primeiras referências a vários mutolos existentes no século XIX. Alguns deles teriam provavelmente uma história tão antiga quanto a do tráfico de escravos, já que todas as oportunidades eram boas para fugir dos barracões e dos quintais onde eram amontoados homens, mulheres e crianças à espera do embarque.

Até agora, foi possível seguir o trajeto daquele que terá sido talvez o maior quilombo em toda a colônia e cuja existência se pode seguir de 1830 a 1872. Situava-se na confluência do Riacho Futto com o Rio Zenza, no concelho do Icolo, sendo provavelmente composto por vários núcleos. As intervenções dos empacasseiros para capturar os fugitivos dos Mutolos Grande e Pequeno são registradas desde 1831, o que permite supor a sua formação em anos anteriores.³² Desde então, os mutolos eram temidos pela população e pelos viajantes que percorriam a estrada que ligava Luanda a Quifangondo.³³

Em 1849, continuavam a registrar-se novas fugas de escravos para um dos quilombos do Icolo, encontrando-se alguns deles armados.³⁴ No ano seguinte, essa fuga continuava a preocupar os habitantes de Luanda e arredores, tanto pela necessidade de conservar os seus escravos como pelo temor "dos ataques incessantes por eles praticados nas estradas próximas aos seus quilombos contra os viandantes".³⁵ O seu crescimento foi, no entanto, contido pelo envio de uma expedição contra os quilombos situados entre o Calumbo e o Icolo, que capturou 75 escravos

e libertos, tendo restado ainda cerca de 20 em liberdade.³⁶

Nesse mesmo ano de 1850, no mutolo entre a Lagoa da Quilunda e o Rio Zenza, ainda estavam concentrados muitos negros fugidos da cidade de Luanda, os quais se acoitavam na mata e roubavam os habitantes das vizinhanças. Um dos caminhos de acesso era um boqueirão muito estreito e em ziguezague, através do mato impenetrável. No interior da mata, havia o sítio das Farinhas, onde o governador geral Silveira Pinto ordenou o acampamento das forças preparadas para o assalto ao mutolo,³⁷ que não conseguiu extingui-lo, visto que nos anos sessenta o mutolo já albergava cerca de dois mil libertos, refugiados numa área situada a menos de um dia de marcha de Luanda.³⁸ A existência de um núcleo de tais dimensões terá, decerto, desencadeado uma onda de pavor entre os moradores de Luanda, a ponto de o chefe do Icolo ter tomado providências para repelir os "trânsfugas do Mutolo", que, julgava-se, pretendiam "invadir o concelho".³⁹

Após malogros sucessivos das forças coloniais, que não conseguiram destruir o Mutolo Grande, o governo de Luanda entabulou negociações com o soba Bernardo Cassule, que "ofereceu a sua vassalagem, como os sobas tradicionais", dando várias garantias: sujeitarem-se às leis da colônia, pagarem dízimo e não acolherem nenhum libertado ou degredado fugidos, em troca de lhes ser reconhecido o estatuto de homens livres.

Finalmente, o soba Cassule oferecia ao governo homens armados para acabar com a guerra dos Dembos. Um agricultor europeu da região do Cuanza, Feliciano da Silva Oliveira, no papel de intermediário negocial, declarou que "todos os seus libertos ali refugiados eram desde já livres", como os das sociedades comerciais a que pertencera, exprimindo o claro desejo de ver restabelecida a calma na região.

O momento impunha, de fato, ao governo a concentração de meios militares, perante a grave ameaça da revolta dos ndembus.⁴⁰ Na impossibilidade de dismantelar o mutolo, o poder colonial optava nesse momento difícil pela via negocial, no sentido de solucionar uma questão que se prolongava há mais de 40 anos.

Mas terá sido esse o ato final da submissão do mutolo, através da participação de seus homens na repressão da revolta dos Dembos? Pelo contrário, muitos quilombolas terão se refugiado na região dos ndembus, onde de fato reforçaram a revolta ali em curso, iludindo o compromisso que o soba do mutolo assumira perante Luanda (Costa, 1875, p. 16).⁴¹

Couto da Sanga (1860-1894)

Na confluência do Rio Uchilo com o Rio Cuvo, a uns 55 quilômetros a nordeste de Novo Redondo e a 30 quilômetros da povoação do Púai, situava-se a região da Sanga, um conjunto de ilhas formadas pelos aluviões do rio e que constituíam terra fértil para a agricultura, com vegetação exuberante e árvores de grande porte (Almeida, 1942, p. 10):

A espessura da mata virgem e o acidentado do terreno cortado de profundas ravinas prestavam-se a qualquer emboscada. (Almeida, 1933, p. 21-3.)

O caudal dos rios mesmo na estação seca era suficiente para dificultar a travessia, juntamente com os jacarés, que ali abundavam; a ligação entre as ilhas era feita por pontes de troncos e lianas entrançadas, facílimas de destruir em caso de ataque aos seus habitantes (Almeida, 1942, p. 10). Nesse local existia, desde a década de sessenta, "um coio perigoso onde se refugiavam todos os criminosos e malfeitores", que praticavam "ex-

torsões e vexames" sobre os europeus que aí passassem (Almeida, 1933, p. 21).

Constava, em 1871, que chefiava o couto "um pardo que fora (...) furriel da Companhia Móvel Manuel Teixeira do Nascimento Solano Monteiro [e] que (...) para ali se evadiu por crimes que cometeu e receio de ser mandado com passagem para a 1ª linha".⁴²

O grupo se constituíra provavelmente na década de sessenta, com algumas dezenas de serviçais fugidos de Novo Redondo, uns por não quererem sujeitar-se ao trabalho, outros fugindo aos maus-tratos e barbaridades que sofriam. Em novembro de 1871, fugiram para a Sanga quatro libertos dos mais antigos e de préstimo do agricultor Joaquim Antônio Botelho e dias depois foram "desencaminhados" mais 70 ou 80 de sua fazenda, Pumba, na margem esquerda do Cuvo. Instalou-se o pânico entre os europeus, receando novos "roubos, destruições de engenhos e fábricas e assassínio da família, e fuga do resto dos escravos, cerca de 350". Os outros fazendeiros da região, temendo a propagação do movimento, pediram a intervenção militar imediata.

Para atacar o couto, propunha o chefe do concelho uma força de cerca de 200 praças, bons artilheiros e bocas-de-fogo, que "resolveriam a questão em 15 dias". O corpo dos auxiliares seria constituído pela gente armada e de condução fornecida por quatro sobas recentemente "avassalados", o que totalizaria 900 a mil homens.

Não se tendo concretizado os planos da operação, o couto da Sanga persistiu, nas décadas de setenta e oitenta, como um pólo de atração para aqueles cujo cativo não terminara. Assim, em 1892, existiam já na região umas centenas de "indígenas, provenientes de diversos pontos, verdadeiros saltadores que do roubo faziam modo de vida". Os sobados vizinhos aliavam-se com eles, preferindo ter a sua proteção a serem por eles

hostilizados. O seu campo de ação foi-se alargando, chegando a roubar em 1893 as cargas das caravanas de negócio que do interior se dirigiam a Novo Redondo. Posteriormente, atacaram algumas fazendas de cana da região, pondo em fuga os proprietários brancos e mestiços e respectivas famílias. Contudo, "muitos dos serviçais eram espancados e levados pelos bandidos, engrossando assim a sua temível quadrilha".

Além disso, as notícias sobre a Sanga tinham atraído mais serviçais fugidos e ainda "pretos e mulatos desertores do Depósito Geral de Degredados, como de outras unidades militares da colônia, que andavam a monte pelo mato" (Almeida, 1942, p. 5-7).

Nessa época, o chefe do couto era o soba Nhati, antigo serviçal fugido de Novo Redondo, manifestamente hostil aos europeus da vila, em memória dos maus-tratos a que fora submetido, sendo capaz de mobilizar para a fuga outros serviçais. Na ilha de Quió, foi instalada a embala de Nhati, de seus numerosos companheiros e famílias (Almeida, 1942, p. 10). Os seus assaltos prejudicavam os caminhos dos carregadores para o sertão do Amboim, Seles e Tunda, interrompendo o tráfego de mercadorias.⁴³

A perturbação que os seus atos acarretavam à vida econômica do núcleo colonial de Novo Redondo atingiu tais proporções que determinou a decisão do governo de extinguir o couto.⁴⁴ Entre abril e setembro de 1893, duas expedições (comandadas por Lourenço Justiniano Padrel) acabaram por desalojar os quilombolas das ilhas que ocupavam. Os detalhes da ação nos são descritos por um militar do lado colonial.

A primeira expedição, de 220 homens, obteve o apoio do soba Quitanganha do Púai e do soba da Panda, que enviaram homens armados com lazarinas e cartucheiras, setas ou zagaias, catanas, porrinhos e machetes; os comerciantes brancos apoiaram, por seu la-

do, com gêneros requisitados e alojamentos para a expedição e forneceram 160 carregadores para o material.

Embora colaborando com as forças coloniais no início, o soba Tchambale fugira precipitadamente para as ilhas com a sua gente, aliando-se a Nhati; em represália, sua libata e as lavras foram destruídas. Por outro lado, a aparente convivência de Quitanganha e Nhati, denunciada pela fuga dos carregadores fornecidos pelo primeiro, seguida de dois ataques ao acampamento pelos quilombolas, produziu algumas baixas, provocando a retirada das forças coloniais para Luanda.

A segunda expedição foi realizada em agosto, com 970 homens e centenas de carregadores. Agregados à coluna, estavam o guia Manuel Pereira de Jesus, o negociante europeu J. Oliveira Barbosa e o sertanejo Domingos dos Santos, com 600 homens armados.

O soba Tchiela, de uma das ilhas da Sanga, aliou-se com 100 guerreiros à expedição por ter sido vítima de Nhati. A iniciativa coube dessa vez aos quilombolas, que atacaram a coluna a partir da ilha de Quió, retirando-se depois e deixando 13 prisioneiros; foi erguido um fortim na ilha de Quió pelo chefe da expedição, eleito um novo soba e proclamada a oferta de um prêmio de 400 mil em fazendas pela captura de Nhati; a falta de colaboração de Quitanganha foi punida com a sua destituição, sendo enviado para Luanda. Apesar do prêmio anunciado, nem Nhati nem a maioria dos quilombolas foram capturados, tendo conseguido fugir (Almeida, 1942, p. 34-46).

Só em abril de 1894 foi capturado o "soba rebelde" Nhati, que fora o principal promotor da fuga dos serviçais das fazendas do concelho de Novo Redondo, a ponto de algumas delas chegarem a ser abandonadas pelos seus donos. A prisão foi feita pelo comandante do fortim de Brito Godins, na ilha de Quió, com

o auxílio dos sobas do Hengue e da Tunda, beneficiando-se ainda da intervenção do seretanejo Manuel Pereira de Jesus.⁴⁵

Ignora-se, por enquanto, que pena foi imposta a Nhati: terá sido, como outros sobas rebeldes, enviado para São Tomé?, ou incorporado nas tropas auxiliares?, ou simplesmente executado?

Independentemente do destino que lhe coube por decisão do governo, a Sanga continuaria a ser local de refúgio para os serviçais, pelo que foi exigido aos sobas da região o compromisso de os devolverem, depois de Nhati ter sido capturado.⁴⁶

Couto do Caholo (1860-1901)

As fugas de escravos das fazendas dos colonos no distrito de Moçâmedes terão se iniciado na década 1860. A partir de então, sucederam-se os assaltos contra as propriedades dos colonos, aumentando sua insegurança e insatisfação durante o governo de Costa Leal, que tentou reprimir os abusos cometidos sobre os libertos, como meio de evitar as deserções de que os proprietários se queixavam.⁴⁷ Agravou-se a situação quando, aos mundombes revoltados pela perda de terras e gado, se juntaram os libertos e os soldados desertores, desenraizados, descontentes e hábeis na guerra.⁴⁸ Com efeito, esses soldados negros auxiliares, em sua maioria libertos do Estado, tinham fortes motivos para desertar, devido aos maus-tratos a que eram submetidos (Clarence-Smith, 1979, p. 86; Cid, 1894, p. 14-5).

Entre os efeitos da lei de 1875, registrou-se o recrudescimento da agitação dos libertos no Curoca, que assassinaram colonos e, cansados da escravidão, fugiram para o interior, em busca de liberdade.⁴⁹ Nas batidas feitas para capturá-los, eram integrados "mundombes fiéis", porém os fugitivos associavam-se igualmente a outros mundombes e a

cuvales, formando quadrilhas que assaltavam as manadas dos antigos senhores (Felner, 1940, I, p. 74-5).⁵⁰

A aliança entre esses elementos produziu bandos de salteadores que erguiam as suas *cipaka* (ou quipacas) em locais rochosos, reforçados com paliçadas, estacas e espinheiros, fáceis de defender. Produziam alimentos em vales recônditos, colhiam mel e cera, registrando-se a presença de algumas mulheres nesses campos.⁵¹ A principal fonte de recursos eram, no entanto, as manadas de bois, roubados e vendidos a funantes, que pagavam com armas e munições ao mesmo tempo que forneciam informações.

O couto que maior perturbação provocou na região foi o do Caholo do Ambundu, na serra da Chela, caracterizado por uma colaboração estratégica entre desertores, libertos e sobas da região.⁵²

Os libertos ou se escondiam nos buracos da serra da Chela ou, em vista da sua extrema mobilidade, facilmente fugiam na frente da força que os procurava atacar e que nunca os alcançava. O gentio rico em gado dava guarida a libertos.

As forças coloniais moviam guerra aos povos para apanhar os libertos e simultaneamente para lhes apanhar os bois: a "desvacação" passou a ser um modo de vida habitual para os colonos, apesar de se queixarem de sucessivos roubos de gado que o gentio lhes fazia em represália (Felner, 1940, I, p. 77-8).

Apesar de o novo regime contratual, decretado nos finais da década de 1870, fixar os salários dos serviçais em toda a colônia, surgiram novos motivos de insatisfação profunda: a redução do salário dos serviçais em Moçâmedes para \$600, enquanto os do Dombe Grande recebiam 1\$250,⁵³ teria aumentado o descontentamento e as deserções. A insegurança na região seria tão grande que

o soba do Jau declarara que os carregadores receavam ir a Moçâmedes, em cujos caminhos encontravam quadrilhas organizadas por serviçais fugidos e outros que os assaltavam (Felner, 1940, I, p. 81). Enquanto o nível das agressões aumentava de gravidade, vitimando pastores e agricultores à zagaiada no Bumbo e no Hoque,⁵⁴ o desespero dos colonos atingiu tais limites que nesse ano resolveram pedir proteção à rainha Vitória, da Inglaterra.⁵⁵

Na chefia do "valhacouto" do Caholo encontrava-se Ambundu, que era sobrinho de um dos chefes nyanekas mais poderosos e potencial herdeiro do sobado; revoltara-se contra os portugueses já em 1875, fora capturado em 1882 e condenado a degredo e prisão por 15 anos.⁵⁶ Incorporado nas tropas auxiliares em Luanda, desertou armado em 1887, passando a assolar as escarpas da serra da Chela, em particular no concelho de Capangombe, onde, segundo notícias que corriam no distrito, planejava aliar-se com salteadores de Quilengues para "atacar as propriedades agrícolas, roubar gados e matar europeus".⁵⁷ Os atos predatórios atingiram igualmente a colônia do Lubango, como os agricultores do Muninho e Bibala.⁵⁸

Ainda na Chibia, repctia-se em 1891 a fuga de serviçais, assaltando a criação e juntando-se em seguida ao gentio no Muninho Grande, tornando-se seus guias.⁵⁹ A seca, que se prolongou na região por vários anos, aumentou a atividade desses grupos, que *desencaminhavam* os trabalhadores para os coutos.⁶⁰ Em 1901, quando Ambundu foi capturado pela tropa colonial, todos os homens, mulheres e crianças de sua quipaca foram massacrados ou queimados vivos. A cabeça de Ambundu foi exposta numa estaca junto da colônia da Humpata, pondo fim à resistência que movera contra o novo poder colonial instalado na região.⁶¹

Várias expedições militares foram enviadas para reprimir os bandos que assaltavam as fazendas, vitimando colonos e trabalhadores africanos,⁶² não tendo, no entanto, conseguido erradicar a agitação social, que se prolongou até o início do século.

Outros fatores atuaram, porém, na última década do século XIX, no sentido de reduzir a incidência desse "banditismo": o progressivo controle administrativo e militar da região; a falta de apoio, concedido inicialmente pelos camponeses, quando estes se tornaram também vítimas dos salteadores que raptavam mulheres e crianças para vendê-las como escravas; a atuação de mercenários negros (Oorlog) ao lado das forças coloniais na repressão dos grupos de bandidos.⁶³

A invenção da liberdade

A estrutura interna dos quilombos

Através da descrição que antecedeu estas considerações finais, tornou-se evidente como a construção de um espaço que demarcasse uma existência em *liberdade* se tornara importante para os quilombolas. Não se tratava apenas de um espaço físico, mas, acima de tudo, de um espaço social e mítico onde, por certo, se elaboravam novos laços de solidariedade entre aqueles que concebiam uma alternativa viável à estrutura social escravista. De fato, o quilombo, enquanto espaço livre inventado pelos seus fundadores, representou a recusa da escravidão e constituiu, por isso, uma subversão, ainda que limitada, da ordem colonial.

Sujeitos a serem capturados por empacaceseiros ou por milícias coloniais, só a organização interna dos quilombos através de uma liderança forte podia lhes proporcionar algum sucesso perante as ameaças do exterior.

Dessa organização interna e de sua relação semi-simbiótica (Knight, 1994, p. 123) com o espaço e as comunidades que o rodeavam, dependiam, de fato, o sucesso e a duração do quilombo. Era, por um lado, indispensável o crescimento do grupo inicial: sendo a vastidão do sertão propícia à fuga, sucediam-se as novas adesões de escravos, mas também de desertores, degredados, ex-soldados e de mulheres raptadas, ampliando os efetivos ao mesmo tempo que expandiam as áreas de cultivo.

Como vimos, a população de um quilombo podia variar entre algumas dezenas e alguns milhares de fugitivos, na sua maioria homens jovens e algumas mulheres. Asseguravam estas a produção de alimentos, proporcionando a auto-suficiência do quilombo. Nas comunidades implantadas em terrenos férteis, havia em regra excedentes que constituíam moeda de troca com outras comunidades. As dificuldades sobrevinham, porém, em anos de seca e pragas, quando os atos de pilhagem buscavam compensar as faltas alimentares. Nas áreas mais inóspitas do sul, a pilhagem se tornava regra ao longo dos anos, fazendo surgir entre as comunidades de fugitivos traços específicos que importa investigar futuramente.

Da maior ou menor solidez da estrutura comunitária, dependiam não só a produção de víveres como a própria defesa e os contatos com o exterior. Sendo praticamente desconhecida a orgânica interna dos quilombos no estado atual da investigação, alguns dados revelam, no entanto, que o poder era assumido por um chefe, supostamente eleito por consenso, a quem os portugueses chamavam "soba", que era coadjuvado por alguns "principais", nos momentos decisivos na vida dos quilombos. A criação de estruturas de poder e a correspondente simbologia seriam o produto eventual de compromissos capazes de conciliar diversas experiências cul-

turais que os escravos traziam consigo ao chegar ao quilombo.

A própria ordenação do espaço interior, delimitado por uma paliçada, de dezenas ou centenas de cubatas, denunciava, por certo, as hierarquias estabelecidas. O sistema de fortificações, o acesso às lavras e à água, os postos de vigia como elementos essenciais para a defesa do quilombo não se distinguiam muito de modelos previamente conhecidos nas linhagens de origem. O treino dos guerreiros não podia ser descuidado, sob pena de tornar o quilombo vulnerável aos ataques do exterior. Nessa matéria, às táticas de guerra tradicionais associava-se a técnica adquirida no exército colonial por alguns desertores, que assumiam, por vezes, o papel de chefes. Alguns quilombos dispunham de armas de fogo, roubadas aos antigos senhores ou aos viajantes, reforçando, assim, o seu potencial bélico.

As formas de culto, derivadas dos conceitos ancestrais de divindade, assumiriam a sua função reguladora no cotidiano dos quilombolas, mas delas não encontramos qualquer rastro.

Quilombos e sobados

Nas margens do espaço colonial, os quilombolas mantinham contatos preferenciais com os povos dos sobados vizinhos, avasalados ou não, com os quais conseguiam estabelecer alianças que proporcionavam um apoio substancial para a sua causa poder enfrentar as ações que o *inimigo* iria desferir contra o quilombo.

Nas décadas de 1860 e 1870, o recrudescimento das revoltas de sobas não avasalados de norte a sul da colônia foi apoiado em muitos casos pela intervenção de grupos de escravos fugidos.⁶⁴ Essas relações com os sobados vizinhos se revelaram úteis nos dois sentidos: a cooperação trazia ao quilombo

apoio alimentar, munições, informações estratégicas etc., enquanto para os sobas que pretendiam preservar sua independência a ação conjugada ante o inimigo comum significava um poder acrescido. Para os sobas, o acolhimento de escravos fugidos expunha-os, no entanto, a pressões do poder colonial, às quais não conseguiam por vezes resistir. Se é certo que o potencial em homens armados valorizava o poder dos sobas (Heintze, 1995, p. 13), também é verdade que os tornava alvos de vigilância do poder colonial, que aproveitava qualquer pretexto para os "castigar". Em face do aumento das pressões, a delação e a colaboração de sobas com o poder colonial por mais de uma vez afetaram a existência dos quilombos.

O relacionamento com a colônia

Embora recusando viver no espaço controlado pela sociedade colonial, os quilombolas não podiam ignorá-la, até pela experiência que tinham vivido anteriormente à fuga. Mantinham com os núcleos coloniais (urbanos ou rurais) laços resultantes de uma cumplicidade alargada, por vezes, a um círculo mais amplo, que atingia as cidades ou vilas mais próximas, onde a causa dos escravos recolhia alguma simpatia refletida na imprensa local.⁶⁵

O relacionamento com o exterior assumia, porém, um caráter agressivo, ao se defrontarem dois poderes e duas sociedades absolutamente inconciliáveis. A estratégia agressiva dos quilombolas se traduzia nos ataques aos símbolos da opressão escravista (colonos, recrutadores e plantações), sendo condicionada pela dimensão dos quilombos e pelas armas disponíveis, além de pela instabilidade existente no núcleo colonial. Alguns escravos regressavam armados, assassinavam o senhor ou o feitor, pilhavam a sua casa e os armazéns de víveres, pólvora e

armas, deitavam fogo nas instalações, destruíam os engenhos, aliciavam ou forçavam os escravos e escravas a fugir ainda cativos.⁶⁶

Os escravos das fazendas se mostravam, em princípio, dispostos a auxiliar, por medo ou cumplicidade, os quilombolas que procuravam o seu apoio. Essa cumplicidade não só tácita como efetiva aumentou a instabilidade em algumas regiões, onde as fazendas, pelo seu isolamento, produção de víveres e pelo apoio potencial de alguns escravos existentes, eram o alvo principal dos assaltos.⁶⁷

Nesses casos, a ameaça à ordem colonial se tornava tão evidente, não só pela destruição de bens, como pela eventual propagação da sublevação a outros locais, que em pouco tempo eram tomadas medidas repressivas. Os confrontos militares entre quilombos e forças coloniais podiam, no entanto, prolongar-se enquanto o equilíbrio se mantivesse.

A extinção dos quilombos

A "resistência tenaz até a ferocidade", segundo testemunhos contemporâneos, assinalava a reação de um quilombo ao ser assaltado. Outra autoridade colonial considerava que "o ataque aos quilombos de negros fugidos" não era coisa que se fizesse "com meia dúzia de homens..." (governador de Moçâmedes, em 27 de dezembro de 1860), tão grandes eram as dificuldades encontradas pelos agressores dos quilombos. Na verdade, os guerreiros dos quilombos socorriam-se da guerrilha, seguida de retirada, destruição de pontes e da fuga para lá da fronteira dos sobados livres, quando sentiam a derrota iminente. O seu potencial guerreiro não era, com efeito, para desprezar.

Na repressão dos quilombos, as forças auxiliares adotavam a estratégia de cerco e assalto para recapturar os fugitivos. As expedições militares incitavam os sobas avas-

salados à denúncia, à entrega e à captura dos escravos, à destruição das cubatas, das lavras e de víveres etc. Aos chefes capturados era destinada a incorporação no exército, o exílio para São Tomé ou a condenação à morte.

À medida que as forças coloniais impunham maior controle sobre alguns sobados, o que sucedeu com maior frequência a partir da década de 1880, forçavam os sobas, através dos autos de vassalagem, a prometer a devolução dos escravos fugidos,⁶⁸ impedindo, desse modo, a formação de novos quilombos. Simultaneamente, o controle administrativo colonial foi reduzindo o potencial insurrecional, à medida que formas de trabalho forçado substituíram o trabalho escravo.

A repressão provocou a dispersão de muitos quilombolas, que se refugiaram em outros locais. Quando o poder colonial negociava com o quilombo a sua preservação no território que ocupava, integrando-o no espaço colonial (o que parece ter sucedido muito raramente), os novos *vassalos* ficavam sujeitos às leis e aos impostos, perdendo o caráter de comunidade alternativa à sociedade colonial.

Nada garantindo acerca da liberdade de seus componentes, estava iminente a hegemonia colonial, que iria preservar as condições de trabalho semi-escravo. A curto prazo, sucedeu-se a perda da identidade e da integridade estruturais dos últimos quilombos.

A visão do outro

Além de terem obviamente perturbado a vida dos sobados vizinhos, constituindo um fator desestabilizador, os quilombos ameaçaram fundamentalmente os planos de exploração colonial, pelo que teriam animado muitas controvérsias entre os colonos. O seu eco nos chega, no entanto, muito atenuado, nas fontes de que dispomos.

Como seria de esperar, como resultado do confronto entre as duas partes, a reputação dos quilombos junto dos colonos era representada como a oposição entre selvajaria e civilização, entre o caos e a ordem, entre o mal e o bem. Os quilombolas eram rotulados de "bandidos", "salteadores", "demônios", "feras", prevalecendo as imagens inequivocamente negativas e atribuindo-se-lhe uma natureza associal.

Não é de desprezar o eventual contributo dos quilombos na instalação de um clima de perigo iminente entre os "brancos", empolando a capacidade ofensiva dos escravos. Em certos momentos de crise, ressurgia a síndrome das insurreições "mata-brancos", uma versão do "medo branco", que se repercutiu ao longo do século XX em Angola e cujas origens requerem estudo aprofundado.

E, apesar do clima prevalecente entre as elites dominantes, na opinião de alguns colonos os quilombos eram um mal menor: opinavam que mais valia conservar os mutolos a fim de não aumentar o poderio dos sobas, que, de outro modo, recolheriam os escravos fugidos, utilizando-os em seu proveito. Outras vezes, raras, promoviam a defesa dos mutolos, numa perspectiva humanista,⁶⁹ ao explicarem a sua formação como consequência do péssimo tratamento dado aos escravos pelos senhores. Justificavam, no entanto, a captura dos escravos em nome da defesa da propriedade, da vida e dos bens dos senhores, da segurança das estradas e do comércio. Era evidente que a manutenção do sistema escravista não era compatível com a abertura de brechas no regime de propriedade.

Nos anos 70, quando as revoltas em regiões nevrálgicas pressionaram o poder colonial, as negociações entre os quilombolas e o governo colonial significaram o reconhecimento do poder do outro. Contudo, elas só ocorreram numa conjuntura altamente

desfavorável para os mutolos, não representando, de fato, senão o princípio do fim de sua existência.

Continuidade e inovação

Finalmente, será possível detectar alguns paralelismos entre o *kilombo* imbangala e os quilombos de fugitivos no século XIX? Parece-nos que, no estado atual da investigação histórica e antropológica, será prematuro elaborar teorias em torno da questão. Importa, contudo, registrar algumas achegas ao problema: trata-se de instituições transversais e transculturais nas quais predominavam as relações não-linhageiras, pelo que a identidade e a solidariedade entre seus membros tinham necessariamente de ser inventadas a partir de compromissos, juramentos, regras e proibições (*yijila*).

Com efeito, indivíduos arrancados de suas linhagens de origem, destituídos de laços de parentesco entre si, foram provavelmente forçados à invenção de novas relações sociais, de novas identidades supratribais, integrados numa nova teia de relações, plas-

mas provavelmente em princípios que eram sobrevivências do *kilombo* original.

A resistência organizada num determinado local e o confronto daí resultante com o exterior estruturavam, por necessidade vital, relações imediatas baseadas em princípios de solidariedade entre os indivíduos que constituíam o quilombo.

Afinal, aderir ao quilombo significava uma opção fundamental: na impossibilidade de reintegrar a linhagem de origem, em vez de permanecer como um corpo estranho num sobrado qualquer, por que não inventar a liberdade dentro do quilombo?

Tendo consciência dos limites da intervenção dos quilombos na dinâmica da colônia, ao enunciar a hipótese de aproximadamente 20% a 30% dos escravos terem sido envolvidos no fenômeno da fuga, não podemos deixar de reafirmar o impacto que esses movimentos terão exercido sobre a economia e a sociedade colonial. Por outro lado, aguarda-se que a continuação da pesquisa venha ainda a revelar as especificidades dos quilombos de Angola, abrindo perspectivas a novas abordagens comparativas em relação à África e à América.

NOTAS

1. Entre os estudos mais recentes sobre a escravidão na África, ver Miers e Roberts, 1980; e Lovejoy, 1983. A historiografia no continente americano tem promovido, nas últimas décadas, a análise do movimento de fuga de escravos (*marronage*) e das comunidades por eles constituídas: ver Price, 1979, para uma abordagem comparativa entre comunidades de escravos na África e na América; e ainda Russell-Wood, 1994, ao reafirmar recentemente a importância do estudo de instituições africanas que se encontram subjacentes à realidade colonial brasileira, através da mediação dos escravos africanos que integraram o tráfico até o século XIX. Contudo, graças aos estudos efetuados no Brasil, é reconhecida a especificidade das comunidades de escravos, que assumiram características próprias em resposta a condições bem distintas das que tinham presidido a gênese do *kilombo* africano. Goulart, 1972, J. J. Reis, 1988, Reis e Silva, 1989, e Schwartz, 1987, demonstraram a extensão do movimento de fuga, a frequência da insurreição e o impacto que as revoltas de escravos tiveram na sociedade brasileira. Os estudos mais recentes sobre os quilombos brasileiros se devem a Flávio Gomes, 1995, que vem renovando em boa hora a historiografia da escravidão.

2. Neto, 1989, ao compilar os significados que o termo apresenta atualmente em quimbundo, em umbundo e em *lunyaneka*, abriu aos especialistas novas pistas de estudo.
3. Ofício 124, de 21-11-1839, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Correspondência de Governadores (CG), Pasta 5 (P5).
4. Ofício 218, de 7-8-1861, CG, P28; Relatório do governador Calheiros e Menezes (1861), Lisboa, 1867, p. 82; *Civilização da África Portuguesa* (CAP) n° 7, de 17-1-1867.
5. Ofício 121, de 27-4-1861, CG, P28 (1861).
6. Em geral, esses "resgates" eram feitos em áreas de fronteira, como sucedia freqüentemente na Quissama, em particular em períodos de fome (*Boletim Oficial do Governo da Província de Angola* — BO —, n° 792, de 8-12-1860).
7. Em condições já descritas por Alexandre, 1979, com base nos decretos de emancipação de 30-12-1852 e de 14-12-1854; Regulamento sobre os escravos e libertos de 1855; Portaria do governador geral de 1-9-1855; os decretos de 1869 e de 1875 tiveram escassos resultados no cotidiano dos escravos.
8. Francina, 1854-1858, *Anais do Conselho Ultramarino* (ACU), I, p. 452 e 460: BO 67, de 19-12-1846; BO 531, de 1-12-1855; e BO 13, de 25-3-1865.
9. BO 517, de 25-8-1855.
10. BO 836, de 12-10-1861.
11. Heintze, 1995, p. 12-3. O soba de Catumbela asilava os fugitivos de Benguela (Delgado, 1940, p. 170).
12. Além das referências pioneiras de Oliveira, 1965, para 1850 e 1851, ver Balscão, 1867, p. 4 e 6; Monteiro, 1875, p. 103-4; AHU, Angola, CG, P37 (1867), ofícios 252, 358 e 377; e ainda BO 254, de 10-8-50; BO 373, de 20-11-52; BO 639, de 26-12-57; BO 662, de 5-6-58; BO 703, de 19-3-59; BO 50, de 12-12-63; BO 3, de 16-1-64; BO 35, de 26-8-65; e BO 46, de 12-11-70.
13. AHU, Angola, CG, P28 (1861), ofício 121, de 27-4-1861; BO 838, de 26-10-1861.
14. Em parte já assinalados por Clarence-Smith, 1979, p. 37-8.
15. BO 554, de 10-5-1856.
16. Ofício 121, de 27-4-1861, já citado.
17. BO 37, suplemento, de 17-9-1873.
18. Alguns casos já assinalados para o distrito de Moçâmedes por Clarence-Smith, 1985, p. 25-7.
19. A. Troni, ofício da Curadoria Geral de 4-1-1877; AHU, Angola, 2ª Seção, 2ª Repartição, P2 (1873-1879); *idem*, CG, P28, ofício 48, de 6-2-1861.
20. Oliveira, 1965, p. 9; BO 868, de 24-5-1862; e BO 50, de 12-12-1863.
21. AHA, Benguela, Governo, Correspondência Recebida (CR), 1847-1850, Cód. 510/71-E 18-1; BO 67, de 19-12-1846.

22. BO 792, de 8-12-1860; BO 50, de 12-12-1863; entre outras violações do decreto de 1854, refira-se à amputação de orelhas e à morte a golpes de azorrague (ofício 121, de 27-4-1861, AHU, Angola, CG, P28), 300 acoites e palmatoadas (*idem*, CG, P33, relatório de 30-9-1864) e ainda o processo que correu no tribunal de Luanda por torturas infligidas a nove escravos de arimo por ordem da proprietária (BO 1, 3 e 4, de 3-1 e 24-1-1863). Ver ainda os testemunhos de Anônimo, 1862, p. 111-2; Monteiro, 1875, p. 40-1.
23. AHU, Angola, 2ª Seção, papéis do marquês de Sá Bandeira, Maço 827, de 3-10-1866.
24. BO 643, de 23-1-1853; BO 662, de 5-6-1858; BO 703, de 19-3-1859; BO 761, de 5-5-1860; e BO 35, de 26-8-1865.
25. AHA, Avulsos, Benguela, Cx. 5443 (1856-1898); *idem*, Benguela, Serviços de Justiça (1863-1889), Cx. 5481; e AHU, Angola, CG, P26, P36 e P37, já citadas.
26. Delgado, 1945, II, doc. 60, p. 635-6.
27. AHU, Angola, CG, P26 (1860), ofício 93A, de 4-6-1860.
28. AHU, Angola, CG, P28, ofício 96, de 23-3-1861.
29. AHU, Angola, CG, P16A (1850) e P17 (1851), relatórios de A. Silveira Pinto; CG, P27 (1860), relatório de Mendes Afonso, de 22-4-1860; *idem*, 2ª Seção, 2ª Repartição, P2, ofício de 25-4-73. Ver ainda BO 792, de 8-12-1860, e BO 25, de 22-6-1872.
30. BO 817, de 1-6-1861.
31. BO 254, de 10-8-50; AHU, Angola, CG, P28, de 7-8-1861; Costa, 1875, p. 15-6.
32. Podem ser citadas como áreas de refúgio, nos séculos XVII e XVIII, Nsaka de Casanze, Musulu, Ndembu, Mbwila, Ndongo, Quissama e Cassanje, identificadas por Miller, 1988, e Heintze, 1995.
33. Ofício 124, de 21-11-1839, AHU, CG, P5 (1839).
34. Relatório de A. Silveira Pinto (1849), ofício 322, de 20-2-1850, CG, P16A (1850)
35. Ver o plano de assalto ao mutolo no relatório de Silveira Pinto (1850), ofício 564, de 30-5-1851, CG, P17 (1851).
36. Ofício 424, de 15-9-1850, CG, P16A (1850).
37. BO 254, de 10-8-1850.
38. AHU, Angola, CG, P27, relatório de 22-4-1860.
39. BO 785 e 792, de outubro e 8-12-1860.
40. BO 25, de 22-6-1872, e BO 26, de 29-6-1872.
41. Após a conclusão deste artigo, encontramos novos dados em Ferreira, 1996, p. 66-76. Segundo esse autor, a ameaça exercida pelo mutolo teria determinado a construção de uma linha defensiva em Luanda, para o controle mais eficaz dos escravos que saíam da cidade (p. 73-4).

42. Ofício do chefe do concelho de Novo Redondo de 26-11-1871 (Delgado, 1944, II, p. 633).
43. *Comércio de Angola*, 52, de 21-12-1893.
44. Daqui em diante retomamos o relato de Belo de Almeida, participante nas expedições contra a Sanga (1942, p. 19-33).
45. *Portugal em África*, abril 1894, nº 4, p. 143.
46. Autos de vassalagem dos sobas da ilha de Quió, em 31-8-1893; e BO 49, de 9-12-1893 e de outubro de 1893; e BO 47, de 25-11-93.
47. Relatório do governador de 12-9-63, AHU, CG, P32, ofício 216, de 3-10-63.
48. Rudolfo de Sousa, "Mossâmedes", BO, 7ª série, nº 6, 1881. Ver também relatório do governador de 24-7-1867, AHU, CG, P37, e ofício 32, de 23-1-78, CG, P48.
49. Ofício de 15-5-1878, CG, P48 (1878).
50. Clarence-Smith, 1979, p. 82-5, designa de "banditismo social" as ações de represália contra os colonos portugueses e bôeres por parte dos africanos espoliados de terras e gado a partir da década de 1860.
51. *Jornal de Mossâmedes*, de 20-7-1885.
52. Colaboração já assinalada por Clarence-Smith, 1985, p. 27.
53. Ver Clarence-Smith, 1985, p. 25, que faz referência aos salários em libras.
54. AHU, Angola, CG, P48, de 15-5-1878.
55. Ofício 429, de 6-12-1878, CG, P48; ver Almeida, 1880, p. 27-8, citado por Clarence-Smith, 1979, p. 57.
56. AHU, P45, novembro de 1875; *Jornal de Mossâmedes*, de 20-6-1882; e Wieder, 1892, p. 719, citados por Clarence-Smith, 1979, p. 86.
57. *Jornal de Mossâmedes*, 155, de 17-5-1890.
58. *Jornal de Mossâmedes*, 154, de 1-5-1890.
59. *Jornal de Mossâmedes*, 170, de 1-11-1891.
60. *Jornal de Mossâmedes*, 179, de 15-3-1892.
61. *Jornal de Mossâmedes*, de 1-6-87, e Wieder, 1892, p. 719, citados por Clarence-Smith, 1979, p. 86.
62. AHU, Angola, CG, P47, ofício 430, de 7-12-1877; P48, ofício de 15-5-1878.
63. Clarence-Smith, 1979, p. 87, que se refere a outro salteador, Mukakapira, que atuou no planalto do Lubango em 1885, conseguindo repelir várias forças que procuraram capturá-lo, embora, no início da década de 1890, tenha sido forçado a abandonar o seu refúgio e vagueado com o seu bando até

ser morto em 1897 (AHU, 1ª Repartição, P17, informação de 13-2-1897, incluída no ofício do governador geral de 20-4-1897, citado por Clarence-Smith, 1979, p. 87).

64. Como sucedeu na Ginga, no Quicombo, na Sanga (BO 3, de 16-1-64, e Delgado, 1944, I, p. 590-4, e II, p. 632-6) e em Moçâmedes (AHU, Angola, CG, P47, de 7-12-1877).

65. *Civilização da África Portuguesa*, nº 7, de 17-1-1867, e nº 71, de 17-6-68.

66. AHU, Angola, CG, P28, ofício 48, de 6-2-1861.

67. AHU, Angola, CG, P27, relatório de 22-4-1860; *idem*, CG, P26, ofício de 4-6-1860; P45, ofício de 24-12-1875.

68. AHU, 2ª Seção, 1ª Repartição, P11 (1891); em 1896, o soba Cambambi, do Selles, comprometeu-se a não consentir nas suas terras nem desertores nem serviçais fugidos (*Portugal em África*, 1896, p. 430).

69. *Civilização da África Portuguesa*, nº 71, de 17-6-1868, p. 281.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa

Angola — 2ª Seção — Correspondência de Governadores (CG), Pastas 5, 16A, 17, 26, 27, 28, 32, 33, 36, 37, 45, 47 e 48. 1ª Repartição — Diversos (1868-1888), P11 (1891) e P17 (1897). 2ª Repartição — Pasta 2 (1873-1879). Papéis do marquês de Sá da Bandeira, Cx. 827.

Arquivo Histórico de Angola (AHA), Luanda

Benguela — Governo de Benguela. Correspondência recebida (CR), 1847-1850, Códice 510/71-E; Avulsos (1856-1898), Cx. 5443; Serviços de Justiça (1863-1889), Cx. 5481.

Fontes impressas

Periódicos

BOLETIM OFICIAL DO GOVERNO GERAL DA PROVÍNCIA DE ANGOLA (BO), Luanda, 1846, 1850, 1852, 1855-1865, 1870, 1872, 1873 e 1893.

CIVILIZAÇÃO (A) DA ÁFRICA PORTUGUESA (CAP), Luanda, 1866-1869.

COMÉRCIO DE ANGOLA, Luanda, 1893.

JORNAL DE MOSSÂMEDES (JM), Mossâmedes, 1881, 1882, 1885, 1887 e 1890-1892.

PORTUGAL EM ÁFRICA (PA), Lisboa, 1894 e 1996.

Relatórios, memórias etc.

- ALMEIDA, Bello de (1942). *Operações militares na região da Sanga, do concelho de Novo Redondo, em 1893*. Lisboa, A.G.C.
- ANÔNIMO (1862). *Quarenta e cinco dias em Angola. Apontamentos de viagem*. Porto.
- BALSEMÃO, E. P. (1867). *Os escravos*. Luanda.
- CID, F. Paula (1894). *Relatório do governador do distrito de Benguela, 1892*. Lisboa.
- CORVO, J. A. (1875). *Estudos sobre as províncias ultramarinas*. Lisboa.
- COSTA, A. A. F. (1875). *Carta... sobre a questão do trabalho em África Ocidental*. Lisboa.
- DELGADO, R. (1944). *A sul do Cuanza, 1483-1942*. Lisboa.
- (1940). *A famosa e histórica Benguela*. Lisboa.
- FELNER, A. Albuquerque (1940). *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*. Lisboa, 2 vols.
- FRANCINA, M. A. Castro (1854-1858). *Viagem a Cazengo pelo Quanza (1847). Anais do Conselho Ultramarino*. 1ª série. Lisboa.
- LIMA, Lopes de (1844 e 1846). *Ensaio sobre estatística das possessões portuguesas*. Lisboa, vols. I e III.
- MENEZES, S. Calheiros e (1867). *Relatório do governador geral da província de Angola relativo ao ano de 1861*. Lisboa.
- MONTEIRO, J. J. (1875). *Angola and the river Congo*. London, 2 vols.
- PERY, G. (1875). *Geografia e estatística geral de Portugal e colónias*. Lisboa.
- PIRES, A. O. (1874). *Algumas reflexões sobre a questão do trabalho*. Lisboa.
- SOUSA, Rudolfo de (1881). "Mossâmedes". *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*. 7ª série, nº 6.

Bibliografia

- ALEXANDRE, V. (1979). *Origens do colonialismo português moderno*. Lisboa.
- ALMEIDA JR., João de (1933). *Álbum das colónias portuguesas*. Lisboa.
- CLARENCE-SMITH, G. (1979). *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola*. Cambridge.
- (1985). "Runaway slaves and social bandits in Southern Angola, 1878-1913". *Slavery and abolition*. Dec., p. 41-62.
- GOMES, Flávio S. (1995). *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- FERREIRA, Roquinaldo A. (1996). "Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola — 1830-1880". Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ.

- GOULART, J. A. (1972). *Da fuga ao suicídio*. Rio de Janeiro.
- HEINTZE, B. (1995). *Asilo ameaçado: oportunidades e conseqüências da fuga de escravos em Angola no século XVII*. Luanda.
- KNIGHT, F. W. (1994). "Black transfrontiersmen: the Caribbean Maroons". In: WEBER, D. and RAUSCH, J. (eds.). *Where cultures meet*. Delaware.
- LOVEJOY, P. (1983). *Transformations in slavery*. Cambridge.
- MIERS, S. and ROBERTS, R. — eds. (1980). *The end of slavery in Africa*. Madison.
- MILLER, J. (1976). *Kings and Kinsmen*. Oxford.
- (1977). "The Imbangala". In: MIERS, S. and KOPYTOFF, I. *Slavery in Africa*. Madison.
- (1988). *Way of death, 1730-1830*. London.
- NETO, M. C. (1989). "Kilombo, quilombos, ocilombo...". *Mensagem*. Luanda, Secretaria de Estado da Cultura.
- OLIVEIRA, M. A. Fernandes de (1965). *Aspectos sociais de Luanda inferidos dos anúncios*. Coimbra.
- PRICE, R. (1979). *Maroon societies: rebel slaves communities in the Americas*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- REIS, J. J. — org. (1988). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo.
- REIS, J. J. e SILVA, E. (1989). *Negociação e conflito*. São Paulo.
- RUSSELL-WOOD, A. J. (1994). "The African background to the history of Portuguese America". *Anais do Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa, 1995, p. 109-24.
- SCHWARTZ, S. (1987). "Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial". *Estudos Econômicos*. São Paulo, vol. 17.

SUMMARY

"Quilombos" (slave settlements) in XIX century Angola

The communities of run-away slaves have been the object of increasing interest on the part of social researchers on the American continent, and fundamental works in that area have been produced since the Eighties. The discovery of similar occurrences in the documentation on Angola led to research on slavery in the colony, especially during the second half of the XIX century. In that period escape by slaves become intensified, giving rise to the formation and per-

manence of the *quilombos* (escaped slave settlements) as phenomena of the colonial frontier.

This study contains identification and analysis of three *quilombos*, while at the same time enunciating a broad problem situation arising from not only their development and insertion in the pre-colonial reality, but also from the relationships established by the *quilombos* with the envolving colonial society.

RÉSUMÉ

Marronage en Angola au XIX^e siècle

Les communautés d'esclaves enfuis sont l'objet d'un intérêt grandissant de la part des chercheurs en sciences sociales dans le continent américain. Depuis les années quatre-vingt, des ouvrages fondamentaux ont été produits dans ce terrain de recherche. La découverte de phénomènes similaires dans la documentation concernant l'Angola a été le fil conducteur d'une recherche sur l'esclavage dans la colonie, particulièrement tout au long de la seconde moitié du XIX^e siècle. Dans cette période, les

évasions d'esclaves se sont intensifié, donnant origine à la formation et à l'organisation permanente des communautés de marrons, de véritables phénomènes de la frontière coloniale.

Ce travail a repéré et analysé trois communautés de marrons. Il énonce une large problématique découlant non seulement de leurs structuration et insertion dans la réalité pré-coloniale, mais aussi des relations établies par ces communautés de marrons avec la société coloniale environnante.

Em busca de Kábàsà: uma tentativa de explicação da estrutura político-administrativa do "Reino de Ndòngò"*

Virgílio Coelho**

Recebido para publicação em novembro de 1997.

***Antropólogo, secretário do Pelouro de Pesquisas e Conferências da Associação de Antropólogos e Sociólogos de Angola (AASA).*

O autor discute a formação do "Reino do Ndòngò" a partir de relatos de cronistas e relatos de história oral. Estuda-se o surgimento do "Reino do Ndòngò" desde fins do século XIII e início do século XIV, quando unidades políticas dispersas se uniram num processo pacífico que teve como marco a emergência do primeiro Ngólà à Músùdi. Esse primeiro soberano saíra da linhagem Sãmbá e usara o conhecimento da confecção do ferro para auferir poder político. Tal processo de unificação se desdobrou na região da Mátãmba, onde num tempo diferente se iniciaria a dispersão de linhagens provocada pela inexistência de espaços para a prática da agricultura.

Palavra-chave: Angola pré-colonial; Reino de Ndongo; etnonímia e toponímia em Angola.

A história do "Reino de Ndòngò",¹ do povo *ndòngò* ou outros etnônimos pelos quais essas populações viriam a ser modernamente conhecidas,² constitui, quanto a mim, um desafio à imaginação e ao talento dos historiadores nacionais, e até estrangeiros, que se dedicam ao estudo da história de Angola. Desafio porque, contrariamente ao Reino do Congo, sobre o qual os estudos abundam, durante muito tempo e até recentemente a história do "Reino de Ndòngò" passou praticamente despercebida nos manuais da história de nosso país e, conseqüentemente, da do continente africano.³ Isso não obstante os especialistas constatarem hoje a existência de uma **súmula grande de documentos manuscritos** — uns publicados, outros reclamando sua vez — que datam pelo menos do século XVI ao século XIX.

A minha comunicação para o seminário denominado Encontro de Povos e Culturas em Angola visou, justamente, introduzir para o debate aquilo que considero ser importante para a história geral de Angola e, conseqüentemente, para os angolanos. Ou seja, questões que se referem à aproximação dos conhecimentos esparsos existentes sobre o "Reino de Ndòngò" e que nos são fornecidos por essas fontes, sejam elas de origem portuguesa, italiana ou espanhola. Além disso, visou mostrar em que medida as fontes orais — mais concretamente, os documentos produzidos no contexto da oralidade e recolhidos no presente — poderão inferir ou ajudar a compreender as informações que foram legadas por tais documentos antigos ou, então, anulá-las, porque incorretamente transmitidas por quem as recolheu e verteu para o papel, na época em que os acontecimentos ou os fatos foram produzidos.

Porque não nos parece ser possível, num encontro como este, analisar com a objetividade necessária a história global do "Rei-

no de Ndòngò", aproveitei esta ocasião para abordar uma questão que me parece ser extremamente importante para o historiador e que até aqui ainda não foi estudada por nenhum dos especialistas da história de Angola.

Essa questão consiste em esclarecer, através dos materiais e da visão do antropólogo, alguns mal-entendidos que se verificam em torno do termo Kábàsà (geralmente grafado, nas fontes, "Cabaça", "Cabassa" ou ainda "Cabasso", sempre em Cavazzi de Montecúccolo), etnônimo e/ou topônimo que aparece em alguns documentos manuscritos produzidos pelos missionários jesuítas durante o século XVI, para designar, além de nomes de alguns dos chefes políticos locais, principalmente o nome da capital e da corte do "Reino de Ndòngò".

Tentarei mostrar que os equívocos verificados em torno do termo Kábàsà, enquanto palavra que pretende designar a cidade "capital" e a "corte do reino", onde habitava o soberano *múndòngò* e, por isso, lugar aonde os primeiros conquistadores portugueses desejavam chegar,⁴ pouco ou nada ajudam na compreensão positiva e no alcance do verdadeiro sentido que essa palavra (e outra que lhe está sempre associada, Kákùlù) tem no contexto e no sistema geral da organização do mundo dessas populações.

Os fatos narrados em alguns documentos antigos mostram não só, e com certa evidência, um desconhecimento quase absoluto sobre o modo de funcionamento do sistema econômico, social e político do "Estado Ndòngò", mas também e sobretudo de sua organização estrutural. Por isso, achei prudente fazer recurso a alguns dados da tradição oral, para situar a questão da formação das estruturas sócio-históricas que antecederam o "Estado" propriamente dito.

Migrações, fundação e consolidação do "Estado Ndòngò"

Os espaços e as fronteiras: os "ndòngò" e os "outros"

É sabido que as fronteiras de um país ou Estado são geralmente demarcadas por elementos que são afeitos à natureza (rios, lagos ou lagoas, montanhas, florestas etc.). Mas há casos em que as marcas dessas fronteiras se estabelecem pela produção de discursos elaborados por outros povos que vivem em espaços limítrofes ou contíguos ao território em questão, ou então pela produção da informação por outros povos vindos do exterior, como é, para o caso em questão, dos conquistadores portugueses.

No vocabulário produzido pelos *túmùndòngò* há pelo menos uma palavra que inicialmente serviu para designar a unidade dos distintos grupos de imigrantes que se viriam fixar na região da Mátambà e que mais tarde formaram as primeiras linhagens fundadoras, sob o mando do Ngòlà à Músudi, do "Reino de Ndòngò". Essa palavra é o designativo *tumbà*, *tumbú* ou *dítumbù* (plural: *má-tumbù*), que significa, justamente, "parente, conhecido, aderente". O seu verdadeiro significado pode ser apreendido a partir do nome composto *Kímànàwèzè* (ou *Kímàlà-wèzù*) *kyà Tumbà à Ndàlà*, que, tal como já explicamos num outro artigo, significa "dignatário que une os seus parentes, os conhecidos e os aderentes" e, ainda, "amigo do amigo", e constitui assim o princípio da unidade linhageira e, sobretudo, um "modelo de conduta" e um "modelo cultural".

Mas, se nessa primeira fase essa palavra representou essa função unitária, é preciso ver que seu significado se ampliaria para passar a compreender "aqueles que não são como nós e que não vivem no nosso seio" e, por extensão, "os outros". A extensão de seu

significado serviu também para designar "aqueles que vivem no mato", "aqueles que vivem nas terras do interior" e, por exclusão, "aqueles que não comungam as nossas idéias e não têm os mesmos hábitos que nós". É bem possível que esse designativo tenha contribuído para marcar a diferença em relação às novas linhagens ou formações políticas que foram paulatinamente surgindo quando a cisão dos grupos se acelerou, já que era essa a designação geral para os outros povos que se diferenciariam das primeiras linhagens no advento da criação do "Estado Ndòngò".⁵

Em fins do século XV ou em princípios do século seguinte, era dado como certo que o "Reino de Ndòngò" constituía uma unidade política independente dirigida por um soberano que ostentava o título de *ngòlà*. Suas fronteiras assentavam basicamente no ambiente natural, que era marcado pelo Rio Ndàndè ou Ndànji, ao norte, e pela vasta região da Kísàmà, do Lúbòlò e do Hàkù, com prolongamento até praticamente o Rio Kùvù ou Kèvè, ao sul e sudoeste. Relativamente à fronteira leste, os documentos da época se mostram, por essa ocasião, umas vezes lacônicos, outras vezes contraditórios, já que apontam tanto topônimos regionais como povos fronteiriços aos *múndòngò*, mas não apontam ainda o Rio Kwàngù; para o oeste, era dado como certo que a demarcação alcançava o Oceano Atlântico, chamado por essas populações de *Kálungà*.

Com efeito, os soberanos, intitulados *ngòlà*, até antes da chegada dos portugueses ao "país Ndòngò", teriam dominado já todo o vasto espaço territorial desde a Mátambà até o mar, existindo, como veremos adiante, vasta toponímia ou dados da natureza que atestam esse fato. A esse respeito, *A história da residência dos padres da Companhia de Jesus em Angola e coisas tocantes ao reino, e conquista*⁶ é bastante clara e concludente. Ela anota que, por volta de 1560, reinava no

Ndòngò um soberano que tinha por título Ngólà à Mbàmbi: “hera já morto o Angola Inene e reinava seu filho por nome Dambe Angola”.

Autores contemporâneos fazendo alusão à década de 1560 e ao ano de 1575 (ou 1578), baseados possivelmente em documentos manuscritos antigos, referem-se a escaramuças entre distintas linhagens em lutas hegemônicas para a obtenção do poder. Tais autores afirmam, especificamente, que o chefe de uma dessas linhagens seria justamente o detentor de um dos “títulos perpétuos” mais aguerridos e hegemônicos: *Kilwànji kyà Sàmbà*. Os detentores desse título terão dirigido já o país em épocas remotas da fundação, da expansão e da consolidação do Estado e terão perdido, possivelmente, em algum momento essa hegemonia.

Segundo pensamos, o que relatam tais fontes parece ser uma tentativa de reaver o poder para o controle dessa dinastia e é muito bem provável que o tenham conseguido. De fato, a memória coletiva — nomeadamente a das populações que desde um passado bem remoto vivem a jusante do Rio Kwànzà, a partir de Mpúngù à Ndòngò até a foz desse rio e pelo espaço territorial situado ao norte, até os Rios Mbèngù (ou Nzènzà) e Ndàndè (ou Ndànji), e ao sul até para além do Rio Lòngà — fixou unicamente as ações e feitos dos titulares dessa dinastia, contrariamente à dos titulares de Ngólà à Kilwànji, que ignoram redondamente e que, de acordo com o historiador Joseph Miller, terão reinado na região do médio Lúkàlà.⁷

No entanto, é necessário dizer aqui que muitas das afirmações e asserções dos primeiros observadores portugueses e italianos, sobretudo, não contribuem positivamente para aclarar este ou aquele fato, este ou aquele ponto sensível e obscuro da história desse reino e, de modo geral, dos povos contactados. Vamos nos referir, a título de

exemplo, à região de Luanda, já que nos parece ser aquela cujos apontamentos legados pelos primeiros observadores constituem uma autêntica incerteza das opiniões e informações. Há grande tendência para considerar a Ilha de Luanda como pertencente ao rei do Congo e não do *ngólà*, apontando-se, para isso, que é por ser aí onde esse rei se abastecia dos búzios,⁸ moluscos que serviam de moeda, logo, de meio de transação no espaço Congo.

É interessante notar, em primeiro lugar, que o *múndòngò* jamais se interessou por esses búzios, senão como produto alimentar. Também, apesar da profusão de informação que vai no sentido negativo de situar a Ilha de Luanda como pertencente ao rei do Congo, não há praticamente informação que nos leve a compreender como é que tais fatos ocorreram, nem muito menos como é que essa moeda era levada para o Congo, nem finalmente como aí se processava a redistribuição do produto, a transação e a utilização pelos congolezes desse tão importante meio econômico. Isso se se tiver em conta que, tal como deixam configurar essas mesmas fontes, parece ser o rei do Congo o dono e senhor de tais búzios.

Na primeira fase de contato que os portugueses estabeleceram com o Ndòngò, parece ter havido uma tendência para equiparar ou para desvirtuar a informação em função do Reino do Congo, onde estes estiveram pela primeira vez. Tendo conhecido e vivido no Reino do Congo e na Mbànzà real, a tendência geral dos portugueses foi a de tudo ver em função desse país, como se se tratassem de continuidade territorial e até de línguas e culturas idênticas. Daí surgirem, nos textos que fazem referência ao sul do Rio Ndàndè ou Ndànji, os “Mani qualquer coisa” (Mani Corimba, Mani Bengo, Mani Calumbo, Mani Gango etc.), um título de chefia que é e era desconhecido das populações que habitavam

ao sul do Congo. A explicação coerente dos títulos de soberania dos povos que viviam ao sul desse rio nos afastaria do marco fundamental deste trabalho.

Cadornega, que viveu em Angola durante a segunda metade do século XVII, e que nos parece ser, apesar de tudo, um dos observadores mais informados, é claro e bastante peremptório quando, ao se referir às fronteiras do “Reino de Ndòngò”, observou:

Os limites e demarcaçoens deste Reino de Angola he muito estendido e dilatado, porque conforme noticia começa na Ilha frente ao porto e cidade de São Paulo de Loanda em que o testifica ser assim humas arvores que nella ainda hoje se vem chamadas ensandeiras, em que fallão e apontão os roteiros dos mareantes, como balizas e sinais por onde dão aos que navegão o conhecimento deste porto costa e terra, estas taes arvores que são muito duraveis em sua pranta, e nascem por sy de suas estacas e sementes; achase por tradição forão mandadas prantar pellos Reis antigos de Angola como sinais certos dos limites do seu Reino e sua demarcação (...).⁹

A fundação do “Reino de Ndòngò”

Mas, se em princípios do século XVI se pode falar da existência de uma certa unidade do “Estado Ndòngò” à volta de um único soberano — o *ngòlà* —, na verdade, isso nem sempre se passou assim. Sabe-se que os *ndòngò* seriam originários do nordeste, de onde emigraram num período que no momento se torna impossível datar. Eles teriam efetuado um percurso leste-oeste e teriam chegado ao Rio Kwàngù e o teriam transposto na localidade denominada Kázàngà nà Lùndà, numa vasta região conhecida por Mátambà, situada entre os Rios Kávàli, Kàmbù,

Wàmbà, Lúhàndà e Lúwiyi, onde se teriam fixado. Pode-se dizer, com relativa certeza, que os povos que emigraram para essas paragens não estavam unidos e a fixação à terra pelas distintas famílias que aqui chegaram foi feita de forma independente umas das outras. A unidade desses povos é explicada por alguns observadores que em distintos contextos e épocas a ela se referiram.

Cavazzi, missionário capuchinho de origem italiana que viveu nessa região, igualmente na segunda metade do século XVII, em sua notável obra *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, a propósito da origem e fundação do “Estado Ndòngò”, escreveu o seguinte:

A origem destes reis deve ser deduzida dos vislumbres das tradições orais, que com o decorrer do tempo são sempre mais ou menos alteradas. Estas tradições relatam que antigamente todo o território do Dongo estava dividido entre numerosos régulos [pelo que], dizem os naturais [o seu primeiro rei], foi um tal Ngola-Musuri, o que quer dizer “rei serralheiro”, a quem um ídolo tinha ensinado a arte fabril. Pode ser que esse homem, mais perspicaz que os outros, achasse a maneira de preparar o ferro, para fazer machados, machadinhos, facas e setas, coisas que ajudaram os Pretos na caça e na guerra e foram para o artista uma fonte de riquezas. Como usava delas com sagacidade e socorria a todos nas necessidades públicas, ganhou o amor e o aplauso dos povos, de tal maneira que, por conhecerem nele grande capacidade e tino singular, muitos régulos o proclamaram chefe do país, que se chamava “Ndongo”, e lhe deram o título de ngola, ou “rei”. Portanto, todo aquele território, sem deixar a primeira denominação, foi chama-

do também "reino de Ngola" ou "de Angola". (Cavazzi, 1965, I, p. 253.)

Um outro observador, anônimo, que antecedeu Cavazzi em aproximadamente um século, anotou entre 1582 e 1583, sobre isso, o seguinte:

Esse reino de Angola começou no bisauô do que agora reina, porque antes todo era de Senhores particulares, que não reconheciam ninguém sobre si. E como ysentos e liures de toda [a] sujeição, defendiam suas terras e faziam guerra a quem os agrauava. E acrescentavam seus limites à força de armas, como fez o primeiro Rey, que sendo senhor particular como cada um deles, os sujeitou a todos, mas [de] tal maneira que ficaram senhores das terras que antes possuíam, pagando seus tributos. (Brásio, 1953, vol. III, doc. 54, p. 227.)

Por sua vez, Cadornega também ouviu histórias sobre os ngôlà e a eles fez referência em sua obra *História geral das guerras angolanas*, tendo anotado o seguinte:

Este rey de Angola chamado pello antigo Ngola aquiluamgi, dizem algumas antigualhas ou negros noticiosos procedera de hum ferreiro que este gentio chama na sua lingua gangollas, e he couza que se não pode muito duvidar porque entre este gentio he officio muito estimado, e com elle se adquire muitos escravos, e fazenda, por ser mais necessario para as suas lavouras, fazendo enchadas, a que elles na sua lingua chamão temos, (...) fazem tambem podas, que lhes servem para as roças dos matos, e fources roçadouras para alimpar os Zumgais e ervagem que nascem nas terras alagadiças do que uzão muito para semear tabaco, a que chamão macaia e mais prantas das couzas destas terra, de que se sustentão

os que são dados as lavouras, que outros não tratão disso mais que viverem nos matos, como bestas feras, sustentandose da Caça e Sevandijas delle, fazem tambem facas e machadinhas, frexas, azagaiaes e pontaletes, que servem de suas armas e defesa, com o que adquire muito por este officio e pella razão de haver tido o Rey semelhante officio, e tambem deste gentio tido em boa opinião pello lucro que adquirem com elle, imitando este gentio a mafoma que dizem algumas histórias tivera officio baixo sendo arrieiro, andando com suas requas; e este Rey de Angola procedendo de hum ferreiro fica um grão mais sublime, que muitos Senhores e Cavalleiros apprendem officios semelhantes suppondo o que lhe virá a succeder com o qual occultem a sua fidalguia e nobreza. (Cadornega, 1940, vol. I, p. 25-6.)

Esses fatos, juntamente com outros que estamos de posse, permite-nos fazer as ilações seguintes: o Ndòngò, que nos seus primórdios se tornou uma unidade política mais vasta, com o aparecimento na cena política do primeiro Ngôlà à Músudi ou "rei-ferreiro", um cidadão oriundo da linhagem dos Sâmbâ, foi fundado, possivelmente, em fins do século XIII ou inícios do século XIV,¹⁰ a partir da união pacífica de unidades políticas menores; os acontecimentos tendentes à unidade territorial e política teriam tido lugar na região que apontei antes, conhecida por Mátâmbâ. Essa região constitui, de fato, não apenas o marco da união política, mas também o ponto de partida para a "dispersão" dos povos aqui instalados, quando o espaço de cultivo necessário à sedentarização e à socialização das distintas linhagens se mostrou diminuto para a permanência de todos. Nesses casos, a cisão foi impossível de controlar.

Mas seria interessante perceber, antes de mais nada, em que contexto essas populações dispersas teriam tomado contato com o território inicialmente povoado. Para fazê-lo, faremos recurso a um texto oral a que chamarei de “mito de origem”, que foi recolhido em fins do século XIX pelo missionário Héli Chatelain.

Esse texto nos informa, em linhas gerais, que um personagem de nome composto Kí-màlàwèzù kyà Túbà à Ndàlà foi o primeiro povoador das terras que se situam entre os Rios Wàmbà e Lúkàlà. Esse personagem, com o poder de “Deus sobre a terra” (Màwèzè ou Nàwèzè), detentor do título *Túbà à Ndàlà*, e que tinha por função estabelecer as relações de amizade e de convivência entre os homens (os primeiros humanos povoadores e ocupadores da terra) e os “gênios” ou “deuses” tutelares da natureza, visando contribuir e garantir a harmonia e a sobrevivência de ambos os mundos, é um sacerdote (Kílàmbà, plural: Ílàmbà) com esses dons especiais. O povo, comandado por esse soberano do mundo primordial, era também conhecido por Ílàmbà, bem como assim todo o território por ele “domesticado” e controlado.¹¹ Curiosamente, Cavazzi se refere a Ílàmbà como sendo unicamente uma “Província” do “Reino de Ndòngò”, o que mostra bem, apesar da importância da sua obra, as dificuldades encontradas para apreender a globalidade dos conhecimentos, dos símbolos e dos fenômenos africanos.

A tradição reporta-nos que as populações ílàmbà são também originárias do noroeste. Aliás, abona a favor dessa tese a informação, dada igualmente por Cavazzi sobre os limites da “Província da Ílàmbà”, que, *grosso modo*, situava-se desde o Oceano Atlântico, ao norte do Rio Kwànzà, até a região do alto Lúkàlà, justamente no espaço ecológico de onde emergiu a *ideo-logia* do poder dos *ngò-là*.¹² Confrontando alguns dados que nos são

legados por diversos autores e fontes antigas e cruzando-os com outras informações que nos chegam de outros povos, nomeadamente dos *pèndè*, dos *lùndà*, dos *cókwè* e dos *lùbà*, encontramos os termos *máwèzè* ou *náwèzè*, para designar, entre os *pèndè*, o “primogênito” ou “antepassado do mundo primordial” e, entre os restantes povos, o “Deus supremo”. Entre os *ílàmbà*, Kímàlàwèzù ou Kímànàwèzè desempenhava uma função muito específica: a de portador de cultura e de civilização, como mostramos já num outro estudo (Coelho, 1988, p. 99-139, e 1991, p. 4-5; Haveaux, 1954, p. 48, para quem “*Maweza, muna mukulu*”, isto é, *Maweza premier né* — primogênito; Struyf, 1948, p. 381). Ademais, como já dissemos antes, esse personagem mítico, na primeira fase dessa vida convival com o homem, terá desempenhado a função de “Deus sobre a terra”, uma espécie de entidade reguladora do mundo dos começos (do mundo primordial), até que o homem cometa uma falta grave, quebre essa harmonia primordial, instaure a desordem e Deus abandone definitivamente a vida terrena e se “acomode” no céu (no alto: *bùlù*).

Esse conjunto de dados constitui a base de uma primeira fixação, ainda que dispersa, dos povos dessa área. Joseph Miller, em seu estudo *Kings and Kinsmen*, reporta-se a tradições tão antigas quanto as nossas e mostra que um outro povoamento civilizacional teria ocorrido igualmente nesse espaço ecológico (Miller, 1976, p. 55-8; Birmingham, 1992, p. 22-51). Esse autor se refere justamente aos *bápèndè*, populações que, tanto quanto sabemos, teriam imigrado de oeste para o leste, isto é, do mar para as altas terras do interior, nos séculos XVI e XVII (Haveaux, 1954; Struyf, 1931, p. 667-70). São dados que não devemos descurar, quando nada porque tanto a organização política como a sociorreligiosa e econômica parecem

assemelhar-se à dos *ilàmbà*. Por isso, acreditamos que tanto os *ilàmbà* como os *bápèndè* poderão ter convivido nesse vasto território e, com outros povos, deverão certamente ter trocado informações sobre o meio e tecnologias. Destaco, sobretudo, o fato de ambos os povos terem utilizado essa forma de poder inato de contatar com os "gênios da natureza" que habitam os lugares úmidos: as lagoas, os rios e até o mar. É possível que o termo *málungà*, que segundo Miller designa um tipo de "gênio" das águas, tenha sido do conhecimento dos *ilàmbà*. Estes designavam os "gênios" das águas (lagoas, rios, charcos e cacimbas) por *ítùtà* (singular: *kítùtà*) e os do mar, *yàndà* (singular: *kyàndà*). O que é certamente provável é que esses dois povos não se ignoraram (Coelho, 1987, p. 159-75, e 1988, p. 99-139).

Conquista e consolidação do poder: os símbolos da unidade territorial

As fases seguintes, tendentes ao alargamento do território e à posse da terra, parecem ter sido efetuadas por conquista, a acreditar nas fontes antigas mais importantes, nomeadamente a do observador Cavazzi de Montecúcolo. Segundo esses dados, esses movimentos estariam fundamentados nos avanços tecnológicos baseados no poder e na força das armas produzidas em ferro. Contudo, Joseph Miller não corrobora da opinião desses observadores antigos, já que, segundo esse experimentado historiador, "a predominância dos fundadores reis-ferreiros, nas tradições orais dos estudos por toda a África, torna altamente suspeita a imagem de conquistadores brandindo o ferro, que criam estados em virtude da superioridade do armamento e de sua técnica" (Miller, 1976, p. 74).

Os acontecimentos podem efetivamente não se ter passado tal qual relatam os nossos observadores do passado. Mas opino que, presumivelmente, o avanço tecnológico que constituiu o uso das armas de ferro por algumas das linhagens poderá eventualmente ter contribuído para o domínio de seus detentores (no início, provavelmente uma única linhagem e, posteriormente, uma coligação de linhagens) sobre as demais e tenha, desse modo, se tornado preponderante e com isso contribuído para usurpar e assumir o poder.

Aparentemente, esse ponto de vista encontra certa anuência inclusive em J. Miller, apesar de sua postura crítica e do alcance de suas propostas metodológicas. Com efeito, em determinado momento, na tentativa de explicar a expansão da dinastia *Ngólà à Kfl-wànji*, escreve:

No início do século XVII, todas essas posições [a-keta] se tinham tornado representantes locais dos reis ngola, incluindo a mais poderosa dentre elas, os detentores do título ngoleme a keta na região Ilamba, a oeste do Rio Lúkàlà. Os keta originais tinham provavelmente baseado o seu estado no controle dos depósitos de minério de ferro localizados nas montanhas ali existentes. Esses reis keta nunca chegaram, aparentemente, a desenvolver plenamente o potencial das minas, talvez porque a sua limitada tecnologia metalúrgica os impedia de fazer uma utilização militar do minério tão efetiva como fizeram os Samba sob o domínio do Ngola a Kiluanje. A sua falta de habilidade para fabricar armas tê-los-á deixado vulneráveis perante os forasteiros, mais bem armados. (Miller, 1976, p. 80.)

Assim, é muito provável que tanto o brandir das armas como as iniciativas pacíficas

baseadas nas estratégias internas entre as distintas linhagens, cujos novos símbolos atraíam novos integrantes com mais facilidade e as quais davam maiores vantagens a seus detentores, tenham contribuído para estabelecer, em definitivo, o alargamento e o domínio de novas parcelas territoriais. Diferentemente de outros símbolos e emblemas, o símbolo ferrealítico *ngòlà*, pela facilidade de ser transportado de um lugar para outro, constituía grande vantagem sobre os anteriores, enquanto a permanência e a união dos grupos de parentesco e sua ligação com os antepassados *múndòngò* passaram a ser asseguradas pela árvore *múlèmbà*, que, doravante, passou a ser plantada no centro de cada nova aglomeração.

Dados evidenciados da tradição oral nos permite sugerir que foi na região do Rio Lúkàlà onde reinou sobretudo a dinastia Ngólà à Kíwànji que o "Estado Ndòngò" se consolidou. Isso ocorreu através da introdução, desde os seus primórdios, não apenas dos símbolos reais *ngòlà* e *múlèmbà*, mas também e principalmente da apropriação de outros emblemas e símbolos do poder e do estabelecimento de novas alianças institucionais e políticas que viriam a ser introduzidas e associadas à estrutura social subsequente: os *jísòbà* (singular: *sòbà*), ou "os senhores das armas", e os sacerdotes *ilàmbà* (singular: *kílàmbà*), ou "os senhores da terra", a partir das novas estratégias acertadas entre os grupos em presença.

No entanto, é necessário precisar que a fase de consolidação do poder sobre a globalidade do território é anterior e parece ter sido realizada por um detentor do "título perpétuo" Kíwànji kyà Sàmbà. De modo geral, a tradição que nos foi narrada através de um *dílùndà* (plural: *málùndà*) parece querer mostrar uma carta com os contornos definitivos do território. Esse texto oral esclarece-nos o seguinte:

No território onde nós hoje vivemos, o primeiro a chegar foi Ngólà. O seu pai tinha além de si mais três filhos: Kálùngà, Cíngùli e Kùngà. Todos juntos viajaram até encontrarem o Rio Kásàyì, numa floresta em que abundavam árvores do tipo múlèmbà. Graças ao poder sobrenatural de que eram portadores, o atravessaram transportando consigo as raízes dessa árvore perene. Uma vez transposto o rio, encontraram todo o território ocupado por populações de baixa estatura, magros e esbeltos, apresentando uma cabeça maior que o corpo, de cor ligeiramente semelhante às suas: designaram-nos Túpèndè.¹³

Os *túpèndè* povoavam todo o espaço entre os Rios Kásàyì e Kwàngù e também a oeste até o Oceano Atlântico. Eram populações muito aguerridas e ferozes que logo começaram a combater os imigrantes recém-chegados. Kùngà constatou que todo o povo reunido constituiria presa fácil para os ferozes *túpèndè* e por isso propôs ao *ngòlà* a divisão destes em dois grupos. Essa estratégia levou a que Kùngà e Cíngùli tomassem a direção do leste e a que o *ngòlà* viajasse em direção a oeste, onde veio a atingir umas ilhas junto ao Oceano Atlântico, ilhas essas que, em lembrança às que existiam no seu país de origem, chamou de Mázàngà nà Lùndà.¹⁴ Ao longo do trajeto, o *ngòlà* combateu sempre os *túpèndè* até chegar a essas paragens, tendo aniquilado uns, feito prisioneiros e escravos outros, obrigando-os a fugir ou a fazer as pazes para viverem em conjunto. O *mwíji yà ngòlà* ou *kátètè kà ngòlà* que acompanhou o *ngòlà* era constituído pelos seguintes senhores:

1. Ngúlùngù wà Ngùlù;
2. Mpángalà ou Mpámbalà;
3. Mpúngù à Ndòngò;

4. Kálàndùlà kà Ngòlà (ou Kálàndùlà kà Kásòngè);
5. Kázàngà nà Lùndà;
6. Kálùngà kà Ngòmbè;
7. Kátètè kà Ngòlà.

São esses chefes das linhagens mais preponderantes que passaram a governar o país.¹⁵

Não vamos analisar aqui esse texto fantástico, que nos foi narrado por um dos guardiães da história oral dos *múndòngò*. Diremos apenas que o fim desse texto parece ser o de fixar as balizas territoriais ou fronteiras do “Estado Ndòngò” e constitui, por isso, a nosso ver, um “mito de dispersão” das estruturas do poder e de mando por todo o território e “país Ndòngò”. Direi, ademais, que os personagens fundamentais apontados pela narrativa mitológica não se apresentam com a forma humana. Representam símbolos ou marcas da própria natureza ou insígnias do poder. Como vimos antes, convém lembrar que estamos perante populações que no âmbito de sua estrutura social têm especialistas com funções específicas para entrar em contato com os “gênios da natureza”. Vejamos, sucintamente, o que representam na natureza tais personagens:

Ngúlùngù wà Ngùlù

Representação simbólica de dois animais: veado e porco. São animais proibidos (*kjilà*, plural: *ijilà*) na alimentação. Esse *mwiji* está situado na região que hoje é conhecida por Golungo-Alto. Utilizam ainda hoje a velha divisa: “*Múkwà ngúlùngù wángulù; wákàmbè ò ngùlù, mùtú wámùkùlùlù.*”

Mpángàlà ou Mpámبالà

Representação simbólica de um “gênio da natureza” que dá por esse nome e que pode ainda hoje ser encontrado na região que fica nas imediações de Calumbo (Mbànzà à Kálumbù), próximo do Rio Kwànzà. Trata-se de uma “divindade” que ainda hoje é

invocada durante os cultos anuais de fertilidade e de fecundidade da terra.

Mpùngù à Ndòngò

Trata-se da representação natural, metamorfoseada, do lugar que dá por esse nome. Nessa região, encontrava-se uma das cidades reais, Mbànzà à Ndòngò, e nela o oráculo dos deuses, o sacerdote real etc. (Cavazzi de Montecúcolo, 1965, II, p. 220; Haveaux, 1954, p. 11).

Kálàndùlà kà Ngòlà (ou Kálàndùlà kà Kásòngè)

Representação simbólica da queda de água dessa região, algures em Malanje, onde se acha o *mwiji* com esse nome.

Mázàngà nà Lúndà

Metamorfose das ilhas situadas na região lagunar ao sul de Luanda.

Kálùngà kà Ngómbè

Divindade do mundo das trevas. Metamorfose do mar, designação das fronteiras do oeste, isto é, do Oceano Atlântico.

Kátètè kà Ngòlà

Representação simbólica e ecológica dessa região, situada algures em Catete, onde se acha o *mwiji* com esse nome. Aliás, a palavra *kátètè* é justamente sinônimo de *mwiji*.

Quando os portugueses chegaram pela primeira vez ao “país Ndòngò” (Paulo Dias de Novais chegou à barra do Kwànzà em maio de 1560), com o fim de contatar o *ngòlà*, seu soberano, esse processo migratório que acabamos de mostrar tinha já terminado, ao que nos parece, há muitos séculos, com a chegada do Ngòlà à Kílwanji kyà Sàmà ao mar. O processo de fixação à terra e de consolidação étnica e cultural estava já em franco progresso, se acreditarmos nas principais fontes manuscritas deixadas pelos primeiros missionários a entrarem em contato com o “Reino de Ndòngò”.¹⁶

Idéias gerais sobre a organização do mundo

Esse processo antecedeu, por isso, a chegada dos conquistadores portugueses, como tão bem o mostram as fontes em questão. Entretanto, quando anteriormente fizemos referência à segunda fase da apropriação dos espaços e nos referimos ao modelo estrutural posto em evidência pela associação que viria a ocorrer, deveríamos, em nosso entender, explicar sucintamente como tudo se passou para compreender a globalidade dos fenômenos. Mas, como não estávamos ainda na posse de todos os dados para mostrar o modelo de funcionamento do novo sistema que ali estava sendo construído e que viria a se alargar paulatinamente até chegar ao mar, seria importante tentar a análise naquele ponto em que havíamos chegado.

É preciso ter em conta que esses povos moldaram sua organização básica em função da terra e de maneira dual. Para os *múndòngò*, o mundo estava organicamente dividido em duas partes iguais, idênticas como em dois corpos gemelares, que, basicamente, designam os nomes que são atribuídos aos gêmeos, isto é, *Kákùlù* e *Kábàsà*. Para estes, a terra está dividida pela terra propriamente dita (inclui o céu), por um lado, e pelo mar, por outro lado. Vejamos:

Kábàsà

Mundo dos seres vivos, do homem, de todos aqueles que falam a língua *kimbùndù*: “*túzwèlè mù kábàsà kwètù*”, isto é, “falemos a nossa língua”, dizem.

Kákùlù

Mundo dos mortos, dos antepassados, mundo do criador de tudo quanto possuímos hoje ou de quem herdamos e que é preciso reverenciar sempre que possível (e necessário); mundo dos começos, mundo do além, da negrura, da imensidão, mar, Oceano Atlântico, *Kálùngà*.

Temos assim, em linhas gerais, o esquema seguinte:

<i>Kákùlù</i>	<i>Kábàsà</i>
Mar (Oceano Atlântico)	Terra (inclui a terra propriamente dita e o espaço visível pelo homem que constitui o céu)
<i>Kálùngà</i> ou <i>ixì yà Kálùngà</i> = mundo dos mortos	<i>Ngòngò</i> ou <i>Kúlù nì díwùlù</i> = mundo dos vivos
<i>Íxì yà Álúngàngòmbè</i> = espaço territorial dos antepassados	<i>Íxì yà Ndòngò</i> = país dos <i>ndòngò</i> , espaço territorial dos vivos

Uma vez explicados de modo geral os fundamentos antigos da organização territorial e estrutural do “Reino de *Ndòngò*” e tendo mostrado igualmente os fundamentos da carta do território, a partir do “*mito de instalação*”, é caso para perguntar agora qual a posição do soberano *múndòngò* no conjunto do sistema?

Pensamos que é essa uma boa pergunta, pois, sendo o objetivo fundamental da nossa comunicação explicar como funciona um tal sistema, fá-lo-emos agora fazendo incidir nossa reflexão a partir das informações que nos são legadas pelos manuscritos portugueses do século XVI. Devido à inconsistência destes, teremos uma vez mais que recorrer às tradições orais, com vista a encontrar as respostas plausíveis e adequadas para explicar o modelo de funcionamento do sistema edificado pelos *múndòngò*, com a criação do “Estado *Ndòngò*” e o alargamento territorial de novos espaços por *Ngòlà* à *Kílwànji kyà Sàmbà*.

O soberano múndòngò no "Centro do Mundo"

Sobre a noção de "capital" e "corte" do reino. Análise crítica dos materiais (séculos XVI-XX)

Nos documentos compulsados referentes ao período em análise, reunidos na *Monumenta missionária africana* pelo padre António Brásio, a propósito do significado dos termos "cabaça" ou "cabassa" e "dongo", pode-se apreender as significações seguintes:

Cabaça:

- cidade;¹⁷
- cidade principal;¹⁸
- cidade ou povoação;¹⁹
- residência real;²⁰
- corte;²¹
- corte do Anguolla; corte do rei de Angola.²²

Dongo:

- cidade real;²³
- sítio de Dongo; província do Dongo;²⁴
- sítio de Dongo ou Cabaça;²⁵
- banza do rei ou corte;²⁶
- lugar onde morava o rei; metrópole de seus reinos.²⁷

Quanto ao significado do designativo "Dongo", João Ignacio de Pinho, 1874, p. 3, escreveu que

o verdadeiro nome que outrora teve Loanda, antes da ocupação dos portugueses, é o de Dongo, não obstante ter diversas explicações que vamos mostrar. Pois todos sabem que os pretos sujeitos à rainha Ginga se exprimiam assim: "Guià mu Dongo, mua Ngola Quiluangi guia Samba", que vale o mesmo que dizer: "vou para a corte do rei ou rainha de Angola", mas não se dizia: "vou adorar ou prestar homenagem na corte". Por

consequente, é essa uma prova evidente de que Dongo era o nome que tinha Loanda no tempo da Ginga, porque o de Loanda veio muito depois.

E, mais adiante, esse mesmo autor precisa ainda:

A palavra Dongo significa cidade, capital, metrópole, corte, também significa synagoga, mesquita, quando se alude à casa dos ídolos, que igualmente se chama dilombe e por isso diz-se: "Mabamba ma Dongo" ídolos de mesquita; os pretos costumam dizer: "Ga-tambula pema mu Dongo", vou tomar pó na mesquita; graça especial que o idólatra recebe do grão-mestre da seita; que é uma espécie de sacerdote. (Pinho, 1874, p. 3.)

Numa comunicação que apresentei recentemente no colóquio *La Souveraineté en Angola. Un Cas Particulier, la Reine Zingha*, realizado entre 24 e 25 de fevereiro de 1995, em Paris (França), sob os auspícios do Centre Culturel Angolais — Maison de l'Angola, mostrei que da polissemia da palavra *ndòngò* poderemos retirar as idéias seguintes:

- 1^o — a noção de espaço territorial, de região ou de país, de Reino ou Estado;
- 2^o — a idéia de corte, lugar onde reside o soberano, a capital do Estado;
- 3^o — a noção de sacerdote, de lugar de culto e, sobretudo, o lugar onde se recebem as graças especiais dadas pelo "grande sacerdote";
- 4^o — o lugar onde os altos dignitários do Estado se reúnem para tomar as grandes decisões. (Coelho, 1995.)

Mostramos, finalmente, que, de sua grande polissemia, temos assim a

idéia fundamental de um sistema de conhecimentos e de posicionamentos, de uma ideologia que comanda o país do

topo (rei) à base (povo), por intermédio dos deuses que habitam o ndòngò, também conhecido por dílómbè ou ínzó yà nzùmbì, através do grande sacerdote. É esse tipo de crenças que exercia uma grande preponderância sobre os negócios da nação, uma vez que, antes da declaração de uma guerra ou em discussão de um negócio, cujas consequências afetavam intimamente os interesses do Estado, eram consultados os deuses (ídolos) no templo. (Coelho, 1995.)

Estavam provavelmente certos todos os autores que a propósito da capital do “Estado Ndòngò” se referiram ao “Dongo”. Com efeito, a capital denominava-se Mbànzà à Ndòngò e estava situada justamente algures nas imediações dos rochedos de Mpúngù à Ndòngò, um lugar valorizado por essas populações, que faziam dele um espaço de veneração e de culto, já que, por um lado, ali estava uma das cidades que exercia a prerrogativa de corte real, estava também o oráculo dos deuses e, finalmente, o centro administrativo, económico e social do país Ndòngò.

Relativamente a “Cabaça” ou “Cabassa”, alguns documentos referentes ao século XVII mostram já uma tendência de uniformização, indicando-a como sendo “a cidade real e corte onde reside o rei do dongo”. Cadornega tinha também a informação de que “Cabaça era a corte e assento deste poderoso rei de Angola” (Cadornega, 1940-42, p. 27). Quando, no âmbito de uma rubrica denominada “Apontamentos para a história de Angola”, inserida no jornal *O Cruzeiro do Sul*, publicado em Luanda, em fins do século XIX, um articulista conhecido por “O Anciã Indígena” analisava o significado da palavra “Cabaça”, este anotou o que se segue:

Cabaça era o nome primitivo da terra, que hoje pizamos no tempo de Paulo Dias de Novaes (...); mas que com o andar das coizas, mudarão-no, ficando a chamar-se Loanda. A etimologia d'esta palavra provém de luanda, que significa tributo segundo a língua Nbanda. E o povo da Cabaça d'ella usava somente quando era chegado o tempo do tal pagamento, que era certíssimo e pontual, vendo descer á centenas de pessoas, carregando cada um a sua espécie de luanda: cujo termo é genérico entre o gentio de Cassange, Ginga e mais outros. E quanto á palavra, aqui mesmo, querendo-se falar o a Nbanda propriamente dito, costuma-se dizer, vamos nos expressar na língua cabaça — muabaça gueto, na nossa lingua. (O Anciã Indígena, 1873, p. 3.)

Nada satisfeito com essa explicação, João Ignacio de Pinho, 1874, p. 3, vem a público e na mesma rubrica para dizer o seguinte:

Sem desejo de estabelecer polémica acerca da palavra Cabaça a que o venerando Anciã Indígena diz ser o nome da cidade de Loanda, no tempo de Paulo Dias de Novaes, direi simplesmente que Caculo e Cabaça eram duas irmãs, ambas formosas; uma residia na cidade alta e outra na baixa, cuja familia ainda reina. Diz a tradição que a formosura d'aquellas duas matronas havia attrahido tanto na corte da rainha Ginga Bande, que todos os nobres rendiam vassalagem aos encantos d'aquellas duas venus africanas.

Foi esta a origem a que deu facto em questão o nome de Cabaça que depois se converteu em pensamentos análogos aos amores de Caculo e Cabaça; e pode portanto dizer-se que em diante ficou sendo costume fallar-se na língua do paiz: Tuzuelle mua baça gueto — fallemos na

nossa língua ou estylo.

Caculo e Cabaça significam na língua d'Angola dois gemios, o primeiro é o mais velho, e o segundo o mais moço. Por isso, se quisermos escrever a historia d'Angola, não devemos seguir os escriptos dos portuguezes, escriptos que totalmente adulteram muitos termos da língua primitiva. Por exemplo: Rio Bengo, como lhe chamam alguns europeus, quando o seu nome proprio é o de Zenza. D'aqui a um século tambem se ha de dizer, que Bengo era o nome do rio Zenza.

Entretanto, "O Ancião Indígena" contra-põe os argumentos expostos por Pinho, propondo, desta feita, o seu ponto de vista com elementos compulsados, ao que nos parece, de informações manuscritas portuguesas, infelizmente não precisadas. Ele anota o que se segue:

Se nos permite licença diremos que, alguns escriptores, que, não sem trabalho, se deram ao encommodo de historiarem esses factos, posto que de leve, como por exemplo, o autor da Geologia lusitana, Feo Cardoso, conselheiro Lopes de Lima, e o nosso conhecido Fortunato José de Mello, todos estes afirmão, conformando-se connosco sobre a mencionada palavra. Mas vamos que elles, como europeos, ignorantes da nossa lingua, se servissem de interpretes, que nem todos traduzem litteralmente; semelhante caso, porém, jamais se daria com o coronel de 1ª linha, João Monteiro, que sendo indígena escrevera minuciosamente a historia do seu paiz, e de cuja fonte parece ter bebido o mesmo Feo Cardoso.

Pois no seu manuscrito diz que, entre os portuguezes, vindos pela segunda vez com Paulo Dias de Novaes, houve um (tão malvado) que dirigindo-se ao Ethiope Soberano lhe asseverou que, no morro

Sebaste onde se achavam entricheirados, havia grande quantidade de polvora e munição, com o fim de o expulsarem de Cabaça, e que por consequência o mandasse quanto antes marcar; porque desde aquelle momento ficava sendo seu escravo, o que assim fez ou mandou executar o Rei, e exterminar aquella gente; mas que o traidor nem por isso escapou da morte, dizendo o Rei no acto da execução que, não podia ser bom vassallo quem fez peccer os seus proprios patricios. Havendo provas mais exuberantes do que estas, nos submetteremos. (O Ancião Indígena, 1874, p. 3.)

Por sua vez, José Joaquim Lopes de Lima, um dos autores citados pelo "Ancião Indígena", em seu notável estudo intitulado *Ensaio sobre as statisticas das possessões portuguezas na Africa Occidental, na Asia Occidental, na China e na Oceania*, não dá qualquer explicação acerca da etimologia da palavra "Kábàsà". Mas, ao se referir à cidade real, chama-lhe *banza* e, em nota de rodapé, explica o seguinte:

Banza significa cidade; e libata, villa, ou aldêa: a côrte do rei de Angola chamava-se cabanza (cidade capital) do Dongo, e era então no local aonde existe desde 1671 o nosso prezidio das Pedras de Pongo Andongo, pela conquista do famoso Luiz Lopez de Sequeira, de ordem do Governador Francisco de Gouveia. O rei do Dongo ao tempo da conquista chamava-se Angola-Bandi. (Lima, 1846, p. 18.)

Na seqüência da publicação desse livro, no qual Lopes de Lima faz algumas asserções sobre a denominação da cidade capital do Ndòngò, João Vieira Carneiro fez, em 1848, as observações críticas seguintes:

A côrte do dito rei em Pungu-a-ndongo não é Cabanza, mas sim Nbanza — Nbanza ia Cabaça, que significa segunda corte, alludindo à primeira que aquelle rei havia deixado em Luanda; a qual se chamava Nbanza ia Caculu, que quer dizer primeira corte. Caculu e Cabaça são adjetivos que designam, este segundo ou segunda, e aquelle primeiro ou primeira. (Carneiro, 1867, p. 172-6.)

Foi na seqüência dessa explicação, que nos parece absolutamente brilhante, que um dos primeiros e mais esclarecidos investigadores africanistas portugueses do fim do século XIX, Luciano Cordeiro, anotou no volume I de suas *Questões histórico-coloniais*:

Tendo morrido Paulo Dias de Novais, procurou realizar a ideia d'este, de uma grande expedição ao Dongo e da tomada da residência do rei Ngola, isto é, de Cabassa ou Cabaça (Nbanza-ia-Cabaca, segunda côrte ou segunda nbanza, em Pungu-à-ndongo, por opposição a Nbanza-ia-Caculu, ou primeira, antiga residência, ou nbanza, Luanda), o sucessor de Novais, Luiz Serrão, passando o Luccalla com um pequeno exército dividido em três corpos, um sob o seu directo comando, outro sob o do capitão mór André Pereira Ferreira e o terceiro sob o do sargento mór Francisco de Sequeira. (Cordeiro, 1935, p. 223.)²⁸

Finalmente, A. de Assis Júnior, em seu *Dicionário de kimbundu-português*, dá o significado seguinte das palavras aqui em análise:

Kabasa, sub. (IX), Gêmeo que nasce em segundo lugar; língua vernácula; língua materna: kuzucla kabasa. Segunda capital ou cidade de um reino, província ou distrito. Lugar em que estiver estabeleci-

da a segunda corte ou residência do rei. Mitologia: irmão gêmeo de Kakulo; Polux. Kabása, loc. conj. Dado que, contanto que: kabása ng'azuela o kiri: sob a condição de; basta que: kabasa ng'ajituka. (Assis Júnior, s/d, p. 79.)

Relativamente a *kákùlù*, esse mesmo autor escreveu:

Lóngevo. Muito velho; remoto. Que existe há muito tempo. Sub. Primogênito. Mitologia: irmão gêmeo de Kabasa. Uma das estrelas do firmamento. Castor: kakulu ni kabasa. Signo de zodiaco. Corografia: corte e primeira cidade do rei Ngola. (Assis Júnior, s/d, p. 85-6.)

Kákùlù-Kábàsà, dois elementos do sistema: o geral e o particular

Na seqüência dos distintos autores citados, constatamos que as palavras *kákùlù* e *kábàsà* são de uma grande polissemia e resumem, pelo menos para o que nos interessa, os significados seguintes:

Kákùlù

- gêmeo mais velho; primogênito;
- antepassado;
- primeira capital do reino.

Kábàsà

- gêmeo mais novo;
- língua e espaço territorial do país;
- segunda capital do reino.

Vimos anteriormente que, com relação à organização geral do reino (mundo), os *ndòngò* o consideram dividido em duas partes, a saber: um mundo dos vivos e um mundo dos mortos, para os quais designam *Kábàsà* e *Kákùlù*, respectivamente. Vejamos agora em que contexto essa ideologia se assentava relativamente à cidade real e espaço circundante, já que, em meu entender, tais idéias de primeira e segunda cortes não

têm fundamento lógico no sistema organizativo.

Quando se referia à designação de Kábàsà que os antigos atribuíam à região de Luanda (e talvez a um espaço mais vasto), "O Ancião Indígena" estava de posse de um elemento muito importante, que, como já vimos, poderia ajudar a descortinar uma parte do sistema classificativo geral dos *múndòngò*. Infelizmente, não tendo avançado mais quaisquer outros elementos para concretizar sua informação, é-nos completamente impossível apoiar sua tese.

João Vieira Carneiro, em primeiro, Lucia-no Cordeiro, secundando-o, e, mais tarde, A. de Assis Júnior estão de acordo em dizer que existiram duas cortes no Ndòngò, fixando uma primeira na região de Luanda, que teria sido abandonada pelo soberano *múndòngò* por ocasião da chegada dos portugueses. Falam também de uma segunda corte, esta situada algures em Mpúngù à Ndòngò. Infelizmente, essa tese também não tem suporte básico para se manter, já que algumas fontes do século XVI apontam outras cidades reais, tais como a cidade de Angoleme, que se incendiou justamente num período em que o soberano, *ngòlà*, nela residia, e Gloanga Loomba, citada numa das primeiras informações manuscritas e que, de momento, não é ainda possível descortinar sua designação correta. Quanto ao que acabamos de sugerir, isto é, a concepção ideológica da cidade real, vale a pena ler o que padre Francisco de Gouveia observou relativamente a Angoleme:

Estas ventanias do anno de 1564, em que ora estamos, que se queimou a cidade de Angoleme, onde elRei residia ao tempo que despachou Joaõ Pinto cõ o piloto Joaõ Soeiro, e por dez uezes se pôs o fogo em diuersos dias, fazendo sempre grande estrago em casas, fazenda e gente, mas da ultima ardeo sen ficar casa, de maneira

que foi necessario aleuantarse elRei pera day duas legoas noutra sua pouação e dahy a poucos dias se ueo a Cabaça, Metropoli de seus reinos, donde agora reside, e nós cõ elle, fazendo aqui noua cidade, e em novo sitio. (Brasio, 1988, doc. 85, p. 231.)

Para aclarar essa problemática, é preciso que se esclareça, em primeiro lugar, que nesse tipo de organização estrutural o soberano não tem residência fixa. A capital do reino é justamente ali onde se encontra o rei: o *ngòlà* está no centro do mundo. E esse centro do mundo, onde é que se encontra geograficamente situado e como se estrutura?... Sendo Kákùlù e Kábàsà dois elementos do sistema que designam espaços territoriais, eles estão sempre presentes onde se encontra o soberano.

Segundo nos ensinam as fontes orais que compulsamos, na organização do espaço urbano, mais exatamente ali onde se acha o palácio real, existem duas áreas que são designadas aqui também por Kákùlù e Kábàsà, paralelamente à organização mais geral que vimos antes. Kábàsà é a área onde o soberano convive com os seus súditos mais próximos, os seus protegidos e convidados; Kákùlù é a área onde o soberano guarda as relíquias do Estado: *músètù*, caixa onde são depositados os crânios de seus antepassados; o gorro real ou *kijingà*, o cetro ou *kilungà* etc. O centro entre essas duas áreas denomina-se, justamente, *sàmbà*. Essa organização espacial poderá ser estendida para o exterior em forma de circunferências concêntricas, cada uma das quais delimitando áreas específicas do palácio real.

Esse esquema, extremamente complicado, encontra sua explicação mais objetiva no modo mais geral da organização do mundo, completando-se o esquema de morar nos arrabaldes da cidade, denominado *máyiwùn*-

dù, isto é, os "lugares do povo" ou, dito de outro modo, "as gentes do povo". Onde está o soberano *múndòngò* é preciso ter sempre em conta esse tipo de organização dual.

Para compreender essa minha asserção sobre o modelo preconizado, embora não precise claramente os termos vernáculos dessa organização estrutural de que vimos falando, vale a pena ler o irmão Antônio Mendes, o primeiro e o único observador a descrever, em 1563, a corte do *ndòngò*. E esse o faz com tal objetividade e precisão que suscita inveja a qualquer observador na atualidade. Vejamos, pois, com ele, à guisa de conclusão, a organização estrutural do palácio real edificado pelos *múndòngò*:

Lleguados a la cibdad donde estaua él Rey nos salio a recibir mucha gente y lleuaron nos a aposentar a casa de su hechizero maior que se llama Manidongo, en 3 casillas de paja y el mismo Manidongo nos vino a uisitar luego y nos dio da parte del Rey galinas y cabras y harina y muchas calabazas de vino de palma y algunas fructas de la tierra y istuimos algunos dias primero que lo víssemos, porque tiene por custunbre quando alguna gente uiene de otra tierra a la suia estar algunos dias antes que los ueja; y a cabo de 4 o cinco dias nos mandó llamar que fuésemos donde él estaua, para nos uer y hablar; al qual primero que lleguásemos passamos diez ou doze porterias; todas tienen sus porteros com llaues; es esta su cibdad toda cercada de arboles y palmeras que le siruen de muros y estan muy juntas vnas con otras y texida com paga muy gruessa y con las mismas palmas, de manera que no puede entrar ninguno dentro de sus muros sino por las puertas; a la primera porteria que llegamos está vn pátèo muy grande y tiene muchas arboles muy grandes al deredor

del y sale él Rey muchas vezes fuera a este pátèo donde se ajunta con todos los suyos y alli manda hazer muchas justicias de los males hechores; es esta porteria una casa grande y tiene dos porteros, uno a la entrada de la puerta otro a la salida, por que tiene dos puertas; y salidos desta porteria fuimos por una calle dentro, la qual uá en bueltas hasta lleguarmos a otra porteria y assi las passamos todas y fuímos a otro pátèo muy grãde adonde él Rey tenia una casa a manera de alpendre; era muy grande y toda llena de columnas de palos muy gruessos e horrada toda con hesteras pintadas, y por baxo arguamassada en la qual casa estaua él Rey asentado en una cosa quadrada; era de palmas a manera de asiento de mugeres y tenia en la mano un cuerno por do[nde] beuia el uino y vna gran calabaza llena de vino en el medio de la casa y mucha gente asentada con él y él y todos los más beuiendo vino por sus cuernos.²⁹

A importância desse documento é bastante significativa. Vemos que os portugueses, ao serem introduzidos no interior do palácio real, atravessaram diversos compartimentos até chegar a um dos aposentos reais, onde constataram que o soberano *múndòngò* convivia amenamente com alguns de seus súditos, justamente numa divisória do tipo alpendre. Essa divisória, no entender de um dos meus informantes, dada a sua função, era justamente conhecida por *sàmbà*, isto é, o lugar onde o soberano convivia com seus principais súditos, seus conselheiros, os chefes regionais de visita à corte, seus protegidos, alguns familiares e colaboradores mais diretos. Esses súditos em questão, que freqüentavam a *Mbànzà* real, eram também igualmente conhecidos por *jísàmbà* (singular: *sàmbà*). A esse propósito, leia-se o interessante romance *Nzinga Mbandi*, do escri-

tor angolano Manuel Pedro Pacavira, que ao se referir à corte dos *ngòlà* corrobora com os dados aqui apresentados. Em determinado momento, esse autor escreve:

Jisamba, as pessoas que vivem na Mbanza. Samba, uma pessoa só. Mu Samba ia Ngola, na corte do rei. Mu samba ia Kilamba, na corte de um quilamba, logo abaixo do Muene-Ngola, autoridade territorial. Mu samba ia soba, na corte de um soba. (Pacavira, 1979, p. 58.)

No entanto, é preciso deixar bem claro que esse espaço designado *sàmbà* constitui o

centro de um espaço, organizado e estruturado, mais geral, denominado justamente *ká-külü-kábàsà*.

E foi assim, desse modo, que os primeiros portugueses puderam contatar, pela primeira vez, o *ngòlà*, penetrando, finalmente, em Kábàsà, não a cidade real, tal como desde sempre pensaram que assim se denominava, mas apenas e unicamente um dos aposentos do palácio real. Por isso mesmo, para concluir, é caso para dizer que os portugueses bem poderiam continuar em busca de uma hipotética cidade real com aquele nome, que jamais a iriam encontrar, simplesmente porque com essa designação ela nunca existiu!...

NOTAS

• “Parte do material aqui apresentado foi recolhida junto das populações *túmùndòngò* em distintas pesquisas de campo, realizadas entre os anos de 1982 e 1992, nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul e Malanje, e esse estudo constitui o resultado de uma acurada e amadurecida reflexão sobre essa problemática. Dois trabalhos elaborados recentemente no quadro da Universidade de Paris (École Pratique des Hautes Études, Sorbonne) abordam exaustivamente a organização socioeconômica e cultural das populações *túmùndòngò* contemporâneas, que habitam o baixo vale do Rio Kwànzà (cf. Coelho, 1987 e 1988). Por sua vez, o lingüista José Domingos Pedro, em distintas fases de um projeto de investigação de médio prazo, encarregou-se de estudar sistematicamente a língua falada por essas populações, o *kimbùndù*, no âmbito de sua formação na École Pratique des Hautes Études e na Universidade de Paris V, René Descartes (cf. Pedro, 1987, 1987-1988 e 1993).

1. Não pretendemos abordar nem discutir aqui a validade dos termos “Reino”, “Estado” ou “Nação Ndòngò”, apesar de reconhecermos a necessidade de se aclararem esses diferentes conceitos no tempo e no espaço, visando descobrir a pertinência e a validade deles em estudos como este.

2. Modernamente, o etnônimo *Ndòngò* passa praticamente no silêncio, não obstante muitas das populações que falam a língua *kimbùndù*, por mim abordadas nas distintas fases dos inquéritos, que tenho levado a cabo nas províncias de Malanje, Kwanza-Norte e Luanda, se considerarem *kámùndòngò* (plural: *túmùndòngò*), isto é, alguém que é originário do país Ndòngò (ou então, igualmente, *ákwàndòngò*, marca do plural, significando “os cidadãos do país Ndòngò”; singular: *múkwàndòngò*). Refira-se, de passagem, que o termo *kámùndòngò* está hoje com uma conotação bastante negativa, por questões que não cabem explicar aqui nesta comunicação. Por isso, os falantes dessa língua, quando abordados, preferem evitar essa designação. Ao longo do presente estudo, utilizaremos unicamente o termo *túmùndòngò* quando nos referirmos às populações propriamente ditas e Ndòngò ou Múndòngò quando se fizer referência à idéia de “comunidade” ou de “povo”, em detrimento das demais designações acima apontadas. A língua *kimbùndù* comporta um sistema consonântico com 23 fonemas, distribuídos em três séries e sete pontos de articulação. As séries se subdividem em orais, nasais e contínuas. As duas primeiras se subdividem em fortes e fracas. Por sua vez, o sistema vocálico

compreende unicamente cinco vogais orais, comportando três graus de abertura, subdividindo-se em anteriores, central e posteriores (Coelho, 1987, p. 12-3; Pedro, 1993, p. 26-7). A língua *Kimbündü* comporta um sistema de dois tons muito pontuais: um alto, anotado pelo acento agudo, e um baixo, marcado pelo acento grave. No plano fonético, os registros alto e baixo variam de um locutor para outro, estando em conformidade com a idade e o sexo (Coelho, 1987, p. 13; Pedro, 1993, p. 28-9).

3. A recente publicação da *História geral da África* pela Unesco, sob a direção de distintos especialistas africanos e de outras partes do mundo, mas onde se constata a ausência de trabalhos ou estudos de pesquisadores ou especialistas angolanos, pelo menos no que diz respeito à produção de materiais concernentes à região em que Angola se encontra inserida e, obviamente, quanto ao estado da situação da historiografia angolana (da pré-história à atualidade), mostra bem as causas de nossa inquietação. Relativamente à produção de estudos específicos sobre o “Reino de Ndòngò”, algumas exceções, infelizmente muito poucas, vão surgindo nos últimos anos e corrigem essa tendência bastante negativa que constatamos, como as de Heintze, 1985-1988; Parreira, 1990; e Silva, 1991.

4. O leitor encontrará certamente uma profusão de documentos antigos que o informarão sobre as tentativas levadas a cabo pelos portugueses, na primeira fase da conquista, para chegar à *mbànzà do ngòlà*, ou residência real. Alguns desses documentos estão já citados ao longo deste artigo. Para mais informações sobre esse tema específico, consulte, além de Brásio (1ª série, 15 volumes publicados), Abreu e Brito, 1931; Dias, 1934; e Felner, 1933.

5. Ao que nos parece, os portugueses, na primeira fase da conquista, foram equiparados e enquadrados sistematicamente no grande grupo de “outros povos”, cultural e biologicamente “diferentes”, e foram considerados também *mátumbú*. Sobre esse assunto ver, por exemplo, Pacavira, 1979, ao longo de todo seu romance *Nzinga Mbandi*. No entanto, as populações que viviam ao longo da faixa lagunar de Luanda e que avistaram os portugueses pela primeira vez equipararam-nos aos *jindèlè* (singular: *ndèlè*), um tipo de espírito errante, malévolo, devido à sua prática, que tem nessa cultura um lugar e um papel bastante negativos. O termo *ndèlè* designa, para as populações da orla marítima, “espírito de um morto recentemente falecido que vagueia no ‘mundo dos mortos’, isto é, em *Kálungà*”. Esse mesmo espírito, na primeira fase de sua constituição e adaptação a esse novo mundo, o mundo sombrio da morte, de vez em quando vem contactar e importunar as pessoas que compõem sua linhagem nuclear. Tendo *ndèlè* esse comportamento suspeito e negativo, é temido na maior parte dos casos. Ora, dado que os portugueses foram vistos, pela primeira vez, justamente a “emergir” do mar (*kálungà*), nessa primeira fase de contatos e mesmo na fase inicial da conquista, foram considerados com muita suspeição, já que se esperava que eles tivessem um comportamento semelhante ao “espírito errante” *ndèlè*. Na organização sistemática mais geral, tida em conta pelas populações de fala e de cultura *kimbündü*, *ndèlè* é um tipo de ave pernalta de cor branca que vive no mar semelhante ao pelicano; há quem a confunda ou identifique com a garça-real. Cientificamente é a *Mesiophoye intermedia brachyrhyncha*. Esse termo passou a designar as populações de raça branca e, em definitivo, os europeus (*mundèlè*; plural: *míndèlè*). Sobre esse assunto específico, cf. Cadornega, 1940-1942, I, p. 15, e Coelho, 1987, p. 105 e 310. Mas, voltando ao termo *mátumbú*, hoje, curiosamente, essa palavra é apenas utilizada na marca do plural e se presta a confusão, já que designa o indivíduo singularmente como sendo “alguém sem maneiras”, “alguém sem cultura”. No entanto, para uma compreensão inicial desse termo composto, ver Coelho, 1991, p. 4-5.

6. Cf. Brásio, 1953, III, doc. 21, p. 131; 1954, IV, doc. 132, p. 546-81; doc. 11, de 1 maio 1594, em *Arquivos de Angola*, 2ª Série, XVII (67-70), janeiro-dezembro de 1960, p. 189-216; e Ravenstein, 1901, p. 142 (nota 1).

7. Cf. Brandão, 1904, vol. VII, p. 411, e vol. VIII, p. 481; Lima, 1846, p. 88-9; e Magalhães, 1922, p. XXVII. É interessante notar que as informações prestadas por esses autores contemporâneos encontram bastante correspondência nos materiais que recolhemos em distintas fases dos trabalhos de campo, que levamos a efeito há dez anos, mas sobretudo os recolhidos em 1992 nas províncias de Luanda (região de Luanda, município do Sambizanga, comuna de Ngòlà à Kilwànji kyà Sàmbà; município de Viana) e de Malanje (região e sede da comuna de Mpúngù à Ndòngò), sobretudo ao longo do Rio Kwànza. Eles nos permitem sugerir que a dinastia dos titulares Kilwànji kyà Sàmbà teria reinado nesse vasto território até pouco mais ou menos a chegada dos portugueses ao "país Ndòngò" por volta de 1560. De tal forma que isso possibilitou às populações reter na memória seus feitos e também, sobretudo, reter o fato de terem sido os titulares dessa dinastia quem enfrentaram pela primeira vez os conquistadores europeus que chegaram do "outro mundo". No entanto, parece-nos que não é essa a opinião do historiador Joseph Miller, 1976, para quem nenhuma dinastia de titulares ngòlà teria atingido o mar. Esse autor afirma que os detentores dos "títulos perpétuos" *Kilwànji kyà Sàmbà* reinaram na região do alto Lúkàlà por volta do século XV, enquanto os detentores dos "títulos" Ngòlà à Kilwànji se fixaram no médio Lúkàlà em meados do século XVI. A esse respeito, autores antigos como Duarte Lopez e Filippo Pigafetta, Cavazzi de Montecúccolo e Antônio de Oliveira Cadornega também não são muito esclarecedores. Contudo, algumas observações emitidas por Cadornega deixam ao menos entender que os soberanos do Ndòngò chegaram ao mar e mandaram plantar árvores do tipo *múlèmbà* como símbolos certos dos limites do "país Ndòngò" e como marcas de sua presença e de pertença territorial e linhageira, confortando assim os dados da memória coletiva ciosamente guardados até o presente pelas populações acima aludidas. Por sua vez, Cavazzi alude que um soberano detentor do título perpétuo *Ngòlà à Kilwànji*, "por desejo de glória, correu as margens do Dande, do Zenza, do Lucala e do Cuanza, envermelhando de sangue os rios e os campos. Chegou até oito léguas de Luanda, onde, como troféu das suas conquistas, plantou uma árvore (*múlèmbà*), com o nome da qual mais tarde os portugueses chamaram 'ensandeira'" (Cavazzi, 1965, I, p. 256). Acerca do tipo e qualidade da *múlèmbà*, cf. igualmente Lopez e Pigafetta, 1951, p. 32. A esse propósito, ver ainda adiante as notas 9 e 14.

8. Para os falantes da língua *kimbùndù*, *jínjimbù* (singular: *njimbù*). No entanto, esses búzios foram vulgarizados nas fontes antigas através da língua *kikongo*: *nzimbu* [*Olivancillaria (Micana) nana* Lamarck]. Além de Cavazzi de Montecúccolo e Cadornega, autores amplamente citados, cf. igualmente Lopez e Pigafetta, 1951, p. 31-4; Brásio, 1956, vol. VII, doc. 14, p. 51-2; Corrêa, 1937, vol. I, p. 135. Para um conhecimento atualizado dessas conchas-moeda, ver Darteville, 1953, e Couto, 1973.

9. Cf. Cavazzi de Montecúccolo, 1965, I, p. 256; e Cadornega, 1940, I, p. 26-7. A árvore em questão aqui citada é a *múlèmbà* (plural: *milèmbà*), *Ficus psilopoga* Welw; *Ficus welwitschii* Warb. Os portugueses tinham compreendido, já no decorrer do século XVII, a importância da *múlèmbà* para a manutenção do sistema de pensamento dos *múndòngò*. Por isso, empreenderam ações sistemáticas de destruição dessas árvores. Sobre essa questão específica, ver Cadornega, 1940, I, p. 65-6. Sobre o simbolismo da *múlèmbà*, ver, entre outros autores, Gonçalves, 1984, p. 66; Gonçalves, 1985, p. 167; e Coelho, 1987, p. 292-6.

10. A esse respeito, Joseph Miller, 1976, p. 79, pontualiza: "Uma vez que o *ngòlà* começou por se difundir como uma *insígnia* de linhagem num período ainda muito mais remoto, ele poderia ter chegado até os *mbundu* como parte geral da difusão para sul da influência e estruturas políticas do Congo, ainda no século XIII ou XIV." Esse entendimento vai justamente de encontro às ideias que expusemos. Esses movimentos dos agentes difusores do *ngòlà*, que viriam a contribuir para o aparecimento do "Estado Ndòngò" centralizado e para seu conseqüente alargamento territorial,

aparece-nos já, embora de modo tímido, em alguns documentos manuscritos elaborados por missionários jesuítas desde os primeiros contatos que efetuaram com os *túmündòngò*, na segunda metade do século XVI. Mas é sobretudo Lopez e Pigafetta que, ao descreverem o Ndòngò de antanho, situando-o para além do Rio Kùvù ou Kèvè [o "país dos Sumbi"], de modo paradigmático, com possibilidades de leituras cronológicas mais antigas, nos induzem a pensar na antiguidade do Estado para períodos anteriores aos séculos XIII-XIV.

11. Para uma compreensão correta sobre o significado que essas populações dão a esse termo, ver Coelho, 1988.

12. Acerca do que entendemos sobre a noção de *ideo-logia*, consulte Augé, 1977, p. 76, e 1978, p. 94-7.

13. Material recolhido na província de Luanda, mais exatamente na comuna de Viana, junto de populares de origem *sòngò* de *kídìmà*. A narrativa em circunstância alguma precisa de que *ngòlà* se trata. A explicação concreta foi sugerida pelo próprio narrador, na seqüência do inquérito. Aliás, confrontei-me, em outras ocasiões, com a necessidade de ter de insistir para conferir exatamente esse tipo de dados, sobretudo com os meus informantes na região de Mpúngù à Ndòngò. De notar, entretanto, que Kùngà e Cingùlì (ou Kíngùrì, Kíngùdi) são "heróis primordiais" que, de acordo com essa narrativa mitológica, foram povoar o sul do Rio Kwàngù, vindo assim a se fixar na região leste da atual província de Malanje. Como falantes da língua *kimbündù*, Kúngà Mpálàngà nà Ngómbè e Kingùdì estão na origem dos "povos" ou "etnias" *sòngò/kídìmà* (ou *kírìmà*) e *imbàngàlà*, respectivamente. Por sua vez, esses *túpèndè* devem ser os mesmos que os *bápèndè*, citados anteriormente (cf. Miller, 1976, p. 80; Haveaux, 1954; Struyf, 1931; e, possivelmente, os "autóctones do país" citados num outro estudo, de 1948, igualmente por Struyf).

14. Quando o nosso informante se referiu a esse nome composto, procurei saber imediatamente se ele não se teria enganado, se não seria Luanda em vez de Lùndà, ao que me respondeu, prontamente, que se tratava efetivamente de Lùndà, em lembrança da região ou país de onde eram originários. A esse propósito, é necessário notar que o termo *Lùndà* é originário de *kúlùndà* e indica, do ponto de vista geográfico, o poente (o oriente, o leste). Conseqüentemente, esse tipo de informação pressupõe uma demarcação evidente do território geral do "Reino de Ndòngò, já que deixa entender uma *ideo-logia* (na acepção que lhe dá Marc Augé, ver nota 12) baseada em extremos: princípio/fim; norte/sul; leste/oeste. Os informantes são bastante claros sobre isso, já que dizem: "saímos de um 'país' situado algures nas ilhas 'mázàngà nà Lùndà' e chegamos aqui nestas outras ilhas junto ao mar, aqui onde o sol se põe, a oriente, isto é, nas regiões que demoram por esse lado: *kúlùndà*", daí *Mázàngà nà Lùndà*. Esse lugar, que é determinado em sentido paradigmático como sendo o "fim" do território por estes "domesticado" (ver Coelho, nota 11), representa, finalmente, e ao mesmo tempo, o "princípio", já que, uma vez aí chegados, logo retornam ao lugar de onde procedem. É o que em linguagem simbolizada representa aquilo que chamamos de "a produção do território". De acordo com Haveaux, 1954, p. 35, "Kizanga ni Lunda" situava-se justamente algures no Kwàngù, por alturas de Mátambà, como aliás já aludimos antes.

15. Cf. Coelho, notas de campo. Esse tipo de texto oral, narrado unicamente por chefes reputados guardiães das tradições de seu povo, enquadra-se naquilo que H. Chatelain denomina "narrativas históricas"; "são chamadas *ma-lunda* ou *mi-sendu* e formam uma classe especial de história. São as crônicas da tribo ou nação, cuidadosamente guardadas e transmitidas pelos chefes ou anciãos de cada unidade política, cuja origem, constituição e vicissitudes elas recatam" (Chatelain, 1964, p. 102). Joseph Miller é a esse respeito muito mais claro: os *málùndà* são "narrativas históricas (episódios

políticos ou de linhagem)", enquanto os *mísèndù* (singular: *músèndú*) são "textos genealógicos das distintas linhagens" (Miller, 1976, p. 20-7).

16. A lembrança de um soberano *múndòngò* que dá pelo nome de Ngòlà à Kílwànji kyà Sàmbà está ainda hoje muito presente e bem marcada na vida cotidiana e na memória das populações que vivem na região de Luanda. De igual modo, as marcas e os símbolos da presença dos Sàmbà confirmam perfeitamente as informações deixadas por Cadornega. É o caso, por exemplo, da *múlèmbà* (plural: *mílèmbà*), a "árvore do poder dos chefes locais", que é hoje valorizada como "lugar de culto". O sítio histórico que dá pelo nome composto de Múlèmbà wáxà Ngòlà, situado algures na comuna do Ngòlà à Kílwànji, no município do Sambizanga, ao norte da cidade de Luanda, constitui um exemplo bastante flagrante. Não podemos deixar de referir, igualmente, a questão da toponímia; diz-se que os nomes de algumas das localidades situadas ao norte de Luanda, a caminho do Rio Mbèngú ou Nzènzà, foram atribuídos por esse soberano quando de sua retirada para o interior do país, por ocasião do desembarque dos portugueses nas praias de Luanda (Sàmbà, Kákwakú, Kifwàngóndò, Fúndà, Kábidi, Kátètè, Másàngànú etc.). As populações têm consciência de que foi Ngòlà à Kílwànji kyà Sàmbà quem distribuiu as terras nos lugares onde hoje ainda vivem. Sobre isso, cf. Coelho (notas de campo); Cadornega, *idem, ibidem*; e Brásio, 1953, III, doc. 21 (Carta do Padre Garcia Simões para o Provincial (20-10-1575), e 1954, IV, doc. 132 (História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola, e cousas tocantes ao reino, e conquista, 1-5-1594).

17. Cf. Brásio, 1953, III, doc. 21 (Carta do Padre Garcia Simões para o Provincial — 20-10-1575), 1, p. 556. "Deste grande aperto, e excessivo trabalho que o Padre tomou em pacificar o Rey, lhe sobreve[ri]o huma grave doença, da qual foi Deus servido levalo pera si aos 29 dias do mês de julho de 1575, depois de viver 14 annos como cativo do Angola. Sepultarãono os portugueses na igreja que o Padre tinha feito na *cidade de Cabaça*"; *idem, ibidem*, doc. 54 (Informação acerca dos escravos de Angola — 1582-1583), p. 227: "E pera isto, alem das feiras particulares que cada Senhor faz em suas terras, há outras gerais em certos passos a que concorrem de todas as partes. E a principal se faz em Cabaça, que hé a cidade onde residem os Reis, e nesta há hum homen da terra posto pollo Rey..."; *idem, ibidem*, doc. 56 (Carta do Padre Baltazar Afonso — 3-1-1583), p. 233: "Chegado os nossos perto de Cambambe, tirarão dous tiros, os quaes ouvindo el Rei de Angola na sua *cidade de Cabaça*, sen mais esperar a deixou e fogio cõ os seus, assim que já não há a quen espere"; *idem, ibidem*, doc. 83 (Carta do Padre Diogo da Costa — 20-7-1585), p. 320: "Temos novas que o Rei hé fugido da *cidade de Cabaça*, aonde estava, com medo dos nossos"; *idem, ibidem*, doc. 87 (Carta do Padre Diogo da Costa ao Provincial de Portugal), p. 335-7: "e foi que huã quarta feira, 13 de Setembro 86, vindo hun Lucanzo mui poderoso de Angola contra os nossos em tres embalos, sen os nossos saberen nada, e ouve tanto segredo que partio o Lucanzo del Rei de *Cabasa* ao Domingo, que hé muito longe donde os nossos estavam, e a terça feira à noute passarão ao Lucala em 8 almadias muito grandes, que cada huã dellas passava cada vez 80 até 90 pessoas (...). Desta Loanda à *cidade de Cabasa* fazemos 60 légoas caminho direito"; *idem*, 1954, IV, doc. 132 (História da residência e conquista — 1-5-1594), p. 555: "Quando chegarão hera já morto o Angola Inene e reinava seu filho por nome Dambe Angola. Feslhe a saber Paulo Dias [de Novaes] de sua vinda, e prezente que lhe trazia del Rey de Portugal. O Angola mandou ir a sua *cidade de Cabaça*, aonde residem os Reys, na provincia de Dongo (...); p. 546-7: "Os nomes das provincias mais nomeadas, que em si agora encerra, são: (...) Dongo, aonde está a *cidade de Cabaça* em que vive o Rey (...). Da villa de S. Paulo até Cabaça averá sesenta legoas"; p. 557-8: "Estava em tanta paz com o Rey de Angola, que andavão os Purtuguezes tão seguros pello Reyno como se andavão em Portugal (...) Durou esta amizade 5 ou 6 annos e chegou a tanto que pedio o Angola ao Governador [Pauto Dias de Novaes] possesse na sua *cidade de Cabaça* hum capitão dos portugueses e crioulos de São Tomé, com o qual corressem no negocio da iustiça (...)" (ver, ainda, nesse mesmo documento, p. 558 e 572); *idem*, 1955, V, doc. 101

(Regimento do Governador de Angola — 26-3-1607), p. 270: "E porquanto fui informado, por carta do ditto capitam Manoel Serveira, que na experiencia que fez em Cambambe para se saber que auia ally prata, achou não [a] auer, mas porque as partes em que sempre se entendeo que a há são afora Cambambe, Cabaça, que hé a *cidade* aonde el Rey de Angola reside (...)."

18. Cf. Brásio, 1955, V, doc. 30 (Carta ânuia da Missão de Angola — 1603), p. 82: "Corre que ElRei de Angola sae a campo com todo o seu poder; será grande bem para os nossos, porque sem duuida o destruirão e ficará mais facil ao Governador chegar a *Cabaça*, que hé a *Cidade principal*."

19. Cf. Brásio, 1953, III, doc. 21 (Carta do Padre Garcia Simões para o Provincial — 20-10-1575), p. 134-5: "Tem este Rei de Angola segundo se diz dez ou doze sobas, entre os quaes ten dividido todo o seu Reino (...). Quanto aos seus elles os ten e venerão como Deus obedecendo cõ grandissima promptidão, à risca a tudo, e quanto entendem que hé sua vontade de maneira, que sendo a sua *cidade* ou *povoação* onde reside mui grande e de muitos vizinhos, té hun rato não se matta, nen em todo o seu termo, que são coelhos seus, que elle não saiba parte disso."

20. Cf. Brásio, 1953, III, doc. 65 (Carta do Padre Baltazar Barreira para o Provincial — 20-11-1583), p. 256-7: "Sabido por elRei de Angola que reside a quatro jornadas dalli [Cambambe], ajuntou hun exercito em que averia perto de hun conto e 200 mil homens."

21. Cf. Brásio, 1954, IV, doc. 132 (História da residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola...), p. 555-6: "(...) Mandou hum Rey vezinho embaixadores ao Angola, os quaes diante do Padre e portugueses lhe derão o recado, e hera que como amigo o mandava avizar se não fiasse do Governador nem dos Portugueses que tinha em sua corte, porque tratavão de lhe tomar o Reyno, e minas de prata"; (...) E por entender que aquela embaixada fora ocasião de morte do Padre, mandou [elRei de Angola] tomar os caminhos para que nenhum homem branco nem preto viesse mais daquelle Reyno a sua *corte*, pois que matarão seu pae que o criara"; p. 574: "Por falecimento do Governador Paulos Dias de Navaes, socedeo na governança o Governador Luis Sarrão, o qual se pôs em caminho para a Provincia do Dongo, onde o Rey de Angola tem a sua *corte*." Cf. ainda, igualmente, Franco, 1726, p. 63: "*Cabassa* ou *Cabaça* era a corte do Rei de Angola, a que os indígenas chamavam *Dongo* [*Urbs regia Dongus dicta ab indigenis, a lusitanas Cabassa*]."

22. Cf. Brásio, 1954, IV, doc. 132 (História da residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola...), p. 569: "Os nossos seguindo a vitoria conquistarão mais de cinquenta sobas e chegarão até o Rio Lucalla, oito ou dez legoas *da corte do Anguolla*"; idem, 1955, V, doc. 137, p. 388: "E cre[s]cendo o comércio e indo os portug[u]ses seguramente até *Cabaça, corte do Rei de Angola*, com suas mercadorias..."

23. Cf. Brásio, 1955, V, doc. 24 (Missão dos jesuítas em Angola — 1602-1603), p. 55-6: "Dista desta fortaleza [de Cambambe], a *cidade real* de ElRei de Angola onde éle tem a sua *córte* e reside, não mais que treze ou quatorze léguas, o qual sabendo que os nossos estavam aqui e como tinham destruído o negro Cafuche, lhes mandou logo seus embaixadores [...]. A substância dela foi que não queria outra coisa senão paz e amizade com os brancos [...], e que no demais fõssem amigos, que desejava que de sua *cidade real de Dongo* (que assim se chama) até nossa fortaleza de Cambambe não nascesse erva no caminho..."

24. Cf. Brásio, 1953, III, doc. 117 (Carta a Gaspar Dias de Beja — março de 1591), p. 423: "e con esta noua do desbarate pós fogo á banza, que en nosa lingoa hé o sitio de *Donquo...*"; idem, *ibidem*, doc. 122 (capítulo de uma carta de Fernão Martins, 1591); p. 433: "(...) e ficou Luis Ser[r]ão gouernando e com cobiça, ordenou guerra para o *sitio de Domgo*, que hé 30 léguas domde o Rey viue. E com toda a gente, chamada a pregões, se leuantou daly omde estaua e foi marchando pera o

sítio de Domgo. E mandou diante a mor copia de gente, que seriaõ até cento e cimcoenta Portug[u]eses, soldados velhos da ter[r]a e muita escrauaria a todos mui destros e bons espingardeiros e ao redor de trinta fidalgos, obidecidos a esta coroa, a que lá chamão sobas. Por maneira que derão no sítio de Domgo, omde o Rey de Angola moraua, que estaua de Masaõgano trinta legoas pelo Sertão. E o governador se ficou junto do Rio da Luquala perto daly, de maneira que deraõ em Domgo e [o] acharaõ despejado de tudo; *idem*, 1954, IV, doc. 132 (História da residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola...), p. 546-7: "Os nomes das *províncias* mais nomeadas, que em si encerra são: [...] *Dongo*, aonde está a *cidade de Cabaça em que vive o Rey...*"

25. Cf. Brásio, 1953, III, doc. 117, *op. cit.*; *idem*, 1954, IV, doc. 137 (Memórias de Jerónimo Castanho a el-Rei — 5-9-1599), p. 601: "Y podria acontecer que la mitad de la gente nuestra que aora uá, lleguada que sea a la minas de Cambambe, se partiese en dos esquadras, y que ta una fuesse uisitar al rej de Angola al *sítio de Dongo, o Cabaça*, que es treinta leguas adelante..."

26. Cf. Brásio, 1953, III, doc. 122, p. 433, e 1954, IV, doc. 131, p. 533.

27. Cf. Brásio, 1953, III, doc. 122, p. 433; 1954, IV, doc. 131, p. 533; e 1988, XV, doc. 85, p. 232.

28. José Matias Delgado, brilhante anotador, que fez importantes correções aos tomos I e II da *História geral das guerras angolanas*, de Cadornega, emite claramente opinião discordante quanto às afirmações feitas por João Vieira Carneiro, que, segundo ele, estão na base das posições de Luciano Cordeiro. Delgado é de opinião que esse ponto de vista é falso, mas não explica coerentemente o porquê (cf. vol. I, p. 58). Ademais, opina que "Mbanza ia Cabassa e Mbanza ia Caculu só existiu na mente de quem o disse a Luciano Cordeiro" (cf. vol. I, p. 27-8). No entanto, como mostrarei adiante, parece-nos ser mais do que evidente que é Delgado quem estava errado, já que sem as informações deixadas tanto por Carneiro, Cordeiro e "O Ancião Indígena" como, mais tarde, por A. Assis Júnior, ser-nos-ia impossível descortinar nas fontes orais que recolhemos nos nossos trabalhos de campo a lógica da organização estrutural que a seguir exporemos.

29. Cf. Brásio, 1953, II, doc. 173 (Carta do irmão Antônio Mendes ao Padre Geral — 9-5-1563), 1, p. 500-1; doc. V, 9 de maio de 1563, em *Arquivos de Angola*, 22ª série, XVII (67-70), janeiro-dezembro, 1960, p. 18-9.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E BRITO, Domingos de (1931). *Um inquérito à vida administrativa e económica de Angola e do Brasil em fins do século XVI. Segundo o manuscrito inédito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa*. Publicação revista e prefaciada por Alfredo de Albuquerque Felner. Coimbra, Imprensa da Universidade, 97p.

ARQUIVOS DE ANGOLA (1960), 2, 1ª Série, XVII (67-70), janeiro-dezembro, p. 1-238.

ASSIS JÚNIOR, Antônio (s/d). *Dicionário kimbundu-português. Lingüístico, botânico, histórico e corográfico*. Luanda, Edição Argente, Santos & C., lda, 384p.

AUGÉ, Marc (1977). *Pouvoirs de vie, pouvoirs de mort. Introduction à une anthropologie de la répression*. Paris, Flammarion (Science), 216p.

——— (1978). "Uma tentativa de análise 'ideológica'. As metamorfoses do vampiro. De uma sociedade de consumo a outra". In: AUGÉ, Marc (dir.). *A construção do mundo. religião, representações, ideologia*. Lisboa, Edições 70 (Perspectivas do Homem, 1), p. 147-77.

- BIRMINGHAM, David (1992). *A África Central até 1870. Zambézia, Zaire e o Atlântico Sul*. Luanda, Empresa Nacional do Disco e Publicações (ENDIPU-UEE), 156p.
- BRANDÃO, Paes (1904). "Diário da marcha do chefe do concelho do Libolo, tenente Paes Brandão, à região da Quibala". *Portugal em África*. Lisboa, vol. II, 1904 (121), janeiro: 22-5; (122), fevereiro: 76-9; (123), março: 137-140; (124), abril: 223-7; (125), maio: 288-291; (126), junho: 349-355; (127), julho: 406-412; (128), agosto: 481-485.
- BRÁSIO, Padre Antônio (1952). *Monumenta missionária africana. África Ocidental (1ª série)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Academia Portuguesa de História, vol I, 574p.
- (1953). *Monumenta missionária africana. África Ocidental (1ª série)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Academia Portuguesa de História, vol. II, 594p.
- (1953). *Monumenta missionária africana. África Ocidental (1ª série)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Academia Portuguesa de História, vol. III, 625p.
- (1954). *Monumenta missionária africana. África Ocidental (1ª série)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Academia Portuguesa de História, vol. IV, 684p.
- (1955). *Monumenta missionária africana. África Ocidental (1ª série)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Academia Portuguesa de História, vol. V, 667p.
- (1955). *Monumenta missionária africana. África Ocidental (1ª série)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Academia Portuguesa de História, vol. VI, 616p.
- (1956). *Monumenta missionária africana. África Ocidental (1ª série)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Academia Portuguesa de História, vol. VII, 673p.
- (1988). *Monumenta missionária africana. África Ocidental (1ª série)*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar; Academia Portuguesa de História, vol. XV, 671p.
- CADORNEGA, Antônio de Oliveira (1940-1942). *História geral das guerras angolanas (1680-1681)*. 3 volumes. Anotado e corrigido por José Matias Delgado e monsenhor Manuel Alves da Cunha. Lisboa, Agência Geral das Colônias, vol. I, 626p.; vol. II, 592p.; vol. III, 508p.
- CARNEIRO, João Vieira (1867). "Observações feitas em 1848, por João Vieira Carneiro, relativas a diversos objectos que lhe pareceram não exactos no 39 Volume dos Ensaios sobre a Statistica das Possessões Portuguesas em Africa Occidental pelo Conselheiro José Joaquim Lopes de Lima". *Annaes do Conselho Ultramarino* [parte não official, série II (1859-1861)], p. 172-6.
- CAVAZZI DE MONTECÚCCOLO, Padre João Antônio (1965). *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. 2 volumes. Tradução, notas e índices pelo padre Graciano Maria de Leguzzano. Introdução bibliográfica por F. Leite de Faria. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar (Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Secção de Lisboa, 2-3), vol. I, 430p.; vol. II, 493p.
- CHATELAIN, Héli (1964). *Contos populares de Angola. Cinquenta contos em Ouimbundo*. Coligidos e anotados por Héli Chatelain. Edição portuguesa dirigida e orientada por Fernando de Castro Pires de Lima. Palavras prévias de A. A. Mendes Correia. Prólogo de Fernando de Castro Pires de Lima. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 570p.

- COELHO, Virgílio (1987). *La place des jumeaux dans le système religieux des Ndongo (Ambundu), Angola*. Memória do diploma da École Pratique des Hautes Études, Section des Sciences Religieuses. Paris, Sorbonne, 523p.
- (1988). *Le culte des génies ituta chez les Ndongo (Ambundu) de la vallée du Kwanza, Angola*. Memória de DEA Anthropologie Comparée des Religions d'Áfrique, d'Orient et d'Étreme Orient. Paris, École Pratique des Hautes Etudes, Sorbonne, 175p.
- (1991). "Textos orais, cultura e praxis Ambundu: Kimalawezu kya Tumba a Ndala um modelo de conduta". In *Vida & Cultura*, suplemento do *Jornal de Angola*. Luanda, 3 de fevereiro, p. 4-5.
- (1995). "Para uma compreensão da instituição *ndòngò*, no exercício do poder dos *Ngòlà*". Comunicação apresentada ao colóquio *La Souveraineté en Angola. Un Cas Particulier, la Reine Zingha*. Paris, 24-25 de fevereiro, Centre Culturel Angolais Maison de l'Angola [no prelo].
- CORDEIRO, Luciano (1935-1936). *Questões histórico-coloniais*. 3 volumes. Lisboa, Agência Geral das Colônias (Biblioteca Colonial Portuguesa, VII, VIII, IX), vol. I, 425p.; vol. II, 315p.; e vol. III, 387p.
- CORRÊA, Elias Alexandre da Silva (1937). *História de Angola (1789)*. Com uma nota prévia pelo Dr. Manuel Múrias. 2 volumes. Lisboa, Editorial Ática Limitada (Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, Série E, Império Africano), vol. I, 375p.; vol. II, 251p.
- COUTO, Carlos (1973). *O zimbo na historiografia angolana*. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 48p.
- DARTEVELLE, Edmond (1953). *Les "Nzumbu", monnaie du royaume du Congo*. Bruxelles, Société Royal Belge d'Anthropologie et de Pré-Histoire (Mémoires, Nouvelle Série, LXIV, 1), 251p.
- DIAS, Gastão de Sousa (1934). *Relações de Angola. Primórdios da ocupação*. Pertencentes ao Cartório do Colégio dos Padres da Companhia, de Luanda, e transcritas do códice existente na Biblioteca Nacional de Paris. Prefaciadas, comentadas e anotadas por Gastão de Sousa Dias. Coimbra, Imprensa da Universidade, 257p.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque (1933). *Angola. Apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*. Extraídos de documentos históricos. Coligidos por Alfredo de Albuquerque Felner. Coimbra, Imprensa da Universidade (História Colonial dos Portugueses), 593p.
- FRANCO, Padre Antônio (1726). *Synopsis annaliun societatis Jesu in Lusitania ab anno 1540 ad annum 1725*, Augustae- Vindelicorum et Graecii, 1726.
- GONÇALVES, Antônio Custódio (1984). *Reestruturação do poder político e inovação social na sociedade Kongo*. Évora, Gabinete de Investigação e Ação Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, 96p.
- (1985) *Le lignage contre l'État. Dynamique politique Kongo du XVIème au XVIIIème siècle*. Lisboa/Évora, Instituto de Investigação Científica Tropical e Universidade de Évora, 266p.
- HAVEAUX, G. L. (1954). *La tradition historique des Bapende orientaux*. Bruxelles, Institut Royal Colonial Belge (Mémoires des Sciences Morales et Politiques, XXXVII, 1), 56p.

- HEINTZE, Beatrix (1985-1988). *Fontes para a história de Angola do século XVII*. 2 volumes. Estugarda, Franz Steiner Verlag GMBH (Studien zur Kulturkunde, 75; 88), 419p. e 431p.
- LIMA, José Joaquim Lopes de (1846). *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas no Ultramar. Livro III. De Angola e Benguella e suas dependências*. Lisboa, Imprensa Nacional, 207p. + 63p.
- LOPEZ, Duarte e PIGAFETTA, Filippo (1951). *Relação do Reino de Congo e das terras circunvizinhas*. Tradução de Rosa Capeans. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 160p.
- MAGALHÃES, Padre Antônio Miranda (1922). *Manual de línguas indígenas de Angola*. Loanda, Imprensa Nacional de Angola, 199p.
- MILLER, Joseph Calder (1976). *Kings and Kinsmen. Early Mbundu states in Angola*. Oxford, Oxford University Press for Clarendon Press, XVI-312p.
- O ANCIÃO INDÍGENA (1873). "Apontamentos para a História d'Angola — Cabaça". *O Cruzeiro do Sul* (Loanda), nº 26, 19º ano, segunda-feira, 8 de dezembro de 1873, p. 3.
- (1874). "Apontamentos para a História d'Angola — Cabaça". *O Cruzeiro do Sul* (Loanda), nº 57, 1º ano, segunda-feira, 4 de maio de 1874, p. 3.
- PACAVIRA, Manuel Pedro (1979). *Nzinga Mbandi*. Romance. Lisboa, Edições 70 (Autores Contemporâneos, 15), 21ª edição, 220p.
- PARREIRA, Adriano (1990). *Economia e sociedade na época da rainha Jinga, século XVII*. Prefácio de Jan Vansina. Lisboa, Editorial Estampa (Imprensa Universitária, 80), 247p.
- PEDRO José Domingos (1987). *Systématique phonologique et gramaticale du Kimbundu (Angola)*. Memória para obtenção do diploma da École Pratique des Hautes Études (Sorbonne), IV Secção, Sciences Historiques et Philologiques. Paris, 256p.
- (1987-1988). *I. Bibliographie et analyse critique de quelques descriptions antérieures du Kimbundu. II. L'énoncé et la séquence des propositions en Kimbundu*. Memória de D.E.A. em Linguística. Paris, Université de Paris V, René Descartes (Sorbonne), 171p.
- (1993). "Étude Grammaticale du Kimbundu". Tese de Doutoramento em Linguística. Paris, Université de Paris V, René Descartes (Sorbonne), U.F.R. de Linguistique Générale et Appliquée, 380p.
- PINHO, João Ignacio de (1874). "Apontamentos para a História d'Angola — Cabaça". *O Cruzeiro do Sul* (Loanda), nº 54, 1º ano, quinta-feira, 23 de abril de 1874, p. 3.
- RAVENSTEIN, E. G. (1901). *The strange adventures of Andrew Battell of leigh in Angola and in the adjoining regions*. London, Hakluy Society.
- SILVA, Rosa Cruz e (1991). *Jinga Mbandi e o poder*. Luanda, Museu Nacional de Antropologia, 27p.
- STRUYF, Y. (1931). "Migrations des Bapende et des Bambunda". *Congo*. Bruxelas, I(5):667-70.
- (1948). "Kahemba. Envahisseurs Badjok et conquerants Balunda". *Zaire: Revue Congolaise*. Bruxelas, II(4):351-390, Avril.

SUMMARY

In quest of the Kabasa. An attempt at accounting for the political and administrative structure of the "Kingdom of the Ndongo"

The author discusses the formation of the "Kingdom of Ndongo", based on reports by historians and accounts of oral History. A study is presented of the emergence of the "Kingdom of Ndongo" from the end of the XIII Century and in the beginning of the XIV Century, when dispersed political units bonded together in a peaceful process that had as framework of reference the

arival of the first Ngola at Musudi. The first sovereign in question was of Sambá lineage, and availed of the knowledge of iron-making to wield political power. The process of unification spread in the region of Matamba, in which, in other days, a start had been made on the dispersal of lineages caused by the dearth of space available for engaging in farming.

RÉSUMÉ

À la recherche de Kábàsà: une tentative d'explication de la structure politico-administrative du "Royaume du Ndòngò".

L'auteur y discute la formation du "Royaume du Ndòngò" à partir des écrits des chroniqueurs et des rapports de l'Histoire orale. Il y étudie le surgissement du "Royaume du Ndòndo" depuis la fin du XIII^e siècle et le début du XVI^e siècle, lorsque des unités politiques dispersées se sont unies dans un processus pacifique dont le grand signe est l'émergence du premier Ngólà à Músù-

di. Ce premier souverain était issu du lignage Sàmbá et s'était servi de la connaissance de la production du fer pour obtenir le pouvoir politique. Un tel processus d'unification s'est reproduit dans la région de la Mátàmba, où, à une autre époque, une dispersion des lignages avait commencé à cause du manque d'espaces pour la pratique de l'agriculture.

Angola: conflitos políticos e sistema social (1928-1930)*

Adelino Torres**

**Este artigo, inicialmente escrito em francês, foi apresentado na Conferência da Associação Canadense de Estudos Africanos, em Montreal, em maio de 1992. Esta versão, depois de revista e alterada, é substancialmente diferente do texto original. Recebido para publicação em agosto de 1996.*

***Professor do Instituto de Economia e Gestão Pública da Universidade Técnica de Lisboa.*

A partir de uma tentativa de golpe de Estado que teve lugar em 1930, em Angola, o texto esboça uma síntese sobre algumas das características da colonização portuguesa neste século.

Para além do caráter episódico do acontecimento, que constitui o ponto de partida da análise, o autor põe em relevo que a vulgata das clivagens tradicionais entre colonizadores e colonizados, ou europeus e africanos, alimenta dicotomias pouco esclarecedoras dentro do que ele chama de "paradigma multissecular"; a verdadeira ruptura situa-se no nível político e económico entre mercantilismo e liberalismo.

A vitória do primeiro nos finais do século XIX, e a sua aliança com a burguesia colonial (constituída por brancos, negros e mestiços), distinta da burguesia metropolitana, contrariamente a uma idéia arraigada, teve profundas repercussões no atraso, até 1960, tanto de Portugal como das suas colónias africanas.

Palavra-chave: Angola; colonialismo português; mercantilismo, burguesia colonial; burguesia metropolitana.

Em 1930, teve lugar em Angola, então a mais importante colônia portuguesa na África, o que alguns qualificaram como "tentativa de golpe de Estado" e outros, mais eufemisticamente, chamaram de movimento "de indignação popular" contra os abusos do alto-comissário Filomeno da Câmara.¹

Essa questão, que poderia ter desencadeado na época uma guerra civil em Angola, foi objeto de violenta polêmica, especialmente na imprensa da colônia. Sessenta e seis anos depois, ela mergulha no esquecimento e, que se saiba, nenhum historiador a tratou até hoje.²

O objetivo deste artigo não é fazer uma descrição dos acontecimentos que ocorreram então em Angola e que poderiam ter tido repercussões profundas sobre o próprio regime em Portugal. Limitamo-nos apenas a esboçar os contornos de uma trama que teve essencialmente lugar em 1929 e 1930, aproveitando-a para tentar pôr em relevo algumas das características da própria colonização portuguesa enquanto política global. Esses elementos parecem essenciais para a compreensão da situação econômica e social de Angola nas décadas que se seguirão.

A documentação da época sobre essa rebelião de 1929 é constituída por dois livros, hoje praticamente desconhecidos, e por um volumoso dossiê de documentos inéditos descoberto há poucos anos num leilão em Lisboa.³

O objetivo desta resenha é, nomeadamente, analisar, à luz dos acontecimentos referidos, a validade de certas concepções, ainda hoje muito partilhadas — pelo menos no que diz respeito à colonização portuguesa na África — sobre a relação metrópole-colônias africanas, em particular o conceito de *burguesia colonial* como um todo indiferenciado, que pressupõe uma dicotomia radical colonos-africanos, quase maniqueísta, e o

conceito de *dominação colonial capitalista*, que, sem ser falso em todos os seus aspectos, ignora todavia uma realidade muito mais complexa que tem pouco a ver com o *capitalismo* (entendido como o "capitalismo liberal" clássico, evocado por Adam Smith, e mesmo numa acepção mais moderna do termo) enquanto tal.

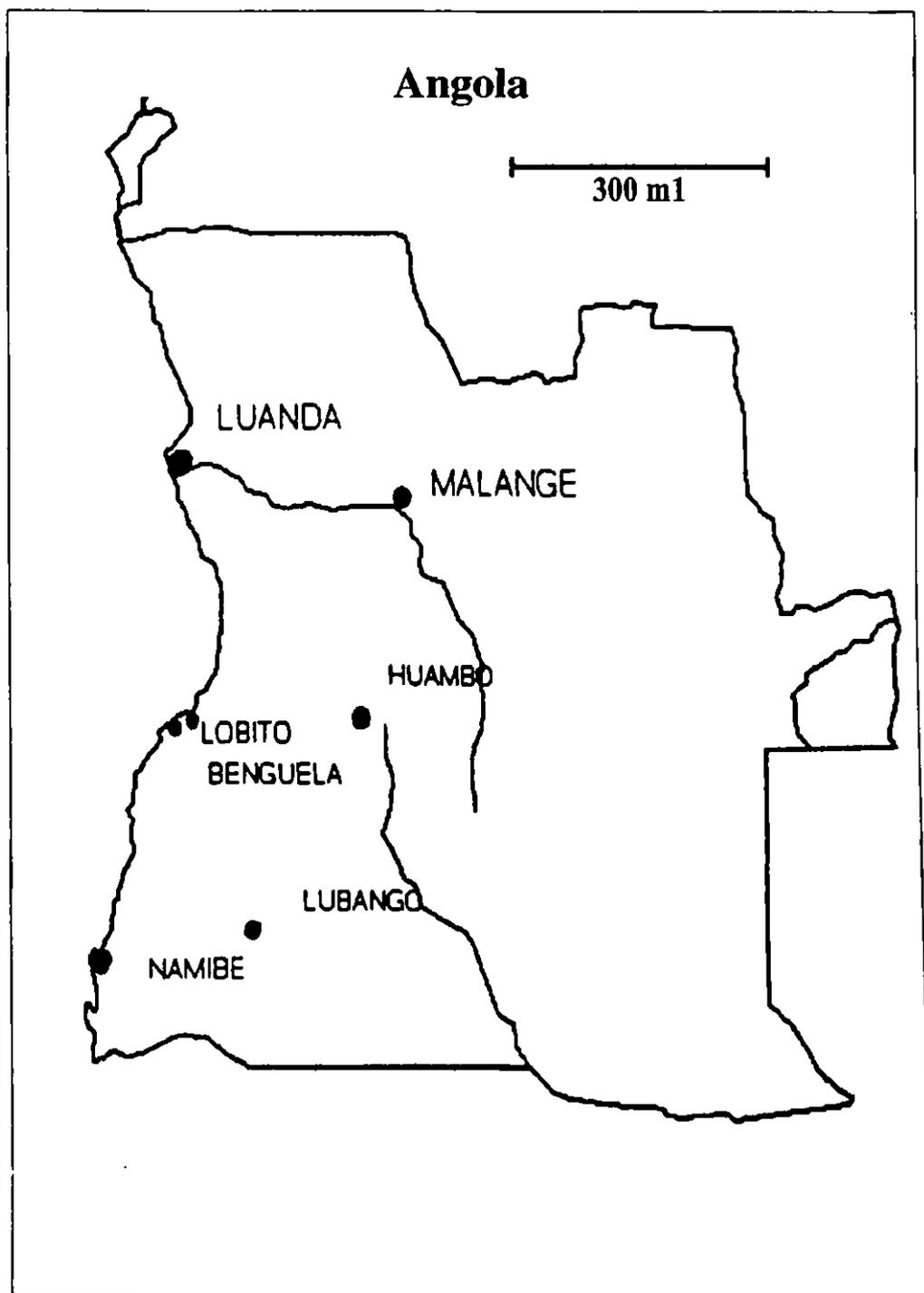
Na primeira parte, farei referência ao enquadramento teórico necessário a uma melhor compreensão dos acontecimentos e seu significado.⁴

Na segunda parte, tentarei esboçar uma interpretação — naturalmente provisória — dos fatos relatados e do seu eventual alcance para a compreensão de alguns aspectos do processo colonial português do primeiro quartel deste século.

A abordagem mais corrente da história colonial portuguesa integra-se no que T. Kuhn chama de "ciência normal". Quer dizer, afirma a existência de uma profunda e multissecular articulação entre Portugal e as suas colônias, definida axiomáticamente pelo arquétipo de uma *colonização de cinco séculos*, cujo conteúdo e validade foram já refutados por René Pélissier.⁵

Chamaremos esse referencial de "paradigma multissecular", que continua a alimentar muitos dos discursos tanto de europeus como de africanos, de tal maneira os parâmetros e mitos dessa "ciência normal" resistem ainda à crítica científica. Contudo, esse paradigma está longe de constituir um bloco coerente, na medida em que é atravessado por duas teorias contraditórias.

A primeira, assente no conceito de *civilização*, admite, *a priori*, que as colônias africanas e suas populações se beneficiaram amplamente de um "encontro" que transformou a sua história. Na sua versão paternalista, vai mesmo mais longe: esse "encontro" teria permitido a passagem de uma fase *a-histórica*, correspondente a uma África sem escrita,



sem passado ou rastro civilizacional dignos de registro, a um período *histórico*, no qual a África assumirá, enfim, uma memória a partir de um presente introduzido e referendado pela civilização europeia.⁶

Reagindo a essa versão distorcida e comprovadamente errada, a segunda teoria, mais recente, encara, pelo contrário, a relação euro-africana sob a ótica radical de uma "dominação imperialista" que submeteu as populações africanas aos objetivos de acumulação da metrópole colonial, através do tráfico de escravos, da exploração, da desestruturação social e cultural, da violência e da opressão.

O que é interessante sublinhar desde logo é que as duas teorias, aparentemente situadas em extremos opostos, partilham, nos seus fundamentos epistemológicos, a mesma percepção linear e monorracional (o paradigma multissecular e civilizacional do *capitalismo*), mesmo quando as suas conseqüências são interpretadas de maneira divergente. Quer dizer, a matriz teórica transforma-se num quadro semântico coerente e unificado no qual só são admitidas simples nacionalidades justapostas.

Desde logo, o paradigma multissecular do império português é raramente considerado, para retomar a terminologia de Lucien Sfez, como um contexto no qual se defrontam multirracionalidades que traduzam a coexistência de várias razões ou *des-razões* e a correspondente sobrecodificação das memórias e dos conflitos que daí resultam inevitavelmente.

Nele apenas se passa do princípio segundo o qual o referido contato civilizacional foi um *bem absoluto* à tese de que ele foi um *mal absoluto*. Geram-se, então, dois universos, que em vão procuram sintetizar, numa linearidade feita de certezas, uma realidade multifacetada e muito mais complexa que en-

caixa mal nos axiomas unidimensionais propostos pelas duas teorias precedentes.

Assim, por exemplo, o conceito de *burguesia colonial* é geralmente entendido como "classe dominante indiferenciada". Ou seja, compreendendo o universo dos territórios metropolitanos⁷ e africano e controlando o processo de colonização sem contradições fundamentais no seu seio.

Contudo, tal definição, demasiadamente genérica, não apreende os diversos planos, que ficam, assim, indistintos. Na realidade, não há uma, mas duas burguesias distintas: uma *burguesia metropolitana* (cujos bens de raiz ou ligações profundas estão em Portugal, seja qual for o seu comprometimento na África) e uma *burguesia colonial* propriamente dita, cujo poder, interesses e ambições têm como ponto de partida os territórios africanos. Por outras palavras, a clivagem não se faz do ponto de vista racial ou étnico, mas sim em relação ao enquadramento econômico e social dos intervenientes.

Há africanos, sobretudo no século XIX, que obtêm altas patentes no exército português (dentro dos chamados "oficiais de 2ª linha") e desse lado combatem. Há igualmente outros africanos que assumem desde muito cedo uma atitude que Pélissier, 1977, chamaria mais tarde de "protonacionalismo". Sobretudo no século XIX ("o século dos mestiços em Angola", segundo Pélissier), muitos deles usufruem de estatutos econômicos (comércio) e sociais (jornalismo, administração pública) relativamente elevados.⁸

Também se tem conhecimento de indivíduos de origem portuguesa que, longe de se conformarem a estereótipos habituais, são absorvidos pelas culturas africanas (a chamada "cafrealização", que tantas preocupações suscitou às autoridades portuguesas), aparecendo mesmo nos séculos XVI e XVII a combater nos exércitos africanos. Outros

ainda manifestam precoces aspirações autonomistas, por vezes em ligação com o Brasil, que se vão perpetuar de maneira mais ou menos pronunciada até uma época mais recente do período colonial.⁹

Assim, é indispensável insistir que, contrariamente ao paradigma multissecular habitual, numa ou noutra das interpretações já vistas, essas duas "burguesias" são distintas e não devem ser confundidas. Pode-se mesmo ir mais longe e sustentar que, no interior de cada uma delas, existem igualmente cortes profundos. Na *burguesia metropolitana* há diferenças assinaláveis entre a burguesia mercantil do Porto, a burguesia mercantil de Lisboa e a burguesia agrária do norte e do centro de Portugal, que frequentemente combatem entre si no terreno económico.

Ao mesmo tempo, na *burguesia colonial* — sobretudo em Angola e, até certo ponto, em Moçambique —, é também possível distinguir diferenças entre o que chamamos, nas suas grandes linhas, de a *burguesia do litoral* e a *burguesia do interior*, cujos conflitos de interesses (por exemplo, em torno da criação de moeda, *moeda fiduciária* para a primeira e *moeda-mercadoria* para a segunda) são igualmente significativos.¹⁰

Todos esses grupos e subgrupos (a sua coesão relativa justificaria mesmo talvez que se falasse, em certos casos, de *classes* em vez de *grupos*), se tinham amplos pontos de convergência, tinham também — mais frequentemente ainda — divergências económicas e sociais profundas que alimentaram repetidos conflitos desde os tempos mais longínquos. Essas contradições nunca desapareceram até as independências dos territórios africanos.

É necessário sublinhar de novo que, contrariamente a um preconceito tenaz, a *burguesia colonial* não inclui unicamente indivíduos de origem europeia. Em Angola

sobretudo, a *burguesia colonial* era um grupo heterogêneo constituído por brancos, negros e mestiços (ainda que com poderes e capacidades de intervenção política diversos, é certo). Todavia, a influência dos últimos, como já foi demonstrado por Pélissier, entre outros autores, foi muito importante no século XIX e no início do século XX.

Esse fenómeno verifica-se também, embora de forma menos acentuada, nas outras colónias portuguesas da África. George E. Brooks, 1987, refere-se à existência de uma situação similar na Guiné-Bissau entre os séculos XV e XIX. José Capela, 1974, dá também elementos de informação sobre Moçambique.

Essa particularidade da colonização portuguesa tem duas razões principais: a frequência numérica dos colonos portugueses na África (até a Segunda Guerra Mundial, as tradicionais correntes de emigração dirigiram-se essencialmente para o Brasil) e a extrema pobreza e o baixo nível de instrução da maioria dos colonos portugueses que se instalavam nas colónias africanas. Essas duas características favoreceram misturas sociais (e raciais) talvez mais acentuadas do que na generalidade das outras colónias francesas ou inglesas.

Isso significa igualmente, como se demonstrou noutra lugar (Torres, 1991), que as duas teorias a que foi feita referência, quando se falou do paradigma multissecular tradicional, ao concentrar as suas análises sobre o "poder colonial" de Lisboa, ignoraram sistematicamente o papel dos africanos. Esse papel foi esvaziado de qualquer conteúdo político ou económico e fez-se silêncio sobre o fato de que esses africanos nunca foram o elemento passivo, desprovido de querer e de história, que constituiu a *image d'Épinal* do pensamento europeu desde Oliveira Martins ou Leroy-Beaulieu...

Noutro plano, podemos igualmente interrogar-nos sobre a pretensão em falar de *capitalismo* nas colônias da África, sobretudo quando se sabe que a implantação desse sistema resulta, antes de mais, da conjugação de pelo menos três elementos, sem os quais não se pode falar de *capitalismo* no sentido rigoroso do termo: trabalho assalariado livre, mercado interno mais ou menos integrado e circulação de moeda fiduciária.

Karl Polanyi 1983, p. 184, demonstrou que, em toda a Europa, o *capitalismo* só se afirmou nos anos 1820, quando conseguiu instituir três instrumentos fundamentais: o preço do trabalho determinado pelo mercado; a criação de moeda submetida a um mecanismo automático; e a livre circulação dos bens. Numa palavra: um mercado de trabalho assalariado livre, o *gold standard* e a livre circulação.

Em Angola (e, por maioria de razão, nas outras colônias portuguesas mais pobres, onde a ocupação foi muito mais superficial), essas condições nunca foram preenchidas, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial. Tudo indica, portanto, que é muito discutível falar de *capitalismo* em Angola ou em Moçambique. É certo, como nos ensina Fernand Braudel, 1985, que, se se faz sair a palavra "capitalismo" pela porta, ela entra logo pela janela, uma vez que nunca encontramos um substituto adequado.

Se o capitalismo foi um fenómeno tardio nas nações desenvolvidas da Europa, é evidente que, num país como Portugal, cujo atraso em relação ao resto do continente europeu entre os séculos XIX e XX tomou proporções significativas, a ausência dos efeitos "desenvolvimentistas" de um verdadeiro capitalismo foi ainda mais pronunciada e duradoura. Isso teve conseqüências na ação colonial e determinou o atraso social dos territórios africanos sob dominação portuguesa.

Sem dúvida que conceitos como *burguesia colonial* (no sentido tradicional acima criticado), *capitalismo*, *império colonial*, *poder da metrópole* etc. podem ser instrumentos úteis na construção de ideologias ou de paradigmas. O seu alcance é, todavia, de algum modo limitado. Mais vale talvez tentar construir uma nova matriz teórica a partir do confronto, no plano econômico e social, entre os dois projetos maiores do século XIX: o mercantilismo e o capitalismo liberal. Não é possível desenvolver mais aqui essa problemática fundamental,¹¹ mas apenas fazer uma rápida referência a algumas questões relacionadas com o caso português.

A esse propósito, basta relembrar que no fim do século XIX o modelo mercantilista saiu finalmente vencedor na contenda que o opunha ao liberalismo, como se verifica a partir de 1890, especialmente em relação às colônias, situação traduzida pela dura legislação laboral e comercial que foi desde então implementada.

Essa evolução teve repercussões decisivas que explicam, nomeadamente, a paradoxal continuidade da estratégia *africanista* dos sucessivos governos portugueses, da monarquia do século XIX e princípio do século XX, durante a Primeira República (1910-1926) e desta ao Estado corporativo fascista (1926-1974). O resultado foi a manutenção do Pacto Colonial e a continuidade de formas de trabalho condenadas pelo direito internacional e há muito abandonadas pelas outras nações europeias etc.

A publicação, no final do século XIX, das leis protecionistas alfandegárias e da nova legislação do trabalho nas colônias africanas (leis de António Ennes) fez praticamente tábua rasa de todas as reformas liberais promulgadas (muitas vezes sem quaisquer efeitos práticos, em parte devido à resistência da *burguesia colonial* instalada em Angola). Foi, a partir de então, a vitória definitiva do

mercantilismo e, em Angola, dos seus beneficiários mais diretos: as elites dominantes oriundas do antigo tráfico de escravos.

Karl Polanyi considerou, com alguma razão, que o mercantilismo concebeu o mercado de maneira totalmente contrária ao espírito da economia de mercado, especialmente através da intervenção do Estado. Sobre esse ponto não haveria uma diferença significativa entre os mercantilistas e os feudais.

Nessa ótica, a vitória do mercantilismo no espaço português representava a sobrevivência do espírito e métodos do antigo regime, condenando as colônias à estagnação econômica e social. A história encarregou-se de demonstrar que essa hipótese tinha fundamentos...

Na política colonial portuguesa da primeira metade do século XX, assinala-se, todavia, uma exceção: a ação de Norton de Matos, nomeado pela Primeira República como governador de Angola, de 1912 a 1914, e, mais tarde, de novo como alto-comissário, no período 1921-1924. Graças a esse segundo mandato, com poderes muito mais alargados do que no primeiro, Norton de Matos levou a cabo a única ação governativa realmente significativa para introduzir a modernidade em Angola, combater o trabalho escravo, impor uma política de investimentos em grande escala e abrir a colônia diretamente à economia mundial. Numa palavra: minar o poder de uma *burguesia colonial* obsoleta.

Como seria de esperar, a obra de Norton de Matos encontrou a maior resistência tanto em Portugal (*burguesia metropolitana*) como em Angola (*burguesia colonial*). Em 1924, o governo da Primeira República, cedendo a pressões, pôs abruptamente fim ao seu mandato como alto-comissário. Com efeito, os pequenos e médios agricultores descapitalizados de Angola, cuja acumulação dependia em grande parte de uma mão-

de-obra praticamente gratuita, dificilmente poderiam sobreviver à transformação e modernização das estruturas econômicas e sociais pretendidas por Norton de Matos. Não é, pois, de admirar que tivessem saudado com entusiasmo o desaparecimento político de Norton de Matos.

Em 1926, teve finalmente lugar em Portugal um golpe de Estado que pretendia dar uma orientação nova ao país. O auto-intitulado Estado Novo, corporativo e de ideologia fascista, põe fim ao regime da Primeira República e nomeia um outro alto-comissário, Vicente Ferreira, professor da Universidade Técnica de Lisboa, homem sem ligações com os partidos políticos e que está destinado a ser uma figura de transição. Apesar disso, este ainda tenta realizar algumas reformas que imediatamente desagradam às forças econômicas locais. Em 1928, Salazar despede-o por telegrama (cf. primeira página do jornal *A Província de Angola*, em anexo).

O alto-comissário seguinte será Filomeno da Câmara, cuja principal qualidade terá sido a sua implicação direta no golpe de Estado fascista de 1926, em Lisboa. Militar de carreira, Filomeno da Câmara é, pois, um homem de confiança do novo regime. As suas competências não eram ainda conhecidas, mas em breve se tornaria evidente que a personagem era pouco recomendável para um cargo de tão grande responsabilidade. Alguns dos decretos redigidos pela sua própria mão e publicados no *Boletim Oficial de Angola* são mesmo curiosos — por exemplo, trata o presidente da República por “grande homem casto” (sic) — ou simplesmente persecutórios.

Quando chegou a Angola, estava acompanhado por um certo tenente, Morais Sarmiento, seu companheiro da *revolução* de 1926, indivíduo, segundo parece, pouco amável, obcecado por idéias fixas como fuzilar todos os “antipatriotas” com pretensões

à independência de Angola, "liquidar os maçonicos" e dar cabo de todos os republicanos partidários da democracia "corrompida". É de crer que esses elevados ideais constituíam todo o seu programa político...

Essa faceta seria de somenos importância se ele não exercesse grande influência pessoal sobre o alto-comissário e, sobretudo, não tivesse sido nomeado diretor geral da administração pública, cargo que começou imediatamente a desempenhar da maneira mais surpreendente e inesperada, a qual incluía, quando sua excelência julgava necessário, a agressão física de funcionários, inclusive de altos funcionários. Como não podia deixar de ser, foi crescendo o mal-estar e a indignação tanto na administração como na própria opinião pública.

Os acontecimentos precipitaram-se quando, em março de 1929, o alto-comissário Filomeno da Câmara se retirou com toda a sua família para o sul de Angola sem nenhuma razão oficial válida. Esse fato foi tanto mais estranho que, em vez de deixar a responsabilidade do governo ao seu substituto legal, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, como a lei determinava, confiou esse cargo ao obscuro tenente Morais Sarmiento. Mais ainda: deixou-lhe folhas em branco já assinadas para que pudesse publicar todos os decretos que entendesse...

As razões desse insólito procedimento nunca foram esclarecidas. Falou-se de incompetência e de outras coisas menos lisonjeiras, mas tais explicações parecem insuficientes. Seja como for, a situação tornou-se rapidamente muito grave porque, como se referem testemunhas da época, o jovem tenente começou a preparar um "golpe de Estado". Segundo alguns depoimentos, o seu projeto seria prender o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o coronel Genipro Almeida, figura que teria contatos nos meios republicanos do regime deposto pelo

golpe de 1926, e, em seguida, prender e deportar centenas de opositores ao novo regime fascista português, nomeadamente no setor da maçonaria, que tinha velhas tradições republicanas e à qual o antigo alto-comissário Norton de Matos também pertencia.

Infelizmente para o dito tenente, o chefe do Estado-Maior foi mais célere e, durante a noite de 29 de março de 1929, cercou a sua casa com tropas do contingente africano e deu-lhe ordem de prisão. Em resumo, após um breve tiroteio, o exaltado tenente Morais Sarmiento acabou morto.¹² Esse epílogo provocou manifestações populares de alegria em Luanda, como se pode ler no jornal *A Província de Angola*, que era então uma espécie de porta-voz da oposição ao regime de Salazar.

Entretanto, na sua residência no sul de Angola, o alto-comissário acusava de "traição" os revoltosos de Luanda e tentava, sem sucesso, mobilizar tropas para avançar sobre a capital da colônia. Enquanto isso, por sua vez, o coronel Genipro Almeida armava batalhões de soldados africanos, comandados por oficiais portugueses.

Ambos os lados iam trocando, entretanto, uma abundante correspondência telegráfica com o ministro das Colônias em Lisboa (Salazar), cada um deles afirmando a sua lealdade a Portugal. Ao mesmo tempo, em Luanda, falava-se cada vez mais em *autonomia* e mesmo em *independência* de Angola,¹³ sobretudo depois de Salazar ameaçar enviar um navio de guerra para a colônia.

A atitude do primeiro-ministro Oliveira Salazar consistiu numa série de manobras dilatórias em que era, contudo, perceptível o seu apoio ao alto-comissário Filomeno da Câmara e a sua desconfiança em relação às forças que se encontravam em Luanda, apesar da posição do primeiro ser, do ponto de vista legal, bastante mais questionável.

Quais foram as conseqüências desses acontecimentos?

O alto-comissário, na impossibilidade de se fazer obedecer, não pôde organizar nenhuma ação armada contra os revoltosos na capital da colônia. Algum tempo depois, acabou por ser “chamado à metrópole”, o que na prática significava que estava demitido das suas funções. O mesmo aconteceu ao chefe do Estado-Maior.

A oposição, incapaz de se organizar, acabou por ser reduzida ao silêncio com a ajuda da censura. Assim, foi esmagada no ovo o que alguns não hesitaram em considerar como tendo sido a última tentativa de rebelião contra a soberania portuguesa da primeira metade deste século.

Sobre os acontecimentos brevemente relatados, é possível fazer três observações. A primeira não passa de uma hipótese, mas uma hipótese de algum modo consistente: Salazar teria designado um alto-comissário da sua confiança política para tentar “limpar” Angola de todas as forças ligadas às idéias republicanas (*liberais*, por assim dizer), alegadamente influenciadas pela *franco-maçonaria*...¹⁴ A manifesta inabilidade desse alto-comissário precipitou a situação de maneira imprevista, mas não invalida a hipótese.

O poder do Estado Novo encontrava-se ainda longe de estar consolidado e era, portanto, necessário avançar com prudência, o que explicaria a ambigüidade de Salazar durante esse processo. Em todo o caso, é muito estranho que o alto-comissário Filomeno da Câmara se tenha retirado com toda a sua família para uma distante e minúscula cidade do sul de Angola sem nenhuma razão válida e, mais ainda, tenha deixado o governo confiado — contra a lei e mesmo contra o simples bom senso — a um mero tenente, mais conhecido pelas suas idéias extremistas.

De qualquer modo, tudo leva a crer que o primeiro alto-comissário da ditadura, sucessora do regime republicano, foi essencialmente um homem de mão da estratégia ultraconservadora e mercantilista do novo governo de Lisboa.

A segunda observação é que essa tentativa de rebelião parece ter tido a participação, ainda que num discreto segundo plano, de certos africanos “ocidentalizados”, como então se dizia, de Luanda e de Benguela. Porém, tudo indica que não terá havido qualquer ligação entre essas elites urbanas e as populações rurais, circunstância que, a verificar-se, teria dado aos acontecimentos um conteúdo completamente diferente e certamente bem mais perigoso para a potência colonizadora.

Em terceiro lugar, em momento algum o governo de Lisboa se mostrou sensível às causas sociais e econômicas mais profundas que estariam na origem do clima de mal-estar vivido na colônia. As preocupações de Salazar relacionavam-se, sobretudo, com a ordem pública, a subordinação total da economia colonial aos interesses da metrópole (Pacto Colonial, protecionismo alfandegário) e o equilíbrio orçamental de cada colônia, obtido com recursos próprios (o que era a mesma coisa que negar “ajuda” da metrópole ao desenvolvimento de territórios por definição carentes).¹⁵

Aplicadas nos anos subsequentes, essas medidas irão estrangular o crescimento das economias de todas as colônias portuguesas na África até o início dos anos 1960, altura em que a maior parte dos grandes investimentos em infra-estrutura, como pontes, estradas e até cidades, como Nova Lisboa (hoje Huambo), resultava ainda do áureo “período Norton de Matos” (1921-1924)!

Se inicialmente a rebelião de 1929 teve uma origem palaciana revestida de aspectos grotescos, ela foi rapidamente transformada

pela propaganda oficial salazarista num episódio político-militar desencadeado, segundo a tese perfilhada por Caldas Xavier, por "ambições pessoais" e por ações sediciosas da "maçonaria anticlerical e antipatriótica". Há boas razões para crer que essa dramatização forneceu o pretexto para amordaçar a opinião, eliminar o que se suspeitava ser veleidades autonomistas e afastar da administração pública os adversários políticos, estendendo e consolidando assim o poder do novo regime no espaço do "império colonial".

Os acontecimentos relatados permitem ainda observar uma certa clivagem que se teria registrado na época: as profissões liberais, os funcionários e os trabalhadores das ferrovias tomaram o partido da rebelião contra o alto-comissário e, indiretamente, contra Lisboa. Pelo contrário, os empresários parecem ter ficado muito mais divididos. O presidente da Associação Comercial e Industrial de Luanda (que incluía também os proprietários agrícolas) solidarizou-se com o alto-comissário e denunciou a rebelião como uma "traição" em relação à metrópole, o que lhe valeu ser posto na cadeia pelo coronel Genipro Almeida.

É difícil saber, com exatidão, até que ponto a posição assumida pelo presidente da Associação Comercial e Industrial era representativa da classe patronal. Mas a história dos anos anteriores, sobretudo durante o governo de Norton de Matos, mostra que esse grupo era pelo menos pouco sensível à perspectiva de um *crecimento* de tipo capitalista, se o entendermos como um processo de reformas em que os fatores econômicos e sociais de liberalização são interdependentes.

Não será excessivo deduzir daqui que proprietários agrícolas, comerciantes e industriais queriam, antes de mais, continuar a se beneficiar da *renda de situação* oferecida

por uma mão-de-obra africana praticamente gratuita, manter-se ao abrigo da concorrência internacional graças ao sistema alfandegário vigente e continuar ao abrigo das acusações que lhe eram feitas em certas instâncias internacionais. Segundo essas acusações, eles aplicavam ainda na colônia, em pleno século XX, um sistema de trabalho retrógrado bastante semelhante, em muitos dos seus aspectos, ao trabalho escravo.¹⁶

Esse grupo constituía o *núcleo duro* do que chamamos de *burguesia colonial* e era em muitos casos herdeiro dos antigos patrões do tráfico de escravos e dos que tinham construído os seus haveres sobre os alicerces de uma economia mercantilista fortemente impregnada de "feudalidade", por assim dizer.

Não foi certamente por acaso que, desde 1820, a fração do poder econômico dessa burguesia colonial em Angola e em Moçambique sempre se bateu contra todas as reformas decretadas por corajosos ministros liberais do século XIX, como Sá da Bandeira e Andrade Corvo, da mesma maneira que procurou (e conseguiu) abater politicamente Norton de Matos e mesmo Vicente Ferreira, apesar de as tentativas de reforma deste último terem sido bastante tímidas. Não é, pois, motivo de admiração ver o presidente da Associação Comercial e Industrial de Luanda aliar-se ao alto-comissário Filomeno da Câmara e ao governo integrista português.

A política colonial portuguesa foi, durante o século XIX, grandemente determinada pela luta entre liberais e mercantilistas. Estes últimos tiveram nas colônias, particularmente em Angola e em Moçambique, um aliado natural na *burguesia colonial*, mesmo se essa aliança comportava contradições e ressentimentos (por exemplo, os interesses comuns entre a burguesia colonial de Angola

e a burguesia do Brasil, as duas associadas no tráfico de escravos do século XIX, manifestaram-se freqüentemente em prejuízo da burguesia mercantil de Portugal).

A partir de 1890 a batalha dos liberais estava definitivamente perdida em Portugal. Esse fato iria condicionar decisivamente todo o período subsequente, tanto em Portugal como nas suas colônias africanas. Cremos que é à luz desse fato que deve ser reavaliada uma estratégia que, fechando Portugal e cortando-o dos desafios e estímulos que resultariam da sua inserção no espaço europeu e mundial, determinou o seu atraso e condenou os atores, portugueses e africanos, à mediocridade do subdesenvolvimento.

O mercantilismo vitorioso dominou as sociedades portuguesa e africana e perdurou muito para além da Segunda Guerra Mundial, praticamente até os anos 1960. Só foi abalado em dois momentos: por Norton de Matos, nos anos 20, e por outro governante, Jorge Eduardo da Costa Oliveira, secretário provincial da Economia de Angola entre 1964 e 1973, que retomou, em parte, a obra do primeiro. Sujeito também a condicionamentos, nomeadamente políticos, este se beneficiou, todavia, de um contexto relativamente mais favorável.

É após os anos 60 que se fazem mais sentir as repercussões políticas, nacionais e internacionais, da ação dos nacionalistas africanos em quase todos os territórios sob domínio português. As novas circunstâncias impuseram finalmente a execução das reformas adiadas por quase 40 anos de salazarismo.

Mas foi a competência e a lucidez de Jorge Eduardo da Costa Oliveira que as tornaram possíveis em Angola, ao recuperar em *marchas forçadas*, por assim dizer, até o início de 1973, muito do atraso acumulado nas décadas precedentes. Foi só nesse período que a situação econômica começou realmente a mudar.

O turbilhão da revolução democrática em Portugal, em 1974, e das independências na África, em 1975, atirou para a poeira dos arquivos tradições e preconceitos ultrapassados, mas também fez desmoronar realizações alcançadas e sonhos que, porventura, teriam valido a pena prosseguir. Mas a responsabilidade desse fracasso cabe exclusivamente à imprevisão e arrogância com que, no passado (com especial ênfase para o reinado salazarista), se ignoraram os protestos de africanos e de não poucos portugueses e se geriram desastrosamente os destinos do espaço de língua oficial portuguesa.

Matéria tão recente já não cabe neste artigo. Recorde-se apenas que um melhor conhecimento das relações entre colonizadores e colonizados (hoje, felizmente, ex-colonizadores e ex-colonizados) continua a ser essencial, na medida em que muitas idéias e/ou preconceitos contemporâneos precisam ainda ser esclarecidos ou reequacionados sem a carga emotiva que lhes está inerente.

Uma revisão da história colonial portuguesa, levada a cabo com rigor, ajudaria certamente a explicar o presente de maneira bem mais construtiva e útil do que certas retóricas em voga, na Europa ou na África...

A PROVINCIA DE ANGOLA

DIÁRIO DA TARDE
 ÓRGÃO DOS INTERESSES ECONÓMICOS DA COLÓNIA
 DIRECTOR: António Joaquim Alfredo Cardoso
 REDACÇÃO PRINCIPAL: ROLFO PINA
 SECRETARIA DE REDACÇÃO: GORGES MARTINS
 REDACÇÃO EM LUANDA: J. MIMAS MARQUES
 PROPRIEDADE DA EMPRESA GRÁFICA DE ANGOLA
 TELEGRAMAS - PROANGOLA - C. P. N.º 14 - TELEFONO 2.º 24

III LUANDA
 Segunda-feira
5
 NOVEMBRO

Vêr telegramas
 na 2.ª página

«Quando o poço seco é que se reconhece o valor da água».
PROVERBIO ARABE

Ano VI — N.º 91

AVENÇADO

A demissão do sr. Alto Comissário
 Os telegramas trocados — de uma declaração do Conselho Executivo
 Na sábado, pelas 18 30 horas, reuniu o Conselho Executivo, convocada pelo sr. Alto Comissário, para o efeito do encaminhamento dos telegramas trocados com o sr. Ministro das Colónias e Presidente do Ministério que se seguem:
 Expedido de Luanda em 18 de Outubro de 1928:
 Ultramar — Lisboa.
 1-032 — Tomou posse Secretário Interior bacharel António Custódio Viderra.
 Alizam.
 Expedido em 31 de Outubro de 1928 e recebido em 1 de Novembro de 1928:
 Alto Comissário — Luanda.
 1-033 — Referência ao 1-029 demite imediatamente Secretário Interior Viderra.
 Ministro.
 Expedido de Luanda em 1 de Novembro de 1928:
 Ultramar — Lisboa.
 1-033 — Não comparei ontem em 1-033 Vossa não pode dar porque nomeado secretário Secretário Interior minha competência. Referências ao 1-029 de quarta-feira 1928 confirmado em 1-034 Doutor Viderra posse digna competente seja republicado.
 Alizam.
 Expedido em 1 de Novembro de 1928:
 Presidente Ministério — Lisboa.
 1-034 — Concedido Vossa demissão de imediato facto comentei Ministério Colónia em 1-033 referências ao 1-029 demite imediatamente Secretário Interior Viderra. Respondi seguintes termos: Não comparei ontem em 1-033 Vossa não pode dar porque nomeado secretário Secretário Interior minha competência conforme telegrama 1-029 de quarta-feira 1928 conforme em 1-034. Doutor Viderra posse digna competente seja republicado. Sinto que ainda esperaria saber a sua opinião sobre a demissão do sr. Viderra. Não mereço a honra de ser considerado responsável nem sequer formular a sua opinião. Cumprimentos.
 Alizam.
 Expedido em 1 de Novembro de 1928:
 Presidente da República — Lisboa.
 1-034 — Concedido Vossa desconheço estranho facto comentei Ministério Colónia em 1-033 referências ao 1-029 demite imediatamente Secretário Interior Viderra. Respondi seguintes termos: Não comparei ontem em 1-033 Vossa não pode dar porque nomeado secretário Secretário Interior minha competência conforme telegrama 1-029 de quarta-feira 1928 confirmado em 1-034. Doutor Viderra posse digna competente seja republicado. Sinto que ainda esperaria saber a sua opinião sobre a demissão do sr. Viderra. Não mereço a honra de ser considerado responsável nem sequer formular a sua opinião. Respeitosos cumprimentos.
 Alizam.
 Expedido em 1 de Novembro de 1928 e recebido em 3 de Novembro de 1928:
 Alto Comissário — Luanda.
 Conselho. Ministros recebeu nomeação Vossa entregar imediatamente Governo do sr. D. Mimas Marques.
 Presidente Conselho — Lisboa.
 (Continua na última página)

O que se segue?

Foi exonerado da carga de Alto Comissário da República, em Angola, o coronel de engenharia sr. António Vicente Ferreira.
 Não queremos comentar a maneira como o Governo Central resolveu dar-lhe a sua exoneração, nem a maneira de que se aproveitou para o fazer.
 Estamos já habituados a vêr, na política portuguesa, sacrificar a caprichos e palácios pessoais, os superiores interesses da Nação. Deixamos porém ler que, mais uma vez, a Colónia perde a sequência de uma acção, que se lançava com consciência e aprofundada estudo tal como já mais havia sido feita, e a qual, se havia largada a Colónia a sacrificar-se, tinha demonstrado já estar chegada a época das compensações, pela entrada em vida nova, depois de linda e dolorosa mas inevitável liquidação do passado.

É cedo ainda para fazer toda a justiça à obra realizada pelo coronel Vicente Ferreira, nos seus 2 anos de governo.
 Para isso é preciso que o tempo faça desaparecer as paixões que ainda vivem, os descontentamentos que ainda lauram.
 Mas a hora virá na qual se ha de reconhecer que já seguramente tinham aparecido, acima do terreno, os alicerces fortes de uma nova e mais equilibrada fase da vida económica e financeira da Colónia, provida de moeda estável e com valôr externo, tendo um orçamento sem deficit e recursos bastantes para organizar, sem o auxílio da Metrópole, o seu Banco de Fomento.
 Mais uma vez, como sempre tem sucedido nesta maltratada Angola, se interrompe uma obra no momento em que a pôde pertencida — a de preparação — havia findada e dele se iam colher os benefícios.
 É nesta altura, quando o sr. Alto Comissário havia exposto ao Governo a forma como encerrava a arrumação das dívidas da Colónia, — pondo assim o Orçamento da Colónia ao abrigo de futuros deficits; quando, repetimo-lo, havia sido concertada com o sr. Governador do Banco de Angola, a organização imediata do Banco de Fomento, que só dependia da assinatura, pelo Ministro, do diploma respectivo; — que um pretexto, tão pequeno como visivelmente concertado, abre uma vage para o mais alta posto da República no Ultramar, sem ter havido preocupações pelas consequências dessa acção, sem se ter reparado nas dificuldades que para a Colónia podem advir, depois de ter feito, quem sabe se em pura pedra, tantas e tantas sacrificios.

Disse o coronel sr. Vicente Ferreira quando, em Setembro de 1926, chegou a esta Colónia, — que desejava conservar sempre a sua independência moral e politica.
 Conservou-a, de facto, através de tudo. E é ainda em beleza e em respeito a essa independência que sai do seu lugar, dignamente e de pé!
 Homem de carácter, como é homem de sciência, o coronel sr. Vicente Ferreira deixa assinalada a sua passagem por Angola.
 Não lhe permitiram levar a cabo o seu plano, que metódicamente deduzia e preparou. Mas isso seria, na verdade, caso unico em terras de Portugal, onde só é lógico o que lógico nenhuma tem.
 Na hora da partida, apresentamos-lhe as homenagens devidas ao honesto e sincero esforço que, num trabalho permanente e exaustivo, empregou para encenar e resolver o problema de Angola. Bem a clerical esforço fica perante todos os que comparem a situação geral da Colónia em 1926 e actualmente.
 Melhor que tudo quanto poderíamos dizer, o seu ultimo relatório sobre as dívidas da Colónia que hoje começamos a transcrever, dirá o que tem sido e estava sendo a sua inteligência e criteriosa acção como Alto Comissário da República.
 Sabemos quem se retira. Quem sabe o que virá?

O acto de posse de Governador Geral, interino, de Angola, do sr. coronel dr. Antonio Damas Móra

Em cidade dos telegramas que andam logo publicamos foi dado conhecimento das 18 horas, pelo coronel sr. Vicente Ferreira, posse do lugar de Governador Geral, interino, da Colónia ao coronel medico sr. António Damas Móra. Nosso Chefe dos Serviços de Saude, que para esse alto cargo antes de Delatado, onde se encontrava.
 Lido o acto de posse e recebido pelo coronel sr. Vicente Ferreira a declaração de honra do novo Governador Geral, o sr. dr. Antonio Damas Móra, significou em seu nome pessoal ao coronel sr. Vicente Ferreira o seu reconhecimento e a sua admiração pelo que o ilustre sr. Alto Comissário e Governador Geral, tinha feito em prol da Assistência Médica aos Indígenas, obra a que o coronel sr. dr. Damas Móra, dedicava o maior carinho e dedicação.
 Tinha sido devido ao coronel sr. Vicente Ferreira, o desanunciamento dado a seus serviços, pela promulgação dos diplomas lançados em 1-033 referências ao 1-029 de quarta-feira 1928 e a sua posse de administração recentemente nomeado, quanto a estes serviços, pelo sr. dr. Tróvão, Chefe dos Serviços de Saude do Congo Belga, que tivera a honra de declarar que a assistência médica aos indígenas em Angola ultrapassava a que no Congo se fazia, apesar de não havia lugar que era ali onde Unha lugar a maior estarem até hoje feita neste sentido.
 Como representante da Colónia que naquele momento era, teria apresentado a S. Ex.ª de seus conhecimentos pela grande como de altura material e intelectual que os seus problemas o coronel sr. Vicente Ferreira tinha dedicado, fazendo-lhe as suas deparadas e desejando-lhe a sua Ex.ª, família muito boa saude.
 O acto de posse foi muito concorrido.
 A saude prazerosa a alguns que, recentemente e desde 1915, um dia que veio para Luanda, vem fazendo um catalogo dos Governadores Gerais. Qual é o numero que cabe ao sr. dr. Damas Móra? — O numero 30, segundo diz-nos.
 Em 15 anos, 30 Governadores Gerais. Não é muito, apesar de um modelo médio de 3 por ano.
 Expedido em 2 de Novembro de 1928 e recebido em 3 de Novembro de 1928:
 Alto Comissário — Luanda.
 Decreto haie nomeado Vossa e nomeado Governador Geral interino Coronel medico Antonio Damas Móra.
 Ministro.
 Após a leitura do sr. Alto Comissário pede que fique testualmente assente na acção que se declara satisfeito com a demissão que lhe foi dada pelo Ministério das Colónias Bactier Sebiano, nos termos a que muito porque lhe foi dada.
 Tem muita honra em ter nomeado o sr. dr. Viderra para o lugar de Secretário Presidencial do Interior, porque Sua Ex.ª é um homem de ficara e sabe defendê-la em todos os campos; é uma inteligência calma e dela tem dada honra.
 (Continua na 4.ª página da 2.ª página)

Domingo, 23 de Março de 1930



BOLETIM OFICIAL

DA

COLÓNIA DE ANGOLA

Suplemento à Edição extraordinária do "Boletim Oficial", publicada em Benguela
Domingo 23 de Março de 1930

Texto do telegrama n.º 291 enviado por Sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias Doutor Oliveira Salazar ao Senhor Alto Comissário da República em Angola Comandante Filomeno da Câmara:

Recebidos hoje dois telegramas de Vossa Excelência Conselho ministros resolveu organizar imediatamente um destacamento mixto que partirá urgência Luanda seguindo ao mesmo tempo Vasco da Gama além de duas Canhoneiras. Deve entretanto Vossa Excelência continuar organizando as forças da Colónia que se achem próximas... apesar da suficiência de tropas enviadas pela Metrópole. Deve Vossa Excelencia conservar-se Benguela ou proximidades para facilidades de contacto com o Governo Central não iniciando quaisquer forças a marcha sobre Luanda sem expressas instruções da Metrópole. Recomendo Vossa Excelência instantemente todo o cuidado com a sua segurança pessoal. Publico decreto demitindo Encarregado do Governo e parecendo-me inconveniente deslocar do Congo Sepulveda mandei entregar o Governo ao Presidente da Relação durante ausência de Vossa Excelência.

MINISTRO.



BOLETIM OFICIAL

DA

COLÓNIA DE ANGOLA

Edição extraordinária publicada em Benguela

Texto dos telegramas n.º 311 e 314 enviados por Sua Excelência o Senhor Ministro das Colónias Doutor Oliveira Salazar a Sua Excelência o Senhor Alto Comissário da República em Angola Comandante Filomeno da Câmara:

311—Envio Vexa telegrama hoje mesmo dirigi ao Presidente da Relação em resposta a outro seu muito extenso pedindo respeitosamente garantias propondo alvitres e condições que não aceito para assumir cargo que lhe é confiado. . . . Espero não será necessario continuar organisando forças conto para isso com coope-
ração Vexa tendo unicamente atenção superiores conveniencias Patria. Governo acha preferivel mandar Oficial General proceder inquerito mandarei tambem seguir Cortez. Desejo salvaguardar prestigio Vexa e resoluções que a Vexa possam parecer contrarias a esse desejo são determinadas por circunstancias e conhecimento aqui da situação geral. Segue copia telegrama 310: Referencia telegrama hontem Vexa Governo quer bem esclarecidos acontecimentos ocorridos Luanda mandando para isso urgentemente Oficial General proceder inquerito rigoroso condições inteira independencia e imparcialidade para apuramento responsabilidades. Governo dita suas ordens que fará acatar conformidade lei e interesses país nenhuma outras garantias precisando dar. Não permite violencias represalias ou coações nem admite ofensas prestigio poder legitimamente constituído. Tem vivo desejo evitar embate forças nesse sentido deu ordens terminantes mas não hesitaria sendo necessario actuar com energia reclamada pelas circunstancias para impor ordem e respeito autoridade. Escolha nome Vexa obedece pensamento solucionar deploravel questão sem atropelos Justiça e disciplina e sem transigencias incompativeis dignidade poderes publicos. Vexa receberá directo e exclusivamente Metropole instruções devendo informar e prestar esclarecimentos desempenhando honesta e dignamente seu cargo como Vexa diz referido telegrama deseja fazer e Governo exige áqueles que exercem funções publicas destinando sua intervenção reconstituir rapidamente normalidade pelas medidas adoptadas tais casos não esquecendo que nos encontramos face attitude gravissima força armada quaisquer que sejam razões invocadas para sua explicação que oportunamente serão apreciadas. Superiores interesses Nação reclamam terminar já estado de coisas que demasiadamente se tem prolongado e começa ser explorado imprensa estrangeira. Conto para isso com patriotismo Vexa assumindo sem mais hesitações encargo lhe é confiado evitando maior dano Angola e inutilizando manobras contra nossos direitos potencia colonial. Atenda Vexa que toda delonga ou tergiversação nesta altura produzirá consequencias desastrosas que a todos portugueses cumpre afastar. Oficial General parte já rápido 1 Abril. Estou informado Coronel Genipro dirige-se forças espalhadas Colonia e deu ordens prender Governador Congo. Proibo absolutamente deslocções tropa e preparativo combate. Deve Vexa fazer executar imediatamente estas instruções aguardando as que amanhã mandarei. Instruções mesmo sentido foram dadas Sexa Altocom

314—Ultimas noticias vindas Luanda levam-me considerar esgotados meios pacificos desejei empregar sem quebra respeito principio autoridade. Demito Genipro todas funções civis e militares exerce Angola nomeando interinamente Capitão Anselmo Vilardebó. Demito presidente Relação confirmo ordens Vexa proibindo navios escala Luanda faço partir expedição e preciso que Vexa examinando novo aspecto situação dizer se devo limitar-me forças que mandou pedir.

MINISTRO

A PROVINCIA DE ANGOLA

«Um poder odioso não pode ser duradouro.»
Sêneca

DIÁRIO DA TARDE
ORGÃO DOS INTERESSES E ONDAS DA COLÓNIA
DIRECTOR: António Joaquim Alvaro Cardoso
REDAÇÃO PRINCIPAL: ADELINO TORRES
SECRETARIA DA REDACÇÃO: CAROLINA MARTINS
REDACTORES DE LINGUA: D. MIMAS MARTINS
AVENIDA ALEXANDRE DE GusMÃO, Rua Salvador Correia, 31 e 33
REDACTORIA DA EMPRESA GÁLGICA DE ANGOLA
TELEGRAMAS—PROANGOLA—C. P. N.º 111—TELEFONO N.º 11

1930
LOANDA
Terça-feira
25
MARÇO

Hoje:
Numero de
6 paginas

AVENÇADO

Ano VII — N.º 1330

Filomeno da Camara, reu de alta=traição

A marcha dos acontecimentos — O Alto Comissario pretende armar indigenas no Bailundo contra o Exercito e Colonos — Não tendo sido satisfeitas as condições que apresentou, o sr. dr. Euclides de Menezes continua recusando ser Encarregado do Governo — A 16.º C. I. L. da Vumba, ocupa o Dondo
Notas officiosas — Um manifesto

Depois de um ano de Governo arbitrário, violento e incompetente que perseguia colonos, fez politica mesquiada e odiante e confundiu atribuições, abdicando ao uso de um Impulso, nos em Portugal já tinha desfeito o Poder Executivo e o mais alto Magistrado da Nação, os poderes que a Metrópole lhe confiou, — que acto de desfeitura da brava Guarnição de Luanda libertou-nos de um pesadelo que nos aprisionava, fazendo-nos de novo respirar em ar de Liberdade.

Quis a Guarnição apenas prender o Inspector da Fazenda Pública Alfredo Morais Sarmento, collocando o Alto Comissario perante um facto consumado que teria de sancionar, arripando o mesmo o mesmo, sem acto de firmeza medando, se disso fosse capaz, os seus condados processos de Governo.

A loucura daquele, resistindo a firme proposição de excessiva, que o ia prender, a disparando sobre ela, provocou a sua morte e a perda do braço a sua soldado por elle ferido. Lamentamos este forçado espolio que não era o que se pretendia, mas os factos consumaram-se e os factos consumam-se.

Em face desta tragédia de que o commandante Filomeno da Camara é o único culpado, esta só tinha um caminho a seguir: — demittir-se.

De há muito fora da lei; tendo a obra de fiscalização e de apuramento de responsabilidades do Conselho de Governo; retirou-se sem necessidade sem oportunidade para o Labito, não nomeado Encarregado do Governo quem de direito o devia ser, logo é, o Vice-Presidente daquela Comissão e Chefe do E. M. do Exército, coronel General de Caíbe Eça e Almeida.

Deixou a representá-lo, officiosamente, quem não tinha qualidade para tal: — Alfredo Morais Sarmento.

Logo surgiram vários conflitos de competência por esta provocados com chefes de serviço e o sr. Chefe do E. M. teve de ir ao Labito espôr ao Alto Comissario os factos que com elle se passavam e pedir providencias e satisfações. O commandante Filomeno da Camara viu a Luanda, onde esteve dois dias, dando satisfações aparentes e retirando-se logo para o Labito, gozando a sustento da sua variada diplomacia.

Mas se por um lado pareceu resolveu contra o seu válido Morais Sarmento, por outro lado contentou-se dando-lhe a subita e particularmente mais amplas poderes, deixando-lhe todas as ordens em branco para o habilitar a dar ordens, publicar posturas e despachos em seu nome.

Amos se faz, além de outras coisas, uma injusta postura de castigo, que foi simples vingança contra a atitude de um chefe de serviço, estado legal e prestigioso da autoridade do sr. Ministro das Colónias.

Amos se tinha preparado uma cidade para prender o sr. Chefe do E. M. do Exército, estado organizada uma scena de grande espectáculo para justificar a deportação de Angola de cerca de duas centenas de pessoas que ainda tinham a validade de filiar alto contra os demandos de governação de Colónia, e que não deixavam fazer a vontade, a grande obra de nacionalismo em Angola, perturbando e degradando a honrada dignidade de alguns formosos e amados adeptos da situação e seus entesidos paladinos.

Estes maneios conhecidos, a Guarnição de Luanda agiu e vai sendo como sempre, até ao fim.

A vida era afetar de Angola o elemento que se considerava de perniciosa influencia junto do Alto Comissario e, libertando-o d'ella, vir se ele seria capaz de alguma coisa fazer em favor de Colónia.

E ninguém duvidava de que o Alto Comissario não accedesse os factos consumados, deles tirando selectas consequências.

O commandante Filomeno da Camara em presença de um acto de firmeza e de exultação do exército, magistratura, chefes de serviço, funcionários, comércio e povo de Luanda, e que se justificam os de outras terras de Angola e se justificam todos os do resto de Colónia, logo que tinham conhecimento dos factos ocorridos, e até aqui deturpados pelo Alto Comissario e alguns dos seus agentes; — em lugar de se lhe cobrarem de se demittir, como lhe coubera, tem validade de recusação, tem momentos de ira e pretende vingá-lo dos que se levantaram contra os seus erros, contra as suas violências.

O Governo da Metrópole, por seu lado, posto ao facto dos acontecimentos, pretende lançar o principio de prestigio da autoridade para não demittir immediatamente o Alto Comissario, não se lembrando de que acena do puerilismo de um homem que, por si proprio e pelo seu acto de desprestígio, está o prestigio de Colónia e de Portugal.

Tem o exército que defende estes prestigios, já que se desprezou em favor de uma coisa que não existe, que se estragou por estes laibéis de Filomeno da Camara.

Com o resto e a força do seu lado,

está ceder, porque nisto está comprometido o seu brío e o seu patriotismo.

Javoca o Governo o efeito que produz esta situação na Sociedade das Nações, mas só a ela compete, desde a primeira hora, evitá-lo, dando plena e justa satisfação a Colónia.

Não tem o direito de se vocar o prestigio da autoridade que se anda passo, em Portugal, o deus e a deus de restos, e se curva e se humilha perante actos de força e perante desobediências.

O exército e o povo de Angola não necessitam lições de patriotismo. E são quem tem valorizado estas terras, quem tem nella o seu direito e tradição nacional, através de repetidas e difíceis crises, com sacrifícios de toda a ordem.

Tudo se mais razões que se justificam no compromisso, no cumprimento de garantias aqui, pelo seu occupato e pelo seu trabalho, e soberania de Portugal.

Neste momento grave não deixam de afirmar a sua luctiva dedicação pela Patria, mas também não deixam de pugnar pela justiça que lhes cabe, tendo até onde for preciso para o obter, para liquidar de vez uma situação ilegal, arbitrária e venenosa.

No Sul, o megalomano que ainda se arroga poderes e força que não tem, continúa a pensar em fazer correr sangue de portugueses contra portugueses, praticando o mais horrendo crime — o de Alta-Traição à Patria — que se registará nos annos de História de Angola.

Esta traição sem nome, confirmase amplamente com a molida acobarda de receber, de origem Alodiga, de que Filomeno da Camara mandou civis aliciar as tropas da guarnição de Malange e de Huila (Comand. Norte), além de outras. O exército de Malange já não se controla ali as tropas e as outras unidades declaram que não miriam a bater-se com os seus camaradas.

A tal hora que está ao lado do Alto Comissario é a 16.º C. I. L. (Bailundo) onde actualmente está Filomeno da Camara que, desesperado, deu ordens para armas pretas bailundos para se baterem contra o exército e contra os colonos!

Nem um bôpeda de Riibafelas se lembrou de recorrer à população indigena para combater europeus e tropas regulares. — lembrou-se, porém, disse o Alto Comissario, que até venturoza em praticar mais com acto venturoso do prestigio da soberania portuguesa, contra instruções expressas de sr. Ministro das Colónias, que lhe permitia vir para Luanda sob condição de não exercer quaisquer responsabilidades.

Filomeno da Camara desobedeceu as ordens do Ministro, publicando um *Bolletim Oficial* em que declara a es-

tado de alta em toda a Provincia (!) com suspensão total de garantias (!) e põe em vigor as penalidades do Código de Justiça Militar em tempo de guerra mandando prender e julgar em seu sumário os bosteiros, applicando-lhes multas de 1.000 a 10.000 angolares. Escusado será dizer que, para elle, no *bolletim* se não que digam a verdade.

Em opposição a esta procedimenta indisciplinado e arbitrário, está o do Exército e do sr. Chefe do E. M. promovendo uma solução digna e clara, tendo conseguido todo o prestigio da força, mas não hesitando d'ella e empunhando em coarctar o Governo Central, — antes de ter de agir para completa realização dos factos que se estavam a produzir e a seguir que os mesmos factos.

Que o público, imparcialmente, julgue estas atitudes opostas e veja de que lado está a calma e a razão.

Crime de Alta-Traição, reputamo-lo, é o que está fazendo o sr. Alto Comissario, porque um tal facto poderá ter as mais funestas consequências para Portugal e para Angola.

Pretende fazer nos senhores pela lei, uma força que lhe falta moral e materialmente, e com irreverente despienda manda considerarem-se preso sem que tenha força para o sustentar, quem não tem que obedecer-lhe: mandando ao mesmo tempo, por intermédio do Director de Fazenda Ferraz Martins, que se não transfira dinheiro para Luanda, e nada se pague ao comércio e funcionários.

Quanto a esta parte, já usa e abusa, em regime normal do governo de Filomeno da Camara, ou não recebiam ou só eram pagos tarde e a má hora, porque apesar de um orçamento que se dizia equilibrado, os cofres publicos estavam esvaziados.

O Alto Comissario, porém, para pagar a Colónia e mercédias abandonava Luanda provocando a grave situação presente... mas recebendo-lhe e as suas humilhantes adiantos, pingos ajudas de custo.

Não pode ser. O exército e o povo de Angola não podem permitir com isto immoral e criminoso attitude.

O Commandante Filomeno da Camara tem de ser demittido, tem de abandonar a Colónia. E se o não fizer de motu proprio, se o não obrigar pelo Governo Central, será forçado a fazê-lo pelo exército, apoiado pelos colonos, que precisam significar que tem dignidade, que tem a consciência de sua opinião e dos seus deveres, deixando apezor ser governados por quem para
(Continua na 2.ª pagina)

A PROVINCIA DE ANGOLA

«O Governo não é estabelecido para vantagem dos governantes, mas sim dos governados.»
SIDNEY SMITH.

DIARIO DA TARDE
ORGAO DOS INTERESSES ECONOMICOS DA COLONIA
Director: Antonio Joaquim Rifaro Cardoso
Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa
Redactor Principal: **ADOLFO PINA**
Secretario da Redacção: **GUARANA MARINHO**
Redactor em Lisboa: **J. Mimoso Moreira**

1930
LOANDA
Terça-feira
1
ABRIL

Hoje:
Numero de 6 pag.
Visado pela Censura

Ano VII — N.º 1336

Redacção, Administração e Officinas — Rua Salvador Correia, 31 e 37
PROPRIEDADE DA EMPRESA GRAFICA DE ANGOLA
Telegrams — PROANGOLA — C. P. N.º 318 — Telefones n.º 30

AVENÇADO

Começa a ser dada satisfação a Angola

Caminha-se para a normalidade

O sr. Ministro das Colonias chama a Lisboa e sr. Alto Comissario — E' nomeado Encarregado do Governo o tenente-coronel sr. Bento Esteves Roma, só tendo que receber instruções do Ministro — A guarda e as forças que o acompanham acclamam a autoridade de S. Ex.º o Encarregado do Governo, mantendo-se nas suas posições até que as tropas que obedeceram ao Alto Comissario regressem a quartéis

Ontem, logo de manhã, já se dava sentir a calma e a serenidade que se estabelecem nas relações estabelecidas, pois se estava em condições de se pôr a trabalhar. Só pela tarde, entre das 17.30 horas, foi distribuída a seguinte proclamação do Sr. Dr. Alves da Costa, o presidente e admirável ministro neste caso. A este respeito, a imprensa se dedica a publicar o texto da sua declaração e a fazer a sua mais grande e mais sincera interpretação.

Como ontem disámos, o Governo Central entra no que de há muito de lá se tem feito, no campo da transição, que se impõe em face da mais serena análise dos factos.

O Governo faz o seu estado de sítio em face das informações contraditórias que tem.

Perante a análise do conjunto, o Governo chega por fim ao que de início lhe foi proposto como a melhor solução, tendo-se passado 12 dias e provocado avaliados prejuízos, em longas e laboriosas negociações, as quais tiveram, pelo menos, o mérito de pôr no seu devido respeito gestos nobilíssimos e dar-nos e estabelecer reconfortante do espírito de patriotismo e do sacrifício de parte do Chefe do E. N.º sr. coronel Genip da Cunha.

Perante a análise do conjunto, o Governo chega por fim ao que de início lhe foi proposto como a melhor solução, tendo-se passado 12 dias e provocado avaliados prejuízos, em longas e laboriosas negociações, as quais tiveram, pelo menos, o mérito de pôr no seu devido respeito gestos nobilíssimos e dar-nos e estabelecer reconfortante do espírito de patriotismo e do sacrifício de parte do Chefe do E. N.º sr. coronel Genip da Cunha.

Perante a análise do conjunto, o Governo chega por fim ao que de início lhe foi proposto como a melhor solução, tendo-se passado 12 dias e provocado avaliados prejuízos, em longas e laboriosas negociações, as quais tiveram, pelo menos, o mérito de pôr no seu devido respeito gestos nobilíssimos e dar-nos e estabelecer reconfortante do espírito de patriotismo e do sacrifício de parte do Chefe do E. N.º sr. coronel Genip da Cunha.

AO POVO DE LUANDA

Parado a gravidade dos acontecimentos, o Governo examina a situação e a minha situação nesta grande Colónia, julgo ter o direito de cumprir o dever sagrado de aconselhar a toda a população de Luanda a maior prudência e toda a calma, continuando todos na nossa vida de trabalho como costumámos que nos orgulhamos de ser.

Dentro de poucas horas estará normalizada a situação de Governo em Angola.

Luanda, 31 de Março de 1930.

Continuado a notícia de retirada da Colónia do Comandante Filomeno da Câmara, o repatrio foi geral, tendo sido ao sr. desenhos de logotypia e enviado muitos marcos.

O tenente-coronel sr. Bento Roma, a quem foi conlido, numa hora grave e delicada, em encargo da mais alta importância, não precisa apresentação, pois bem conhecido é na Colónia, como oficial brinco e valente da Grande Guerra e como colonial distinto, tendo exercido com brilho os cargos de governador de Luanda e do Huila, e tendo sido conlido já, em outra ocasião delicada, para exercer idêntico lugar.

As suas qualidades e a sua criteriosa ponderação, inteligência e maleabilidade, são garantida de que o seu espinhoso missão, que é dever de todos os bons colonos facilitar, será coroado de êxito, parabem da Colónia e de Portugal.

A posse do sr. Encarregado do Governo Geral, Sr. Tenente-Coronel Bento Esteves Roma

Pelas 22.30 horas entrou a notícia de que o tenente-coronel sr. Bento Roma, a quem foi conlido, numa hora grave e delicada, em encargo da mais alta importância, não precisa apresentação, pois bem conhecido é na Colónia, como oficial brinco e valente da Grande Guerra e como colonial distinto, tendo exercido com brilho os cargos de governador de Luanda e do Huila, e tendo sido conlido já, em outra ocasião delicada, para exercer idêntico lugar.

sem — em ao exército português e ao sr. de Patra, que são correspondentes.

O tenente-coronel sr. Bento Roma, a quem foi conlido, numa hora grave e delicada, em encargo da mais alta importância, não precisa apresentação, pois bem conhecido é na Colónia, como oficial brinco e valente da Grande Guerra e como colonial distinto, tendo exercido com brilho os cargos de governador de Luanda e do Huila, e tendo sido conlido já, em outra ocasião delicada, para exercer idêntico lugar.

O primeiro telegrama de sr. S. Ex.º foi nomeado Encarregado do Governo por decreto de ontem, cargo de que se trata de ser feito o mais possível para receber directamente do Governo Central.

O tenente-coronel sr. Bento Roma dirige-se à assistência, em breve mais importantes e significativas palavras: — Agradeço a gentileza da companhia das presenças de hoje aqui, pois correspondo que foi lido, todos vimos os termos em que se acceita o espinhoso encargo em que foi investido.

O tenente-coronel sr. Bento Roma dirige-se à assistência, em breve mais importantes e significativas palavras: — Agradeço a gentileza da companhia das presenças de hoje aqui, pois correspondo que foi lido, todos vimos os termos em que se acceita o espinhoso encargo em que foi investido.

O tenente-coronel sr. Bento Roma dirige-se à assistência, em breve mais importantes e significativas palavras: — Agradeço a gentileza da companhia das presenças de hoje aqui, pois correspondo que foi lido, todos vimos os termos em que se acceita o espinhoso encargo em que foi investido.

O tenente-coronel sr. Bento Roma dirige-se à assistência, em breve mais importantes e significativas palavras: — Agradeço a gentileza da companhia das presenças de hoje aqui, pois correspondo que foi lido, todos vimos os termos em que se acceita o espinhoso encargo em que foi investido.

O tenente-coronel sr. Bento Roma dirige-se à assistência, em breve mais importantes e significativas palavras: — Agradeço a gentileza da companhia das presenças de hoje aqui, pois correspondo que foi lido, todos vimos os termos em que se acceita o espinhoso encargo em que foi investido.

A PROVINCIA DE ANGOLA

«Quem entra a introduzir uma lei nova não pode tirar de repente os abusos da velha.»
P.º ANTONIO VIEIRA

DIARIO DA TARDE
ORGAO DOS INTERESSES ECONOMICOS DA COLONIA
Director: Antonio Joaquim Rifaro Cardoso
Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa
Redactor Principal: **ADOLFO PINA**
Secretario da Redacção: **GUARANA MARINHO**
Redactor em Lisboa: **J. Mimoso Moreira**

1930
LOANDA
Sexta-feira
11
ABRIL

Hoje:
Numero de 6 pag.
Visado pela Censura

Ano VII — N.º 1345

Redacção, Administração e Officinas — Rua Salvador Correia, 31 e 37
PROPRIEDADE DA EMPRESA GRAFICA DE ANGOLA
Telegrams — PROANGOLA — C. P. N.º 318 — Telefones n.º 30

AVENÇADO

Foi demitido o Alto Comissario

Acaba de ser recebida por S. Ex.º o Encarregado do Governo, a noticia, dada telegraficamente por S. Ex.º o Ministro das Colonias, da demissão, por decreto de hoje, do comandante Filomeno da Camara Melo Cabral, do cargo de Alto Comissario da Republica em Angola

Foi dada assim satisfação aos clamores da Colónia. Dentro de poucos dias toda a saberá, pela publicação que faremos da correspondência telegráfica trocada com Lisboa, como se chegou a esta finalidade, fazendo-se então plena luz sobre os factos e a devida justiça a quem a merece.

Nesta hora, a hora da reparação que a Colónia é dada, todos temos o dever de encarar com serenidade o futuro e, sem excessos de paixões ou de entusiasmos, conceder ao Governo da Colónia o crédito de confiança a que tem jus, preparando-nos para, calma e reflectidamente, sem ódios nem ideus preconcebidos, dar a cada um a satisfação formal que lhe é devida, mas com a generosidade e grandeza de alma que devem ser apago dos que veem finalmente assegurado o triunfo da Razão e da Justiça.



A CULTURA DE CEREJAIS

No Metrópole, o Governo promove a sua cultura, auxiliando a lavoura e incitando-a a intensificar a produção

A manhã publicamos as estatísticas de exportação do ano lido, comparadas com as dos dois anos anteriores, que mostram, como o costumamos fazer, a inspeccção Geral das Aldeias e a Direcção dos Serviços Agrícolas. Os nossos agradecimentos pela gentileza com que foi enviado o nosso pedido, que nos permitiu dar a toda a intervenção os elementos de apreciação e estudo que resultam do extenso trabalho da Secção de Estatística das Aldeias, e, finalmente, o cargo do director da Direcção Agrícola, sr. Feliciano da Silva.

O Tribunal da Relação de Louanda confirmou a sentença proferida, em 1.º instância, contra o Inglez Satchell, implicado no negocio lícito de diamantes, e que foi condenado a três anos de trabalhos publicos e a multa de Ag. 5.000,00.

O Ministerio das Finanças concedeu a Câmara Municipal de Lisboa mais larga lista de terrenos devotos a construção de algumas dezenas de casas para operarios.

O serviço de Companhia de Trigo, de Portugal, distribuiu recentemente um manifesto ao país que termina assim: «Ho Sol é preciso esclarecer-nos sobre os meios de produção agrícola e como fazer lida de pessoal agrícola nas grandes herdades. Aumentar a densidade de população agrícola no metropolitano é criar um exército de colonos para a nossa Provincia de Angola. Posto isto, para que os nossos chamamos a nossa muito esclarecida atenção, esperamos que levarei a vida aos nossos cidadãos de modo a que possam ser como povo bastante rico pelo seu desenvolvimento e com grande riqueza agrícola-pecuária. Só assim poderemos colonizar a Provincia de Angola, visto haver gente e capitais.»

Sequendo declarações do actual sr. Ministro da Agricultura, e ao agricultor na Metrópole será excelente. Devido de campanhas que diariamente se fazem, iniciada a lavoura, a área cultivada tem estado aumentada de ano para ano, e estas condições são favoráveis a produção. Os processos de agricultura, deviam também ser conhecidos pelos indígenas, visto aperfeiçoando-se, registando-se um maior consumo de adubos.

A propaganda tem sido realmente interessante, tendo se recorrido a todos os processos: manifestos, transmissões pela rádio-telefonia, concursos com valiosos prémios aos produtores de melhores qualidades, curules, postais ilustrados e distribuição de esmaltamentos por publicações de distribuição gratuita.

A iniciativa particular de algumas entidades interessadas, bem apoiada pelo Império, tem tido o maior partido e criado um ambiente que levou o Governo a alargar e facilitar ainda mais as operações de crédito agrícola. Recentemente foi aberto um novo crédito de 600 contos para intensificar a «campanha do milho».

O aproveitamento dos bilhos está ocupando também as atenções oficiais. As juntas gerais dos distritos, câmaras municipais e juntas de freguesias foram as primeiras a serem manifestadas.

«Como deves saber, o Governo está empenhado em que a produção agrícola e pecuária seja tal que chegue para ao bastarem alguns produtos e para se exportarem, em maior escala, muitos outros.»

A este respeito está previsto o seu encargo quando todos os agricultores, nos, alargado a sua cultura, outros, aperfeiçoando os seus processos de coltura e de exportação de gado, e aumentando já outros para as colheitas lavouras.

E' a ocasião mais oportuna para que as corporações administrativas tenham colabore nesta obra imensa, que deverá ter como resultado podermos afirmar que Portugal é, de facto, um país essencialmente agrícola-pecuário, e que tem todos os condições, não só para manter a sua independência, mas também para conservar o seu Império colonial.

TELEGRAMAS

Aid a hora da entrada do nosso jornal na máquina não recebemos o habitual serviço telegráfico.

Sobre os acontecimentos no sul da Colónia publicaremos amanhã mais alguns telegramas interessantes.

O Sr. Dr. Eneas Monteiro publica agora a sua conferência que realizou em O'Povo Judo XXI e que foi realizada por pedido do 3.º Jubileu do Academia dos Ciclistas. Trata-se de um trabalho histórico de real valor.

O Ministério francês, da presidência de Caradon, anunciou ao Parlamento, o propósito de se retirar o contrabando do pó de impasto e que o Ministério de Finanças disorá de por uma Comissão de fiscalização para se transformar em organismo que facilite, em vez de contrariar, o desenvolvimento da actividade productora.

Paris estremo-se em princípios do mês passado a primeira comédia radiológica que foi escrita, para ser transmitida esta noite em 11.º, pelo sector teatral Tristan Bernard. A peça obtive o maior êxito.

O novo Diogenes

«Muito tempo, que não me dá a sair de casa...»

NOTAS

1. Depois da derrubada da monarquia em Portugal, em 1910, a Primeira República criou o regime dos altos-comissários para as colônias africanas, o qual vigorou até os anos 30. A partir daí, o regime salazarista retomou a figura dos governadores. A diferença entre um e outro é que o regime dos altos-comissários conferia muito mais autonomia e poder ao representante do governo metropolitano. No entanto, com exceção de Norton de Matos, que foi governador de Angola entre 1912 e 1914 e alto-comissário no período 1921-1924, e cuja obra foi sob vários pontos de vista notável (e a que não se prestou ainda a devida justiça — ver Adelino Torres, 1991), as políticas desses representantes foram, no essencial, incaracterísticas.
2. Vinte anos depois da restauração do sistema democrático em Portugal, em 25 de abril de 1974, a questão colonial continua a ser um problema, por assim dizer, traumatizante, espartilhada entre o silêncio oficial e a retórica dos cinco séculos de civilização colonial. Aliás, do lado oficial africano, a situação não é melhor. Contudo, a colonização portuguesa na África apresenta aspectos interessantes e surpreendentes, que mereceriam um olhar crítico dos historiadores a fim de esclarecer, com distanciamento e sem maniqueísmos, os aspectos negativos e positivos de um processo histórico muito mais complexo do que por vezes se pensa...
3. O primeiro desses livros, escrito por Cunha Leal, toma, de certo modo, o partido dos revoltosos. O título é bastante provocador: *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o império colonial português*. O autor ataca Salazar, o homem forte da ditadura fascista, que iria governar Portugal com mão de ferro durante as quase quatro décadas que se seguiriam. Cunha Leal foi, aliás, uma das figuras políticas mais curiosas da primeira metade do século em Portugal. Ministro, reitor da Universidade de Coimbra, deputado, governador do Banco Central de Angola (Banco de Angola), dirigente político, tribuno e polemista, desempenhou um papel de primeiro plano no xadrez político português, sobretudo durante a Primeira República (1910-1926). No período seguinte, escreveu numerosos livros nos quais a sua verve de polemista nem sempre poupava a própria figura do ditador Salazar. Foi, aliás, um dos raros escritores a quem tal foi consentido.
O segundo livro foi escrito por Caldas Xavier, um personagem de segundo plano, de estilo panfletário e retórica grandiloquente, favorável à ditadura vitoriosa de Lisboa desde a sua vitória em 1926 e, naturalmente, contra os revoltosos em Angola. O título era muito ao gosto da época: *O 20 de Março ou a rebelião de Angola e a bomba*.
O referido dossiê encontrado no leilão pertenceu ao antigo alto-comissário da república portuguesa em Angola Vicente Ferreira. Esse dossiê contém exemplares de jornais de Angola (de que se apresenta neste artigo a fotocópia da primeira página), bem como uma série de cartas manuscritas ou datilografadas dirigidas, na altura dos acontecimentos, a Vicente Ferreira por vários protagonistas e cópias das que foram enviadas por ele a figuras públicas de então, originais de jornais vários, um exemplar datilografado de um relatório sobre os acontecimentos encomendado pelo governo português etc.
4. Nesta primeira parte, retomo certas análises que fiz em Torres, 1991, bem como nos artigos publicados na obra coletiva dirigida por Antônio Reis, 1991-92.
5. Ver, por exemplo, o estudo de René Pelissier, 1977, bem como inúmeros trabalhos exemplares de Alfredo Margarido.
6. Um recente e minucioso estudo da história angolana mostra bem como, nos séculos XV e XVI, por exemplo, a diplomacia africana estava longe de obedecer a esse estereótipo de passividade histórica (ver Amaral, 1996).

7. Utilizo as palavras "metrópole" ou "metropolitano" no seu sentido geográfico tradicional e, nesse caso, referente a Portugal.

8. Posteriormente, a situação alterou-se profundamente. O estatuto social dos africanos e também a sua capacidade de intervenção política nos meios urbanos sofreram um rude golpe, a partir do primeiro quartel do século XX, devido à chegada de milhares de novos colonos e à repressão política das autoridades coloniais.

9. Ralph Delgado relata situações desse tipo na sua excelente *História de Angola* (Delgado, s/d).

10. Esse assunto foi tratado com algum pormenor em Torres, 1991.

11. O confronto liberalismo/mercantilismo é, na minha opinião, uma questão central para a compreensão do modo como evoluiu o fenómeno do colonialismo. Basta lembrar o que Adam Smith escreveu a esse propósito na sua *Riqueza das nações*, para só falar desse autor. Ver Pierre Manent, 1986.

12. Num telegrama enviado pelo alto-comissário ao ministro das Colónias em Lisboa, é dito que a "rebelião" de Luanda teve "o apoio ou mesmo a intervenção de associações secretas nas quais estão afiliados quase todos os funcionários, militares e civis, da colônia, incluindo a magistratura, implicados na tentativa de fazer cair a ditadura [do regime salazarista de Lisboa] (...). Morais Sarmiento, adversário das associações secretas, foi a primeira vítima destas", escreve Caldas Xavier (cf. Caldas Xavier, 1930, p. 150).

13. "(...). Muitas pessoas ouviram vivas à independência" (cf. Caldas Xavier, 1930, p. 141). O diretor do jornal *A Província de Angola* escrevia: "(...) Angola terá o destino de todas as colônias. As tendências dos grupos sociais não podem ser contrariadas, e em todos os tempos se sente o formidável desejo e a invencível aspiração dos povos à independência. A hora de Angola ainda não chegou, mas ela chegará" (citado por Caldas Xavier, 1930, p. 142).

14. O antigo alto-comissário Norton de Matos era grão-mestre da maçonaria portuguesa e, a esse título, não é impossível que tenha deixado implantada em Luanda e em Benguela uma estrutura maçônica republicana de idéias liberais.

15. A obsessão de Salazar pelo equilíbrio financeiro de cada uma das colônias, a qual mereceu críticas de vários dos seus contemporâneos, como Henrique Galvão ou Cunha Leal, teve consequências ruins no desenvolvimento posterior dos territórios africanos.

16. A literatura sobre esse problema é abundante. O nosso livro *O império português entre o real e o imaginário*, (Torres, 1991), procura fazer o ponto da situação. Mas, para além dos maus-tratos infligidos aos homens, há outros elementos que explicam a má situação dos africanos. Entre eles um sistema fiscal particularmente duro, que estava na origem da fuga para o Congo Belga (hoje Zaire) e para o Sudoeste Africano (hoje Namíbia) de centenas de milhares de angolanos. Cunha Leal escrevia, a esse propósito, que os africanos deviam trabalhar de três meses e meio a quatro meses e meio por ano só para pagar os seus impostos diretos. Calculou também que para pagar esses mesmos impostos os agricultores africanos (trabalhando por conta própria) deviam vender de 400 a 520 quilos de milho da sua produção. Vê-se assim, escreve Cunha Leal, quanto "é excessivo, verdadeiramente insuportável, o sacrifício fiscal que se exige hoje ao negro". E acrescenta: "Os resultados da atual política fiscal são de tal maneira evidentes que só os cegos como o dr. Oliveira Salazar não conseguem ver: o negro das regiões fronteiriças emigra em massa" (cf. Cunha Leal, 1930, p. 33).

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Ilídio do (1996). *O Reino do Congo, os mbundos (ou ambundos), o Reino do Ngola (ou de Angola) e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI*. Lisboa, IICT.
- BRAUNDEL, Fernand (1985). *La dynamique du capitalisme*. Paris, Arthaud.
- BROOKS, George E. (1987). "Historical perspectives on the Guinea-Bissau region, fifteenth to nineteenth centuries". In: BROOKS, George *et alii*. *Vice-almirante A. Teixeira da Mota: in memoriam*. Lisboa, Academia da Marinha/Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 277-304.
- CAPELA, José (1974). *A burguesia mercantil do Porto e as Colônias (1834-1900)*. Porto, Afrontamento.
- DELGADO, Ralph (s/d). *História de Angola*. Lisboa, Banco de Angola.
- LEAL, Cunha (1930). *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o império português*. Lisboa.
- MANENT, Pierre (1986). *Lés liberaux*. Paris, Hachette, 2 vols.
- PÉLISSIER, René (1977). *Les guerres grises: résistance et révoltes em Angola (1845-1941)*. Orgeval.
- POLANYI, Karl (1983). *La grande transformation: aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris, Gallimard.
- REIS, António — org. (1991-92). *Portugal contemporâneo*. Lisboa, Edições Alfa, 6 vols. (reeditado, em 1996, pela Reader's Digest, em três volumes).
- TORRES, Adelino (1991). *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa, Escher.
- XAVIER, Caldas (1930). *O 20 de Março ou a rebelião de Angola e a bomba*. Luanda.

SUMMARY

Angola: political conflicts and social system (1928-1930)

Taking as the starting point an attempt at a *coup d'Etat* that occurred in 1930, in Angola, the text sketches out a summary of certain of the characteristics of Portuguese colonization in this century.

Going beyond the episodic nature of the event, that is the starting point of the analysis, the author emphasizes that the vulgate of traditional cleavages between colonizers and colonized, between Europeans and Africans, nurtures dichotomies that provide very meagre clarification within what he terms the "multi-secular paradigm",

and that the real rupture occurs on the political and economic level between mercantilism and liberalism.

The victory of the former at the end of the XIX century and its alliance with the *colonial bourgeoisie* (consisting of whites, blacks and mulattoes), as distinct from the *metropolitan bourgeoisie*, to the contrary of a deep-seated concept, had far-reaching consequences on the backwardness, up to 1960, of both Portugal and its African colonies.

RÉSUMÉ

Angola: conflits politiques et système social (1928-1930)

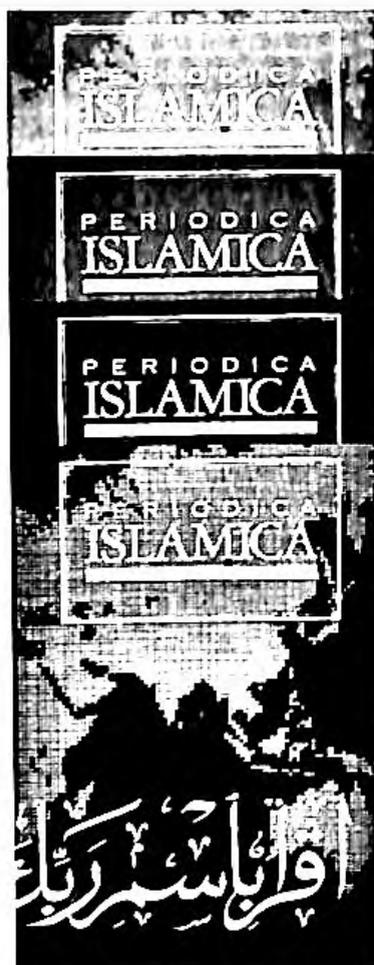
À partir d'une tentative de coup d'État qui a eu lieu en 1930, en Angola, le texte esquisse une synthèse de quelques caractéristiques de la colonisation portugaise en ce siècle.

Au-delà du caractère épisodique de l'événement qui constitue le point de départ de l'analyse, l'auteur met en relief le fait que les images vulgarisées que l'on a sur les traditionnels clivages entre colonisateurs et colonisés, Européens et Africains, nourrissent des dichotomies peu enrichissantes dans ce qu'il appelle le "paradigme

multiséculaire", la vraie rupture se situant au niveau politique et économique entre mercantilisme et libéralisme.

La victoire du premier à la fin du dix-neuvième siècle et son alliance avec la *bourgeoisie coloniale* (constituée par des blancs, des noirs et des métis), distincte de la *bourgeoisie métropolitaine*, contrairement à une idée reçue, a eu de profondes répercussions, dont le retard, jusqu'en 1960, aussi bien du Portugal que de ses colonies africaines.

Discover the wide world of Islamic literature



The journal is produced to a very high standard, and should be a very useful source for all libraries and information users concerned with Islamic issues.
Information Development (London), Volume 7, Number 4, pages 241-242

This journal is doing a singular service to the cause of the publicity of periodical literature on Islamic culture and civilization in all its diverse aspects. Every scholar of Islamic Studies should feel indebted to you for this service.

PROFESSOR S.M. RAZAULLAH ANSARI

President, International Union of History and Philosophy of Science (IUHPS)
 Commission for Science and Technology in Islamic Civilization, New Delhi, India

(Periodica Islamica is) an invaluable guide...

PROFESSOR BILL KATZ

Library Journal (New York), Volume 118, Number 21, page 184

Periodica Islamica is a most valuable addition to our reference collection.

PROFESSOR WOLFGANG BEHN

Union Catalogue of Islamic Publications, Staatsbibliothek Preussischer Kulturbesitz
 Berlin, Germany

It is recommended for all research libraries and scholars of the Islamic viewpoint.

DR. RICHARD R. CENTING

MultiCultural Review (Westport, Connecticut), Volume 2, Number 1, page 40

You should be congratulated on Periodica Islamica which should prove to be a valuable journal to persons interested in Islam and the entire Muslim World.

AMBASSADOR (RTD.) CHRISTOPHER VAN HOLLEN

The Middle East Institute, Washington DC, USA

Periodica Islamica is an international contents journal. In its quarterly issues it reproduces tables of contents from a wide variety of serials, periodicals and other recurring publications worldwide. These primary publications are selected for indexing by *Periodica Islamica* on the basis of their significance for religious, cultural, socioeconomic and political affairs of the Muslim world.

Periodica Islamica is the premiere source of reference for all multi-disciplinary discourses on the world of Islam. Browsing through an issue of *Periodica Islamica* is like visiting your library 100 times over. Four times a year, in a highly compact format, it delivers indispensable information on a broad spectrum of disciplines explicitly or implicitly related to Islamic issues.

If you want to know the Muslim world better, you need to know *Periodica Islamica* better.

Founding Editor-in-Chief □ Dr. Munawar A. Anees
 Consulting Editor □ Zafar Abbas Malik
Periodica Islamica, 31 Jalan Riong
 Kuala Lumpur-59100, Malaysia

America Online • dranees
 CompuServe • dranees
 Delphi • dranees
 InterNet • dranees@kleyher.pc.my

URL • <http://www.ummah.org.uk/dranees/periodical>

**PERIODICA
 ISLAMICA**
 AN INTERNATIONAL JOURNAL OF ISLAMIC STUDIES

Subscription Order Form

Annual Subscription Rates

Individual US\$40.00 Institution US\$249.00

Name _____

Address _____

City, State, Code _____

Country _____

Bank draft



□□□□-□□□□-□□□□-□□□□

Coupons



Expiration date _____

Money order



Signature _____

BY PHONE To place your order immediately telephone (+60-3) 282-5286

BY FAX To fax your order complete this order form and send to (+60-3) 282-8489

BY MAIL Mail this completed order form to **Periodica Islamica**

SUBSCRIBERS IN MALAYSIA MAY PAY AN EQUIVALENT AMOUNT IN RINGGIT (MS) AT THE PREVAILING EXCHANGE RATE

Subscribe Now! Subscribe Now! Subscribe Now! Subscribe Now!

A criação do MPLA*

Marcelo Bittencourt**

**Este artigo, com algumas alterações, consiste no Capítulo IX da dissertação de mestrado defendida pelo autor junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), em dezembro de 1996, intitulada "As linhas que formam o 'EME', um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola". Recebido para publicação em setembro de 1997.*

***Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e doutorando em história pela Universidade Federal Fluminense.*

O artigo investiga a questão recentemente surgida na historiografia angolana acerca da transferência da data de criação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de 1956 para 1960. Analisa elementos até então esquecidos ou mesmo escamoteados no debate existente. Para tanto, conta, principalmente, com entrevistas realizadas junto a alguns dos militantes históricos da luta de libertação angolana. Preocupa-se ainda em entender como se tornou possível a montagem e a manutenção da versão oficial.

Palavra-chave: Angola; luta de libertação; MPLA; movimentos de libertação; luta armada.

O MPLA é rio que bebe água em muitas fontes.

(Mendes de Carvalho.
Entrevista à TPA em 16-10-95.)

A versão oficial sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no início dos anos sessenta, divulgada pelos seus líderes e até hoje mantida pelo partido, dá conta de que o movimento teria sido criado em 10 de dezembro de 1956, em Luanda, após a unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (Plua) com outros grupos nacionalistas. No entanto, desde muito cedo, levantaram-se dúvidas acerca dessa data, contribuindo para isso os relatos contraditórios elaborados pelos próprios líderes do movimento.

Ao que tudo indica, as narrativas desencontradas estão relacionadas à disputa entre a União das Populações de Angola (UPA) e o MPLA visando obter maior legitimidade e os possíveis apoios de aliados internacionais.¹ Lutava-se, de todas as formas, pela demonstração de anterioridade na criação do movimento — fosse ele a UPA ou o MPLA — em relação ao oponente.² No tocante à criação da UPA, outros estudos alertam para o fato de que o movimento de Holden Roberto teria *antecipado* a data de nascimento real da União das Populações do Norte de Angola (UPNA), sua matriz.³

O mesmo caminho seria trilhado pelo MPLA. É assim que encontramos duas versões para a data de criação do Plua. Mário de Andrade, um dos principais líderes do MPLA na década de sessenta, parece ser o responsável pela divulgação de ambas as versões. A primeira, apresentada em 1960, na revista *Démocratie Nouvelle*, afirma que o Plua teria sido criado em 1956 e seria um desdobramento do Partido Comunista Ango-

lano (PCA), formado no ano anterior.⁴ A segunda, lançada dois anos depois, aponta para a criação do Plua como tendo ocorrido em 1953 (Andrade, 1962a, p. 16).

Nesse caso do Plua, para além da disputa com a UPNA pelo reconhecimento internacional como o mais antigo movimento de libertação existente em Angola,⁵ é provável que tenha influenciado a pretensão dos líderes do MPLA de se afastarem de uma vinculação estreita ao PCA. O cenário internacional bipolarizado de início dos anos sessenta recomendava uma postura mais anticolonial e menos incisiva no tocante às filiações políticas. Essa segunda versão nem menciona o nome PCA (Andrade, 1962a, p. 16, e 1962b, p. 11).

Todavia, relatos posteriores a essa agitação dos anos sessenta e a recente documentação levantada pelo historiador Carlos Pacheco nos arquivos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide), órgão responsável pela repressão aos opositores do regime salazarista, têm fornecido novos elementos capazes de nos auxiliar a entender melhor o problema.

Segundo Mário Antônio Fernandes de Oliveira, à época um dos muitos jovens envolvidos na agitação clandestina luandense, o PCA foi criado em 1955 por ele, Viriato da Cruz, Antônio Jacinto e Ilídio Machado. Esse núcleo comunista, porém, de acordo com Mário Antônio, "achou que realmente estava a fazer muito pouco e, sobretudo, que tinha muito poucas possibilidades de ver aceitar setores nacionalistas, que o eram evidentemente, e que tinham uma certa resistência à palavra comunismo. (...) Em vista disso", diz ele, "criou-se uma coisa chamada PLUAA". Consistia, portanto, numa tentativa de alargamento da luta, que facilitaria até mesmo a aproximação de alguns padres (Oliveira, 1990, p. 534-7).⁶

Mário Antônio ainda nos informa que a idéia inicial era que o Plua se transformasse numa organização de massas e que o PCA mantivesse o controle através de seus dirigentes. O responsável pela ligação deveria ser Ilídio Machado, devido à sua ascendência na Liga Nacional Africana — instituição de caráter sociocultural freqüentada pelos angolanos com maior ligação com o meio urbano.⁷ No entanto, logo no ano seguinte, em 1957, Mário Antônio se casaria e, segundo seu relato, discordando da obrigatoriedade de que as mulheres ficassem de fora dessa movimentação, acabaria por abandonar a luta (Oliveira, 1990, p. 536-7).

Quanto às orientações e aos objetivos do PCA, o que conseguimos recolher são apenas pequenos vestígios espalhados por entrevistas e livros publicados nos últimos anos, mas quase tudo com pouca substância, quer do ponto de vista documental, quer do ponto de vista analítico, o que aponta uma vez mais para a dificuldade dessa luta clandestina luandense e para o reduzido apelo que ela conseguia proporcionar na população, temerosa das retaliações. Ainda mais em se tratando de algo *estranho*, como o comunismo.

Sobre esse ponto, convém destacar o fato de que Mário de Andrade, responsável pelas versões contraditórias sobre a criação do Plua, estava fora de Angola desde finais dos anos quarenta, quando fora estudar na metrópole, o que fatalmente acarretou em informações de segunda mão, sem falar na necessidade de dar uma versão aos fatos que não prejudicasse a trajetória do MPLA.

A questão mais discutida com referência ao PCA parece ser a dúvida relativa à influência que o Partido Comunista Português (PCP) teria tido sobre o PC angolano. Marcum, 1969, p. 27-8, acredita que tenha ocorrido uma parceria e aponta como justificativa a participação de europeus na criação desse movimento de conscientização que estava

tomando força em Angola. Sem se deter muito sobre o assunto e fugindo a tal polêmica — mas sempre que possível destacando a atuação de militantes do PCP em Angola —, Pélissier, 1978, p. 206 e 244, nota 123, cita uma entrevista de Saydi Mingas na qual esse dirigente do MPLA afirma que o PCA teve uma existência frágil e que a exclusividade do trabalho nas províncias do Ultramar era do PCP.

Os interrogatórios da Pide a que Carlos Pacheco teve acesso tendem a minimizar essa importância e nesse sentido estão em sintonia com o relato de Mário Antônio e um artigo de Viriato da Cruz publicado na *Révue Mensuelle Internationale* (Cruz, 1964). Confirmando a versão de que o Plua surgira em 1956 e que seria um desdobramento do PCA, os depoimentos de Antônio Jacinto, Ilídio Machado e Mário Antônio à Pide apontam ainda para a importância de Viriato na elaboração dos estatutos da organização — feitos com base nos estatutos do Partido Comunista Brasileiro — e na dinâmica dos estudos realizados no PCA. É provável que a concentração de tarefas em torno de Viriato e o destaque dado à sua atuação nos interrogatórios constituam uma fuga às responsabilidades por parte dos ex-companheiros, sem que isso significasse a entrega ou o agravamento da condição de Viriato, já que ele tinha conseguido fugir para o exterior. Em seu depoimento, Antônio Jacinto ressalta também as influências literárias sofridas pelos líderes do PCA e cita, além das publicações do PCP, os materiais provenientes do Brasil e da França (Pacheco, 1997, p. 26, notas 4 e 5).

Radicalizando ainda mais, Viriato da Cruz afirma que o PCP não havia exercido, “entretanto, qualquer influência apreciável, nem sobre a preparação, nem sobre o desencadear do movimento revolucionário angolano”. Ele destaca, no que diz respeito às influências externas, os escritores brasilei-

ros.⁸ Mário Antônio, por sua vez, concorda com esse distanciamento em relação ao PCP e afirma que não existiam contatos com seus representantes. Para o antigo militante do PCA, esse partido consistia numa "coisa totalmente endógena, aspirando a contatos com o Partido Comunista da União Soviética" (Oliveira, 1990, p. 534-5).

Mesmo que uma influência mais direta do PCP não tenha ocorrido, conforme os novos indícios apresentados, a participação de alguns de seus simpatizantes e militantes na expansão desse movimento de conscientização anticolonial em Angola foi importante, como nos demonstra Pélissier (1978, p. 254). Quanto ao que se passava na metrópole, certamente a parceria não só era mais próxima, como também mais viável.⁹

Os membros do PCA e do Plua, por sua vez, seriam detidos para interrogatório quando da grande leva de prisões que iria originar o "Processo dos 50". Esse episódio sucederia às eleições presidenciais portuguesas de 1958, que revelaram a substantiva votação do eleitorado angolano no candidato oposicionista a Salazar, o general Humberto Delgado. As eleições, que dariam a vitória ao candidato situacionista, o almirante Américo Tomás, mesmo em Angola, foram consideradas fraudulentas pelos observadores internacionais, mas funcionaram como fator mobilizador. Entretanto, o reinício das atividades clandestinas não duraria muito tempo. Em março de 1959, a Pide realizou vasta operação em Luanda e noutras cidades que culminou com a prisão de dezenas de suspeitos de conspirarem contra a soberania portuguesa ou mesmo de simpatia com tal idéia. A partir dessas prisões, o governo português instaurou um inquérito que ficaria conhecido como "Processo dos 50", todo ele repleto de irregularidades jurídicas, destacando-se a proibição de os advogados visitarem seus clientes. Estabelecia-se, dessa for-

ma, duro golpe contra o movimento nacionalista angolano.

Apesar do retrocesso que essas prisões significavam para o movimento de contestação colonial, elas possibilitaram o reconhecimento, por parte de Portugal, de que havia grupos organizados lutando pela independência das colônias. Com isso, finalmente, a luta por uma Angola independente alcançava o noticiário internacional e punha em xeque o discurso luso-tropicalista de Salazar.

As prisões acabariam por proporcionar ainda uma boa amostragem do estrato social dos participantes da luta anticolonial, constituídos, em sua maioria, de funcionários públicos, empregados do comércio, enfermeiros, operários e estudantes. Eram os quadros mais conscientizados e que davam sustentação aos pequenos grupos independentistas, possuindo tanto formação católica como protestante.

Para além dessas considerações, a lista dos presos é também uma incontestável demonstração de que essa movimentação política, ao contrário do que alguns críticos afirmaram durante certo tempo, expandiu-se por todos os grupos raciais, não sendo possível sustentar que ela fosse implementada por um "movimento mulatista".

Segundo Mário Antônio, tanto ele quanto Antônio Jacinto foram absolvidos e nem sequer pronunciados, porque o PCA já havia encerrado suas atividades, o que ocorrera em 1957, logo após sua saída (entre julho e agosto) e a fuga de Viriato (em setembro).¹⁰ De acordo com essas informações, as ações empreendidas pelo PCA e pelo Plua não ultrapassaram o ano de 1957. O abandono da luta por parte de Mário Antônio e a fuga de Viriato extinguem as possibilidades, ainda na fase embrionária, de uma expansão do partido, como era a proposta original. Ocorreria, então, uma mudança de geração e de vinculação dos indivíduos que iriam dar con-

tinuidade à luta clandestina em Luanda. Boa parte dos militantes mais antigos que tinham iniciado esse processo por volta de meados dos anos quarenta, ligados a uma proposta de resgate da cultura africana e que ficara conhecida pela palavra de ordem que daria origem a um movimento cultural denominado "Vamos Descobrir Angola", já tinha partido para a metrópole ou para outros centros no exterior, sem que isso significasse o rompimento com o compromisso assumido no passado de levar adiante o processo de independência angolano.

O entendimento do que se passava na metrópole requer, portanto, a atenção sobre a impossibilidade, devido à ausência de instituições, de os estudantes continuarem os estudos nas colônias após a conclusão do liceu. Dessa forma, os interessados em prosseguir em sua formação eram forçados a buscar recursos que viabilizassem a viagem e a permanência em Portugal, a fim de terem acesso ao ensino superior, considerado pelos angolanos preocupados em alterar o panorama colonial como etapa fundamental para tal objetivo.¹¹

O ambiente pouco acolhedor vivenciado por esses estudantes em Portugal levou à criação de locais para reuniões onde poderiam desfrutar de um maior companheirismo. Esse processo, intensificado em meados dos anos quarenta, seria responsável pela criação da Casa dos Estudantes do Império (CEI), em 1944, e do Centro de Estudos Africanos (CEA), em 1951.

Evidentemente, desde a criação da CEI, a intenção das autoridades salazaristas era manter sob seu controle todas as atividades promovidas pelos estudantes. Todavia, já em fins da década de quarenta, muitos dos elementos pertencentes aos corpos dirigentes da CEI assinavam as listas do Movimento Unidade Democrática (MUD), ingressando no MUD Juvenil. A CEI, ao contrário do que

pretendiam as autoridades portuguesas, transformou-se num espaço de discussão e difusão de idéias anticoloniais, com fortes ligações com a oposição portuguesa.

A CEI passaria por uma série de intervenções até ser fechada em 1965, quando quase não havia estudantes vindos das colônias, pois em 1963 foram criados os estudos gerais universitários em Angola e Moçambique. De fato, ela já tinha cumprido o seu papel na formação de muitos dos quadros que iriam lutar pela libertação dos respectivos países de origem.¹²

A grande dificuldade desses estudantes, ao lado da preocupação em despistar a Pide, era o estabelecimento de contatos com as colônias. No caso dos angolanos, que não era diferente, ganharia destaque sua vinculação com os marítimos e com os poucos funcionários com acesso a Angola que eram simpáticos às suas idéias, além de contatos menos sistemáticos feitos por angolanos ou militantes da oposição portuguesa e da esquerda europeia.

Para além dessas atividades buscando realizar de forma mais segura e intensa a comunicação com Angola, esses estudantes, ao lado de outros jovens das diversas colônias portuguesas, decidiram criar uma organização política que denunciasse o colonialismo português, até então divulgado na Europa como algo brando e muito diferente dos demais colonialismos. É assim que surge, em 1957, o Movimento Anti-Colonialista (MAC) (Correia, 1991, p. 31), reunindo, entre outros, Mário de Andrade, Viriato da Cruz — nessa época instalados em Paris —, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Lucio Lara e Eduardo dos Santos.¹³

Qual era, porém, o conhecimento que esses estudantes tinham do que estava ocorrendo em Angola, das movimentações políticas? Ao que tudo indica, era extremamente escasso. As vias de comunicação estavam cada

vez mais vigiadas e a Pide se instalara em Luanda e dificultava o trabalho de mobilização e conscientização que estava sendo feito internamente, além de prejudicar e muito o contato com os que estavam fora. As atividades exercidas pelos independentistas em Angola e na metrópole se distanciavam cada vez mais. As últimas notícias de maior conteúdo que os estudantes em Portugal receberam davam conta da formação do Plua e do PCA e tinham ocorrido pouco tempo antes da passagem de Viriato por Lisboa, em 1957. Restava, portanto, aos que estavam no exterior continuar em sua crítica ao colonialismo português e buscar maiores apoios no cenário internacional.

Apesar do esforço despendido pelos indivíduos que estavam em Paris, já sob a orientação do MAC, não tinha sido possível para esse grupo viabilizar a viagem de representantes para a Conferência Afro-Asiática, realizada no Cairo em dezembro de 1957 (Andrade, 1973, p. 22-3). O mesmo aconteceria em relação à Primeira Conferência dos Povos Africanos, ocorrida em Accra, em 1958. Somente com a participação no Segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros, realizado em Roma, em março de 1959 (Marcum, 1969, p. 42),¹⁴ é que o grupo do MAC se encontraria com Frantz Fanon, que lhe ofereceria a oportunidade de treinar angolanos para a luta armada junto ao exército de libertação nacional da Argélia.

Como tal possibilidade foi frustrada pela ofensiva da Pide em Luanda, o encontro entre o grupo do MAC e Frantz Fanon, na Segunda Conferência dos Povos Africanos, em Túnis, em janeiro de 1960, não poderia ter sido pior. Fanon voltaria a insistir na necessidade de penetração em território africano e na nacionalização da luta, citando o exemplo da atuação de Holden Roberto.

Túnis marcaria a grande virada na estratégia de luta dos militantes do MAC, que

ainda durante a conferência passaram a adotar o nome de Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (Frain) (Andrade, 1968, p. 38). A partir dessa conferência, os movimentos de libertação nacional ganhavam destaque ao lado do novo organismo, que continuaria a auxiliar na divulgação internacional da luta, ainda não armada, levada à frente pelos movimentos. O conselho dado por Frantz Fanon passava a ser seguido. É assim que começa a ser apresentado e divulgado no cenário internacional o MPLA, não obstante seus líderes afirmarem que sua criação tinha-se dado em 1956, em Luanda.

Em Luanda, como desdobramento da perspectiva cultural inicial, atua um grupo formado por jovens que se reuniam à volta da revista *Cultura*, ao lado de outros grupos com base em diferentes tipos de aliança e que possuíam outros vínculos de solidariedade. É assim que prolifera uma série de pequenos partidos e de movimentos empenhados na luta pela independência, embora atuando de forma muito tímida e pouco contundente, devido às dificuldades existentes. Aliás, eles sofreriam grandes perdas ou mesmo encerrariam suas atividades, com as prisões ocorridas em 1959 e 1960.

É importante, porém, voltarmos à discussão sobre a criação do MPLA. De acordo com o que analisamos até o momento, contrariamente ao discurso oficial e de seus simpatizantes ou mesmo dos analistas que não questionam a versão comumente divulgada, tanto em Angola quanto no exterior até o final do ano de 1959 não havia indícios que comprovassem a existência do movimento.

Apesar de Marcum e Pélissier fazerem referência às contradições sobre o movimento que teria dado origem ao MPLA — se originário do Plua, em 1953, ou do PCA, em 1955, ou depois do Plua em 1956 —, ambos aceitam a idéia de que o MPLA foi fundado

em 1956.¹⁵ O primeiro autor a fornecer uma interpretação diferenciada, mesmo que pouco clara, foi Franz-Wilhelm Heimer, 1980, p. 37, ao afirmar que “a base original do MPLA foi a população não-branca de Luanda”. Segundo ele, “diferentes grupos clandestinos, mais ou menos estruturados, fundiram-se num só movimento ao redor de 1960”. É possível, porém, que Heimer relacione essa data de maneira pouco precisa, da mesma forma que outros autores apontam o período pós-58 como sendo um momento de adesão de pequenos partidos ao MPLA. De qualquer modo, ao não destacar a data de 1956, o autor se encaminha para uma direção até então desconhecida. Em texto publicado quatro anos mais tarde, ele menciona novamente tal dúvida (Heimer, 1984, p. 189).

Ainda sem fornecer maior clareza sobre o assunto, temos um relato de Mario Antônio, datado de 1984, sobre a transformação do Plua em MPLA, no qual, apesar de não contestar de forma contundente a data de criação do movimento, transfere sua origem para o exterior:¹⁶

E eu acho que é o PLUAA, é a fundação do PLUAA que aparece hoje indicada como a fundação do MPLA. Isso foi o crisma que teve em Paris, mas nasceu PLUAA. (Oliveira, 1990, p. 537.)

Pezarat Correia, da mesma forma, em 1991, apenas aponta o problema, mas não demonstra curiosidade em investigá-lo, até porque ele estudava um tema bem distante dessa questão. Sua contribuição se resume à observação de que a versão oficial da criação do MPLA não era “pacificamente aceita por todos os fundadores” (Correia, 1991, p. 31).

No campo da literatura, Pepetela publica, em 1992, *A geração da utopia*, em que deixa transparecer a surpresa dos estudantes angolanos residentes em Portugal, já no ano de 1961, com o surgimento da sigla MPLA e

com o fato de esse movimento reivindicar para si as ações ocorridas em 4 de fevereiro, em Luanda.¹⁷ Até então, segundo ele, tinha-se conhecimento apenas da UPA e de que um padre tinha estado por detrás de toda a movimentação ocorrida em fevereiro.¹⁸

Um ano mais tarde, Adriano João Sebastião publica um livro de memórias no qual relata toda essa agitação independentista dos anos cinquenta ocorrida na região de Luanda e em suas proximidades. O autor, além de afirmar, contrariamente ao que observamos antes, que o Plua já existia em 1955, defende a idéia de que o MPLA teria sido criado em 1960. Segundo Adriano Sebastião, toda a movimentação clandestina até essa data teria tido como principais articuladores o Plua, o Movimento para a Independência de Angola (MIA) e o Movimento para a Independência Nacional de Angola (Mina).¹⁹ O MPLA seria o nome cunhado por Agostinho Neto, em Luanda, já em 1960, para substituir o Mina (Sebastião, 1993, p. 68-85).

A discussão começa a ganhar contornos mais incisivos com a publicação, em 1994, de duas entrevistas com ex-líderes do MPLA — Manuel dos Santos Lima e João Van Dunem — na *Camões Center Quarterly*. Ambos concederam as entrevistas em 1991²⁰ e afirmaram, entre outros pontos polêmicos, que a criação do MPLA deveria ser retardada para depois dos ataques às prisões em 4 de fevereiro de 1961, além de ser transferida para o exterior (Guimarães, 1993-1994, p. 18-48). Apesar de ser uma versão nova e totalmente contrária ao discurso oficial, tais acusações não receberam destaque nem no meio acadêmico nem no meio político angolano.

Em 1995, no programa de entrevistas intitulado *Foi há vinte anos...*, realizado pela Rádio Nacional de Angola, a questão é novamente retomada. Joaquim Pinto de Andrade afirmou que teria sido obrigado a res-

ponder negativamente a uma solicitação do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, pedindo-lhe documentos sobre a origem do MPLA, porque, segundo o ex-militante, até 1960 não existia tal organização (Pacheco, 1997, p. 30, nota 16). Em outro programa, chamado *Opinião* e apresentado na Televisão Popular de Angola, em 16-10-95, Mendes de Carvalho afirmou que não tinha sido fácil para o MPLA introduzir-se nos musseques e que muitos nacionalistas só tomaram conhecimento de sua ligação com o MPLA quando foram presos a partir de 1959.

É em 1996, porém, que a discussão acirra-se, com o aparecimento de novas formulações contestando a versão oficial. Inicia-se com a publicação do romance de José Eduardo Agualusa *Estação das chuvas*. O autor ainda data o MPLA como tendo sido criado, em Luanda, no ano de 1956, mas, por outro lado, deixa claro que suas atividades só tomariam consistência em 1960 e que os acontecimentos de 4 de fevereiro surpreenderam seus líderes (Agualusa, 1996, p. 105-8).

Um mês depois da primeira edição do livro de Agualusa, e 19 anos depois do golpe frustrado de 27 de maio de 1977, liderado por Nito Alves, o historiador angolano Carlos Pacheco, em artigo sobre o golpe publicado no *Diário de Notícias* de Lisboa, afirma que o MPLA tinha sido criado em 1960, em Conacri, por obra de Viriato da Cruz. A referência ao fato, apesar de pequena, causaria discussões acaloradas em Angola, pois se esperava ansiosamente por novidades desde que se descobriu que Pacheco obtivera acesso aos arquivos da Pide guardados em Lisboa.

Aliás, o maior contato com essa documentação inédita e a repercussão alcançada pelo artigo do jornal animaram Pacheco a produzir um livro, rico em notas, no qual busca demonstrar com maior consistência que a fundação do MPLA somente ocorreria em 1960, mais precisamente em 31 de janeiro de

1960, após a conferência de Túnis. O historiador contou, para esse trabalho de investigação, não apenas com a documentação da Pide, mas também com alguns relatos de ex-dirigentes e seus familiares (Pacheco, 1997).

Expostas as principais argumentações referentes a essa discussão e as linhas gerais desse cenário, quando, afinal, surgiu o MPLA? Buscamos desde logo dados que comprovassem a existência do MPLA antes de 1960, em particular, num primeiro momento, documentos oficiais do movimento e das coletâneas editadas pelo partido.²¹ Contudo, à exceção do manifesto de 1956, não encontramos nada que comprovasse a existência do movimento antes de 1960, quando surge a declaração assinada por alguns de seus membros, em 31 de janeiro desse ano, em Túnis, juntamente com Holden Roberto, e que marcaria o compromisso de coordenarem a luta contra o colonialismo português. O manifesto, porém, segundo todos aqueles que contestam a versão oficial, pertenceria ao Plua e só em suas palavras finais conclama a população angolana para a criação de um amplo movimento popular de libertação de Angola. Esse trecho, portanto, teria servido de inspiração para o nome MPLA, só que bem mais tarde.

Mesmo nas coletâneas não-oficiais consultadas e que partem de autores e de países totalmente diferentes, o MPLA só começa a dar sinais de existência a partir dos anos 60 (*Colonialismo...*, 1971; Rêgo e Morais, s/d; Barnett e Harvey, 1972). Também não há sinais do MPLA nos inúmeros panfletos elaborados na década de cinquenta e difundidos pelos musseques de Luanda. Para isso, nos socorremos dos exemplares divulgados por Maria do Céu Carmo Reis e Mário de Andrade (1985) e por Carlos Serrano (1988). O fato de não termos obtido o acesso aos arquivos da Pide, ricos nesse tipo de documenta-

ção, em certa medida foi compensado pelo trabalho de Carlos Pacheco (1997).

Devido à exigüidade de informações na imprensa internacional sobre Angola nos anos cinqüenta, passamos, então, à recolha de artigos dos principais líderes do MPLA, que, em finais dessa década, já estavam fora de alcance das ações colonialistas. Para nossa surpresa, deparamo-nos com dois artigos publicados em 1959, na *Présence Africaine*, um redigido por Viriato da Cruz (1959, p. 321-39) e o outro assinado por "Un Group d'Intellectuels des Pays sous Domination Portugaise" (1959, p. 356-8). Em ambos, apesar de tecerem sérias críticas às arbitrariedades impostas pelo colonialismo em Angola, não há qualquer menção ao MPLA. Ora, Viriato da Cruz, segundo a versão oficialmente difundida pelo MPLA, por essa época seria o secretário geral do movimento e é estranho que, mesmo alertando para a necessidade da independência de Angola, como se pode observar na parte final do artigo, não faça referência ao MPLA.

Finalmente, as entrevistas que realizamos com vários dos militantes e ex-militantes do MPLA confirmaram, uma vez mais, a recente versão de que o movimento não foi criado em 1956. O atual presidente da Assembleia Legislativa de Angola, Roberto de Almeida, por exemplo, apesar de defender a criação do MPLA em 1956, deixa escapar pistas importantes de como se dava a movimentação clandestina nos anos cinqüenta, em Luanda, onde a vinculação aos movimentos não era muito clara e agia-se mais em nome da idéia de independência. Esse comportamento, portanto, podia muito bem encobrir a inexistência do MPLA:

Filio-me no MPLA primeiro como simples simpatizante, desempenhando uma série de tarefas que me eram dadas por pessoas da minha família. Mas posso

me considerar filiado desde 58, 59, que é a data em que eu vivia com a minha irmã, Deolinda Rodrigues, que foi (...) a fundadora da OMA [Organização da Mulher Angolana]. (...) Colaborávamos na distribuição de panfletos e de outra propaganda aqui nos bairros de Luanda. (...) Luanda, em 58, quando eu tinha 17, 16 anos, e não distinguia muito a ação pra que partido, pra que movimento era dirigido. Nós queríamos era fazer, fosse da UPA (...), fosse do MPLA, a gente distribuía. Só mais tarde é que tivemos uma ação mais clarificada, e fizemos então uma opção clara a favor do MPLA. Mas nesses tempos iniciais, podíamos fazer qualquer tipo de tarefa, desde que fosse a favor do nacionalismo, a favor da independência.²²

Mais contundente, porém, é o depoimento de José Gonçalves. Sua atuação na luta anticolonial também teve início com a tarefa de distribuição de panfletos, mas, de acordo com seu relato, não escutara qualquer menção ao MPLA antes do 4 de fevereiro:

Isso andou assim durante todo o ano de 59. Em 1960, nós começamos reproduzindo panfletos e depois fazendo panfletos. E até aí, a palavra MPLA nunca me tinha aparecido nos ouvidos.(...) Em vésperas do 4 de fevereiro, já havia muita, muita repressão, já estava muita gente presa. Lembro de ter assistido ao primeiro julgamento do Processo dos 50. E nessa altura nenhum acusado do Processo dos 50 era acusado de ser MPLA. Distribuí panfletos, talvez, de umas dez siglas. A UPA estava, eu me lembro muito bem do discurso do Holden Roberto em Accra, que eu distribuí. Depois, havia todo tipo de grupo, ELA [Exército de Libertação de Angola], FLNA e o grupo que eu conhecia melhor [que se] chamava Movimento

de Libertação Nacional de Angola [MLNA], que era resultado da fusão de dois grupos, o MLA [Movimento de Libertação de Angola] e o MLN [Movimento de Libertação Nacional]. O MLN era onde estavam essencialmente pessoas brancas ligadas à Sociedade Cultural de Angola. O MLA era o grupo do Mingas, o grupo dos enfermeiros, (...) mas depois foi tudo preso. (...) Parte desse grupo mais tarde vai se declarar MPLA (...). Mas digamos que até o 4 de fevereiro nunca tinha ouvido falar de MPLA. Ouvia falar muito era nas pessoas, Mário de Andrade, Lúcio Lara, Viriato da Cruz, toda essa gente. Me lembro perfeitamente da prisão de Agostinho Neto. (...) Soube que ele tinha um grupo próprio, que não se chamava MPLA, que era um grupo, salvo erro, com Manuel Pedro Pacavira. (...) Quando aparece pela primeira vez o MPLA é pela via da imprensa portuguesa, dizendo que o MPLA tinha reivindicado em Conacri a paternidade do 4 de fevereiro. Segundo me contaram pessoas que estavam em Conacri naquela altura, Mário de Andrade teria resistido em aceitar essa paternidade, pois ele não sabia do que se tratava.²³

Sem tanta certeza como o nosso informante anterior, para o deputado pelo MPLA Mário Afonso "Cassessa" é possível que o MPLA só tenha sido criado no pós-61, a partir da reunião dos pequenos partidos até então existentes. O seu comentário vem em resposta a uma pergunta sobre a afirmação de Manuel dos Santos Lima de que o MPLA só foi fundado após o 4 de fevereiro:

É possível, (...) [mas] não tenho dados concretos para poder afirmar se ele tem razão ou não. O fato é que o MPLA nasceu, na verdade, da junção desses outros movimentos e partidos que, talvez,

fossem grupos de intelectuais que se formaram em partidos, e nasceu o MPLA, e aparece na verdade a partir de 1961, quando foi aí que os partidos se manifestaram e quando houve aqui o problema nas prisões, o assalto à prisão de São Paulo, e depois o movimento popular do norte, com a UPA a enquadrar essa revolta camponesa, rural, digamos assim, mas depois do 4 de fevereiro. (Entrevista com Mário Afonso "Cassessa" realizada em Luanda, em 10-2-95.)

Outro depoimento interessante é o de João Vieira Lopes, um dos líderes da fuga empreendida pelos estudantes que estavam em Portugal após o 4 de fevereiro. Segundo esse ex-militante do MPLA, a idéia de uma organização que congregasse os independentistas das várias colônias africanas de Portugal não surtira o efeito necessário no desenvolvimento da luta internamente, mas apenas do ponto de vista político internacional:

Não fomos nós que chegamos a essa conclusão sozinhos, mas os amigos dos países amigos, que nos aconselharam a fazer uma mudança. Era para se desmembrar. Sim senhor, ela [a FRAIN] poderia continuar existindo, (...) mas era preciso que aparecessem os movimentos de independência de cada país. É assim, pela primeira vez, que se começa a falar, em princípios dos anos sessenta, na criação do MPLA. Para mim, é desta agenda, o MPLA vem desta fileira das indicações de Casablanca, de Marrocos (...). Nessa altura, havia vários movimentos pequenos que estavam se organizando (...) a partir de 58, 59, 60, mas que não estavam em níveis daquilo que nós lá fora já chamávamos de MPLA. E quando há a explosão aqui em 61, a direção do MPLA que estava lá fora faz muito bem, aprovei-

ta desse fato e [o] reivindica [para si].
(Entrevista com João Vieira Lopes realizada em Luanda, em 27-2-95.)

Outro ator nesse cenário, com uma exposição pública menos marcante nos dias de hoje, ao contrário dos demais entrevistados, é Afonso Dias da Silva, que seria conhecido em fins da década de sessenta como um dos responsáveis pela edição do jornal *Tribuna dos Muceques*. Segundo o seu depoimento, pautado pela precisão de datas e nomes dos envolvidos na agitação dos anos cinquenta, existiam vários grupos de atuação anticolonial, todos limitando-se à publicação de panfletos que buscavam a conscientização da população. Destacavam-se, por um lado, os indivíduos ligados a Viriato da Cruz e Ilídio Machado e, por outro, os que estavam próximos de Cândido Costa, Bernardo Joaquim Silas e Manuel Pedro Pacavira. O primeiro grupo comporia o PCA, que depois se transformaria no Plua, e muitos de seus componentes seriam detidos quando do "Processo dos 50". O segundo militava no Mina e sofreria um duro ataque com a continuação das prisões em 1960. Apesar das mútuas acusações de *bufaria*²⁴ entre Afonso Dias da Silva e Adriano João Sebastião, seus relatos até esse ponto são coincidentes. Além disso, o que dá mais importância a esses relatos é que ambos fazem parte dos poucos informantes que estavam atuando no interior de Angola nesse momento.²⁵

De acordo com Dias da Silva, a data reivindicada pelo MPLA como tendo sido o marco de sua criação refletia na verdade a fundação de um outro movimento, o MIA, que contaria com a participação de Franco de Souza, Matias Migueis e Ilídio Machado. Esse grupo inicia contatos com alguns marinheiros para a troca de correspondências com o exterior, em meados de 1957, mas logo em seguida passa a sofrer a perseguição

da Pide. Acabaria também tendo seus integrantes presos no "Processo dos 50".²⁶ Mesmo a versão de Dias da Silva sobre a transformação do Mina em MPLA, apesar de pequenas diferenças quanto aos participantes da reunião que decidira pela mudança de nome e ao dia exato em que ela ocorrera, aproxima-se, no essencial, da que foi publicada por Adriano Sebastião.²⁷

Propositalmente, deixamos para finalizar essa parte dos depoimentos sobre a criação do MPLA a entrevista realizada com Lúcio Lara, sem dúvida, um informante privilegiado de toda essa agitação. Embora estivesse fora de Angola nesse período, Lúcio Lara foi um dos principais envolvidos no difícil processo de comunicação com o interior da colônia, além, é claro, de ser um dos mais importantes dirigentes do MPLA, desde o seu início, ainda vivo.

Segundo Lúcio Lara, o manifesto de 1956 existiu e realmente conclamava à criação de uma frente de luta que congregasse todas as organizações então atuantes em Angola, o que não prova a existência de imediato do MPLA. Não obstante a referência a esse manifesto, o fato de no relato de seu encontro com Viriato, em Lisboa, em 1957, não ter mencionado o nome MPLA como tendo sido citado na conversa constitui um forte indício de que a versão oficial tem que ser revista. Lúcio Lara comentou o seu encontro com Mário de Andrade, em Paris, em 1959, a caminho de Frankfurt:

Quando eu passo em Paris, por acaso encontro o Mário. (...) Uma das coisas que o Mário sempre dizia era: "Vê lá se abertas o Viriato. (...) Nós estamos a lutar em nome de quem, afinal? Do MAC? Mas o MAC é cá fora e lá dentro é o quê?" Bom, havia o Partido Comunista Angolano. O Viriato tinha falado nele, (...) mas, para nós, que estávamos cá fora, (...) a

gente não acreditava muito na estabilidade, na força desse Partido Comunista Angolano. (...) Então o Mário dá-me esse recado: (...) "É preciso que a gente saiba concretamente com que está a lutar agora." Então, eufalei com Viriato: "A malta insiste neste aspecto." E o Viriato diz: "Mas vocês têm o vosso documento, sabem muito bem quem é. Lá no manifesto não está o nome num amplo movimento popular de libertação de Angola? É um amplo movimento popular de libertação de Angola." Então, é a partir daí que começamos cá fora, isto é, 59, digamos, a injetar, se quiser, a idéia de que existe em Angola um Movimento Popular de Libertação de Angola. (...) O nome, realmente, só aparece em 59, a primeira vez que aparece em público internacionalmente. Mesmo aqui muita gente sabia que havia um movimento. Mas como se chamava, eles não sabiam, porque havia o Plua, havia o Mina, havia o MIA, havia o tal núcleo dum partido comunista angolano. E muita gente aqui não sabia que estava a trabalhar em nome do MPLA. Então há essa primeira divulgação do MPLA, que é feita até, creio, no jornal Avant-Garde, em 59, e daí em diante começamos, embora agindo em nome do MAC, pouco a pouco. (Entrevista com Lúcio Lara realizada em Luanda, em 7-2-95.)

Apesar da ironia no fato narrado por Lúcio Lara sobre a luta empreendida internamente por pessoas que não sabiam que estavam vinculadas ao MPLA, internacionalmente essa apropriação iria dar os melhores resultados possíveis para o movimento. Quanto à edição citada de *Avant-Garde* publicada em dezembro de 1959, infelizmente não conseguimos encontrá-la.

Todos esses depoimentos e mesmo os demais materiais encontrados ou apenas re-

feridos — como é o caso da documentação oficial do MPLA do período anterior a 1960, os seus panfletos e a edição de *Avant-Garde* — nos fazem acreditar que a criação do movimento realmente deva ser transferida de Luanda para o exterior, mais precisamente para Túnis, e do ano de 1956 para o ano de 1960. É a declaração de compromisso assinada em 31 de janeiro por Lúcio Lara e Viriato da Cruz (Frain e MPLA), Holden Roberto (UPA),²⁸ Amílcar Cabral (Frain e Partido Africano da Independência — PAI)²⁹ e Hugo de Menezes (Frain) que marca a fundação oficial do MPLA.³⁰

Quanto à sua implantação em Angola, os dados recolhidos nos fazem concluir que esse processo se dá pela transformação do Mina em MPLA. Para tanto, baseamo-nos, entre outros, na proximidade deste com aquele divulgado pela versão oficial, nas recentes informações obtidas por Carlos Pacheco, no livro de Adriano João Sebastião e nos depoimentos de José Gonçalves e Afonso Dias da Silva. Todos eles indicam que essa mudança no Mina seria responsável pelo aparecimento da sigla MPLA em Angola.

Segundo Adriano João Sebastião (1993, p. 89), essa alteração teria ocorrido em Luanda, em janeiro de 1960, numa reunião de que participaram os líderes do Mina e Agostinho Neto, que teria sugerido a troca de nome. Posição contrária advogam Dias da Silva e Carlos Pacheco, para os quais o fato teria se passado na segunda semana de maio, após o retorno de Manuel Pedro Pacavira — militante do Mina — de um encontro com um representante do MPLA em Brazzaville, onde recebera o material produzido pouco antes pelos líderes do MPLA, nessa época já em Conacri.³¹ É após essa viagem que o interior passa a ter consciência de que existia um nome sendo divulgado externamente e que seria importante dar força à idéia que ele resguardava.³²

Seguramente, a data ventilada nessa segunda hipótese é a que tem mais consistência, pela perfeita sintonia entre essa versão e as datas que são apresentadas nas entrevistas. Entre elas, por exemplo, a de Lúcio Lara, que afirmou ter sido logo após o encerramento da conferência de Túnis que surgiu a possibilidade de instalar a primeira base de atuação do MPLA em Conacri e que seria a partir dela que se retomariam os contatos com Angola após as prisões que acarretaram no "Processo dos 50":

Então aí começamos a fazer nossos documentos já com cabeça, tronco e membros — os estatutos do MPLA, o programa, o programa mínimo, o programa máximo. Isso tudo é feito a partir de Conacri. (...) Um dos primeiros cuidados que a gente tem em Conacri é aproximar-se de Angola (...). (Entrevista com Lúcio Lara realizada em Luanda, em 7-2-95.)

No entanto, os contatos, a divulgação do novo movimento e o trabalho de conscientização que deveriam ser implementados pelos recém-convertidos militantes do MPLA foram tarefas de fôlego muito curto. Em junho de 1960, uma nova leva de prisões em Luanda, efetuada pela Pide, acabaria atingindo o núcleo central desse grupo, acarretando em mais uma prisão para Agostinho Neto.

Mas, afinal, por que não há consenso em torno da data de criação do MPLA? Acreditamos que a resposta para isso só possa ser obtida com a percepção da fragilidade do contexto da luta anticolonial, quer nas colônias, quer fora, nos anos cinquenta e sessenta, da pouca consistência dos contatos entre essas duas "frentes de luta", além, é claro, da necessidade do MPLA de aparecer no cenário internacional como o primeiro movimento de contestação ao colonialismo português em Angola.

E como explicar o longo tempo que se passou até que se iniciasse o questionamento dessa data? Em primeiro lugar, a falta de informações, devido à dificuldade imposta pelo colonialismo português e à clandestinidade, não favoreceu o fortalecimento de uma versão contestatória, nem mesmo entre os inimigos declarados do MPLA. Em segundo lugar, as versões contraditórias acabaram sendo ultrapassadas pela constante reprodução do discurso oficial, que cada vez menos passou a aceitar opiniões divergentes.

No entanto, para o nosso estudo, perceber o que essa formação *antecipada* encobre é mais importante do que a simples transferência de datas. Ao passarmos a criação do MPLA de 1956 para 1960, ganha maior nitidez o que até então era camuflado pela versão oficial do MPLA, auxiliada pela escassez de informações. Ambas ajudavam a esconder a existência de uma miríade de pequenos movimentos responsáveis por ações anticoloniais muitas vezes isoladas.

O entendimento dessa eferescência pulverizada de pequenos movimentos e partidos na década de 50 — entre os quais poderíamos lembrar o PCA, Plua, ELA, MIA, MLA, MLN, MLNA e Mina — supõe o reconhecimento de dois fatores básicos: a clandestinidade a que eram empurrados pela repressão portuguesa e os diferentes vínculos parciais de solidariedade que os uniam.

No tocante à clandestinidade, era normal que tais movimentos desconfiassem e mesmo temessem qualquer agregação ou associação com outros parceiros já constituídos em organizações políticas. Contava para tanto a ação eficaz e rigorosa realizada pela ditadura fascista portuguesa, representada pela Pide e materializada no método de infiltração de informantes. Em vista disso e sem as condições para os grupamentos políticos se exporem, diminuíam as possibilidades de aproximação entre eles. Como tivemos oportunidade

de perceber através dos relatos, por diversas vezes não se sabia nem para que movimento se estava trabalhando.

Por outro lado, tais organizações muitas vezes refletiam a existência de vínculos de solidariedade entre os grupos formados por indivíduos do mesmo bairro, da mesma geração na escola, da mesma profissão e do mesmo clube e entre os da mesma religião ou frequentadores da mesma igreja ou missão. E nem sempre era fácil passar de uma atuação nesse meio para uma atuação em outro.

O interessante nesse processo é perceber como irá se dar a unificação da luta empreendida por tais movimentos. Acreditamos que para isso tenham sido decisivas a perseguição e depois as prisões realizadas pelas forças de repressão portuguesas, que iriam desestruturar, quando não extinguir, os movimentos atuantes principalmente em Luanda. Na verdade, a ofensiva colonial sobre os grupos que agiam em Angola acabou por destacar e, conseqüentemente, fortalecer o grupo que estava no exterior.

De outra forma, como explicar a sobrevivência e o rápido crescimento do MPLA, exceto pelo fato de ser o único entre os movimentos luandenses naquele momento a poder ampliar as ações dos seus militantes fora das fronteiras do colonialismo português? Essa capacidade do MPLA, devido à atuação de seus líderes, de se fazer ouvir no exterior, não só na Europa, mas também na África, fez com que os pequenos grupos existentes internamente, a maioria com militantes presos no "Processo dos 50" e também no decorrer de 1960, percebessem que suas chances de continuar a luta e mesmo sua segurança dependiam da sua aproximação a uma organização mais forte, mais ampla, com possibilidade de lutar por eles internacionalmente e de fazer o trabalho de convencimento junto aos demais países quanto à existência de

presos políticos empenhados na luta pela independência de Angola.³³

Ora, o MPLA reivindicava e anunciava a sua atuação no interior; nada mais natural, portanto, que se filiassem a ele. Daí poderemos supor que, se o MPLA estivesse restrito ao interior de Angola como os demais movimentos, muito dificilmente fugiria a um destino idêntico ao desses grupos.

Evidentemente, a essa projeção no exterior soma-se a questão dos laços de solidariedade que existiam entre esses militantes inseridos no espaço luandense e os líderes exilados do MPLA, muito mais fortes quando comparados com os da UPA, que também possuía tal capacidade de exposição internacional e que durante algum tempo manteve relações com esses grupamentos luandenses (Pacheco, 1997, p. 36, nota 25). De acordo com a pesquisa em andamento de Carlos Pacheco, que se tem debruçado sobre o estudo da UPA, a transformação interna sofrida por esse movimento, resultante da disputa entre suas lideranças, parece ter causado seu distanciamento em relação a esse espaço luandense.³⁴

Ressaltemos, ainda, como fator importante para se entender tal aliança o fato de muitos desses indivíduos que articulavam e atuavam no interior dos grupos de base luandense comporem o que se pode chamar de uma *intelligentsia* angolana. Tinham sofrido o impacto, quando não participado das mais diversas formas, do movimento Vamos Descobrir Angola, que consistia no primeiro exercício de reflexão do que era Angola. Dessa forma, pode-se afirmar que o êxito do MPLA em reivindicar sua criação como tendo ocorrido em 1956 resulta, também, de que grande parte dos envolvidos nessa mobilização luandense de finais dos anos cinquenta, com o passar do tempo, acabou por se ligar ao movimento.

A mesma idéia — de uma incorporação futura ao MPLA — parece servir também como fator explicativo do sucesso alcançado internacionalmente pelo movimento, ao pleitear a organização do ataque às prisões ocorrido em 4 de fevereiro de 1961. Esse ataque, segundo as novas declarações e os estudos que têm sido elaborados, parece estar mais associado à atuação do cônego Manuel das Neves e de outras figuras ligadas à UPA.³⁵ Esta, por sua vez, ao que tudo indica, continuaria, como consequência das suas transformações internas, a se afastar ainda mais radicalmente de tudo que se relacionasse com a agitação luandense.³⁶

Por outro lado, o rápido crescimento do MPLA e de suas bases militantes, não obstante a prisão de importantes lideranças pela Pide, tem que ser entendido como consequência de dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, a arregimentação dos indivíduos oriundos do interior de Angola, fossem das cidades ou do campo, que fugiram à violenta contra-ofensiva portuguesa decorrente dos levantes acontecidos em 4 de fevereiro e 15 de março.³⁷ Entre esses a grande maioria pertenceria aos grupos etnolingüísticos quimbundo e bacongo, o que pode ser explicado pelo fato de os levantes terem acontecido nos territórios onde se concentram tais grupos, acarretando uma repressão ainda mais violenta nessas regiões. No caso dos bacongos, a força dos laços étnicos, existentes de forma mais radical na UPA, acabaria por prevalecer em grande parte dos indivíduos. Assim, o MPLA veria reforçada sua base quimbundo, já que a região de Luanda e seu interior, sua principal base de apoio em Angola, é uma área em que predomina tal grupo, para além dos bacongos refratários à postura marcadamente étnica estabelecida pela UPA.

Para que tal absorção de pessoas tivesse lugar, a condição prévia foi a transferência

de sua base de atuação de Conacri para Leopoldville, mesmo que com uma autorização provisória e sujeita a todas as retaliações e dificuldades possíveis de serem impostas pela UPA, lá instalada por muito mais tempo, como afirma Lúcio Lara.³⁸ Nesse ponto, o destaque deve ser dado ao Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), que funcionava como principal articulador, enquanto o MPLA não tinha possibilidade de agir legalmente.

O segundo fator a ser lembrado nesse processo de crescimento do MPLA é a fuga de Portugal, em meados de 1961, realizada por um grupo de estudantes oriundos das colônias. Após uma série de imprevistos e de intervenções diplomáticas envolvendo os Estados Unidos, a Espanha e Portugal, o grupo consegue se desvencilhar das pressões salazaristas e a maioria dos estudantes angolanos que participaram do episódio passará a engrossar as fileiras do MPLA. Segundo Lúcio Lara, o movimento, por não ter condições de absorver todos, pediu a alguns países amigos que abrigassem parte desses indivíduos, concedendo-lhes bolsas de estudo.³⁹ O relato de João Vieira Lopes, um dos organizadores dessa fuga, nos fornece maiores detalhes de como se desenvolveu o episódio:

A partir daí, penso que há a explosão aqui em 61. Nós no exterior (...) resolvemos que era necessário sair de Portugal, (...) ir encontrar amigos que já estavam na maior parte, nessa altura, na Guiné Conacri e descer para países fronteiriços, como o Congo Kinshasa, que já estava a receber inúmeros refugiados políticos. Assim, a gente organiza uma fuga que ficou bastante ampla, porque foi pra cima de 120 estudantes (...), [para o] norte de Espanha e depois para a França. Foi uma organização bem montada, [na qual] fomos ajudados pelo núcleo protestante,

que já tinha uma boa prática, porque eles tinham já ajudado os argelinos na sua luta de libertação. (...) Nós fizemos uma fuga não apenas de angolanos ou de militantes do MPLA; estavam integrados todos aqueles que pensávamos que tinham uma base de nacionalismo suficiente para poder largar aquela vida e integrar-se numa luta armada. (...) Foi Gana quem se empenhou e conseguiu trazer da França, através da Alemanha, (...) os angolanos, [que] foram parar na fronteira de Angola, os cabo-verdianos, [que] foram para outro lado, e os moçambicanos. Todos aqueles que estavam (...) foram continuar sua luta. Esta é a minha integração, digamos. Quando chego a Kinshasa, uma nova etapa se desenvolve. Foi a projeção do líder dos estudantes (...) e sou integrado na direção do MPLA, em Kinshasa, portanto, já em 61. (Entrevista com João Vieira Lopes realizada em Luanda, em 27-2-95.)

Esses novos recrutamentos, acontecidos já em Leopoldville, iriam alterar o perfil inicial do MPLA. Os antigos militantes da luta anticolonial, que possuíam uma perspectiva nacional, em sua grande maioria moldados por uma vivência urbana, teriam que se defrontar agora de forma ainda mais intensa com indivíduos provenientes de outras realidades socioculturais. Ao mesmo tempo, porém, o alargamento de suas bases e mesmo de suas lideranças passaria a dificultar a acusação, que vinha sofrendo por parte da UPA, de que se tratava de um movimento de mulatos intelectuais e urbanos. Em suma, passar a criação do MPLA de 1956 para 1960 significa dar-lhe uma dinamicidade que de forma alguma aparecia na versão anterior. Se ele surge em 1960, logo em 1961 se transforma, ao lado da UPA, na principal referência anticolonial angolana.

Não queremos perder a oportunidade de finalizar este artigo destacando um ponto por vezes disperso e não muito claro no decorrer do texto, o que deve ser entendido como consequência do tema, do tipo de abordagem que optamos por realizar, do marco cronológico e da discussão que pretendemos travar. Trata-se do apoio popular, nem sempre demonstrado de forma direta, a essa agitação anticolonial.

A população tinha, muitas vezes, formas diferenciadas de contestação ao colonialismo, como, por exemplo, as migrações e a recusa ao trabalho contratado, que são as mais evidentes. Para além dessas, podem ser destacados ainda o apoio aos movimentos de tipo messiânico e mesmo as manifestações contra as atitudes ditatoriais das autoridades coloniais portuguesas, como quando da prisão de Agostinho Neto em 1960, que resultaria em contestações na região de Icolo e Bengo, local de origem do líder do MPLA, e que sofreria dura repressão por parte dos colonialistas. Um exemplo a mais seria o episódio da Baixa do Cassange.⁴⁰

Da mesma forma, a concentração, na região dos Dembos, da população em fuga das retaliações portuguesas, após os levantes do primeiro semestre de 1961, foi uma ação que nasceu da necessidade dos populares de se esconder do inimigo e da tradição já existente na área de acolher os que fugiam ao controle do colonialismo. Lembremos que as lutas contra as autoridades governamentais, quando da expansão colonial do século passado, não cessariam até fins da segunda década deste século. Em 1961, portanto, a memória desses fatos ainda estava bem viva.

Com isso, queremos deixar claro que, no aspecto mais amplo da luta anticolonial angolana, mesmo nesse período em que nos concentramos, não se deu uma atuação isolada dos líderes mais urbanizados na mobiliza-

ção de populações acomodadas. O sucesso desse recrutamento e dessa parceria só foi possível porque havia, por parte dos demais angolanos, uma atitude e uma predisposição, quando não uma ação, anticolonial que se associava a essa perspectiva de luta mais ampla que seria desenvolvida pelos movimentos de libertação.

ANEXO

Declaração de Compromisso

Nós, abaixo assinados, membros activos (no exterior dos nossos Países Africanos) das seguintes organizações patrióticas: "Movimento Popular de Libertação de Angola", "União das Populações de Angola" (UPA), "Partido Africano da Independência" da Guiné (PAI) e "Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional das Colónias Portuguesas" (FRAIN), que coordenam a acção revolucionária dos patriotas africanos, concordamos no seguinte, depois da reunião realizada em Túnis, em 31 de Janeiro de 1960:

a) As nossas organizações decidiam numa acção conjunta na luta contra o colonialismo português, decisão de que temos provas e deveres cumprir patrioticamente.

b) A personalidade, a doutrina e a independência de cada uma das nossas organizações pode ser mantida [sic] através dessa acção conjunta.

c) Impõe-se estabelecer o mais cedo possível um programa concreto de acção para 1960 e que conduza os nossos povos à independência no mais breve espaço de tempo.

d) Representando a UPA, integra-se na Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) o camarada Guilmor, também conhecido por Rui Ventura e Roberto Haldane, o qual, juntamente com os restantes signatários, todos pertencentes àquela Frente, e quaisquer outros elementos representantes de outras organizações patrióticas, deverão proceder ao planeamento, coordenação e incremento da actividade revolucionária da nossa luta comum anticolonialista, e de maneira a desencadear o mais breve possível uma acção concreta nos nossos países contra o colonialismo português.

e) Prometemos maior e mais completo sigilo conspirativo em relação a este documento e às decisões secretas por nós tomadas ou que venham a ser tomadas, e, bem assim, não tomar individualmente qualquer atitude ou compromisso que possa ter consequências significativas na nossa luta comum contra o inimigo comum, o colonialismo português.

f) Concordamos em que a nossa próxima reunião, na qual deverão comparecer todos os signatários, deverá realizar-se em Conackry, capital da República da Guiné, em data a fixar posteriormente, mas que não deve ir além do mês de Março de 1960.

Nós declaramos que às no, digo, às organizações patrióticas a que pertencemos fica reservado o direito de, em qualquer altura, reconsiderarmos sobre essa declaração de compromisso e alterá-la, digo, propor a sua alteração ou considerá-la de efeito nulo para o que, entretanto, os outros membros tenham o direito de exigir credenciais a, digo, os outros membros terão o direito de exigir credenciais autênticas determinantes dessas ou dessa resolução.

Abel Djassi:*

(PAI e FRAIN)

* Abel Djassi foi o nome utilizado por Amílcar Cabral para não ser detectado pelo colonialismo português como tendo participado da conferência de Túnis. Também Holden Roberto utilizou outro nome, "José Guilmor", para assinar o documento.

Hugo MENEZES: (FRAIN)
José GUILMOR: (UPA)
Lúcio LARA: (FRAIN e MPLA)
Viriato CRUZ: (FRAIN e MPLA)

Feita em Túnis, aos 31 de Janeiro de 1960, último dia da Conferência dos Povos Africanos.

Correcção: na alínea a) onde está “decidiam” deve estar “decidira”, digo “decidiram”; e onde está “devereres” deve estar “deveres”.

NOTAS

1. Em termos bem gerais, visto que não se propõe por ora a análise detalhada das características de cada movimento, podemos afirmar que a UPA consistia num movimento de libertação que tinha laços estreitos de ligação com a região norte de Angola, mais precisamente com o grupo etnolingüístico bacongo, enquanto o MPLA se baseou, num primeiro momento, no apoio dos quadros urbanos, tanto em Luanda quanto na metrópole. Usaremos aqui, na denominação dos grupos etnolingüísticos, a forma corriqueiramente adotada em Angola, em que por vezes sobressai o nome do grupo étnico e por vezes o termo lingüístico.
2. Lembremos que esse distanciamento entre os movimentos de libertação angolanos, futuramente, ainda antes da obtenção da independência, acarretaria em combates armados entre os próprios movimentos.
3. Ver Marcum, 1969, vol. I, p. 63, nota 26. Pélissier, 1978, p. 269, nota 45, afirma que Holden teria anunciado a formação da UPNA como tendo ocorrido em 1954 somente após a conferência de Túnis, talvez como resposta ao MPLA, que pleiteava a data de 1956.
4. Tanto Marcum, 1969, p. 27-30, quanto Pélissier, 1978, vol. 1, p. 244-5, apresentam as duas versões e tendem a acreditar na primeira, que data o Plua de 1956.
5. Lembremos que, segundo Holden Roberto, a UPNA teria sido criada em 1954, mas, de acordo com essa segunda versão de Mário de Andrade, mesmo assim, o Plua seria anterior.
6. Temos usado a sigla Plua, ao invés de PLUAA, por ser a mais comumente repetida. A forma PLUAA também é utilizada por Pacheco, 1997, p. 25.
7. A Liga Nacional Africana assim como a Associação dos Naturais de Angola (Anangola) eram herdeiras, respectivamente, da Liga Angolana (1912) e do Grêmio Africano (1914), criados no início do século e que logo cairiam na ilegalidade sob a acusação de pretensões autonomistas. O retorno dessas instituições, entre os anos de 1929 e 1930, ocorreria num outro contexto, aquele em que as autoridades coloniais pretendiam antes de tudo poder contar com a condescendência dos angolanos. Com o passar do tempo, tais instituições se tornaram importantes pontos de apoio no fortalecimento do processo de contestação ao colonialismo português.
8. Quanto a esse ponto, a afirmação de Viriato pode ter sofrido a influência de sua condição de dissidente do MPLA. A sua saída do movimento está associada não só aos problemas de relacionamento pessoal com Agostinho Neto, mas também ao tipo de apoio que este representava. O alerta para esse aspecto foi dado por Carlos Serrano, no V Congresso Brasileiro da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (Aladaab), realizado no Rio de Janeiro, de 8 a 10 de agosto de 1995. Portanto, Viriato nunca enxergou com bons olhos essa proximidade com o PCP, fosse pelo

domínio da relação com tal organização que Neto teria, visto que passara muitos anos em Portugal, fosse pelo alinhamento automático que essa aliança acarretaria (Cruz, 1964. p. 9-10).

9. Com referência a essa proximidade, podemos citar a entrevista de um dos nossos informantes, um antigo militante do MPLA, sobre a teimosia de Agostinho Neto: “[n]uma reunião da direção do MPLA, em 62, (...) havia o aniversário do PCP. E começou-se a discussão se [se] devia ou não fazer alguma coisa. O Agostinho Neto tinha uma grande dívida em relação ao PCP, porque foi com base no PCP que ele conseguiu sair. E tinha as suas ligações anteriores que ele mantinha com membros da direção do partido comunista. Nós todos reconhecemos isso (...), mas (...) éramos acusados de tudo (...) [como de ser um] movimento comunista. (...) Essa acusação nunca foi possível de fundamentarem. (...) Achamos [que] (...) não se devia fazer nenhuma manifestação (...) [e] os camaradas deveriam compreender a situação crítica (...). [Daí que] o Agostinho Neto disse: ‘muito bem, sim senhor, se a direção não quer mandar, mando eu, pronto’” (entrevista realizada em Luanda, em fevereiro de 1995).

10. Certamente, é por não ter sido indiciado que o nome de Mário Antônio não consta da lista do “Processo dos 50” apresentada por Marcum. Quanto ao nome de Antônio Jacinto, que consta na lista de Marcum como estando no Brasil à época do processo, encontramos referências diferentes. Segundo Mário Antônio, Antônio Jacinto teria sido liberado antes dele e só seria preso novamente no pós-61, quando da prisão também de Luandino Vieira (Marcum, 1978, p. 33-4, nota 63a; Oliveira, 1990, p. 539-40; e Pacheco, 1997, p. 26, nota 5).

11. As oportunidades de evoluir nos estudos podiam ser resumidas a duas alternativas principais: recursos próprios, que significavam a capacidade de manutenção por parte da família, ou a obtenção de bolsas de estudo, patrocinadas em boa parte por missões protestantes.

12. Savimbi também esteve em Lisboa por essa época. Ele chegou em setembro de 1958 e permaneceu até meados de 1960, mas não aderiu ao grupo da CEI. Mais do que problemas de filiação étnica ou cultural, é possível que tenha contado o fato de Savimbi não estar matriculado em curso universitário, mas no liceu, e a CEI abrigava institucionalmente os universitários, o que não impedia que as festas e os demais eventos fossem abertos à participação dos demais estudantes. Mas, certamente, essa limitação — o fato de não estar matriculado em curso universitário — deve ter tido peso na não-adesão de Savimbi (*O Jornal*, de 9-9-88).

13. Com exceção de Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos, que iriam desenvolver a luta anticolonial na Guiné-Bissau e em Moçambique, respectivamente, os demais se transformariam em dirigentes do MPLA.

14. Mário de Andrade (1962, p. 115) utiliza o termo congresso e também o de conferência em publicações diferentes.

15. Marcum, no entanto, ressalta o fato de que não encontrara o documento denunciando o sistema de trabalho forçado, que, segundo o MPLA, havia sido entregue em dezembro de 1959, em Luanda, aos delegados do African Advisory Committee da Organização Internacional do Trabalho (Marcum, 1969, p. 27-31 e 36; e Pélissier, 1978, p. 246).

16. Ainda no ano de 1990, quando foi publicado o livro de Mário Antônio, segundo Carlos Pacheco, 1997, p. 30, nota 16, seria publicada uma matéria no jornal *Expresso*, em Lisboa (1-12-90), intitulada “MPLA: a controvérsia da fundação”, na qual Joaquim Pinto de Andrade afirma que Viriato da Cruz não chegou a lançar o nome MPLA em Luanda, pois teve que fugir às pressas. Infelizmente, não tivemos acesso a essa reportagem.

17. Na madrugada desse dia, em 1961, um grupo de populares atacou as prisões onde se encontravam os líderes independentistas detidos em 1959 e 1960; um segundo ataque, também sem sucesso, teria lugar no dia 10 do mesmo mês. Até hoje existem dúvidas quanto aos articuladores de tais ações, apesar de o MPLA ter reivindicado a responsabilidade pela sua orientação e pela sua organização. Entrevistas e relatos mais recentes apontam a figura do cônego Manuel das Neves como tendo um papel decisivo nos ataques, além da própria surpresa que o fato teria proporcionado aos líderes do MPLA, por essa época atuando no exterior. De qualquer forma, o dia 4 de fevereiro é identificado como o pontapé inicial na luta armada anticolonial.

18. Lembremos que o autor participou desses eventos (ver Pepetela, 1993, p. 16-20).

19. Pacheco, 1997, p. 27 e 38, utiliza as denominações Movimento de Independência de Angola e Movimento de Independência Nacional de Angola, respectivamente.

20. João Van Dunem teve uma sessão ainda em fins de 1990.

21. Por exemplo, *Angola: Documentos do MPLA*, Lisboa, MPLA / Ulmeiro / Coleção 3ª Mundo e Revolução, 1977.

22. Entrevista com Roberto de Almeida realizada em Luanda, em 16-2-95. Também Luandino Vieira confirma a existência do MPLA antes de 1959, quando de sua primeira prisão, por fazer uma atividade pró-MPLA. Todavia, ele próprio afirma que não estava "enquadrado" realmente, o que iria ocorrer somente a partir de 1961 (Laban, 1980, p. 49).

23. Entrevista com José Gonçalves realizada no Rio de Janeiro, em 2-7-96. Em relação às afirmações sobre o MLA e o MLNA, Carlos Pacheco (1997, p. 30, nota 15, e p. 37, nota 28) ressalta que o MLA é que teria sido o primeiro movimento a tentar unificar os diversos grupos em Angola, no que foi impedido pelas prisões de 1959. Pacheco, portanto, está em oposição ao que afirmara José Gonçalves. Ainda para Pacheco, o MLNA era o grupo em que militavam os católicos, como Joaquim Pinto de Andrade. Gonçalves acaba se aproximando da análise de Pélissier (1978, p. 249-51), que, por sua vez, irá associar o MLNA ao Mina, que analisaremos mais adiante.

24. Esse termo deriva do nome bufo, que designava os informantes da Pide.

25. Entrevista com Afonso Dias da Silva realizada no Rio de Janeiro, nos dias 8 e 13-3-96, e Sebastião, 1993, p. 77-84.

26. Entrevista com Afonso Dias da Silva realizada no Rio de Janeiro, nos dias 8 e 13-3-96.

27. Entrevista com Afonso Dias da Silva realizada no Rio de Janeiro, nos dias 8 e 13-3-96, e Sebastião, 1993, p. 77-84.

28. Se o MPLA não tivesse aparecido nessa ocasião de forma explícita, certamente Holden se utilizaria desse fato mais tarde.

29. Nome de raiz do PAIGC, por inspiração do Partido Africano da Independência do Senegal, de M. Diop.

30. Em anexo reproduzimos uma versão desse documento obtida por Maria da Conceição Neto junto ao arquivo pessoal de Lúcio Lara.

31. Segundo Dias da Silva e Carlos Pacheco, esse representante seria Lúcio Lara. Infelizmente, só soubemos disso depois de nossa entrevista com o dirigente do MPLA, de modo que não foi possível indagar a respeito desse encontro.
32. Entrevista com Afonso Dias da Silva realizada no Rio de Janeiro, nos dias 8 e 13-3-96. Ver também Pacheco, 1997, p. 47.
33. A entrevista de Agostinho Mendes de Carvalho ao programa *Opinião*, da TPA, apresentado em 16-10-95, comprova essa idéia. O antigo líder do MPLA afirma que muitos indivíduos só tomaram consciência de que pertenciam ao MPLA quando das prisões ocorridas em 1959-1960.
34. Entrevista com Carlos Pacheco realizada em Lisboa, em 11-3-95.
35. As fontes que consultamos sobre esse assunto foram as mais variadas — das entrevistas aos artigos de jornal —, mas podemos destacar Pacheco, 1997, p. 38, nota 33; entrevista com Carlos Pacheco realizada em Lisboa, em 11-3-95; Antunes, 1991, p. 148-50; entrevista de Agostinho Mendes de Carvalho ao programa *Opinião*, da TPA, apresentado em 16-10-95.
36. A esse respeito, acreditamos que o livro a ser lançado brevemente por Carlos Pacheco sobre os acontecimentos de 4 de fevereiro de 1961 irá apresentar novos elementos capazes de nos auxiliar num melhor entendimento do que se passou. Adiantemos que, para Pacheco, o que parece explicar esse comportamento refratário por parte da direção da UPA, em relação a uma atuação de parceria que efetivamente tinha ocorrido, é a existência de sérias rivalidades entre o grupo da UPA sediado em Matadi (Barros Necaca) e o grupo de Leopoldville (Holden Roberto) (entrevista com Carlos Pacheco realizada em Lisboa, em 11-3-95).
37. Não somente no 15 de março de 1961, que foi a data que passou para a história, mas nos primeiros dias de março as terras mais ao norte de Angola assistiram a um grande levante das populações camponesas que ocasionou a morte de muitos colonos portugueses, além de mulatos e mesmo negros considerados inimigos por aceitarem as condições de trabalho impostas pelo sistema colonial. Tradicionalmente, identifica-se essa revolta como consequência do trabalho de mobilização por parte da UPA, mas novos indícios apontam para a participação de outras organizações.
38. Entrevista com Lúcio Lara realizada em Luanda, em 7-2-95.
39. Entrevista com Lúcio Lara realizada em Luanda, em 7-2-95.
40. Entre janeiro e fevereiro de 1961, a população camponesa dessa região algodoeira iniciou um processo de contestação ao trabalho forçado que redundaria numa contra-ofensiva das autoridades coloniais das mais violentas. Especula-se algo em torno de cinco a sete mil camponeses mortos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABSHIRE, David M. e SAMUELS, Michael A. — ed. (1969). *Portuguese Africa. A handbook*. New York, Praeger Publishers.
- AGUALUSA, José Eduardo (1996). *Estação das chuvas*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ANDRADE, Mário de (1962a). *Liberté pour l'Angola*. Paris, François Maspero.
- (1962b). "Literature and nationalism in Angola". *Présence Africaine*, 13(41):115-22, Second Quaterly.

- (1962c) "Angolese nationalism". *Présence Africaine*, 14-5(42-3):7-23, Third Quarterly.
- (1968). "La lutte de libération nationale dans les colonies portugaises. Fondements unitaires". In: *La lutte de libération nationale dans les colonies portugaises*. La Conférence de Dar-Es-Salaam. Argélia, Information CONCP.
- (1973). *A geração de Cabral*. S/I, Instituto Amizade / PAIGC.
- ANGOLA (1977). *Documentos do MPLA*. Lisboa, MPLA/Ulmeiro/Coleção 3º Mundo e Revolução.
- ANTUNES, José Freire (1991). *Kennedy e Salazar. O leão e a raposa*. Lisboa, Difusão Cultural.
- BARNETT, Don and HARVEY, Roy (1972). *The revolution in Angola: MPLA, life histories and documents*. New York, The Bobbs-Merrill Company.
- CARMO REIS, Maria do Céu (1987). "Representation sociale de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la génération des années 50 en Angola". *África* (10):140-61. São Paulo, USP.
- CARMO REIS, Maria do Céu e ANDRADE, Mário de — orgs. (1985). *Ideologias da libertação nacional*. Textos de apoio ao curso de mesmo nome realizado entre 6 de maio e 19 de julho na Universidade Eduardo Mondlane.
- CASTELO, Cláudia Orvalho (1995). "A Casa dos Estudantes contra o império". *Público Magazine*, 28 de maio.
- CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS (s/d). *História de Angola*. Porto, Edições Afrontamento.
- CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DO MPLA-PT (1990). *Agostinho Neto. Ensaio biográfico*. Tomo I. Luanda, Editorial Vanguarda.
- CLARENCE-SMITH, Gervase (1985). *O III império português, 1825-1975*. Lisboa, Teorema.
- COLONIALISMO E LUTAS DE LIBERTAÇÃO (1971). *7 cadernos sobre a guerra colonial*. Portugal, Afrontamento / Arquivo I.
- CONCEIÇÃO NETO, Maria da (s/d). "Entre a tradição e a modernidade: Os ovimbundu do Planalto Central à luz da história". Luanda, mimeo.
- (1992). *As fronteiras por dentro da nação*. Comunicação proferida no *workshop* Angola: A Crise e o Desafio Democrático, organizado pela ADRA (Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), 24-26 de agosto, Luanda.
- CORREIA, Pedro Pezarat (1991). *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do império português*. Lisboa, Editorial Inquérito.
- CRUZ, Viriato da (1959). "Des responsabilités de l'intellectuel noir". *Présence Africaine*. Congrès des Écrivains et Artistes Noirs. Roma, Istituto-Italiano per l'Africa, p. 321-39, 26 mars-1 avril.
- (1964). "Angola: quelle indépendance...". *Révolution* (6):5-16, *Révue Mensuelle Internationale*. Paris, février.
- ERVEDOSA, Carlos (1990). *Era no tempo das acácias floridas*. Lisboa, ALAC.
- GUIMARÃES, Fernando J. Andresen (1993-1994). "Origins and development of the MPLA: two dissident views". *Camões Center Quarterly*, 5(1-2):17-29. Columbia University, Winter.

- HEIMER, Franz-Wilhelm (1980). *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa, A Regra do Jogo.
- (1984). "Obras em língua alemã sobre a África de expressão oficial portuguesa: a colheita dos primeiros anos oitenta". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (2):177-99, jun-dez.
- (1990). "O Estado pós-colonial em África". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (12-3), jan-dez.
- KILUANJI (1990). *Trajectória da vida de um guerrilheiro*. Lisboa, Editorial Vanguarda/Editorial Caminho.
- LABAN, Michel e outros (1980). *Luandino. José Luandino Vieira e a sua obra (estudos, testemunhos, entrevistas)*. Lisboa, Edições 70.
- MABEKO TALI, Jean-Michel (1987). *Le Congo et la question angolaise de 1963 a 1976*. Bordeaux, Université de Bordeaux III, Maitrise d'Histoire, mimeo.
- MARCUM, John (1969). *The Angolan revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge, MIT Press, vol. I.
- (1978). *The Angolan revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge, MIT Press, vol II.
- MELO, Aníbal João (1994). "Comunicação, poder e identidade nacional". Rio de Janeiro, Tese de mestrado defendida na Escola de Economia da UFRJ.
- MESSIANT, Christine (1992). "Social and political background to the 'democratization' and the peace process in Angola". Leiden, African Studies Centre/Seminar Democratization in Angola, Sept. 18.
- (1994). "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition". *Lusotopie* (1-2):155-210. L'Harmattan/Centre d'Etude d'Afrique Noire.
- MOREIRA, Adriano (1961). *Política ultramarina*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- (1963). *Ensaio*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar/Estudos de Ciências Políticas e Sociais.
- OLIVEIRA, Mário Antônio Fernandes de (1990). *Rerer África*. Coimbra, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Africanos.
- OSAGHAE, Eghosa H. (s/d). "Ethnicity in Africa or African ethnicity". In: KINYANJUI, Kabiru e MBURUGU, Edward (eds.). *African perspectives on development*. London, James Currey.
- PACHECO, Carlos (1997). *MPLA — um nascimento polémico (as falsificações da história)*. Lisboa, Vega.
- PÉLISSIER, René (1978). *La colonie du minotaure. Nationalisme et révoltes (1926-1961)*. França, Péliissier.
- (1986). *História das campanhas de Angola. Resistências e revoltas (1845-1941)*. Lisboa, Editorial Estampa, vol. I.
- PEPETELA (1993). *A geração da utopia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

RÊGO, Victor da Cunha e MORAIS, João M. Tito de (s/d). *Angola através dos textos*. São Paulo, Editora Felman-Rêgo.

SEBASTIÃO, Adriano João (1993). *Dos campos de algodão aos dias de hoje*. S/l, edição do autor.

SERRANO, Carlos Moreira H. (1988). "Angola: nasce uma nação". Tese de doutoramento defendida no Departamento de Antropologia da USP, São Paulo.

————— (1995). "A luta de libertação nacional na África de língua portuguesa e a crise do fascismo português". *Espanha e Portugal: o fim das ditaduras*. São Paulo, Xamã, p. 99-110.

UN GROUPE D'INTELLECTUELS DES PAYS SOUS DOMINATION PORTUGAISE (1959). "Message". *Présence Africaine*. Congrès des Écrivains et Artistes Noirs. Roma, Istituto-Italiano per l'Africa, p. 356-8, 26 mars-1 avril.

SUMMARY

The institution of MPLA

This study investigates an issue that came up recently in the historiography of Angola in what concerns the transfer of Popular Movement of Angola Liberation (MPLA) creation date from 1956 to 1960. It analyzes elements until then forgotten or conjured in existing debate. For that purpose it relies

mainly upon the interviews accomplished with some historical militants of the fight for the liberation of Angola. It is also interested in understanding how the mounting and the maintenance of the official version became possible.

RÉSUMÉ

La création de MPLA

L'article est une recherche sur la question récemment surgie dans historiographie angolaise autour du transfert de la date de création du MPLA de 1956 à 1960. Il analyse les éléments jusqu'alors oubliés, ou même cachés dans le débat existant. L'article se base, essentiellement, sur

des entrevues réalisées auprès de certains militants historiques de la lutte pour la libération d'Angola. Il s'intéresse à comprendre comment fut possible le montage et la manipulation de la version officielle.

Sociedade política e formação social angolana (1975-1985)*

Daniel dos Santos**

**Recebido para publicação em agosto de 1996.*

***Professor da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Ottawa, Ottawa, Ontario, Canadá.*

Partindo da idéia de que a associação entre a independência política e o desenvolvimento da formação social angolana necessita da existência de um projeto nacional e popular que leve em conta a participação das sociedades periféricas angolanas, o autor concentra sua atenção na heterogeneidade da pequena burguesia angolana. Esse seria o principal elemento a impedir tal propósito, acarretando na instrumentalização do Estado não por uma classe dominante, mas na sua sujeição às divergências de interesse no seio da pequena burguesia angolana.

Palavra-chave: político; poder; classes sociais; pequena burguesia; sociedade; sociedade civil; Estado; projeto social e projeto político.

A presença de diferentes frações da burguesia mundial no cenário angolano e a condição política e econômica da burguesia portuguesa situam a questão dos objetivos da independência de Angola de maneira especialmente significativa. A independência política encarada como uma finalidade em si mesma só pode levar à substituição da burguesia colonial pelas aristocracias étnicas¹ ou por uma *pequena burguesia compradora*, enquanto a independência política definida como uma etapa necessária da libertação — este, sim, o objetivo — coloca como condição do desenvolvimento da formação social angolana a elaboração de um projeto nacional e popular:

A questão que se impõe como a mais importante é a das futuras relações entre o que continua a ser, ainda, a sociedade central e as sociedades periféricas. Nesse contexto, a questão central se coloca muito menos em termos de um "projeto societal" final do que em termos da estratégia a curto e médio prazos, que determinará, de fato e em boa parte, o próprio "projeto societal". A questão-chave parece ser a de uma participação das sociedades periféricas na reconstrução da formação social em seu conjunto. (Heimer, 1980a, p. 40.)

No poder desde 11 de novembro de 1975, o MPLA — que era muito mais uma ampla frente nacional que uma verdadeira aliança de classes — era dirigido por uma pequena burguesia angolana cujo processo de formação e desenvolvimento a havia transformado na classe social colonial mais avançada. Entretanto, essa pequena burguesia estava longe de ser homogênea, conhecendo diversas divisões em seu próprio seio, podendo-sedistinguir pelo menos cinco segmentos, a saber:

- Nacionalistas que não participaram da luta armada, pequenos proprietários e uma

parte dos quadros, dos assalariados e dos funcionários do Estado colonial.

- O segmento *étnico*, que formava um microcosmo na sociedade angolana, pelo fato de *pretender* representar a região natal do primeiro presidente da República e *também de ser* a etnia que mais contribuiu para a luta de libertação nacional. Esse segmento ocupava posições nevrálgicas nos órgãos do poder, tais como o partido e o Estado, e constituía, no seio do MPLA, um dos mais abertos aos outros movimentos de libertação nacional, pois favorecia uma integração maior de Angola ao capitalismo mundial.

- O segmento tecnocrata, que, composto por uma outra parte dos quadros, dos técnicos das empresas públicas e dos altos funcionários, buscava, antes de tudo, consolidar suas posições na cúpula do aparelho de Estado.

- Um outro segmento ascendente, que, saído dos quadros intermediários formados na luta de libertação, aliava-se aos novos quadros que aderiram ao MPLA no momento da onda populista após a independência.

- O segmento radical, composto principalmente pelos intelectuais que viam as classes populares como forças motrizes da luta de libertação nacional e social, luta essa anti-sistêmica que deveria conduzir Angola a um desenvolvimento "autocentrado, endógeno, justo e equitativo".

A descolonização evidenciou a ausência quase total de posse por parte da sociedade angolana e sobretudo as contradições que atravessavam a pequena burguesia. A independência, marcada por uma violência extrema, transformou o caso de Angola num momento importante da competição no âmbito mundial, pois atrás dos conflitos opondo os movimentos de libertação angolanos se perfilavam rivalidades no interior da burguesia mundial. Nesse contexto, o Estado colonial se tornava um trunfo político da maior importância, o próprio coração da luta. Na vés-

pera da independência, a capital do país, Luanda, lugar em que se concentravam e ainda se concentram os comandos do aparelho de Estado, era o alvo cobiçado por todos os movimentos de libertação e por todas as forças de invasão — as tropas do Zaire de Mobutu, os mercenários da CIA e o exército sul-africano.

Contexto político e histórico

A ditadura em Portugal consolidou o capitalismo e a posição das famílias que constituíam a burguesia financeira portuguesa.² Seu papel, em relação às colônias, era o de preservar as posições dessa classe, em particular pela imposição de freios à concorrência e à penetração da burguesia mundial. Era preciso criar condições propícias para a exploração de recursos humanos e materiais pelas famílias financeiras portuguesas. O nascimento dos movimentos de libertação nacional e o desencadeamento da luta anticolonial forçaram a ditadura salazarista a mudar de rumo e a abrir as portas das colônias ao capital financeiro mundial. A classe dominante portuguesa buscava se associar à burguesia mundial, e não se afirmar como sua rival. Era o caso dos setores mineiro, bancário e comercial. Entretanto, em face do recrudescimento das lutas anticoloniais, a burguesia portuguesa, mesmo encorajada pelo sonho de uma federação neocolonial imaginada pelo falecido general Spínola (*promovido mais tarde a marechal da reserva*), não podia mais ter a expectativa de constituir nenhum regime com esse caráter, em que ela seria dominante.

Desesperadamente, nas vésperas da independência, a burguesia portuguesa tentava implantar uma solução neocolonial, mas era incapaz de fazê-lo. Sua própria hegemonia em Portugal estava abalada. Por outro lado, a burguesia mundial intervinha cada vez mais ativamente

em Angola, onde o segmento norte americano emergia como a verdadeira força de uma estratégia neocolonial. A FNLA e a Unita e as burguesias coloniais portuguesa e sul-africana faziam parte dessa estratégia, ao passo que o MPLA era considerado, erroneamente, como a força anticolonialista e anti-sistêmica a abater. Isso se devia, muito provavelmente, ao caráter fortemente nacionalista de uma parte da sua direção e à retórica *marxista* da sua intelectualidade.

Já sublinhamos a heterogeneidade da pequena burguesia angolana, nela identificando ao menos cinco segmentos. O poder político é a razão comum que os une mas, no momento em que se trata de seu uso, é esse mesmo poder que os divide. O caso Nito Alves ilustra perfeitamente essas contradições no seio da pequena burguesia dirigente. Mesmo para Mário de Andrade, 1984, p. 293-7 (ver também Ziegler, 1983), a tentativa, abortada, do golpe de Estado de 27 de maio de 1977 não constituía o ponto culminante de uma suposta contradição entre uma pequena burguesia burocrática, que teria usurpado o poder em proveito próprio, e as "massas proletarizadas dos muceques de Luanda".³ Tratava-se unicamente de uma contradição no interior da pequena burguesia, engendrada pelo fenômeno da assimilação. Com efeito, esse fenômeno não dividia a sociedade angolana em classes sociais, mas criava uma hierarquia racial no interior da pequena burguesia cujos efeitos não surgiriam a não ser após a tomada do poder.

É, aliás, importante observar a dificuldade em classificar os golpistas num ou noutro segmento da pequena burguesia, pois eles pertenciam "um pouco a cada um deles". Seu discurso *marxista* e suas críticas à direção de Agostinho Neto⁴ seduziam os ultra-esquerdistas, enquanto sua exortação à pureza da raça cativava os membros do segmento étni-

co. Não era por simples coincidência, por sinal, que esses contestadores provinham, sobretudo e quase exclusivamente, da região de Luanda e da etnia quimbundo.

Nito Alves e seus partidários elaboraram uma estratégia que se deveria iniciar pela construção de uma estrutura paralela com o objetivo de controlar certas instituições no seio do aparelho de Estado e do partido único. Alves pretendia se aproveitar da aplicação da Lei do Poder Popular, para legitimar uma posição de *esquerda* e demandar o apoio dos grupos esquerdistas e da Revolta Ativa.⁵ Como esta se recusava a colaborar, Alves, então ministro do Interior, desencadeou vasta operação repressiva contra esse grupo. O enfrentamento entre a direção histórica e o grupo de Nito Alves se tornou cada vez mais inevitável e terminou com sua expulsão, assim como a de José Van Dunem, do Comitê Central do MPLA.

Esse acontecimento evidenciava a fraqueza do poder político em Angola e a concentração desproporcional dos meios e recursos na capital em relação ao resto do país. O campesinato foi mantido totalmente à parte do complô, mas também da extrema repressão que se seguiria. A direção de Neto se aproveitou desse fato para concentrar ainda mais o poder político, atacando, aliás, muito mais a esquerda que a direita, com o objetivo de consolidar suas posições enquanto núcleo dirigente.

Um outro conflito ilustra as disputas de interesse entre os novos segmentos da pequena burguesia angolana. Em 1982, jornais portugueses⁶ registravam encontros em Lisboa e Londres entre o ministro da Saúde, Mendes de Carvalho, chefe do segmento étnico, e elementos da Unita, através das embaixadas sul-africanas. Enquanto isso, em Angola, por ocasião de uma conturbada reunião do Comitê Central, os diferentes segmentos discutiam sem sucesso medidas a serem tomadas contra o ministro, que era,

inclusive, membro do Bureau Político do Comitê. Os "fidelistas"⁷ enfatizavam a importância da unidade da nação, ou seja, do poder político. Mendes de Carvalho foi afastado do Bureau Político, mas conservou ainda os postos de ministro da Saúde e de membro do Comitê Central. Logo após, ele seria embaixador na Polônia, sendo atualmente deputado na Assembléia Nacional.

O Estado e as lutas políticas

Durante o período estudado e através das contradições no seio da classe dirigente angolana, podemos identificar uma constante: o papel de um grupo restrito que atuava como mediador dessas contradições. O verdadeiro poder político se concentrava no seio desse grupo, que utilizava os aparelhos do partido e do Estado para restabelecer os interesses de classe e atenuar os interesses particulares das frações, mas o resultado não era garantido. Em outras palavras, o *Estado*⁸ (se é que o Estado existe em Angola) é principalmente aquele da pequena burguesia. Tal instituição se apresenta à sociedade de maneira ambígua, já que mascara as contradições, ao invés de revelá-las, coisa que só faz quando forçado, nos momentos de crise. Esse aparelho de Estado se transformaria, durante os dez primeiros anos de independência, na presa de uma fração arrivista formada principalmente na arrogância do poder e na ignorância da competência e do mérito. A preocupação com a construção da nação angolana dá lugar a uma corrida constante pelo poder, visto como um meio seguro e rápido de acumulação de riqueza.

O Estado é um *instrumento* do qual se serve geralmente uma classe dominante para implementar sua estratégia social e econômica. Ele é, portanto, o meio político e jurídico pelo qual essa classe organiza a sociedade segundo seus próprios interesses e segundo

os compromissos assumidos com outros componentes dessa mesma sociedade. Ele cria a ideologia que justifica tal organização, ao mesmo tempo que permanece *o alvo* da luta de classes: e o objetivo imediato de grupos e de classes sociais. A pequena burguesia angolana não é uma classe dominante. Aquela que domina e explora a economia de Angola se encontra algures. Trata-se da burguesia financeira internacional, para quem a tentativa de construção de um projeto nacional incomodaria consideravelmente. O caráter periférico da economia angolana, ou seja, sua integração no mercado mundial e o lugar herdado do regime colonial na divisão internacional do trabalho são fatores que se opõem objetivamente à vontade de uma outra fração da pequena burguesia de construir a nação.

O aparelho político colonial continua sendo a única instituição da sociedade angolana mais ou menos organizada e estruturada. Ele foi *preservado* apesar do caos durante a independência. Por um lado, a guerra entre os movimentos de libertação terminou por completar a destruição total da infra-estrutura econômica material, da qual dois terços já tinham sido reduzidos a zero, pela explosão de ódio acompanhada de uma onda de depredações perpetradas quando da partida dos colonos. Por outro lado, a partida precipitada da maioria dos quadros e dos técnicos de nível médio, absolutamente necessários à construção de um novo país, deixou um vazio difícil de preencher cujas conseqüências danosas se materializam sob a forma de altíssimos custos para o conjunto da sociedade. Em meio à desordem social, econômica e política que imperava em Angola durante a independência, o *Estado*, e não a sociedade civil, surgiu como o centro da sociedade, o único lugar onde se concentram os recursos e os meios de que os diferentes segmentos da pequena burguesia angolana necessitavam para organizar a sociedade. Em 1975, a op-

ção não era entre um projeto nacional da pequena burguesia e o neocolonialismo português, pois a primeira se achava dividida em segmentos — alguns aguardavam a sua ocasião para se tornarem compradores, ao passo que outros já haviam tomado esse caminho —, mas entre a edificação de um projeto nacional e popular e a intenção de se tornar compradora, a qual significa a submissão à burguesia mundial, sobretudo às frações norte-americana, européia (particularmente francesa) e sul-africana.

Enquanto classe nacional, a pequena burguesia angolana se oporia a essa submissão, mas isso não significava que ela o fizesse de maneira homogênea, uniforme e total. Pelo contrário, a tendência a se tornar compradora e a que se lhe opunha, a da construção popular do projeto de uma nação angolana, se manifestavam numa relação de forças esca-brosa. No nível do discurso político, essa relação se expressava através do apelo constante à estratégia "frentista", mesmo depois da transformação do MPLA em Partido dos Trabalhadores.⁹

Essa estratégia reforçava a tendência a se tornar compradora e reduzia a outra vertente a uma posição minoritária. Por um lado, recorria-se a uma política repressiva e à marginalização; por outro, fazia-se apelo à reconciliação nacional sobre uma base individual. Ora, a estratégia "frentista" era ambígua: ainda que exclusse globalmente a FNLA, a Unita, a OCA¹⁰ e a Revolta Ativa das estruturas do poder, ela integrava a essas mesmas estruturas, sobretudo os elementos das duas primeiras organizações. Essa estratégia reforçava, assim, a posição da tendência *compradora* no interior do partido único. Era uma situação contraditória que se traduzia, de um lado, por um discurso político de vanguarda, nacionalista, até mesmo *popular*, e, de outro, por uma prática concreta dos atores sociais, das classes e dos indivíduos que

constituía um obstáculo extremo a um projeto nacional e popular. A política do governo do MPLA para com os Estados Unidos e a atitude extremamente generosa em relação às multinacionais norte-americanas eram a maior prova dessa aparente contradição.

O congresso de dezembro de 1977 anunciava o processo de transformação do MPLA em um partido de trabalhadores “guiado pelo marxismo-leninismo”, no qual “a classe operária” deveria desempenhar o papel dirigente. Esse partido deveria criar a hegemonia dos trabalhadores angolanos e sua aliança com o campesinato. Tratava-se, no entanto, dos mesmos segmentos da pequena burguesia dirigente: aqueles que conduziram o movimento de retificação com o objetivo de depurar o MPLA de seus “elementos reacionários” e aqueles que controlaram o processo de transformação do MPLA em um partido.¹¹ O resultado desse processo de transformação foi uma organização política cujos dirigentes eram fundamentalmente os mesmos. Eles reproduziram, então, a mesma partilha de poder e reequilibraram a hierarquia de suas forças no seio do novo partido. Partido e *Estado* se tornavam, assim, esclerosados e burocráticos, consagrando, por conseguinte, seu distanciamento em relação ao povo.

A *liquidação* do aparelho de Estado colonial era crucial, pois o *Estado* periférico angolano já não obedecia aos mesmos interesses, devendo, pois, responder às transformações operadas em Angola e às novas exigências, sem o que a formação social permaneceria incompleta, inacabada e nação não seria mais que uma ilusão. O *Estado* deveria, de acordo com a sociedade civil pluralista, e não em seu lugar, definir os paradigmas de um desenvolvimento nacional e de uma justiça social. Na ausência de uma burguesia nacional, nenhuma classe social podia assumir essa definição sem as contradições e privilégios que caracterizam as verdadeiras

burguesias, ou seja, o controle dos meios de produção e do produto do trabalho pela propriedade privada. Nessas circunstâncias, o papel que a pequena burguesia deveria assumir no projeto de construção nacional demandava recursos que nenhuma classe social possuía isoladamente. Essa classe deveria, então, chamar todas as classes nacionais a participar desse projeto. Entretanto, a pequena burguesia angolana, dilacerada pela avidez de seus segmentos, era incapaz de se apresentar unida em bloco, como classe nacional. A fração que possuía o poder político utilizava-o para seu próprio desenvolvimento e sua reprodução como *compradora*. Essa *tendência* corroía assim as possibilidades de se construir um verdadeiro projeto nacional e popular e um Estado nacional concreto.

A estrutura do poder em Angola, após a independência, colocava o partido único como o órgão supremo da direção da sociedade do qual dependiam o Estado e a Assembléia Popular. Teoricamente, o Congresso do partido, e não a sociedade civil, era o órgão de soberania, enquanto o Comitê Central e o Bureau Político constituíam órgãos executórios das decisões do Congresso e de vigilância do *Estado*. Este se tornava, então, a instância de legitimação das decisões do partido e o aparelho que impunha essas decisões ao conjunto da sociedade. Na realidade, todas as decisões importantes provinham do Bureau Político, onde se concentrava o verdadeiro poder. O partido selecionava cuidadosamente os candidatos à Assembléia Popular, cujo papel era meramente decorativo e com poder real reduzido. O *Estado* e a Assembléia Popular constituíam a forma privilegiada da legitimação do poder político. Possuindo o direito de impor ao *Estado* a *colaboração* de seus membros, sua experiência e seu conhecimento, o partido nomeava os ministros e os altos funcionários, além de controlar diretamente os órgãos cria-

dos pela Lei do Poder Popular. O Conselho de Ministros devia prestar contas de seu trabalho ao presidente do partido e ao Comitê Central: o *Estado* era uma dependência do partido.¹²

Era o partido único a representação da expressão política da maioria do povo angolano? Ou era antes simplesmente o partido da pequena burguesia ou de um segmento dela? Entre 1975 e 1985, a adoção de numerosas leis que permitiam ações concretas nas áreas de saúde, educação, transportes públicos e serviços sociais demonstrou uma preocupação particular com o bem-estar do povo. Por outro lado, eram descartadas, retardadas, condenadas ao esquecimento numerosas outras decisões, tais como a ruptura com o lugar que ocupava Angola na região e com o sistema capitalista mundial, decisões importantes porque permitiriam a consolidação e a ampliação de realizações concretas.

E o contexto econômico

O Primeiro Congresso, em 1977, e o Congresso Extraordinário de 1980 estabeleciam e confirmavam a necessidade de criar um fundo de acumulação de capital e um fundo nacional para o consumo, sendo um privado e o outro social, tudo sob a condução do *Estado* e a direção do partido. O objetivo era aumentar a parte da renda nacional destinada à acumulação, quer dizer, aos investimentos nacionais produtivos. Esse capital nacional era necessário à compra de material para aumentar e diversificar a produção de setores prioritários: a agricultura e a indústria leve ligada à economia agrícola. Isso permitiria à produção nacional evitar a dependência em relação ao capital mundial no que concerne à aquisição de material de bens de capital, de mercadorias e de tecnologia. O consumo privado não deveria, pois, aumentar desmedidamente, porque afetaria as possibilidades

de acumulação e frearia o desenvolvimento. Sem um aumento importante da produção nacional, Angola se veria na obrigação de contrair dívidas cada vez mais elevadas e a depender do capital financeiro mundial. Ora, no fim do período estudado, constata-se que foi exatamente o contrário o que ocorreu. Fora a guerra e as despesas militares, o consumo privado de luxo ocupou uma parte importante e crescente do consumo nacional, reduzindo a zero o consumo social, o *primo pobre do desenvolvimento*. Assim, em 1985, a dívida externa de Angola já era de cerca de US\$ 3,25 bilhões e os principais credores eram, em ordem decrescente, a antiga União Soviética, o Brasil, a França e os Estados Unidos (Hodges, 1987). Em 1988, segundo o Banco Mundial, a dívida de Angola a médio e longo prazos era de US\$ 5,63 bilhões (Word Bank, 1990).

Essa situação se traduzia igualmente na maneira como o partido único utilizava o *Estado* para negociar uma partilha da mais-valia entre os diferentes segmentos dirigentes e a burguesia mundial: as nacionalizações, raramente a 100%, e as *joint ventures* eram o meio privilegiado dessa divisão, sendo os casos do petróleo e do diamante perfeitos exemplos disso. Além das nacionalizações, a ajuda internacional e a corrupção também são meios privilegiados dessa partilha.

Angola criava zonas de prospecção e de exploração petrolíferas e as atribuía às multinacionais, segundo sua demanda, mas a decisão final cabia inteiramente aos dirigentes do *Estado* angolano, ou seja, do partido único. Segundo a nova lei dos investimentos estrangeiros,¹³ e para confirmar sua preferência pela fórmula *joint venture*, o partido no poder requeria a associação do capital privado estrangeiro ao capital "estatal". Nessa associação, a companhia nacional do petróleo, Sonangol, deveria possuir pelo menos 51% da propriedade. Uma participação an-

golana ainda menor dependeria de decisões de instâncias dirigentes superiores. Assim, a Sonangol associou-se à GulOil, com 51%, à Petrangol-Petrofina, com 30%, à Texaco, com 60%, à l'ENI, à CFP, à Total, e à Sacor.

Em compensação, a nacionalização de 61% dos diamantes, uma medida mais drástica, opunha sobretudo a burguesia portuguesa, a grande perdedora, aos segmentos dirigentes angolanos. Em represália, o Estado português nacionalizou a companhia de lapidação de diamantes pertencente à Diamang (rebatizada Endiama) e os bens dessa companhia em Portugal.

De maneira geral, as nacionalizações afetavam mais duramente a burguesia portuguesa que o capital financeiro mundial. A implantação, em 1979, do Código de Investimentos Estrangeiros mostrava que os segmentos dirigentes do MPLA haviam preferido se associar às multinacionais para tirar proveito de sua tecnologia e das possibilidades de um crescimento rápido da mais-valia. Esse código garantia às multinacionais um prazo de dez a 15 anos sem riscos de nacionalização. No entanto, caso uma nacionalização se impusesse, o Estado garantiria uma indenização integral ao associado. O código garantia igualmente a transferência de capital até 25% do valor investido, tendo o Conselho de Ministros a função de examinar casos excepcionais. Também o acesso ao crédito interno era garantido aos parceiros estrangeiros, além de isenções e reduções fiscais para a importação e a exportação.

As frações dirigentes angolanas, entretanto, se achavam numa posição vulnerável, pois não detinham o conhecimento tecnológico nem o controle de uma ampla rede para a comercialização do petróleo. Peculiaridades relativas à descolonização e à conquista do poder legaram a Angola uma necessidade dramática de fundos provenientes do petróleo (Harrington, 1986, p 22-3). Em 1979, as

receitas montavam a cerca de US\$ 800 milhões (74% da balança comercial). O petróleo se tornou o oxigênio de Angola, fazendo do país, no período estudado, uma das finanças mais *sadias* no continente africano. Isso criava, contudo,

uma situação perigosa, pois, ao contrário do que havia sido planejado pelo governo, o petróleo vinha a se tornar (também) uma dependência: a fonte principal de renda concentrada num só produto conjugando-se com a incapacidade em fazer aumentar a produção dos outros setores. (Santos, 1983.)

A produção de diamantes, após importantes quedas acompanhadas de um tráfico considerável, aumentou constantemente, atingindo em 1982 o nível de 1973. Enquanto a maior parte dos outros setores funcionava precariamente no início do período estudado, o petróleo permitia ao país evitar a armadilha da dívida e se recusar a integrar certas instituições-chave do capitalismo mundial, como o FMI e o Banco Mundial. Apesar do desempenho medíocre de sua economia, dela resultava uma relativa estabilidade. Sabemos agora que, após 1985, já nos anos 90, Angola já aspirava aderir a essas instituições, integrando-se mais intimamente no sistema mundial.

Para se tornar uma potência petrolífera na África, Angola acelerava a taxa de exploração desse setor, negociava várias concessões de prospecção e de exploração com empresas multinacionais, confiando cegamente em sua alta tecnologia. Munslow, 1983, afirmava que Angola não tinha outra alternativa a não ser apelar para o capital estrangeiro, lembrando que 80% das empresas industriais haviam sido nacionalizadas. Ora, a justiça social não pode ser medida pela percentagem de nacionalizações realizadas; 50% das empresas das quais falava Munslow quase não

mais funcionavam e Angola não podia certamente contar com sua produção para elevar e melhorar o destino de seu povo. Munslow afirmava que se devia tomar como fato que os operários e camponeses estavam, nessa altura, no poder. Para ele, a luta "interna" não tinha nenhuma ligação com a luta anti-sistêmica. Ele opunha, então, a "opção socialista do povo no poder" à "pequena burguesia que desejava tomar o poder"! Ora, a pequena burguesia angolana, apesar de seu fracionamento, desempenhou um papel histórico no desenvolvimento do nacionalismo angolano e ela poderia desempenhar papel igualmente importante em relação à construção da nação. Nas condições do capitalismo mundial do século XX, o fato de a pequena burguesia trazer em si, enquanto classe, duas forças maiores opostas e contraditórias — o nacionalismo e a *compradora* — não impede a existência de contradições e de frações no âmbito do exercício do poder político e fora deste, entre os partidos políticos. Torna-se, então, fácil de compreender por que a decisão de criar fundos de consumo e de acumulação permaneceu letra morta. A guerra que se seguiu à independência é, em parte, a causa e a consequência dessa situação.

A libertação

É frágil o desenvolvimento das forças produtivas em Angola. A implementação do projeto de libertação, mesmo dirigido pela pequena burguesia ou por segmentos desta, tinha como base a ampliação da distribuição da riqueza social. Mas essa *partilha* não teve como consequência, durante o período estudado, um aumento do nível de vida do povo. Pode-se até mesmo constatar, durante os dez primeiros anos, um empobrecimento geral da sociedade, com um achatamento da estrutura social (aumento sem precedentes das classes pobres), apesar de uma correção sim-

bólica de algumas injustiças: *democratização* dos serviços de saúde, da educação e da cultura e dos esportes. No bojo desse empobrecimento, assistimos ao aparecimento de novas castas de negociastas, cúpidos e próximos dos centros de poder. O processo de reprodução desses grupos se dá através de mecanismos improdutivos, como o mercado negro, a corrupção e o recurso aos privilégios de pertencer a uma fração dirigente da *pequena burguesia compradora*. As mudanças da estrutura social angolana geraram a reprodução das desigualdades sociais e econômicas, abrindo um fosso nunca antes observado, mesmo levando-se em conta o período colonial.

Dez anos depois da independência, Angola se integrou ainda mais no sistema capitalista mundial e a via da ruptura na qual se inscrevia sua independência se tornou um sonho longínquo. Após 1975, a guerra, conduzida conjuntamente pelos Estados Unidos, pela África do Sul racista e pela Unita contra o MPLA, consolidou as forças do segmento *comprador* no interior da pequena burguesia dirigente e corrompeu a arquitetura social e econômica da sociedade angolana.

Entre 1974 e 1985, Angola foi vítima de ataques e de bombardeios contínuos perpetrados pelo exército sul-africano, que ocupava ilegalmente uma zona da província de Cunene, ao sul do país. As tentativas de se chegar a um acordo de paz se revelaram um fracasso. O verdadeiro objetivo da África do Sul não era defender-se do "comunismo", mas integrar, com o apadrinhamento de Washington se possível,¹⁴ parcialmente ou completamente, o espaço angolano, cuja importância estratégica e econômica é inegável, ao seu espaço capitalista.

O sonho de outrora, que alimentou gerações inteiras de angolanos — criação de condições para uma ruptura anti-sistêmica e para um desenvolvimento nacional autocen-

trado —, só se tornará realidade quando a sociedade civil da formação social angolana for capaz de participar da definição do interesse nacional de atingir um nível de produção e de consumo nacionais suficientemente fortes para impor uma (re)distribuição mais equitativa da riqueza social. A continuidade da história de Angola foi rompida em 1975. Ela foi retomada com a redefinição de um projeto nacional e democrático em 1992 (Santos, 1995).

A construção da formação social angolana não se reduz ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção; umas e outras estão intimamente ligadas às relações jurídico-políticas. A libertação angolana não se pode inscrever na perspectiva da *burguesia compradora* e da constituição de um regime puramente neocolonial. Essas perspectivas não estão de todo afastadas, no entanto. A questão do poder está no centro das relações políticas. No caso de Angola, esse poder não é nem autônomo, nem burguês, nem subdesenvol-

vido, nem uma filial do Estado "imperialista". Ele é "adequado" à formação social angolana: trata-se de *Estado* com uma multitude de frações da pequena burguesia decorrente uma formação social que permanece inacabada e que se reflete em sua ambigüidade. Tal ambigüidade desaparecerá à medida que a fração *compradora* se impuser ao nacionalismo.

Assim, em face de tal tendência a *desconexão* (Amim, 1983, 1984 e 1986) é um momento de uma via possível e fundamental para a constituição da formação social e para a construção da nação angolana. Não se trata da busca de uma via "não-capitalista", mas antes de determinar com precisão os "sintomas" que desvendam "a possibilidade de alguma coisa saída do capitalismo mas diferente deste". Uma tal via não exclui a integração regional (África Austral) e internacional (globalização). Pelo contrário, ela deveria permitir à sociedade angolana ocupar, a longo prazo, seu lugar nesses conjuntos, sem que isso se faça nas costas de seu povo.

NOTAS

1. Utilizamos aqui o termo étnico para designar as classes sociais advindas dos modos de produção pré-capitalistas. A propósito do debate sobre formas pré-capitalistas, ver Suret-Canale, 1980; a crítica de Samir Amin, 1983; Frank, 1978; Coquery-Vidrovitch, 1969; e o debate apresentado na *Révue Canadienne d'Études Africaines*, 1985.
2. Tratava-se de uma dúzia de famílias que, sob a proteção do fascismo, pôde se transformar em burguesia financeira, concentrando em suas mãos uma parte do capital comercial, industrial e bancário de Portugal. Essas famílias eram muito ligadas às colônias (ver Castro, 1978, p. 41-3, e Santos, 1985, p. 421-6).
3. Muceques: favelas.
4. Núcleo de dirigentes do MPLA reunidos em torno do primeiro presidente da República que foi constituído e reproduzido logo após o início da luta armada de libertação e que será progressivamente afastado depois da morte de Agostinho Neto pela fração "ascendente". Nós a denominaremos "a direção histórica".
5. A Revolta Ativa era um movimento dissidente no interior do MPLA reunindo intelectuais, militantes e quadros. Sua crítica principal era sobre a concentração do poder nas mãos da "direção histórica", os excessos de dirigismo, de militarismo e de populismo desta, que constituíam obstáculos ao desenvolvimento de um poder democrático. Ver o manifesto "Apelo a todos os militantes e quadros do MPLA" (Angola, 1974).

6. *Expresso*, Lisboa, 14-8-1982, 25R-29R; *Expresso*, Lisboa, 21-8-1982, 1 e 3; e *Ponto*, 96, Lisboa, 26-8 a 1-9-1982, II e III.
7. Os "fidelistas" eram aqueles que continuavam fiéis a Neto, falecido em 1979, e à "direção histórica", cujo representante mais conhecido era Lúcio Lara, durante muito tempo o ideólogo e o organizador principal do partido. Por ocasião do Segundo Congresso do MPLA, no final de 1985, ele perderia seu cargo no Bureau Político do partido e seu posto de secretário geral. Ele continua, hoje em dia, membro do Comitê Central do MPLA e deputado na nova Assembléia Nacional resultante das eleições parlamentares de 1992.
8. Estamos terminando atualmente um estudo que cobre o período 1985-1995, no qual questionamos a existência de um Estado angolano. Este produz uma enorme quantidade de normas que constituem "peças de convicção", já que elas não possuem nenhuma influência sobre a realidade concreta. Elas não são aplicadas nem aplicáveis, a não ser como exceções. As regras estatais são, então, uma cortina de fumaça que não tem senão um valor simbólico (o aparato).
9. Desde a crise de 1963 até o início dos anos 90, os departamentos de informação e organização do MPLA e sua direção não deixavam de enfatizar a importância dessa estratégia. Com esse objetivo, utilizavam meios que iam de simples discursos, panfletos, publicações de propaganda política à repressão física.
10. OCA (Organização Comunista Angolana), fusão de grupos esquerdistas ligados ao poder popular nas cidades, aos comitês Henda e Amilcar Cabral.
11. Esse movimento se realizava de maneira idêntica ao movimento de reajustamento dos anos 1972-1973.
12. Ministério da Informação, *Lei do Poder Popular*, Luanda, 1976; Comitê Central do MPLA, *Relações Movimento-Estado*, Luanda, 1977.
13. "Apelo aos investidores estrangeiros", *Tempo*, Lisboa, 26-7-1979.
14. Esse projeto de integração regional está em vias de se tornar realidade depois da eleição de Nelson Mandela para a Presidência da África do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, Samir (1983). *Le développement inégal*. Paris, Éds. de Minuit, p. 9-48.
- (1984). "Crise: la sortie est à gauche...". *Afrique Asie* (329):46-8, 28 août.
- (1986). *La déconnexion*. Paris, La Découverte.
- ANDRADE, Mário de (1984) "Les rebelles de Ziegler. Une caricature de Fanon". *L'Esprit*, 10(11):293-97, Outubro-Novembro.
- CASTRO, Armando de (1978). *O sistema colonial português em África*. Lisboa.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (1969). "Recherches sur un mode de production africain". *La Pensée* (114):61-78, Março-Abril.
- FRANK, André Gunder et AMIN, Samir (1978). *L'accumulation dépendante. Sociétés pré-capitalistes et capitalisme*. Paris, Éds. Anthropos, p. 279-377.
- HARRINGTON, Henry (1986). "Angola's oil crucial for development and war". *African Business* (92):22-3, April.
- HEIMER, Franz Wilhelm (1980a). "Formation sociale, développement économique et option socialiste en Angola". *Genève-Afrique*, XVIII(I):32-43.
- (1980b). *O processo de descolonização em Angola 1974-1976*. Lisboa, Regra do Jogo.

- (1983). "Sobre a articulação dos modos de produção em Angola. Uma nota metodológica". *Análise Social*, XIX(77-9):1091-110.
- HODGES, Tony (1987). *Angola to the 1990s. The potential for recovery*. London (UK), the Economist Intelligent Unit (Special Report nº 1.079).
- MUNSLOW, Barry (1983). "Is socialism possible on the periphery?". *Monthly Review*, 35(1):25-39, May.
- REVUE CANADIENNE D'ÉTUDES AFRICAINES (1985). "Revolta Activa (1979) Manifesto: Apelo a todos os militantes e quadros do MPLA", 19(1).
- SANTOS, Daniel dos (1983). "Cabinda: the politics of oil in Angola's enclave". In: COHEN, Robin (ed.). *African island and enclaves*. Beverly Hills, Ca., Sage Books, p. 101-17.
- (1985). "Capitalismo contemporâneo e passagem ao socialismo: problêmes théoriques et esquisse d'analyse d'un cas (l'Angola)". Tese de doutorado em sociologia. Université de Montréal.
- (1995). "L'Angola à la croisée des chemins: la démocratie, le pouvoir politique et la Constitution". In: CONAC, Gérard; DREYFUS, Françoise; e MONTEIRO, José Oscar. *L'Afrique du Sud en transition*. Paris, Economica, p. 249-66.
- SURET-CANALE, Jean (1980). "Les sociétés traditionnelles en Afrique tropicale et le concept de mode de production asiatique". In: *Essais d'histoire africaine*. Paris, Éd. Sociales, p. 11-38.
- WORLD BANK (1990). *Angola, an introductory economic review*. Washington (DC), World Bank.
- ZIEGLER, Jean (1983). *Contre l'ordre du monde, les rebelles*. Paris, Éditions du Seuil, p. 234-85.

SUMMARY

Angolan political society and social formation, 1975-1985

Starting from the concept that the association between political independence and development of social formation in Angola requires the existence of a nation-wide, grass-roots project taking into account the participation of the peripheral societies as well, the author concentrates

his attention on the heterogeneity of the Angolan *petite bourgeoisie*. That would appear to be the main factor hampering the intention, entailing not the instrumentalization of the State by a prevailing class, but its subjection to divergencies of interest within that Angolan *bourgeoisie*.

RÉSUMÉ

Société politique et formation sociale angolaise 1975-1985

Partant de l'idée que l'association entre indépendance politique et développement de la formation sociale angolaise nécessite de l'existence d'un projet national et populaire comptant sur la participation des sociétés périphériques, l'auteur centre son attention sur l'hétérogénéité de la petite bourgeoisie angolaise. Ce serait le

principal obstacle à l'élaboration d'un tel projet. Il en résulte que l'État devient l'instrument, non d'une classe dominante, mais des fractions de classe, en l'occurrence, soumis aux divergences d'intérêts au sein de la petite bourgeoisie angolaise.

Estudo da África de língua portuguesa: retrospectiva e perspectiva*

Edward A. Alpers**

**Recebido para publicação em abril de 1997.*

***Professor da Universidade da Califórnia, Los Angeles.*

Este texto é uma análise historiográfica da produção dos últimos 30 anos sobre a história da África lusófona. O autor questiona o emprego da categoria África lusófona, ou qualquer outra que como tal se proponha a homogeneizar as distintas realidades dos países que foram submetidos à colonização portuguesa. Mostra-se que a construção de tais categorias esteve ligada a um período específico da descolonização africana, sendo incorporada e reforçada pela historiografia da época. Tal contexto histórico é hoje inteiramente superado, devendo como tal ser substituído por uma abordagem não-reduziva da história da África.

Palavra-chave: África lusófona; estudos africanos; África de língua oficial portuguesa.

Era uma vez uma terra longínqua chamada África portuguesa. Muita gente escreveu sobre essa terra. Inicialmente, apenas os portugueses deram atenção a ela, pois Portugal era um pequeno país cuja língua poucos falavam. Com o tempo, porém, outros também se interessaram. Publicaram-se muitos livros e artigos, elaboraram-se bibliografias, fizeram-se conferências a respeito da África portuguesa. O que fora apenas uma idéia se tornou um império colonial e, hoje, cinco Estados africanos independentes; o que um dia foi África portuguesa passou a ser África de língua portuguesa, atualmente Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop). Quero, aqui, contestar a idéia de que há uma área significativa de estudos acadêmicos com qualquer um desses nomes, exceto em circunstâncias históricas muito específicas.

Retrospectiva: como chegamos aqui?

Para nós, que começamos a estudar a África nas décadas de cinquenta e sessenta, resta pouca dúvida de que nosso campo de visão era dominado pela publicação de James Duffy, de 1959, que recorreu de maneira competente a uma vasta gama de fontes para oferecer um panorama instigante da história e da política do que se tornara a África colonial portuguesa no final do século XIX e durante o século XX. Além disso, a unidade dessa entidade, África portuguesa, que Duffy projetou em seu livro tão influente, foi reforçada pela atitude portuguesa de não se dispor a dar liberdade a suas colônias africanas e pela longa luta armada de independência decorrente dessa decisão fatal. Ao lutar contra um inimigo comum, os líderes dos principais movimentos de libertação desenvolveram uma frente unificada contra o Estado fascista português e partilharam uma perspectiva ideológica radical que se expressou

na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). Estudar esses territórios africanos era ficar preso a suas lutas de libertação e a uma lógica acadêmica que dava muita prioridade ao aprendizado da língua portuguesa.

Uma vez decidido a estudar qualquer um desses territórios geograficamente dispersos (em que pese o sonho imperial português de traçar um mapa "cor-de-rosa" durante a disputa pela África), era muito fácil ver-se absorvido pela retórica do discurso sobre a África portuguesa, seja qual fosse sua área acadêmica. Além disso, o conhecimento do português dava acesso a fontes de informação sobre essas partes da África que transformava os acadêmicos em tradutores de idéias para os colegas que não liam essa língua, reforçando, assim, a noção de que o construto que desejo questionar tinha substância.

Creio que, para os historiadores, como eu (o presente texto se concentrará no trabalho dos historiadores), esses fatores possuíam força especial, embora também fossem importantes para os intelectuais de outras áreas, em particular para os poucos que então estudavam a literatura. Muito pouco se escreveu sobre a África de língua portuguesa em outro idioma que não o português e a bibliografia acadêmica existente à época não questionava nem o construto colonial que é a "África portuguesa", nem o enfoque eurocêntrico que predominava nas análises sobre os portugueses na África.¹ Assim, mesmo começando com uma perspectiva africanista, no início da década de 1960 era difícil não aceitar implicitamente esse construto acadêmico particular.

No caso da África Oriental, região em que me especializo, minhas primeiras leituras foram dominadas pelas importantes contribuições acadêmicas de Eric Axelson (1940, 1960 e 1973), José Justino Teixeira Botelho (1934-1936), Charles Ralph Boxer (1960 e

1961), Mabel V. Jackson (1962), Alexandre Lobato (1954-1960 e 1957, entre suas muitas contribuições) e Justus Strandes (1961), cuja totalidade do trabalho se ajusta muito confortavelmente a essas duas categorias de investigação. Contudo, embora minhas pesquisas iniciais enfocassem uma região histórica bem mais ampla do que a englobada por essas duas noções e atravessassem o que, no século XX, viriam a ser fronteiras de vários territórios coloniais diferentes, a aparente unidade lingüística e colonial da África de língua portuguesa e o surgimento nesses países de movimentos de libertação nacional coordenados entre si eram forças poderosas que favoreciam a manutenção da fachada desse conceito.

Assim, desde o início do surgimento de um campo de pesquisas vasto e interdisciplinar, denominado estudos africanos, existiu um subcampo chamado África portuguesa, África de língua portuguesa ou África lusófona com o qual era preciso lidar. O apoio aos movimentos de libertação bem como os inevitáveis ensino e produção de textos a respeito de questões de luta e de definição nacional certamente reforçaram — qualquer que fosse a opção política de cada um — nosso próprio sentimento de unidade dessa área de pesquisa, que surgiu no decorrer da luta e antes da “Revolução dos Cravos” em Portugal, em 24 de abril de 1974. O conhecimento do português (e talvez de alguns dos atores dessas lutas de independência) fazia-nos levar a sério a noção de África lusófona. Além disso, havia um público que desejava informações sobre essa parte da África, queria saber o que estava acontecendo naquelas lutas, o que atraía nossa suposta perícia.

Visto retrospectivamente — em que pese o fato de que a maioria dos acadêmicos da época levava a sério seu enfoque sobre a África e, especificamente, sobre os africanos

que habitavam esses países, antes que sobre Portugal e os portugueses na África —, o conceito do que estamos chamando de África de língua portuguesa é um construto totalmente colonial e em nada é tributário de uma realidade histórica africana não enraizada nas conquistas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique no fim do século XIX e começo do século XX (deixando de lado as histórias singulares das nações-ilhas de Cabo Verde e São Tomé). Claro que essa história é mesmo real e nem por um momento penso questionar a utilidade do estudo da África colonial portuguesa como princípio organizador, mas, mesmo nesse caso, o conceito de África lusófona em si não é suficiente para proporcionar contextos significativos que permitam a compreensão da experiência africana da dominação colonial portuguesa.²

Serei específico. Se começarmos com as viagens portuguesas de descobrimento, logo perceberemos o grande valor das fontes portuguesas para o estudo da história africana. Apesar de todas as limitações das fontes primárias européias para o estudo da África, as que estão escritas em português datam do século XV ao XVII e proporcionam uma visão das sociedades da África litorânea e do interior que se estende do Marrocos à Etiópia. Em algumas situações, a presença portuguesa foi algo mais que fugaz, como na Costa do Ouro, de meados do século XV ao final do século XVII, ou em Mombaça nos séculos XVI e XVII, ou mesmo na Etiópia, durante o século XVI, embora possamos reconhecer que esses episódios não constituíram algo como um “período português” para nenhuma dessas sociedades africanas.³ De fato, pode-se ter um barômetro contemporâneo confiável sobre o significado histórico da presença portuguesa em cada uma dessas sociedades africanas na maneira como a questão está subordinada a outros temas mais amplos, centrados na África, em volumes

respectivos da *General history of Africa*, da Unesco (Ogot, 1992, vol. 5, p. 406-8, 728-32 e 756-70).

Sem esquecer o enclave português ligeiramente anômalo na Guiné-Bissau e a presença mais demorada na costa norte da Guiné, que precedeu a formação dessa colônia durante a disputa da África (Rodney, 1970; Carreira, 1981; Péllissier, 1989), tratarei, basicamente, dos dois pilares do que denominamos África de língua portuguesa: Angola e Moçambique. No caso de Angola, sem dúvida não faz sentido querer descartar o impacto duradouro da presença portuguesa sobre os povos de Angola a partir do final do século XV. Ao mesmo tempo, por mais profundo que tenha sido, esse impacto foi certamente restrito no tempo e no espaço, apesar da penetração, no interior, do comércio de escravos do Atlântico até as conquistas coloniais do século XIX.⁴ No caso de Moçambique, com a singular exceção do vale do Rio Zambeze, é muito menos possível afirmar algo semelhante a uma história de 500 anos de presença colonial, e ainda menos de dominação, até começarem a sério as guerras de conquista colonial na segunda metade do século XIX.⁵ Além disso, em ambos os casos — talvez com a exceção da formação de uma classe de afro-portugueses ou luso-africanos (embora se possa alegar que a distinção não deixa de ter sentido e aqui se incluem também os da costa norte da Guiné) —, por mais peso que se queira atribuir à presença histórica portuguesa, a história de ambos faz mais sentido, de um ponto de vista centrado na África, no contexto de temas sub-regionais ou continentais do que com referência uma à outra.⁶

Por exemplo: seria possível entender a história do reino do Congo fora de seu contexto da África do Centro-Oeste? Será que a expansão imbangala ou cokwe seria compreensível só com referência à presença por-

tuguesa em Angola? Até que ponto o tráfico de escravos em Angola tem caráter distintivo enquanto expressão da África de língua portuguesa, em contraste com seu lugar dentro do contexto histórico mais amplo do tráfico de escravos do Atlântico?⁷ Será que o tráfico de marfim no norte de Moçambique tem algum sentido quando visto de uma perspectiva africana de língua portuguesa? Ou fará parte de um regime comercial muito mais complexo do Oceano Índico que envolve africanos, árabes e indianos, mas nenhum português? Como se entende melhor a história da Zambézia, como exemplo de assentamento colonial português ou de relações interétnicas em uma das grandes fronteiras da África? Será que, fazendo referência aos portugueses, podemos explicar algo do sul de Moçambique antes do fim do século XIX, ou mesmo depois? Não é verdade que a descoberta de ouro no Rand foi mais determinante para o desenrolar dos fatos no século XX do que os acontecimentos de Lourenço Marques?⁸ Mesmo no contexto comparativo bastante legítimo do império ultramarino português, será que não devemos traçar tanto distinções quanto semelhanças, dentro desse quadro mais amplo, entre a experiência da Angola portuguesa, em seu contexto do sul do Atlântico, e a do Moçambique português, em seu contexto do Oceano Índico?⁹

Outra maneira de tratar essa questão é perguntar se a idéia de uma África de língua portuguesa faz qualquer sentido para os africanos que são cidadãos dos cinco estados que compõem o Palop. Será, por exemplo, que o povo da Guiné-Bissau sente mais afinidades com os angolanos ou moçambicanos do que com seus vizinhos da África Ocidental? Para os angolanos, o que é mais imediatamente pertinente para sua experiência: o que acontece em Moçambique ou o que ocorre no Zaire? Os moçambicanos voltam mais seus

olhos para Angola ou para a África do Sul, a Tanzânia ou o Zimbábue? E, uma vez que adotamos um termo lingüístico para definir o assunto por enquanto, quantos dos cidadãos desses países falam português, mesmo como língua franca, ou sequer entendem muito português, sem falar nos que podem afirmar que são alfabetizados nessa língua?¹⁰ Será que qualquer uma dessas sociedades tem algo profundamente enraizado que os identifique, de uma perspectiva centrada na África, basicamente como sociedade de língua portuguesa? Duvido muito.

O que estou procurando apontar é que, se o conceito de África portuguesa um dia fez sentido na mente dos imperialistas portugueses de gerações anteriores, ou de assimilados e pequenas burguesias africanas em períodos mais recentes, ou de líderes dos vários movimentos de libertação que travaram a guerra contra a opressão do Estado Novo português, ou de acadêmicos africanistas arrastados pela correnteza dessa luta, e se esse conceito ainda faz sentido para acadêmicos do império português, ou estudiosos do colonialismo comparativo, ou ao se estudar a história colonial de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique ou São Tomé, não faz mais sentido para os estudiosos da África, histórica ou contemporânea, abraçar essa noção. Chegou a hora de abandoná-la.

Perspectiva: aonde podemos ir?

Não é preciso ir muito longe para encontrar trabalhos exemplares sobre a África e que dão voz a africanos em estudos que abordam Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Cabo Verde, pois muitos dos que já foram citados aqui constituem parte da mais influente produção acadêmica histórica centrada na África do último quarto de século. Dentro dessa bibliografia muito parcial, é

possível, por exemplo, organizar essas mesmas obras de acordo com categorias que não são pautadas pelo fato de estarem localizadas geograficamente nesses territórios. São categorias tais como formação do Estado, comércio e política, tráfico de escravos e escravidão, estudos sobre resistência e história social.

Assim também, mesmo quando nos voltamos para o século XX, eu afirmaria que a melhor produção acadêmica contribui tanto para nossa compreensão da sociedade africana ou do colonialismo na África, de maneira geral, quanto para nosso conhecimento da África de língua portuguesa.¹¹ Nenhum estudioso do nacionalismo na África pode se permitir ignorar, por exemplo, a magistral análise de John Marcum, em dois volumes, sobre a revolução angolana; a pesquisa de Leroy Vail e Landeg White a respeito do poder colonial na Zambézia inferior, primeira a sugerir o quanto se podia aprender com as canções africanas de trabalho; e a contribuição importante de Patrick Harries, Jeanne Penvenne e Allen Isaacman para nosso conhecimento geral de temas como mão-de-obra, resistência, cultura e, no caso do último autor, agricultura na África (Marcum, 1969-1978; Vail e White, 1980; Harries, 1994; Penvenne, 1995; e Isaacman, 1996). Também não é provável que essa tradição esteja chegando ao fim, uma vez que dissertações recentemente concluídas e pesquisas em curso sobre relações de gênero no Moçambique colonial, artes marciais africanas em Angola e na diáspora africana, transportes e mão-de-obra em Moçambique, o comércio do álcool em Angola e a transformação agrícola em Angola prometem despertar o interesse geral dos historiadores da África.

Se a África de língua portuguesa não é uma categoria significativa, exceto para os historiadores da África colonial, e se a África como um todo é uma categoria por demais

vasta para ser significativa, exceto para fins comparativos, restam outros princípios organizadores mais viáveis em torno dos quais podemos realizar pesquisa histórica sobre as sociedades africanas desses países nas regiões geográficas historicamente definidas dentro das quais estão inseridos.

Assim, embora no contexto colonial e pós-colonial faça sentido incluir tanto Angola como Moçambique em debates mais amplos a respeito da África meridional, o mesmo não ocorre no caso de períodos históricos precedentes (embora nossa definição de africano meridional seja ainda mais abrangente do ponto de vista geográfico para uma época de expansão banta, anterior a esses últimos). Eu afirmaria que a melhor maneira de abordar Angola é nos contextos da África do Centro-Oeste e do mundo atlântico; o norte, o centro e o sul de Moçambique são apropriadamente situados nos contextos da África Centro-Oriental, Centro-Sul e Meridional, respectivamente, com o Oceano Índico como o mundo mais amplo para o conjunto. Assim também, os estudos sobre a Guiné-Bissau precisam ser fundamentados na costa norte da Guiné.¹² Só no caso de duas sociedades-ilhas, São Tomé e Cabo Verde, podemos considerar suas histórias anteriores como significativamente definidas pela presença portuguesa.

No intuito de entender as sociedades africanas que se desenvolveram em cada uma delas, devemos nos referir, respectivamente, às regiões de Senegâmbia e do Golfo de Benin.¹³ Com certeza, dos séculos XV e XVI até hoje, o assentamento, o envolvimento comercial e a interferência política portuguesa afetaram de maneira significativa as sociedades africanas em que se interpuseram, mas não devemos perder de vista o caráter muito limitado de seu alcance antes do início da era das reais conquistas coloniais, em meados do

século XIX, do que antes eram reivindicações continentais.

Espero, por exemplo, que algum futuro estudioso da história da África Meridional resolva dar prosseguimento ao trabalho injustamente negligenciado (por estar em alemão) de Gerhard Liesegang sobre o Gaza Nguni e inclua o Moçambique meridional no debate mais amplo a respeito da história Nguni pré e pós-Shakan.¹⁴ Assim também, a história do Moçambique setentrional promete ser enriquecida pelo estudo lingüístico histórico — desenvolvido por alunos de Christopher Ehret, meu colega da Ucla — sobre seu passado remoto, capaz de ligar o país a questões mais abrangentes da África Oriental. E o que podemos aprender com um projeto de estudo em colaboração desenvolvido por acadêmicos moçambicanos, malgaxes e internacionais a respeito das trocas populacionais entre Madagascar ocidental e Moçambique setentrional?

A noção de África lusófona não é significativa em nenhum desses projetos e o mesmo certamente poderia ser ilustrado com exemplos de Angola e da Guiné-Bissau. De uma perspectiva centrada na África, precisamos — enquanto grupo de acadêmicos que trabalham sobre um desses países ou deles provém e, portanto, tem um conhecimento maior ou menor do português como idioma de trabalho — enxergar além de um conjunto de limites intelectuais que talvez nos prendam mais estreitamente à experiência colonial do que percebemos. Nosso contexto precisa ser africano, e não português.¹⁵

Antes de concluir, quero mencionar o trabalho que está sendo desenvolvido na África por colegas, tanto africanos como internacionais, nas universidades nacionais de cada um dos países incluídos no Palop. Trata-se de trabalho de angolanos, moçambicanos e guineenses voltado para a produção de história da África e de textos de história nacional

gerados seja como parte da luta de libertação nacional, seja dentro do processo pós-independente de construção da nação a que assistimos em todo o continente africano.¹⁶ Mas, mesmo aceitando que uma compreensível preocupação com questões vitais de tanta monta pressiona imensamente as *intelligentsias* nacionais no sentido de compreender e proporcionar análises históricas usáveis de acontecimentos e processos contemporâneos, também foram realizadas, desde a independência, pesquisas históricas importantes sobre períodos anteriores que confirmam minhas afirmações.

Em Moçambique, por exemplo, as fronteiras da história antiga recuaram acentuadamente graças a um programa de pesquisa arqueológica coordenada que estudou de maneira extensa e fez escavações em sítios importantes da Idade do Ferro em Manyikeni, Chibueni e Maputo, entre outros.¹⁷ Assim também, o Arquivo Histórico de Moçambique que tem publicado regularmente desde 1987 um boletim que constitui o principal veículo acadêmico para a difusão do trabalho de historiadores de Moçambique, sendo que a maioria dos artigos que ali figuram trata de questões de história colonial.¹⁸ As condições de pesquisa desde a independência foram ainda mais difíceis em Angola do que em Moçambique, mas o trabalho agora está deslançando de maneira importante, tanto nesses países como na Guiné-Bissau. Por fim, é ocioso dizer que o bem-sucedido trabalho desenvolvido desde a independência por acadêmicos estrangeiros não teria sido possível sem o apoio de seus colegas das universidades, arquivos nacionais e ministérios pertinentes em cada país.

Reconheço que, no presente texto, negligenciei tanto os cientistas sociais como os humanistas. Sem dúvida, os acadêmicos da área literária têm motivos particulares para levar a sério a língua de expressão dos auto-

res que estudam, especialmente na medida em que, com o tempo, variações localizadas de línguas européias, como o português, vieram a caracterizar literaturas. Mas esses são fenômenos comuns em toda a África e não devemos ficar surpresos ao ver o surgimento de literatura moderna da autoria de angolanos e moçambicanos que escrevem em línguas africanas, como já ocorreu em outros contextos africanos. Nesse ambiente crítico pós-colonial, no qual a literatura comparada talvez se defenda com mais força do que jamais anteriormente, também não deve ser uma surpresa ver críticos literários colocarem escritores lusófonos da África (aqui o termo "lusófono" é certamente apropriado) em contextos muito mais amplos, africanos — na verdade, internacionais.

Para dar um exemplo nada original, direi que sempre me pareceu sensato considerar as tradições poéticas da África colonial portuguesa de meados do século XX, a exemplo de outras, no contexto mais amplo da negritude (Richard, 1970; Hamilton, 1975; Santos, 1975; e Tenreiro e Andrade, 1982). Os lingüistas também têm razão de dar importância ao contexto lusófono dessas sociedades, embora sua disciplina trate basicamente de universais. Até no estudo do crioulo, é só parcialmente que o contexto comparativo mais restrito se relaciona com outras variações lusófonas enquanto distintas da gama completa de pidgins da África Ocidental.¹⁹ Tudo isso constitui uma ponte interessante para o trabalho de cientistas sociais de qualquer tendência ideológica, teórica ou metodológica cujo trabalho procure entender os fenômenos econômicos, políticos e sociais com vistas a iluminar tanto manifestações específicas como aplicações mais amplas. Para dar apenas um exemplo, nossa compreensão das guerras em Angola e Moçambique simplesmente não pode ser expli-

cada somente à luz da experiência de algo denominado África lusófona.²⁰

Claro que reconheço a existência de forças poderosas nos países ligados ao Palop que assegura a persistência do português como língua de administração nacional, bem como de comunicação e associação internacional. Assim também, dentro do mundo muito menor dos estudos africanos, a referência à África lusófona ainda oferece um foro importante para a organização de painéis sobre tópicos e países que, de outra maneira, são freqüentemente ignorados ou marginalizados em reuniões anuais.²¹ E, conforme comentou argutamente Joseph Miller quando apresentei este trabalho em Montreal, há uma unidade de fontes que é decorrente tanto do trabalho nos arquivos portugueses como de um conjunto de políticas comuns com as quais os acadêmicos têm de lidar devido à imposição de políticas portuguesas em todo o antigo império colonial português. Reunidos, esses fatores geraram uma importante comunidade de preocupações acadêmicas que distinguem os estudiosos da África lusófona. Além disso, observou Miller, será que algum dos acadêmicos africanistas da África portuguesa realmente escreveu tendo em mente apenas a África portuguesa? Será, perguntou ele, que o desafio que lancei no presente ensaio não se dirige à comunidade acadêmica mais ampla de africanistas, e não somente a esse grupo particular de acadêmicos? Por fim, concluiu Miller,

a integração da África à história mundial provavelmente nos levará de volta ao significado do contexto português, mesmo quando procuramos uma nova síntese que finalmente considere a África com seriedade.²²

No entanto, ao voltar nossos olhos para o próximo milênio e para o que esperamos que venha a ser uma era na qual o povo dos cinco Estados do Palop desfrute de maior paz e prosperidade do que na segunda metade do século XX, penso que veremos desaparecer gradualmente as configurações coloniais e conseqüentes laços lingüísticos que, até certo ponto, separaram cada um desses países de seus vizinhos, fato também perceptível na mente dos acadêmicos. Afinal, Cabo Verde e Guiné-Bissau pertencem à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Economic Community of West African States — Ecowas), São Tomé e Príncipe, à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (Communauté Économique des États de l'Afrique Centrale — CEEAC) (na qual Angola tem *status* de observador), Angola e Moçambique são membros da Comunidade Sul-Africana de Desenvolvimento (South African Development Community — SADC) e Moçambique se integrou recentemente à *Commonwealth*. Cabe-nos, como acadêmicos que estudamos a África, e não apenas a África de língua portuguesa, dar mostras da mesma adaptabilidade a tempos de mudança.

NOTAS

1. Vale a pena observar que a versão breve e popular do texto de Duffy de 1959 foi publicada como *Portugal in Africa*, Harmondsworth, Penguin Books, 1961. Para um panorama mais recente, ver Newitt, 1981.
2. Ao isolar o período colonial desse modo, sou tributário, em certa medida, de Ajayi, 1969.
3. Para a Costa do Ouro, ver Vogt, 1979; para Mombaça, ver Boxer, 1960, e Strandes, 1961; e para a Etiópia, ver Beshah e Aregay, 1964.

4. Ver, por exemplo, Thornton, 1981; Birmingham, 1966; Miller, 1988; Heintze, 1980, e seu mais recente estudo, que ainda não consultei, de 1996; Bender, 1978; Clarence-Smith, 1979; e Pélissier, 1978.
5. Ver Isaacman, 1972; Newitt, 1973; Papagno, 1972; Ishemo, 1995; e Pélissier, 1984. Para uma referência típica a cinco séculos de dominação colonial, que faz parte da retórica anticolonialista, ver Boavida, 1967, mas confrontar Pélissier, 1984, vol. 1, p. 9-10. E para uma perspectiva mais ampla sobre o colonialismo português moderno, ver Clarence-Smith, 1985.
6. Em minha escolha da expressão "centrado na África", e não "africanista" ou "afrocêntrico", sou tributário de Mekenye, 1996, Cap. 1.
7. Além dos trabalhos de Birmingham, Miller e Thornton citados na nota 4, ver Eckholm, 1972; Thornton, 1983; Hilton, 1985; Miller, 1976 e 1974; Oppen, 1993.
8. Além das obras de Isaacman e Newitt citadas na nota 5, ver Alpers, 1973; Hafkin, 1973; Mbwiliza, 1987 (não pude consultar a versão publicada deste estudo em 1991); Smith, 1970; Hedges, 1978; Katzenellenbogen, 1982; e First, 1983.
9. Sobre este último, bem como alguns dos anteriores, ver Boxer, 1969. Russell-Wood, 1993, fornece uma interpretação complementar dessa experiência.
10. Para uma crítica incisiva da afirmação de que Moçambique é uma sociedade lusófona, ver Cahen, 1990. Para um conjunto de observações complementares, ver Diana Jeter, 1994-1995. Gregório Firmino, 1996, apresenta um debate particularmente matizado do complexo desafio da diversidade lingüística e escolha da língua nacional. A comunicação do dr. Firmino foi apresentada *in absentia* pelo dr. Arlindo Gonçalo Chilundu, seu colega na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique.
11. Creio que não deixa de ser um tanto irônico que uma versão *Cliff Notes* das fartas contribuições de René Pélissier perpetue esse mito (ver Dianoux, 1989).
12. Como no caso de Bowman, 1995.
13. Ver Carreira, 1983; Lobban Jr., 1995; Ramos, 1986; Hodges e Newitt, 1988, que observam, deturpadamente, que "na verdade compreende-se melhor São Tomé e Príncipe quando estas são consideradas ilhas do Caribe geograficamente situadas do lado errado do Atlântico..." (p. 17).
14. Liesegang, 1967, e o vasto debate a respeito do chamado *mfecane* que recentemente envolveu acadêmicos como Julian Cobbing, John Omer-Cooper, John Wright e Carolyn Hamilton.
15. Ver a observação correspondente de Kathleen Sheldon em sua resenha, de maneira geral positiva, sobre o trabalho recente de Newitt, 1995, a ser publicado em *African Studies Review*. William Beinart, 1994, p. 9, observou recentemente que "qualquer autor que for escrever um livro geral sobre a África do Sul precisará decidir se vai começar pelos brancos ou pelos negros". Com essa afirmação em mente, é notável que a primeira história contada, com base em um documento de 1547, seja sobre os portugueses, então recém-chegados à região (p. 1). Embora o autor obviamente reconheça que os africanos já residiam lá, o ponto de partida escolhido por Newitt para a história de Moçambique é a presença portuguesa, tal como documentada em um texto português, e essa dependência da documentação escrita plasma mais a história do que Newitt percebeu ou talvez pretendeu.
16. Ver, por exemplo, Frelimo, 1971 e 1972; Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, 1982-1993 e 1987; MPLA, 1975; e PAIGC, 1974.

17. Para um excelente panorama, ver Sinclair *et alii*, 1993.
18. *Arquivo*, boletim semestral do Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo, vol. 1, 1987.
19. Para o contexto lusófono, ver Barbosa, 1967; Perl *et alii*, 1967. Sobre o contexto mais amplo, ver, por exemplo, Holm, 1988-1989, e *Journal of Pidgin and Creole Languages*, 1986.
20. A bibliografia é vasta, mas, para um exemplo notável de produção acadêmica contextualizada, ver Minter, 1994.
21. Agradeço a José C. Curto por seus comentários sobre um rascunho inicial do presente trabalho e por ter-me recordado a importância destes últimos dois aspectos (ver José C. Curto <curto@fac1.lan.mcgill.ca> a Edward A. Alpers <ned@hup.ucla.edu>, 9 de abril de 1996 13:57:38 EST5EDT e 15:36:49 EST5EDT "Re: your roundtable paper"). Também agradeço a José por me incentivar a escrever este texto e por organizar a sessão na qual o apresentei, bem como uma série de painéis afins sobre a África lusófona na Reunião Anual da Associação Canadense de Estudos Africanos (Canadian Association of African Studies), McGill University, Montreal, 1-5 de maio de 1996. Ver também o dedicado trabalho de Jill R. Dias, que produziu uma valiosa série de atualizações bibliográficas de 1984 a 1990.
22. Minhas anotações sobre os comentários de Joseph Miller na Mesa-Redonda sobre o Estudo da África Lusófona (Roundtable on Studying Lusophone Africa): Retrospect and Prospect, Annual Meeting of the Canadian African Studies Association, McGill University, Montreal, 4 de maio de 1996. No que diz respeito ao lugar da África na história mundial, ver o importante ensaio de Feierman, 1993.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AJAYI, Jacob F. Ade (1969). "Colonialism: an episode in African history". In: GANN, Lewis and DUIGNAN, Peter (eds.). *Colonialism in Africa, 1879-1960*. Cambridge, Cambridge University Press, vol 1, p. 479-509.
- ALPERS, Edward A. (1973). *Ivory and slaves in East Central Africa: changing patterns of international trade to the later nineteenth century*. London, Heinemann.
- AXELSON, Eric (1940). *South-East Africa, 1488-1530*. London, Longman, Green.
- (1960). *Portuguese in South-East Africa, 1600-1700*. Johannesburg, Witwatersrand University Press.
- (1973). *Portuguese in South-East Africa, 1488-1600*. Johannesburg, C. Struik.
- BARBOSA, Jorge Morais (1967). *Estudos linguísticos crioulos*. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- BEINART, William (1994). *Twentieth-Century South Africa*. Oxford/New York.
- BENDER, Gerald J. (1978). *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- BESHAH, Girma and AREGAY, Merid Wolde (1964). *The question of the union of the churches in Luso-Ethiopian relations, 1500-1632*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar & Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

- BIRMINGHAM, David (1966). *Trade and conflict in Angola: the Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese, 1483-1790*. Oxford, Clarendon Press.
- BOAVIDA, Américo (1967). *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BOTELHO, José Justino Teixeira (1934-1936). *História militar e política dos portugueses em Moçambique*. 2 vols. Lisboa, Centro Tipográfico Colonial.
- BOWMAN, Joye (1995). *Ominous transition: commerce and colonial expansion in the Senegambia and Guinea 1857-1919*. Aldershot, Avebury.
- BOXER, Charles Ralph (1960). "The Portuguese on the Swahili Coast, 1593-1729". In: BOXER, C. R. and AZEVEDO, Carlos de. *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa, 1593-1729*. London, Hollis & Carter, p. 11-86.
- (1961). "Moçambique Island and the 'carreira da Índia'". *Studia* (8):95-132.
- (1969). *The Portuguese seaborne empire: 1415-1825*. New York, Knopf.
- CAHEN, Michel (1990). "Le Mozambique: Une nation africaine de langue officielle portugaise?". *Canadian Journal of African Studies*, 24(3):315-47.
- CARREIRA, Antônio (1981). *O tráfico de escravos nos rios de Guiné e ilhas de Cabo Verde (1810-1850): subsídios para o seu estudo*. Lisboa.
- (1983). *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Lisboa, Comunidade Económica Europeia para o Instituto Cabo-Verdeano do Livro; 1ª ed.: 1971.
- CLARENCE-SMITH, Gervase (1979). *Slaves, peasants, and capitalists in Southern Angola, 1840-1926*. Cambridge, Cambridge University Press.
- (1985). *The third Portuguese empire, 1825-1975: a study in economic imperialism*. Manchester, Manchester University Press.
- DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA da Universidade Eduardo Mondlane (1982-1993). *História de Moçambique*. 3 vols. Maputo, Tempo e Universidade Eduardo Mondlane.
- (198?). *Cadernos da História*. Maputo.
- DIANOUX, Hugues Jean de (1989). *L'Afrique "portugaise" dans l'oeuvre de René Pélissier*. Paris, Institut National des Langues et Civilisations Orientales.
- DIAS, Jill R. (1984a). "Bibliografia das publicações sobre a África de língua oficial portuguesa entre janeiro de 1975 e janeiro de 1983". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (1):243-303.
- (1984b). "Bibliografia das publicações recentes sobre a África de língua oficial portuguesa". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (2):201-27.
- (1985). "Bibliografia das publicações recentes sobre a África de língua oficial portuguesa". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (3):241-63.
- (1986). "Bibliografia das publicações recentes sobre a África de língua oficial portuguesa". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (4-5):355-74.

- (1987). "Bibliografia das publicações recentes sobre a África de língua oficial portuguesa". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (6-7):307-28.
- (1988). "Bibliografia das publicações recentes sobre a África de língua oficial portuguesa". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (8-9):339-49.
- (1990). "Bibliografia das publicações recentes sobre a África de língua oficial portuguesa". *Revista Internacional de Estudos Africanos* (12-3):501-24.
- DUFFY, James (1959). *Portuguese Africa*. Cambridge, Harvard University Press.
- ECKHOLM, Kajsa (1972). *Power and prestige: the rise and fall of the old Kongo Kingdom*. Uppsala, Skriv Service Ambiental.
- FEIERMAN, Steven (1993). "African histories and the dissolution of world history". In: BATES, Robert H.; MUDIMBE, V. Y.; and O'BARR, Jean (eds.). *Africa and the disciplines*. Chicago e London, University of Chicago Press, p. 167-212.
- FIRMINO, Gregório (1996). "Linguistic diversity and nation-statehood in post-colonial Africa: the case of Portuguese and Indigenous languages in Mozambique". Comunicação à Reunião Anual da Associação Canadense de Estudos Africanos (Canadian African Studies Association), Universidade McGill. Montreal, 1-5 de maio de 1996.
- FIRST, Ruth (1983). *Black gold: The Mozambican miner, proletariat and peasant*. New York, St. Martin Press.
- FRELIMO (1971). *História de Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- (1972). *História da África*. Dar-es-Salaam (Maputo, Imprensa do Partido, 1978).
- HAFKIN, Nancy Jane (1973). "Trade, society, and politics in Northern Mozambique, c. 1753-1913". Tese de doutoramento (Ph.D.), Universidade de Boston.
- HAMILTON, Russell (1975). *Voices from an empire: a history of Afro-Portuguese literature*. Minneapolis, University of Minnesota Press, p. 12-7.
- HARRIES, Patrick (1994). *Work, culture, and identity: migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*. Portsmouth, NH, Heinemann.
- HEDGES, David (1978). "Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth centuries". Tese de doutoramento (Ph.D.), Universidade de Londres.
- HEINTZE, Beatrix (1980). "The Angolan Vassal Tributes of the Seventeenth Century". *Revista de História Econômica e Social* (6):57-78.
- (1996). *Studien zur Geschichte Angolas im 16. und 17. Jahrhundert — Ein Lesebuch*. Colônia, Ruediger Koeppe Verlag.
- HILTON, Anne (1985). *The Kingdom of Kongo*. Oxford, Clarendon Press.
- HODGES, Tony and NEWITT, Malyn (1988). *São Tomé and Príncipe: from plantation colony to microstate*. Boulder, Westview Press.
- HOLM, John A. (1988-1989). *Pidgins and creoles*. 2 vols. Cambridge, Cambridge University Press.

- ISAACMAN, Allen F. (1972). *Mozambique — The Africanization of a European institution: the Zambezi prazos, 1750-1902*. Madison, University of Wisconsin Press.
- (1996). *Cotton in the mother of poverty: peasants, work, and rural struggle in colonial Mozambique, 1938-1961*. Portsmouth, NH, Heinemann.
- ISHOMO, Shubi Lugemalila (1995). *The lower Zambezi basin in Mozambique: a study in economy and society, 1850-1920*. Aldershot, Avebury.
- JACKSON, Mabel V. (1942). *European powers and South-East Africa: a study of international relations on the South-East Coast of Africa, 1796-1856*. London, Longman, Green.
- JETER, Diana (1994-1995). "African languages, development and the state". *Journal of Southern African Studies*, 21(4):676-9. London e New York, Routledge.
- JOURNAL OF PIDGIN AND CREOLE LANGUAGES* (1986). Amsterdã, vol. 1.
- KATZENELLENBOGEN, Simon (1982). *South Africa and Southern Mozambique: labour, railways and trade in the making of a relationship*. Manchester, Manchester University Press.
- LIESEGANG, Gerhard (1967). *Beiträge zur Geschichte des Reiches der Gaza Nguni im südlichen Moçambique*. Bromberg, O. Fischer.
- LOBATO, Alexandre (1954-1960). *A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*. 3 vols.
- (1957). *Evolução administrativa e econômica de Moçambique, 1752-1763*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- LOBBAN JR., Richard A. (1995). *Cape Verde: Crioulo colony to independent nation*. Boulder, Westview Press.
- MARCUM, John (1969-1978). *The Angolan revolution*. 2 vols. Cambridge e London, The MIT Press.
- MBWILIZA, Joseph Frederick (1987). "Towards a political economy of Northern Mozambique: the hinterland of Mozambique Island, 1600-1900". Tese de doutoramento (Ph.D.), Universidade de Colúmbia, publicada em 1991, com o título *A history of commodity production in Makuani, 1600-1900: mercantilist accumulation to imperialist domination*. Dar-es-Salaam, Dar-es-Salaam University Press.
- MEKENYE, Reuben Omweri (1996). "The African struggle against South African periphery imperialism, 1902-1966: the case of Lesotho". Dissertação de doutoramento (Ph.D.), Ucla.
- MILLER, Joseph C. (1974). "Cokwe expansion, 1850-1900". *Texto Suplementar* (1-2). Madison, Programa de Estudos Africanos, Universidade de Wisconsin,
- (1976). *Kings and kinsmen: early Mbundu States in Angola*. Oxford, Clarendon Press.
- (1988). *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press.
- MINTER, William (1994). *Apartheid's Contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. London and Atlantic Highlands, Zed Books.
- MORAIS-BARBOSA, Jorge (1967). *Estudos lingüísticos crioulos*. Reedição de artigos publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

- MPLA (1975). *História de Angola*. Porto, Afrontamento.
- NEWITT, Malyn D. D. (1973). *Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure and colonial rule in East Africa*. London, Longman.
- (1981). *Portugal in Africa, the last hundred years*. London, C. Mhurst.
- (1995). *A history of Mozambique*. Bloomington e Indianápolis, Indiana University Press.
- OGOT, B. A. (1992). *General history of Africa*. Paris/London/Berkeley, Unesco/Heinemann/University of California Press, vol 5, p. 406-8, 728-32, 756-70.
- OPPEN, Achim van (1993). *Terms of trade and terms of trust: the history and contexts of pre-colonial market production around the Upper Zambezi and Kasai*. Münster e Hamburgo, Lit Verlag.
- PAIGC (1974). *História da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde*. Porto, Afrontamento.
- PAPAGNO, Giuseppe (1972). *Colonialismo e feudalesimo: la questione dei prazos da coroa nel Mozambico ala fine del secolo XIX*. Turim, G. Einaudi.
- PÉLISSIER, René (1978). *Les guerres grises. Résistance et révoltes en Angola (1845-1941)*. Orgeval, Pélissier.
- (1984). *Naissance du Mozambique. Résistances et révoltes anticoloniales (1854-1918)*. 2 vols. Orgeval, Pélissier.
- (1989). *Naissance de la Guiné. Portugais et Africains en Sénégal (1841-1936)*. Orgeval, Pélissier.
- PENVENNE, Jeanne (1995). *African workers and colonial racism: Mozambican strategies and struggles in Lourenço Marques, 1877-1962*. Portsmouth, NH, Heinemann.
- PERL, Matthias et al. (1967). *Portugiesisch und Crioulo in Afrika: Geschichte — Grammatik — Lexik — Sprachentwicklung*. Bochum, Brockmeyer.
- (1989). *Beiträge zur Afrolusitanistik und Kreolistik*. Bochum, Brockmeyer.
- RAMOS, Rui (1986). "Rebelião e sociedade colonial: 'alvorços' e 'levantamentos' em São Tomé". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4(5):17-74.
- RICHARD A. (1970). *Preto-Rodas, Negritude as a theme in the poetry of the Portuguese-speaking world*. Gainesville, University of Florida Press.
- RODNEY, Walter (1970). *A history of the Upper Guinea Coast, 1545 to 1800*. Oxford, Clarendon Press.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. (1993). *World on the move: the portuguese in Africa, Asia and America 1415-1808*. New York, St. Martin's Press.
- SANTOS, Eduardo dos (1975). *A Negritude e a luta pelas independências na África Portuguesa*. Lisboa, Editorial Minerva.
- SINCLAIR, P. J. J.; MORAIS, J. M. F.; ADAMOWICZ L.; and DUARTE, R. T. (1993). "A perspective on archaeological research in Mozambique". In: SHAW, Thurstan et alii (eds.). *The archaeology of Africa: food, metals and towns*. London e New York, Routledge, p. 409-31.

- SMITH, Alan K. (1970). "The struggle for control of Southern Mozambique, 1720-1835". Tese de doutoramento (Ph.D.), Ucla.
- STRANDES, Justus (1961). *The Portuguese period in East Africa*. Nairobi, East African Literature Bureau.
- TENREIRO, Francisco e ANDRADE, Mário Pinto de (1982). *Poesia negra de expressão portuguesa*. Lisboa, Ed. África.
- THORNTON, John (1981). "Early Kongo-Portuguese relations: a new interpretation". *History in Africa* (8):183-204.
- (1983). *The Kingdom of Kongo: civil war and transition, 1641-1718*. Madison, University of Wisconsin Press.
- VAIL, Leroy and WHITE, Landeg (1980). *Capitalism and colonialism in Mozambique: a study of Quelimane district*. London, Heinemann.
- VOGT, John L. (1979). *Portuguese rule on the Gold Coast, 1469-1682*. Athens, estado da Georgia, University of Georgia Press.

SUMMARY

Studying lusophone: retrospect and prospect

This text is a historiographic analysis of the production of the past thirty years on the history of Portuguese-speaking Africa. The author questions the use of the category of "Lusophonic Africa", or of any other that is intended as such to homogenize the differing realities of the countries that were subjected to Portuguese coloniza-

tion. It shows that the development of those categories was linked with a specific period of African decolonization, that was incorporated and buttressed by the historiography of those days. That historic context is entirely superseded nowadays, and should accordingly be substituted by a "non-reductive" history of Africa.

RÉSUMÉ

L'étude de l'Afrique de langue portugaise: retrospectif et perspectif

Ce texte est une analyse historiographique de la production des trente dernières années sur l'histoire de l'Afrique lusophone. L'auteur questionne l'emploi de la catégorie Afrique Lusophone ou de n'importe quelle autre qui se propose d'homogénéiser les différentes réalités des pays qui ont été soumis à la colonisation portugaise. Il démontre que la construction de telles catégories

a été liée à une période spécifique de la décolonisation africaine; cette construction a été incorporée et renforcée par l'historiographie de l'époque. Un tel contexte historique est à présent complètement dépassé et, puisqu'il en est ainsi, l'ancien abord doit être remplacé pour donner lieu à une analyse non réductrice de l'histoire de l'Afrique.



Breve resenha do crescimento de Luanda*

Pepetela**

**Comunicação apresentada no seminário União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), realizado no Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1996. Recebido para publicação em novembro de 1996.*

***Escritor angolano.*

Demonstra que os problemas urbanos — superpovoamento, favelização, falta de infra-estruturas básicas, carência de abastecimento de gêneros alimentícios e segregação racial e espacial, desemprego etc. — com que se depara Luanda hoje decorrem não apenas da tragédia que foi a guerra civil, mas também remetem a fatores históricos e geográficos ligados à própria criação da cidade. Para o autor, a solução dos problemas poderia ser encontrada no quadro de uma política urbana não só para Luanda, como também para as cidade médias e pequenas, de modo a reter nela as populações que vão em busca de dias melhores.

Palavra-chave: Luanda; história de Luanda; formação social; segregação espacial; segregação racial; planejamento urbano.

O objetivo deste trabalho é chamar a atenção para as conseqüências sociais e econômicas do processo de superpovoamento de Luanda, fenômeno que é comum a muitas urbes do Terceiro Mundo e que gera as situações explosivas que se conhecem. No entanto, alguns dados históricos parecem necessários para podermos compreender como se chegou a tão grande discrepância entre o exagerado número de habitantes vivendo num espaço e as reais capacidades de vida oferecidas por esse local.

Até hoje, muitos estudiosos se espantam da bizzarria da escolha do local onde seria erguida a primeira cidade construída por europeus na África ao sul do Saara. Conhecedores da região, pois já há um século a percorriam de norte a sul, certamente os portugueses teriam conhecimento de locais mais favoráveis para a implantação de uma cidade. E, no entanto, Paulo Dias de Novais, nomeado pelo rei de Portugal para conquistador do território e seu donatário, escolheu a escarpa do morro de São Miguel para implantar as primeiras construções. Num lugar onde não havia rios perto; as lagoas eram de água salobra e pútrida; o clima, devastador para europeus; e os solos, paupérrimos, constituídos de areia vermelha, impróprios para uma rendosa produção agrícola. Somando-se a isso, havia pouca vegetação, numa época em que a madeira e o carvão eram fontes decisivas de energia doméstica. Há que sublinhar ainda o fato de a população autóctone viver apenas na Ilha de Luanda, onde havia água, e não nessa parte do continente, que era território inabitado.

Outras foram as razões que levaram Novais a eleger tal morro como o primeiro passo para a criação de uma base militar de avanço para o interior. Em primeiro lugar, a ilha, fechando a baía, constituía um porto natural bem abrigado não só dos ventos e tempestades, mas de outros navios. Em segundo

lugar, esse porto natural estava bastante perto da foz do Cuanza, a via ideal de penetração para o interior, onde, supunha ele, existiriam montanhas inteiras formadas de prata, razão de sua viagem e da nomeação feita pelo rei. Mais tarde, descobriu-se que a prata era apenas um mito. Mas, no interior, havia outra mercadoria que justificava a existência de uma base ali naquele local: os escravos. Assim, Luanda, fundada em 1576 e com foros urbanos desde 1605, nasceu apenas para ser uma base de rapina, um acampamento de trânsito, fator que marcou indelevelmente sua estrutura e seu caráter durante três séculos. E talvez tenha sido cidade mais por vontade da Igreja, única instituição que nela apostou, criando templos e mosteiros em número aparentemente exagerado em relação à população que poderia deles usufruir. Daí que o professor Fernando Mourão se interroge se Luanda não terá sido mais fruto de um projeto, ainda que esquecido, da Igreja Católica que resultado da vontade consciente do poder político.

De todas as maneiras, a urbe foi subsistindo, apesar de sofrer de permanente falta de água, que tinha de ser transportada de barco a partir do Rio Dande ou de ser recolhida dos poços, chamados de "maiangas"; apesar de as hortas produzirem muito pouco e quase não justificarem o trabalho de as regar; e apesar da malária, que dizimava os contingentes de colonos e soldados. Tais condições difíceis também explicam o fato de a coroa portuguesa, confrontada com o pouco interesse dos cidadãos em emigrarem para tão inóspitas paragens, tentar povoar a cidade pela força, enviando para ela não só criminosos de delito comum, que acabavam por constituir a maioria dos colonos, mas também condenados de "delitos religiosos", o que significava, na linguagem da época, judeus e protestantes. A conseqüência social direta desses pressupostos é a quase inexis-

tência de mulheres européias e, portanto, uma forte mestiçagem desde os primeiros tempos da colônia, com implicações culturais importantes.

Durante três séculos, Luanda foi uma feitoria dedicada quase exclusivamente ao tráfico de escravos. Era o centro do poder político de uma colônia constituída por uma faixa de território-litoral com duas cidades-porto, Luanda e Benguela, e um corredor de presídios ao longo do Cuanza para o interior. Era o centro militar, aonde chegavam novas tropas da metrópole e de onde elas partiam para o interior, em campanhas punitivas e de saque aos reinos independentes do *hinterland*. Era a base de retaguarda para o comércio de escravos, de onde partiam os traficantes e seus aviados para trocar escravos por mercadoria diversa com os potentados do interior e onde ficavam os escravos para recuperar as forças a fim de resistirem à viagem até o Brasil. Esta última era a razão de ser de todas as outras funções. E, enquanto o tráfico foi a razão de ser de Luanda, ele marcou evidentemente a própria fisionomia da cidade.

Assim, no século XVII, havia a "cidade alta", edificada no esporão que começa no morro de São Paulo (mais tarde chamado de São Miguel) e se prolonga numa estreita faixa de terra menos de cem metros acima do nível das águas, até se ligar ao planalto. Nessa parte mais arejada, pois batida pelos ventos do mar, fixou-se a chefia política, militar e religiosa e os serviços administrativos e judiciais. A "cidade alta" era o centro do poder temporal e espiritual, onde impressionava a quantidade de igrejas e conventos. A "cidade baixa", edificada na concha da baía e ao nível do mar, era a parte comercial, onde se juntavam as tabernas e estalagens que apoiavam a atividade do porto, os entrepostos comerciais e algumas oficinas, mas sobretudo as residências dos traficantes, com grandes quintais, nas quais se acumulavam os escrava-

vos à espera de embarque. O primeiro bairro e mais característico da época é o dos Coqueiros, ainda existente hoje com esse nome. Só existem alguns dados numéricos para a população européia de então, que nunca ultrapassou as 500 pessoas durante todo o século, e mesmo assim muito flutuante, não só por causa das características de sua atividade ligada ao tráfico e a campanhas militares, mas também pelo fato de resistir pouco ao clima inclemente e ter de ser constantemente renovada.

Nesse século, ainda se pode citar a conquista de Luanda pelos holandeses, a qual poderia ter interferido decisivamente na evolução da cidade. Em 1641, uma esquadra holandesa partiu do Recife, no Brasil, e conquistou Luanda quase sem resistência. Sete anos depois, outra armada, esta partindo do Rio de Janeiro, retomou Luanda aos holandeses. Dessa presença de sete anos, apenas se registram umas obras de melhoria na fortaleza, a destruição do bispado e pouco mais. A obra que poderia ter revolucionado a vida dos moradores vindouros ficou a meio: um canal que os holandeses começaram a cavar, a partir do Cuanza, para resolver definitivamente o problema da falta de água na cidade. Continua ainda hoje a ser a solução para o futuro.

Veio o século XVIII e a cidade pouco mudou. Continuava pequena, suja e doentia. Para essa época já existem mais dados sobre a população, mas os números globais se aproximavam dos do século anterior. Segundo José Carlos Venâncio, em 1796, no fim do século, portanto, haveria 5.383 africanos, 1.259 euro-africanos (entenda-se, mestiços) e 562 europeus, num total de 7.204 habitantes. De realçar o fato de o número de mestiços mais que duplicar o de brancos, situação que se manteve até princípios deste século, quer em Luanda quer em Benguela, a segunda cidade da costa. Saliente-se tam-

bém que, 200 anos depois da fundação, Luanda pouco passaria de uma pequena vila. Nessa mesma altura, lá vivia Elias Correia, historiador nascido ou crescido no Brasil, que nos descreveu cruamente a situação.

Escrevendo em 1792, Elias Correia se impressiona pelas casas em estado de par-dieiro, edifícios com frontispícios imponentes mas ameaçando desabar, rodeados de palhotas escuras e sem ventilação, e casas em ruína que serviam de despejo a toda a espécie de imundícies. O aspecto das ruas era também o pior, percorridas por animais domésticos que chafurdavam nos lixos acumulados por todo lado, sofrendo os habitantes com “sezões malignas, disenterias etc., respirando incautamente a corrupta atmosfera que os cerca”. E o estado de espírito dos moradores também era responsável por essa situação, pois “a moleza dos donos se exercita em ver abater os tectos, e cair as paredes, sem ao menos aproveitar as telhas, madeiramento e pedras que o tempo arruína, consome e funde”. Provavelmente, alguns proprietários (comerciantes e traficantes) não teriam perspectivas de permanecer muito tempo na colônia, estando nela para enriquecer o mais depressa possível, sem interesse, pois, de melhorar as condições de habitabilidade. E as dificuldades geradas pelo lugar, ladeado pelas chamadas “barrocas” — constituídas de solos frágeis que, com uma chuvarada mais forte, se transformavam em lama e escorriam para a cidade baixa —, não encorajavam os habitantes a grandes obras e limpezas.

No entanto, ainda segundo Elias Correia, nessa cidade descuidada, infecta, malcheirosa, que os grandes senhores se contentavam em disfarçar mandando queimar alfazema e açúcar no interior das habitações, havia a maior ostentação de luxo. Os senhores e suas consortes vestiam caras sedas, veludos e brocados, como nas cortes européias, sem temerem a sauna a que se condenavam, passeava-

vam pedrarias, espadins de ouro e fivelas de ouro nos sapatos, para os mergulhar logo em seguida no esterco das ruas. Essas observações de um viajante no século XVIII acabam por nos fazer pensar que, voluntária ou involuntariamente, Luanda conservou da história alguns atavismos que ainda hoje são nítidos, como a sujidade permanente e o vício da ostentação de uma riqueza muitas vezes apenas aparente.

No século XIX, houve dois acontecimentos que modificaram radicalmente a economia da colônia de Angola e conseqüentemente a maneira de viver em Luanda, que deixa de ser uma cidade-feitoria. O primeiro desses acontecimentos foi a independência do Brasil. Desde a retomada aos holandeses, em 1648, Angola ficou diretamente ligada ao Brasil e só indiretamente era colonizada por Portugal. Para justificar essa afirmação, basta citar dois dados: o primeiro é o do comércio externo, totalmente virado para o outro lado do Atlântico. Por exemplo, em 1818, Angola importou do Brasil mercadorias cujo valor representava 95,1% do total, enquanto de Portugal importou apenas 4,9%. E, quanto às exportações de Angola, elas foram exclusivamente para o Brasil, constituídas por escravos a quase totalidade e uma pequena parte por marfim e cera. Outro fato que corrobora a dependência de Angola em relação ao Brasil é uma estatística de 1799 que mostra que cerca de 60% dos funcionários públicos de Angola eram provenientes do Brasil. Nessas circunstâncias, a independência da colônia sul-americana tinha de ter conseqüências importantes do outro lado do oceano. Para além de algumas tentativas esboçadas para manter constitucionalmente essa ligação de fato, prontamente cortada pela coroa portuguesa, o resultado mais sensível foi uma progressiva diminuição da exportação de escravos, entrando, pois, a economia de Angola em grave crise que teve evidentes

reflexos no estado ainda mais abandonado e miserável da cidade. O segundo acontecimento foi a abolição do tráfico, por pressão da Inglaterra, o que provocou a derrocada da economia baseada na escravatura e a procura de um novo modelo. Angola se virou para a borracha e, mais tarde, para o café. O que implicava uma colonização mais intensiva e o conseqüente desenvolvimento das cidades.

Coincidindo com a verdadeira revolução operada pelo fim do tráfico, vamos assistir a um lento mas constante crescimento da população de Luanda, não só com o aumento de imigrantes vindos de Portugal, mas sobretudo pela atração que a cidade vai provocando nas populações rurais. Assim, em 1851, a população total seria de cerca de 12 mil habitantes e em 1900 de cerca de 20 mil, isso com todas as reticências, pois as fontes muitas vezes são contraditórias.

Depois do fim do tráfico e particularmente depois da proibição da escravatura doméstica, desenvolve-se um fenómeno novo que se pode chamar de "segregação espacial". Até então, o espaço na cidade não estava reservado a nenhum grupo em especial, mantendo-se apenas a distinção na prática entre o centro do poder político, "cidade alta", e o centro de negócios, a Baixa. Mas, a partir de meados do século passado, o espaço central começou a ser monopolizado pelo grupo dominante, o dos colonos. Antes, o senhor vivia próximo de seus escravos, para poder usufruir a todo momento de seus serviços e também os poder vigiar constantemente. O senhor vivia na casa-grande e os escravos no quintal. A população africana livre vivia em cubatas ou casas modestas, mas entre as grandes moradias dos senhores. Mesmo os bairros mais recentes e afastados do Centro, ocupados por recém-chegados do campo e trabalhadores braçais, tinham uma composição variada, particularmente no aspecto racial. Mas, desde o momento em que já não

havia mais escravos, os antigos senhores não tinham a necessidade nem viam utilidade em ter os descendentes dos escravos morando perto deles.

A pretexto de uma epidemia de varíola, em 1864, e argumentando que a sujidade devia ser combatida e que as cubatas eram focos de todas as doenças, a Câmara Municipal arrasou, no bairro dos Coqueiros, a parte coberta a capim, expulsando seus moradores para as zonas limítrofes da cidade. Como os moradores das cubatas eram quase exclusivamente negros, a medida tinha o caráter de segregação racial. Começou assim o processo de rejeição das pessoas economicamente mais débeis e coincidentemente de pele mais escura em direção das terras altas cobertas de areia, os muceques. Por essa altura e só por essa altura, o termo muceque passa a designar um espaço segregado, para onde eram empurrados os que não se beneficiavam de nenhum poder, e passa a ser característica específica de Luanda. O centro da cidade vai ficando cada vez mais reservado às classes dominantes, que o renovam para dele usufruírem. Essa renovação, em nome da estética ou da sanidade urbanas, será sempre o pretexto para a apropriação exclusivista do espaço. Por outro lado, é a manifestação concreta de uma nova forma de encarar a colônia e a cidade, que começam a ser vistas pelos colonizadores como lugares definitivos de vida e, portanto, merecedores de remodelação e de atenção especial, e não apenas o local onde se podia enriquecer depressa para logo em seguida o abandonar.

O século XX veio reforçar essas tendências. Em primeiro lugar, Angola se tornou colônia de povoamento, com importantes contingentes de portugueses deixando a metrópole para nela se fixarem, nomeadamente em Luanda. Por outro lado, a procura de novos modos de produção fez crescer a cidade. E os números dos primeiros censos

indicam isso claramente, com a população total de Luanda passando de cerca de 20 mil no fim do século, como dissemos, para 50 mil em 1930, 61 mil em 1940, 165 mil em 1950, 225 mil em 1960 e quase 500 mil em 1970. Para esse ano, que foi o do último censo do período colonial, será talvez interessante notar que, dos quase 500 mil habitantes, cerca de 315 mil eram negros, 40 mil mestiços e 126 mil brancos. A esse respeito, nota-se uma *branqueação* da população, como consequência da política colonial. Com efeito, se em 30 anos (de 1940 a 1970) a população total da cidade foi multiplicada por 7,9 vezes, o que é uma taxa importante, os censos mostram que o número de negros na cidade cresceu 6,8 vezes e o de mestiços 6,3 vezes, enquanto o de brancos foi multiplicado por 13,4. Por outro lado, a relação entre brancos e negros, que era em 1940 de um branco por 4,9 negros, baixou em 1970 para um branco por 2,5 negros. São dados que confirmam a primeira tendência apontada, a da *branqueação* da cidade. E, se afinássemos a análise em termos de bairros, veríamos que o que se pode considerar o Centro cada vez era mais branco, enquanto os muceques cada vez eram mais negros, embora se deva dizer que nunca nenhum espaço foi totalmente ocupado por um só grupo, pois a segregação racial existia mas, por vezes, era interferida por outros critérios de ocupação do espaço.

Como vimos, neste século Luanda cresceu a um ritmo bastante rápido, sobretudo nos últimos 30 anos do período colonial. Esse crescimento veio agravar os defeitos estruturais que presidiram os primeiros tempos. Sempre houve problemas sérios de falta de água e comida, pois os terrenos à volta nunca serviram para alimentar a cidade, o que a tornou sempre dependente no que diz respeito à água e à comida. Por outro lado, nunca houve um projeto ou plano para a cidade, tendo ela crescido pelo improvisado,

moldada à partida pelo verdadeiro colete de força que foi e é a "concha da Baixa". Com efeito, a parte baixa da cidade, em forma de crescente, e que sempre foi o centro econômico e de muitas funções urbanas, acabou por determinar o crescimento de toda a cidade. A partir da Baixa, foram abertos eixos viários, rasgando os bairros já implantados, esventando muceques que se reconstruíam mais à frente. Isso deu à cidade uma feição racial, a partir de um centro único e bastante limitado no espaço, o que avolumou os congestionamentos de trânsito e obrigou a soluções sempre de última hora para o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que separou inexoravelmente os locais de trabalho dos locais de residência da mão-de-obra, exigindo um sofisticado sistema de transportes coletivos que nunca viu o dia. Por outro lado, pela inexistência de um plano, os indivíduos tomavam a iniciativa de construir as casas nos terrenos que encontrassem livres e os serviços de urbanização vinham depois tentar reordenar as ruas e os bairros. As infra-estruturas eram implantadas depois, quando eram. Daí a necessidade de se escavar permanentemente entre as moradias, para se montarem as redes de esgoto, os cabos elétricos, as condutas de água e se inventarem ruas entre construções inamovíveis. São problemas e métodos que ainda temos, herdados da história.

Depois da independência, assistimos a uma verdadeira explosão demográfica em Luanda. Como vimos, no censo de 1970 a cidade tinha perto de 500 mil habitantes. Uma parte dessa população saiu por volta da independência, sobretudo a que vivia no centro urbano, deixando abandonados muitos prédios e moradias, que foram ocupados pelos habitantes dos muceques e outros que, entretanto, chegaram à cidade. Na altura da independência, por causa desses processos, a população não excederia o meio milhão de

habitantes. No censo de 1983, havia cerca de 900 mil habitantes. Já no censo eleitoral, em 1992, ultrapassava os dois milhões e agora estudos recentes apontam para um total de 2,5 milhões. Resumindo, em 20 anos de independência, a população da cidade foi multiplicada cinco vezes, o que temos de considerar uma taxa extremamente elevada, mesmo para os padrões do Terceiro Mundo. E dramaticamente elevada se considerarmos que as estruturas não foram alargadas, nem sequer suficientemente conservadas.

E aqui chegamos ao cerne da questão. A pergunta é simples de formular: como se pode manter em funcionamento normal uma cidade que abriga cinco ou dez vezes mais pessoas do que o aconselhável pelas estruturas disponíveis? A pergunta é fácil. A resposta é impossível. No tempo colonial, as estruturas sempre foram insuficientes e eram enxertadas *a posteriori*, como vimos. Depois da independência, houve um agravamento pela degradação das estruturas existentes e a criação insuficiente de novas. Daí que haja constantemente rupturas nos fornecimentos de água e eletricidade, problemas graves no sistema de esgotos, o qual só abrange parte da cidade, oferta irrisória de área habitacional e dificuldades na conservação dos edifícios, trânsito cada vez mais congestionado, quase inexistência de zonas verdes, insuficiência dos serviços prestados aos habitantes, péssima repartição das funções pelo todo urbano, com superacumulação nas zonas históricas etc. etc. Os muceques, em particular, apresentam, de um modo geral, condições de habitabilidade que não são dignas de um ser humano em finais do segundo milênio. Acumulam-se aí os marginalizados do processo econômico e social, os que vindos do campo sem uma profissão urbana não encontram trabalho, pois o crescimento se fez apenas no fator população, e não na industrialização. O recurso são as ocupações

marginais, desde o pequeno comércio de rua até a delinquência.

As causas desse superpovoamento são conhecidas, pois o fenômeno é comum aos países do sul. No caso angolano, no entanto, a imigração interna para as cidades da costa, sobretudo para a capital, é agravada fundamentalmente por dois fatores próprios: em primeiro lugar, a necessidade que encontram as populações de se aproximar o mais possível dos centros distribuidores de comida, já que a maior parte dos bens de alimentação vem do exterior e chega, portanto, aos portos marítimos. A aproximação do centro distribuidor dá uma garantia, verdadeira ou mítica, de que não são esquecidas. O outro fator é evidentemente a guerra, que despovoou os campos, não só pelos perigos físicos a ela associados, como também pela impossibilidade de cultivar devido às deslocamentos constantes e às minas. As cidades do interior se apresentam assim nesse esquema como meros locais de passagem para se chegar ao paraíso sonhado, as cidades da costa e, sobretudo, Luanda.

É, pois, claro que a solução dos problemas postos a Luanda pelo seu crescimento desmesurado e anárquico só pode ser encontrada num quadro global de uma política urbana para Angola. Será necessário diminuir drasticamente o êxodo para a capital, já que não parece previsível uma reversão absoluta de tendência, isto é, um regresso da população excedente para as regiões rurais de origem. A diminuição do êxodo rural será conseguida quer fixando as populações no campo, através de medidas econômicas e sociais, quer revitalizando e criando condições atraentes nas cidades médias e pequenas, estruturando uma verdadeira rede urbana, interligada e solidária. Não tenho receio de afirmar que o futuro de Luanda depende da capacidade de se criar uma política de pequena cidade, permitindo uma distribuição mais equilibrada e racional da população pelo todo nacional. Para ajudar essa política, seria necessário

incentivar uma "ideologia do prazer de viver em cidade pequena", para combater a atração quase suicida exercida pela capital. Para a criação e implementação dessa ideologia, muito poderiam contribuir os criadores de cultura e os meios de comunicação social, desde que perfeitamente integrados na política global.

Para salvar Luanda do triste destino que o seu percurso antigo e recente deixa prever, se não se lhe mudar o rumo, é preciso muita coragem política, pois seguir uma linha de

cidade pequena significa pura e simplesmente que será prioridade absoluta desviar para essas pequenas e numerosas urbes os recursos que hoje se gastam sem resultado em Luanda, para nelas se criarem condições de fixação das populações. Ora, é consabido que as grandes metrópoles, que ainda por cima são capitais políticas, exercem forte pressão para reterem o máximo de recursos do Estado. E é aqui que se põe a questão crucial: haverá um dia poder político com tal coragem? Haja fé!

SUMMARY

A brief review of the growth of Luanda

This review demonstrates that the urban problems — overpopulation, slum swelling, lack of foodstuff provisioning racial and spatial segregation, unemployment etc. — which faces Luanda today, derive not only from the tragedy of the civil war, but also refer to historical and geographical factors connected to the very foundation of the

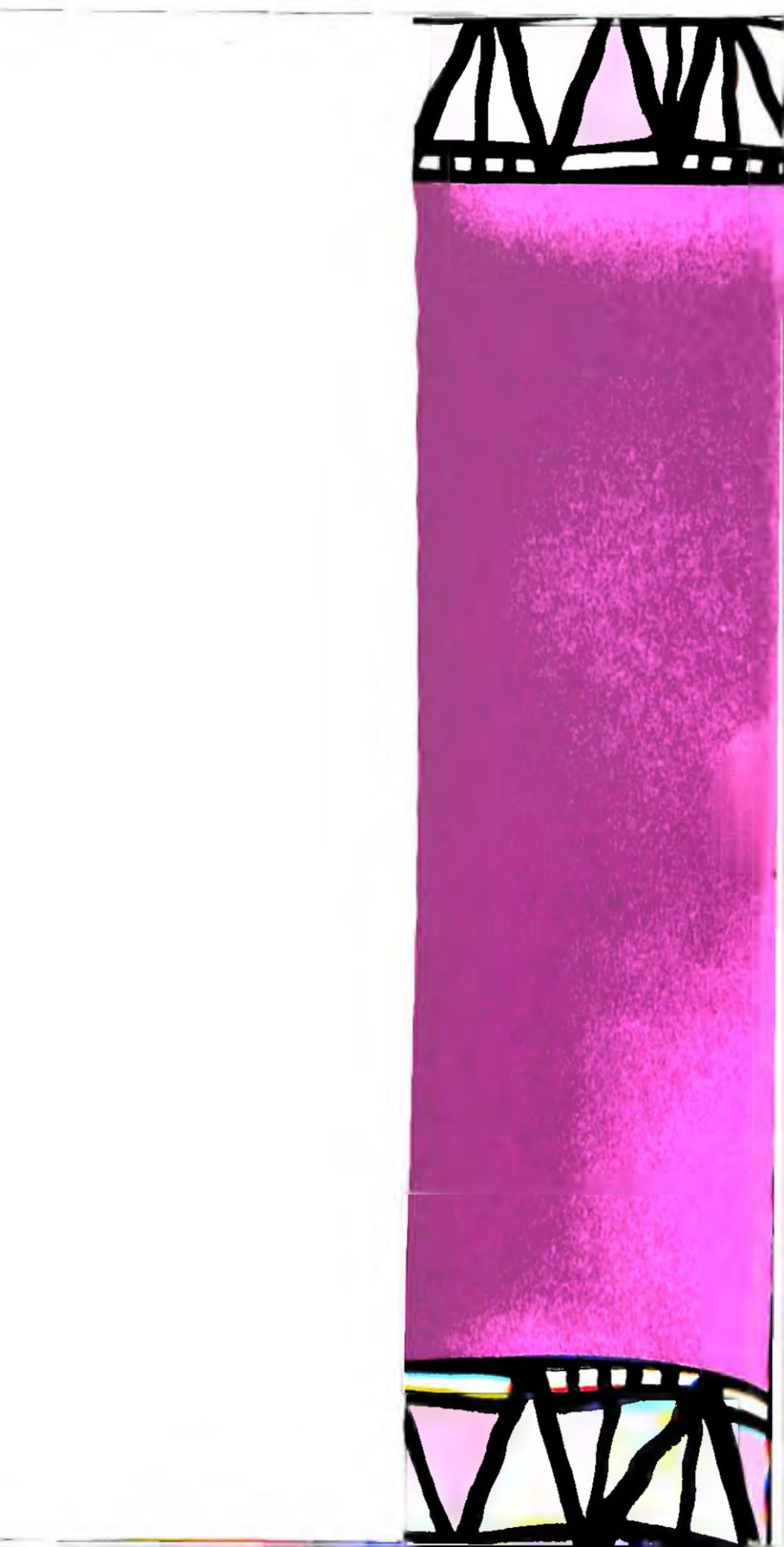
city. In the author's view, the solution to the problem could be found in the frame of a urban policy not only for Luanda but also for medium sized as well as small towns, so that those people who are looking forward to better days could be settled down, in these towns.

RÉSUMÉ

Bref récit de la croissance de Luanda

L'article démontre que les problèmes urbains — surpopulation, développement des bidonvilles, manque d'infrastructures de base, carence dans l'approvisionnement des denrées alimentaires et ségrégation raciale et spatiale, chômage etc. — avec lesquels s'affronte Luanda à présent, découlent non seulement de la guerre civile, mais renvoient aussi à des facteurs historiques et géogra-

phiques liés à la création de la ville elle-même. Pour l'auteur, la solution de ces problèmes pourrait être trouvée dans le cadre d'une politique urbaine qui ne se borne pas à Luanda, mais qui soit appliquée aussi dans les villes petites et moyennes, de façon à y maintenir les populations qui s'en vont à la recherche de meilleurs jours.



Número anterior

■ 'Raça' e cor no Caribe ■ A 'underclass' urbana no imaginário social e científico norte-americano ■ Racismo e restrição de direitos individuais: a discriminação racial 'publicizada' ■ Ideologia nacional, antropologia e a 'questão racial' ■ A promoção da diversidade racial no Brasil: uma visão dos Estados Unidos ■ O fardo de não ser negro: uma análise comparativa do desempenho escolar de alunos afro-brasileiros e afro-norte-americanos ■ Trabalhadoras cariocas: algumas notas sobre a polissemia da boa aparência ■ Espaço, lazer, música e diferença cultural na Bahia ■ O perfil demográfico do escravo fugitivo ■ O papel da tecnologia na industrialização retardatária sul-coreana ■